

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
---	----

Notas Explicativas	84
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	183
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	184
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	185
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	188
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	189
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	191
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

192

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	4.264.776	3.938.110
1.01	Ativo Circulante	456.222	400.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.708	96.878
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.117	71.041
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.117	71.041
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	55.117	71.041
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	323.397	232.421
1.01.08.03	Outros	323.397	232.421
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	322.901	231.959
1.01.08.03.03	Outros	496	462
1.02	Ativo Não Circulante	3.808.554	3.537.770
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.194	101.148
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	87.986	100.940
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	87.986	100.940
1.02.02	Investimentos	3.717.741	3.433.492
1.02.02.01	Participações Societárias	3.717.741	3.433.492
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	90.198	101.514
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.451.262	3.167.330
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	176.281	164.648
1.02.03	Imobilizado	189	197
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	189	197
1.02.04	Intangível	2.430	2.933
1.02.04.01	Intangíveis	2.430	2.933
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.430	2.933

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	4.264.776	3.938.110
2.01	Passivo Circulante	287.428	236.887
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.288	2.165
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.288	2.165
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.288	2.165
2.01.02	Fornecedores	1.019	1.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.019	1.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.948	18.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.834	18.818
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.958	82
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	62	8.256
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	14.814	10.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	114	116
2.01.05	Outras Obrigações	265.173	214.286
2.01.05.02	Outros	265.173	214.286
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	261.382	212.754
2.01.05.02.04	Outros	3.601	1.324
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	190	208
2.02	Passivo Não Circulante	8.883	29.944
2.02.04	Provisões	8.883	29.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.349	22.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.333	20.397
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	1.576
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16	701
2.02.04.02	Outras Provisões	7.534	7.270
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.534	7.270
2.03	Patrimônio Líquido	3.968.465	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.719.805	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.427	1.958.512
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	171.767	77.290
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.231.656	-1.159.975

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	745.173	721.509
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.590	-34.819
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.285	12.562
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.219	-2.819
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	762.697	746.585
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	745.173	721.509
3.06	Resultado Financeiro	-1.638	-6.203
3.06.01	Receitas Financeiras	-604	-1.002
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.034	-5.201
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	743.535	715.306
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.040	496
3.08.01	Corrente	-14.219	-422
3.08.02	Diferido	179	918
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	729.495	715.802
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	729.495	715.802
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	17,8465	17,5115
3.99.01.02	PN	19,6312	19,2627
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	17,8465	17,5115
3.99.02.02	PN	19,6312	19,2627

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	729.495	715.802
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-71.124	255.227
4.02.01	Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-71.124	255.227
4.03	Resultado Abrangente do Período	658.371	971.029

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-45.279	-62.381
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-46.318	-38.639
6.01.01.01	Lucro Líquido Exercício	729.495	715.802
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.205	2.210
6.01.01.03	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, Líquida de impostos	-762.697	-746.585
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-6.668	-3.604
6.01.01.05	Juros Pagos	-11	-26
6.01.01.06	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-21.845	-5.872
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-837	-68
6.01.01.09	Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	14.040	-496
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.039	-23.742
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	15.924	-9.116
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	20.417	4.137
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	-34	51
6.01.02.04	Fornecedores	-483	64
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	123	345
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-37.185	-19.177
6.01.02.20	Outras Contas - Passivos	2.277	-46
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	314.914	314.190
6.02.03	Integralização de Capital	-84.737	0
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	399.651	314.190
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-288.805	-211.602
6.03.01	Pagamento Passivo de Arrendamento	-244	-233
6.03.02	Pagamento de JCP e Dividendos	-288.561	-211.369
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.170	40.207
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.878	56.671
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.708	96.878

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.097	-284.088	0	-361.185
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-284.088	0	-284.088
5.04.08	Reversão Dividendos Prescritos	0	0	193	0	0	193
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	730.052	-71.681	658.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	729.495	0	729.495
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	557	-71.681	-71.124
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	557	-557	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-71.124	-71.124
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	445.964	-445.964	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	394.197	-394.197	0	0
5.06.04	Reservas à Disposição dos Acionistas	0	0	51.767	-51.767	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.078	-231.239	0	-232.317
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-231.239	0	-231.239
5.04.08	Reversão Dividendos Prescritos	0	0	175	0	0	175
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	716.357	254.672	971.029
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	715.802	0	715.802
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	555	254.672	255.227
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	555	-555	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Benefícios a Empregados	0	0	0	0	255.227	255.227
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	485.118	-485.118	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	485.118	-485.118	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.01	Receitas	23.665	22.403
7.01.02	Outras Receitas	23.665	22.403
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.458	-16.220
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.458	-16.220
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.207	6.183
7.04	Retenções	-2.205	-2.210
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.205	-2.210
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.002	3.973
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	798.516	770.800
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	762.697	746.585
7.06.02	Receitas Financeiras	35.251	17.775
7.06.03	Outros	568	6.440
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	809.518	774.773
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	809.518	774.773
7.08.01	Pessoal	21.966	20.660
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.989	18.865
7.08.01.02	Benefícios	904	818
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.073	977
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.072	33.170
7.08.02.01	Federais	55.522	31.819
7.08.02.03	Municipais	1.550	1.351
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	985	5.141
7.08.03.01	Juros	926	5.115
7.08.03.02	Aluguéis	59	26
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	729.495	715.802
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	284.088	231.239
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	445.407	484.563

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	13.831.031	13.037.758
1.01	Ativo Circulante	3.848.163	3.898.270
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	418.813	1.019.482
1.01.03	Contas a Receber	2.723.359	2.238.333
1.01.03.01	Clientes	2.382.556	2.042.983
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.881.943	2.525.706
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-499.387	-482.723
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	340.803	195.350
1.01.04	Estoques	21.568	21.432
1.01.06	Tributos a Recuperar	350.082	306.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	350.082	306.698
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	144.088	110.766
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	205.994	195.932
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	334.341	312.325
1.01.08.03	Outros	334.341	312.325
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	19.956	19.039
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	14.292	14.807
1.01.08.03.04	Outros Créditos	202.090	184.422
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	45.542	43.449
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura da CVA	51.323	49.470
1.02	Ativo Não Circulante	9.982.868	9.139.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.408.816	3.684.457
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	43.483	17.406
1.02.01.04.01	Clientes	21.672	4.491
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	21.811	12.915
1.02.01.07	Tributos Diferidos	560.035	659.034
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	560.035	659.034
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.805.090	3.007.809
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	302.084	368.709
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	392.626	439.879
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.237.107	948.715
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	273.140	0
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	339.113	329.418
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	154.241	149.731
1.02.01.10.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	69.258	0
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	1.037.521	771.357
1.02.02	Investimentos	312.149	382.859
1.02.02.01	Participações Societárias	312.149	382.859
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	135.868	218.211
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	176.281	164.648
1.02.03	Imobilizado	218.574	210.394

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	147.146	102.085
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.283	5.303
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	59.145	103.006
1.02.04	Intangível	5.043.329	4.861.778
1.02.04.01	Intangíveis	5.043.329	4.861.778
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.999.640	4.816.147
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	41.259	42.698
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.430	2.933

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	13.831.031	13.037.758
2.01	Passivo Circulante	2.952.505	3.049.785
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	228.829	217.785
2.01.01.01	Obrigações Sociais	228.829	217.785
2.01.02	Fornecedores	1.002.149	992.713
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.002.149	992.713
2.01.03	Obrigações Fiscais	352.311	277.397
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	106.762	94.409
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.615	2.818
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	76.837	54.756
2.01.03.01.03	Outros	8.310	36.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	241.836	180.497
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.713	2.491
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	473.238	416.104
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	296.582	213.853
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	189.725	114.891
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	106.857	98.962
2.01.04.02	Debêntures	176.656	202.251
2.01.05	Outras Obrigações	742.015	978.125
2.01.05.02	Outros	742.015	978.125
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	261.382	212.754
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	71.723	23.278
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	90.607	70.230
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	80.584	388.599
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	2.863	2.140
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	824	1.149
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	58.483	46.811
2.01.05.02.20	Outros	175.549	233.164
2.01.06	Provisões	153.963	167.661
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	153.963	167.661
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	153.963	167.661
2.02	Passivo Não Circulante	6.910.061	6.316.694
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.532.508	3.786.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.561.793	1.765.532
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	419.168	555.694
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.142.625	1.209.838
2.02.01.02	Debêntures	2.970.715	2.021.371
2.02.02	Outras Obrigações	379.460	455.996
2.02.02.02	Outros	379.460	455.996
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.917	8.969
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	81.516	78.661
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	0	21.400
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	269.654	326.032
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	10.250	3.838
2.02.02.02.11	Tributos a Recolher	15.123	17.096

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2.02.03	Tributos Diferidos	111.200	108.460
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.200	108.460
2.02.04	Provisões	1.886.893	1.965.335
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.810.426	1.828.733
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.851	48.935
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	71.132	69.732
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.579.411	1.508.838
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	140.032	201.228
2.02.04.02	Outras Provisões	76.467	136.602
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	73.290	64.129
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	3.177	72.473
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.968.465	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.719.805	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.427	1.958.512
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	171.767	77.290
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.231.656	-1.159.975

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.900.276	10.658.858
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	9.974.926	9.364.698
3.01.02	Receita de Construção	1.162.791	985.735
3.01.03	Receita Setorial	729.639	278.405
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	32.920	30.020
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.908.292	-8.852.978
3.02.01	Custo das Mercadorias Vendidas	-7.724.417	-6.908.642
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-24.215	-20.595
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-996.869	-938.006
3.02.04	Custo de Construção	-1.162.791	-985.735
3.03	Resultado Bruto	1.991.984	1.805.880
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-578.006	-586.089
3.04.01	Despesas com Vendas	-123.555	-120.983
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-719.526	-640.273
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-74.693	-194.010
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	390.316	395.725
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-100.639	-92.113
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	50.091	65.565
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.413.978	1.219.791
3.06	Resultado Financeiro	-457.061	-287.364
3.06.01	Receitas Financeiras	739.598	410.698
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.196.659	-698.062
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	956.917	932.427
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-227.422	-216.625
3.08.01	Corrente	-89.223	-169.150
3.08.02	Diferido	-138.199	-47.475
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	729.495	715.802
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	729.495	715.802
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	729.495	715.802
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	17,8465	17,5115
3.99.01.02	PN	19,6312	19,2627
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	17,8465	17,5115
3.99.02.02	PN	19,6312	19,2627

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	729.495	715.802
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-71.124	255.227
4.02.01	Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-71.124	255.227
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	658.371	971.029
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	658.371	971.029

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	176.819	281.690
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.478.100	1.389.450
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	729.495	715.802
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	382.684	347.416
6.01.01.04	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, Líquida de impostos	-50.091	-65.565
6.01.01.05	Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	-84.649	-84.040
6.01.01.06	IR e CSLL Pagos	-104.303	-180.373
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	694.032	503.397
6.01.01.08	Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	29.882	9.384
6.01.01.09	Juros Pagos	-477.128	-356.279
6.01.01.10	Baixa de Direito de Uso Arrendamentos	-10	-48
6.01.01.11	Despesas de benefícios a Empregados	140.431	143.173
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-166.882	-104.743
6.01.01.13	Constituição (Reversão) de Reconhecimento de Impairment	16.473	-1.742
6.01.01.14	Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	89.481	79.952
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-32.920	-30.020
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	74.693	194.010
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	8.825	1.849
6.01.01.19	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	665	652
6.01.01.20	Despesas de IR e CSLL	227.422	216.625
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.301.281	-1.107.760
6.01.02.02	Ativos Financeiros – (Setoriais, Bonificação de Outorga, Ind. Projeto Básico Usina Pery)	-264.464	112.563
6.01.02.03	Contas a Receber	-571.541	-453.043
6.01.02.04	Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	-1.853	1.623
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	25.849	63.221
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	80.088	9.925
6.01.02.07	Estoques	-136	1.838
6.01.02.08	Outras Variações nos Ativos	-31.923	-61.490
6.01.02.10	Passivo Bônus Itaipu	-52.589	52.456
6.01.02.11	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-325	3
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-134.323	1.153
6.01.02.14	Fornecedores	9.436	-96.379
6.01.02.15	Tributos a Recolher	61.596	8.951
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.992	-26.044
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	40.915	-65.340
6.01.02.18	Passivo Financeiro Setorial	-270.657	-447.544
6.01.02.19	Benefícios a Empregados	-191.320	-283.628
6.01.02.20	Outras Variações no Passivo	-5.026	73.975
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.072.499	-955.054
6.02.01	Adições no Ativo Imobilizado	-29.067	-34.244
6.02.04	Dividendos e JCP Recebidos	48.042	64.925
6.02.05	Adições no Ativo Intangível	-489	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.02.06	Alienação de Investimentos	71.806	0
6.02.11	Adições no Ativo de Contrato	-1.162.791	-985.735
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	295.011	786.650
6.03.01	Amortização de Derivativo	-70.498	0
6.03.02	Pagamento de Dividendos e JSCP	-288.561	-211.369
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-356.354	-67.966
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	222.551	72.809
6.03.06	Ingresso de Debêntures	1.007.642	1.165.608
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-211.235	-159.767
6.03.08	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-8.534	-1.401
6.03.09	Pagamento Passivo de Arrendamento	0	-11.264
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-600.669	113.286
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.019.482	906.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	418.813	1.019.482

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.097	-284.088	0	-361.185	0	-361.185
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-284.088	0	-284.088	0	-284.088
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	193	0	0	193	0	193
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	730.052	-71.681	658.371	0	658.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	729.495	0	729.495	0	729.495
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	557	-71.681	-71.124	0	-71.124
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	557	-557	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-71.124	-71.124	0	-71.124
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	445.964	-445.964	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	394.197	-394.197	0	0	0	0
5.06.04	Reservas à Disposição dos Acionistas	0	0	51.767	-51.767	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465	0	3.968.465

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.078	-231.239	0	-232.317	0	-232.317
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-231.239	0	-231.239	0	-231.239
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	175	0	0	175	0	175
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	716.357	254.672	971.029	0	971.029
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	715.802	0	715.802	0	715.802
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	555	254.672	255.227	0	255.227
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	555	-555	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	255.227	255.227	0	255.227
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	485.118	-485.118	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	485.118	-485.118	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.01	Receitas	19.090.042	16.675.384
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.546.815	15.421.505
7.01.02	Outras Receitas	428.457	427.910
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.189.463	1.019.979
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-74.693	-194.010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.182.917	-9.053.030
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-8.499.927	-7.572.022
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.666.517	-1.482.750
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-16.473	1.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.907.125	7.622.354
7.04	Retenções	-383.350	-348.071
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-383.350	-348.071
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.523.775	7.274.283
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	845.875	519.263
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	50.091	65.565
7.06.02	Receitas Financeiras	794.561	446.845
7.06.03	Outros	1.223	6.853
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.369.650	7.793.546
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.369.650	7.793.546
7.08.01	Pessoal	980.899	887.738
7.08.01.01	Remuneração Direta	632.844	560.278
7.08.01.02	Benefícios	310.729	292.598
7.08.01.03	F.G.T.S.	37.326	34.862
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.469.936	5.450.550
7.08.02.01	Federais	4.012.736	3.272.346
7.08.02.02	Estaduais	2.450.993	2.172.166
7.08.02.03	Municipais	6.207	6.038
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.189.320	739.456
7.08.03.01	Juros	1.179.837	730.769
7.08.03.02	Aluguéis	9.483	8.687
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	729.495	715.802
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	284.088	231.239
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	445.407	484.563

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2025, a Celesc celebrou 70 anos como protagonista do desenvolvimento de Santa Catarina. Sete décadas marcadas por pioneirismo, inovação e resiliência — atributos que, mais uma vez, se traduziram em resultados consistentes, avanços estruturais e desafios superados com a dedicação de cada empregado e empregada da Companhia.

O ano foi especialmente relevante sob a ótica estratégica e financeira. Atenta à necessidade de investir hoje para sustentar o futuro, a Celesc realizou a maior captação de sua história: R\$1,01 bilhão em debêntures, assegurando recursos para a execução do plano de investimentos e para a modernização contínua do sistema elétrico catarinense.

Esse movimento trouxe reflexos ao desempenho econômico-financeiro do Grupo. Em 2025, o EBITDA atingiu R\$ 1,80 bilhão, aproximadamente 14,6% superior ao registrado em 2024 (R\$1,57 bilhão). O lucro do Grupo Celesc somou R\$729,5 milhões, crescimento de 1,9% em relação ao exercício anterior (R\$715,8 milhões), enquanto a Receita Operacional Líquida alcançou R\$11,9 bilhões, superando em cerca de 11,6% o desempenho do ano anterior. A gestão responsável, aliada à capacidade de ousar quando necessário, fortaleceu a reputação da Companhia e resultou na valorização de 72,42% de suas ações preferenciais e 66,15% de suas ações ordinárias em bolsa, apenas em 2025.

Em paralelo, o vigor da economia catarinense — uma das mais fortes do país — impulsionou a energia injetada bruta, com crescimento de 2,6% no ano, enquanto a média nacional permaneceu estável. A demanda máxima teve aumento de 3,6%, atingindo 6.354,3 MW de pico, demonstrando a importância de manter os grandes investimentos destinados à expansão da capacidade e ao aprimoramento da qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Nesse contexto, a Celesc alcançou um investimento total de R\$3,9 bilhões em sua área de concessão, o equivalente a cerca de 86,7% do total de R\$4,5 bilhões anunciados em 2023 e previstos para até o fim de 2026. Mais do que cumprir o planejado, o volume indica que os aportes no sistema elétrico catarinense deverão ser ainda maiores que o previsto, acompanhando o ritmo de crescimento do estado.

Os desafios operacionais inerentes a esse cenário, vem sendo enfrentados com eficiência. Em 2025, a Celesc registrou o melhor índice de sua história em relação ao tempo em que seus clientes ficaram sem fornecimento de energia (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC) — 8,38 horas —, e também avançou no indicador que mede a frequência em que foi registrado este tipo de situação (Frequência Equivalente de Interrupção - FEC) — encerrando o ano em 5,30 interrupções —, ambos melhores do que os limites estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Esses resultados foram viabilizados por um amplo conjunto de obras estruturantes. Destaca-se o compromisso firmado com o Governo do Estado para ampliar em mais 500 quilômetros a rede trifásica rural, somando-se aos 500 já entregues. Somente em 2025, R\$ 30 milhões foram investidos na substituição de cerca de 200 quilômetros de redes monofásicas por trifásicas com cabos protegidos. Desde 2023, o programa já totaliza 800 quilômetros de rede trifásica, beneficiando especialmente regiões estratégicas do agronegócio, responsável por cerca de 35% do PIB catarinense.

Também foram realizadas importantes obras de expansão e reforço do sistema: destaque para o seccionamento da LD 69kV Joinville Santa Catarina - São Francisco do Sul — que possibilitou a conexão da nova subestação São Francisco do Sul Gamboa e integra o investimento de R\$ 100 milhões na infraestrutura energética da região Norte do estado —, além da construção de novas subestações — como Santo Amaro da Imperatriz, São José do Sertão, Abelardo Luz e Florianópolis Monte Verde —, ampliações de subestações existentes, implantação de novas linhas de distribuição em 138 kV e 69 kV, além da instalação de 1,6 mil quilômetros de redes de média tensão e mil quilômetros de baixa tensão.

No campo da inovação operacional, a Celesc se tornou uma das primeiras distribuidoras do país a equipar toda a frota de atendimento emergencial com internet via satélite *Starlink*, garantindo segurança para os eletricitistas, comunicação estável mesmo em áreas remotas e em situações climáticas extremas. Foram instalados, ainda, 520 novos religadores automáticos, 12 reguladores de tensão e seis bancos de capacitores, ampliando a confiabilidade e reduzindo o tempo de interrupção no fornecimento de energia.

Outro marco foi o Programa Energia Boa, lançado pelo Governo do Estado em 2024. A iniciativa contabiliza mais de 170 projetos cadastrados, com potencial para atrair R\$ 3 bilhões em investimentos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

privados, gerar 20 mil empregos e dobrar a capacidade catarinense de produção de energia em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). O programa prevê investimento pela Celesc de aproximadamente R\$572 milhões, com a utilização de créditos de ICMS, para a construção de subestações e mais de 200 quilômetros de linhas de distribuição (138kV), beneficiando especialmente o Planalto Serrano, região historicamente marcada por baixos índices de desenvolvimento.

Mesmo com o processo licitatório em andamento e o início das obras previsto para o primeiro trimestre de 2026, a iniciativa já conquista reconhecimentos nacionais, como a vitória do 22º prêmio promovido pela revista O Setor Elétrico, na categoria Energias Renováveis, e o destaque no Congresso Brasileiro de Minas e Energia, ambos no ano passado.

Na geração de energia, Santa Catarina destacou-se nacionalmente ao liderar o número de projetos vencedores no leilão federal de agosto de 2025, com 27 usinas entre as 65 selecionadas no país. Entre elas, está a ampliação da Usina Caveiras, em Lages, com investimento previsto de R\$70,0 milhões. Soma-se a esse portfólio a aquisição do projeto da PCH Canoas, que será construída entre São José do Cerrito e Curitiba, em cascata com a Usina Pery (também da Celesc Geração) e terá potência instalada de 30 MW e investimento estimado em R\$300,0 milhões — o maior da história da Companhia na área de geração.

Além disso, vale ressaltar o projeto de ampliação da capacidade de geração de energia como a da usina Salto Weissbach, em Blumenau, que passará de 6,28 MW para 29,28 MW. O empreendimento já conta a licença de instalação e aguarda a emissão da outorga pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Na matriz fotovoltaica, foram concluídas duas novas plantas em 2025, totalizando nove usinas solares em operação. Em parceria inédita e inovadora com o Governo do Estado, a energia solar passou a abastecer cerca de mil escolas públicas estaduais, proporcionando economia aproximada de 10% nas contas da Secretaria de Estado da Educação. Por contrato, a energia solar produzida por plantas da Celesc Geração também atende o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e o Ministério Público Estadual.

Os laços da Celesc com a sociedade também foram fortalecidos. Destaque para ações como o Portas Abertas da Usina Pirai, que recebeu cerca de 7 mil visitantes no edifício histórico e contou com programação cultural diversificada, muito aguardada pela população de Joinville e região. Outro marco foi a participação no 1º Simulado Geral de Gestão de Desastres da Defesa Civil de Santa Catarina, na Usina Celso Ramos, Oeste catarinense, além de iniciativas semelhantes em outras usinas do Estado, reforçando o compromisso com a segurança das comunidades.

Em relação aos novos negócios, o Corredor Elétrico Catarinense foi consolidado e passou a contar com 38 eletropostos em operação, em 28 municípios. Sua expansão planejada até o fim de 2026 é para que atenda 100 cidades, com distância de até 50 quilômetros entre os pontos de recarga, estimulando a mobilidade elétrica e o turismo sustentável.

Já no que se refere à comercialização da energia, em 2025 a Celesc Geração venceu etapas administrativas e de registro para consolidar sua atuação no ramo varejista, a fim de atender o mercado catarinense. Neste momento, a Empresa está em fase de ajustes para atuar de forma mais contundente, célere e ativa junto a potenciais clientes deste segmento.

No que diz respeito ao atendimento dos mais de 3,5 milhões de clientes, avançamos na transformação digital, com a migração de todo o sistema para a plataforma SAP S/4HANA, em 2024. Já o ano de 2025 foi dedicado ao aprimoramento das ferramentas e à incorporação de novas tecnologias voltadas aos consumidores, como a possibilidade de pagamentos por cartão de crédito. A funcionalidade será ampliada no primeiro trimestre de 2026 para a Agência Web e o Aplicativo Celesc, que também passarão a contar com a modalidade de Pix Automático.

Outro destaque foi a implantação de medidores inteligentes, que já atendem cerca de 40% das unidades consumidoras da capital. Com investimento de R\$116,0 milhões, eles permitem a leitura remota e o envio de dados em tempo real, possibilitando maior controle do consumo pelos clientes e mais agilidade no atendimento a ocorrências, como interrupções no fornecimento de energia.

A inovação segue como eixo estratégico. Nos últimos três anos, foram investidos R\$70,0 milhões em projetos Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, como o que utiliza drones robôs e inteligência artificial para inspeção e manutenção da rede elétrica e para instalação de esferas de sinalização nas redes de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

alta tensão; e o que usa realidade virtual para treinamento de eletricitistas, garantindo a segurança na capacitação técnica. Já no quesito Eficiência Energética, entre 2023 e 2025 foram aplicados R\$ 94 milhões em projetos que proporcionaram economia superior a 568 GWh de energia, beneficiando hospitais, escolas, indústrias, municípios e famílias em situação de vulnerabilidade.

Falando sobre capital humano — ativo de grande valor para a Celesc —, o compromisso com a responsabilidade socioambiental e uma atuação integrada à estratégia corporativa, resultaram em R\$15,4 milhões investidos em ações que impactaram positivamente mais de 456 mil catarinenses. Esse conjunto de iniciativas foi amplamente reconhecido por prêmios nacionais e internacionais, reforçando a posição da Celesc como referência em qualidade, inovação e sustentabilidade no setor elétrico.

Entre os quais, estão a certificação Empresa Cidadã, concedida pelo Ministério Público de Santa Catarina; a Certificação de Responsabilidade Social, concedida pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc); o título de parceira institucional do Instituto Guga Kuerten (IGK), em cerimônia alusiva aos 25 anos de atuação da entidade; e a conquista de duas das cinco categorias do 22º prêmio promovido pela revista O Setor Elétrico.

O desempenho da Celesc repercutiu também sob forma de outros reconhecimentos públicos, tais como o de companhia mais ágil na recomposição do sistema elétrico, por conta do registro do melhor Tempo Médio de Atendimento Emergencial (TMAE) do Brasil, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e a conquista da categoria Pessoa Inovadora do PD&I/ANEEL - Profissional e Pesquisador, no 1º Prêmio Aneel de Inovação, aos responsáveis pelo desenvolvimento do projeto que usa Inteligência Artificial em drones-robôs.

No âmbito internacional, a Celesc obteve o 2º lugar no Prêmio da Comissão de Integração Energética Regional (CIER), que reconhece a excelência no setor elétrico latino-americano, na categoria de distribuidoras da América Latina com mais de 500 mil consumidores.

Já os clientes de grande porte (atendidos pela rede de alta tensão), reconheceram a Celesc como a 2ª melhor distribuidora no ranking da Pesquisa de Satisfação do Grande Cliente de Energia Elétrica, promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A Companhia também esteve entre as campeãs do Rodeio Internacional de Eletricitistas e ficou em 4º lugar no Rodeio Nacional, também promovido pela entidade.

Ao encerrar 2025, a Celesc tem muito a celebrar! Além dos maiores investimentos já realizados nos 70 anos de sua história, o trabalho de empregados e gestores foi fundamental para o alcance do menor número de interrupções no fornecimento de energia aos nossos clientes, segundo critérios da Aneel, bem como do record histórico em relação aos resultados econômico-financeiros da companhia (pelo terceiro ano consecutivo) e, por consequência, da considerável valorização de suas ações no mercado financeiro, desde o fim de 2022.

Esse conjunto de conquistas reforçam a sustentabilidade de uma empresa pública, que permanece na vanguarda do setor elétrico e que possui em seu DNA o comprometimento com a realização de sonhos, com o desenvolvimento sustentável e com o futuro de Santa Catarina — um estado em permanente crescimento e cada vez mais associado ao ideal de qualidade de vida.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), da Manifestação do Conselho de Administração (CA) e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, mas está à disposição para acesso público nos *websites* da Celesc, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3, sendo ainda publicado de forma reduzida em mídia impressa e de forma completa na página da internet, em jornal de grande circulação, no município onde está localizada a sede da Companhia, de acordo com a legislação brasileira.

1. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) é uma empresa do setor elétrico brasileiro, com atuação destacada nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *holding* em 2006, a Companhia possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. (Celesc G) e Celesc Distribuição S.A. (Celesc D).

A Companhia detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e possui participação acionária nas empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE e Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN.

O Governo do Estado de Santa Catarina é o acionista controlador da Celesc, detentor de 50,18% das ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2025, as demais ações ordinárias estavam assim distribuídas: EDP Energias do Brasil S.A. (33,11%), Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS (8,63%), Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações (2,90%), Axia Energia (Eletrobras) (0,03%) e outros investidores (5,16%).

Considerando o total das ações da Companhia, a participação acionária está distribuída da seguinte forma: Governo do Estado de Santa Catarina (20,20%), EDP Energias do Brasil S.A. (29,90%), Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS (4,07%), Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações (8,43%), Axia Energia (Eletrobras) (10,75%), Alaska Poland FIA (9,16%) e outros investidores (17,49%).

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Dezembro/2025

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPAR FIA	AXIA ENERGIA	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,90% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,16% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,15% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,80% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,43% T	10,75% T	9,16% T	17,49% T

FREE FLOAT
75%



O = Ordinárias
P = Preferenciais
T = Total

100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	9,56% O 9,43% P 9,50% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
		32,5% Rondinha Energética		100,0% ETSE	
		40,0% Xavantina Energética			
		49,0% Garça Branca			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.1. Prêmios, Certificações e Reconhecimentos

1.1.1. Prêmio CIER

A Celesc D conquistou o segundo lugar no prêmio internacional da Comissão de Integração Energética Regional (CIER), na categoria destinada a empresas com mais de 500 mil consumidores. A iniciativa reconhece a qualidade do trabalho prestado por distribuidoras de energia de toda a América Latina.

Segundo os critérios da premiação, as categorias Ouro, Prata e Bronze são atribuídas às empresas associadas que registram os melhores índices de satisfação do cliente em relação à qualidade percebida (ISCAL, em espanhol). Neste ano, a Celesc D recebeu o selo da categoria Prata, em empate com a Compañía Nacional de Fuerza y Luz (CNFL), da Costa Rica.

1.1.2. CIER Eficiência Energética

A Celesc D teve seu Programa de Eficiência Energética reconhecido por meio do Certificado CIER de Eficiência Energética 2025, em três categorias: Industrial; Educacional; e Governo, Comércio e Serviços. Conforme definido nas regras de participação, os certificados foram concedidos aos programas que alcançaram um nível de avaliação maior ou igual a 80%. No caso da Celesc, as três categorias certificadas atingiram os seguintes níveis: 95% no Industrial, 88% no Educacional e 81% no Governo, Comércio e Serviços.

1.1.3. Prêmio ABRADDEE

A Celesc D foi uma das finalistas homenageadas na cerimônia anual de premiação promovida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADDEE), sendo reconhecida como a terceira melhor distribuidora da região Sul entre as empresas com mais de 500 mil consumidores e apresentando evoluções consistentes em diversos índices. O evento foi realizado em Brasília, no mês de agosto.

A categoria leva em conta o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), que avalia a percepção do consumidor residencial urbano com relação ao fornecimento de energia, à informação e comunicação, à conta de luz, ao atendimento ao consumidor e à imagem da Companhia.

1.1.4. Pesquisa de Satisfação do Grande Cliente de Energia Elétrica da ABRADDEE

A Celesc D conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o segundo lugar no *ranking* da Pesquisa de Satisfação do Grande Cliente de Energia Elétrica, realizada pela ABRADDEE.

Neste ano, a Celesc D competiu com 23 empresas do setor de energia elétrico em todo o Brasil. A pesquisa, que avaliou o nível de satisfação das empresas de média e alta tensão, como indústrias e grandes comércios, abordou aspectos cruciais como o fornecimento de energia, a comunicação com o consumidor, a clareza na fatura, o atendimento geral e a imagem da distribuidora.

1.1.5. Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor

O Prêmio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de Satisfação do Consumidor 2024, foi entregue em 19 de março de 2025, em evento realizado na sede da reguladora, em Brasília – DF. A Celesc D ficou com a terceira colocação entre as distribuidoras da região Sul e a 11ª posição nacional entre as concessionárias que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras.

1.1.6. Prêmio ANEEL de Inovação

A Celesc D foi uma das finalistas da primeira edição do Prêmio de Inovação da ANEEL, na categoria Empresas de Distribuição de Grande Porte, consolidando-se entre as três distribuidoras mais inovadoras do país. Além desse reconhecimento, a Companhia também celebrou uma vitória na categoria Pessoa Inovadora do PD&I/ANEEL, que destaca trabalhos de excelência desenvolvidos por pesquisadores e profissionais do setor elétrico. O prêmio foi concedido ao técnico em eletrotécnica da Celesc D, pelo desenvolvimento do projeto de pesquisa, que aplica inteligência artificial em *drones-robôs* para a manutenção e a instalação de sinalizadores em cabos de alta tensão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.1.7. Prêmio GT de Disrupção em Inovação

A Celesc D conquistou o Prêmio GT de Disrupção em Inovação, na categoria Energia, referente ao ano-calendário de 2024, durante o Innovation Summit, um dos eventos mais relevantes da América Latina no campo da inovação tecnológica. Realizado em agosto de 2025, o encontro reúne iniciativas que se destacam por desafiar modelos tradicionais e promover avanços significativos em tecnologia, sustentabilidade e eficiência operacional.

1.1.8. COBEE

A Celesc D foi reconhecida em quatro categorias do 21º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética (COBEE).

A Companhia conquistou o 1º lugar nas categorias Residencial e Bônus, com os projetos Sou Legal, Tô Ligado! 3 e Bônus Fotovoltaico, que beneficiaram consumidores residenciais catarinenses. O primeiro promove a substituição de lâmpadas, chuveiros, geladeiras e padrões de entrada de energia por equipamentos mais modernos e eficientes, atendendo famílias em situação de vulnerabilidade social. Já o Bônus Fotovoltaico destacou-se pela inovação e pelo impacto social e ambiental, ao viabilizar a aquisição de sistemas fotovoltaicos por meio da concessão de bônus.

Nas categorias Educacional e Prédios Públicos, a Celesc D também figurou entre os três finalistas, com projetos desenvolvidos em instituições de ensino e hospitais, recebendo a certificação de Melhores Projetos de Eficiência Energética.

1.1.9. Empresa Cidadã

A Celesc D recebeu do Ministério Público de Santa Catarina a certificação Empresa Cidadã, em reconhecimento às ações voltadas à inclusão de jovens não privilegiados no mercado de trabalho. As iniciativas desenvolvidas contribuem para a formação profissional e ampliam oportunidades de desenvolvimento pessoal e social nas comunidades atendidas. A certificação foi concedida no âmbito das Agências Regionais da Celesc D, reconhecendo o trabalho realizado de forma descentralizada e alinhado às diretrizes institucionais do Grupo Celesc.

O reconhecimento está vinculado à participação da Celesc D no Programa Novos Caminhos, iniciativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desenvolvida em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), com foco na inclusão social e na promoção de oportunidades de formação e inserção de jovens no mercado de trabalho.

1.1.10. Certificação de Responsabilidade Social

A Celesc D recebeu da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) a Certificação de Responsabilidade Social, em reconhecimento às ações socioambientais desenvolvidas pela Companhia. A certificação considera critérios como transparência nas relações institucionais, comprometimento com o bem-estar da sociedade catarinense e atuação voltada à preservação ambiental, reafirmando o papel institucional da Celesc como empresa pública comprometida com o desenvolvimento sustentável do estado.

O reconhecimento reflete a atuação da gestão de Responsabilidade Social da Celesc, que contempla diversas iniciativas nas áreas de formação profissional, voluntariado, diversidade e inclusão, educação e apoio a projetos culturais e esportivos por meio de incentivos fiscais, além da adesão a pactos e programas nacionais e internacionais ligados à sustentabilidade e aos direitos humanos.

1.1.11. Reconhecimento institucional e responsabilidade social

A Celesc foi reconhecida como parceira institucional do Instituto Guga Kuerten (IGK) em cerimônia alusiva aos 25 anos de atuação da entidade, em razão do apoio a projetos voltados à promoção do esporte, da inclusão social e do desenvolvimento humano em Santa Catarina. O reconhecimento reforça o compromisso da Companhia com iniciativas que contribuem para a transformação social e para a promoção da cidadania por meio do incentivo a projetos estruturados e de impacto positivo nas comunidades atendidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A parceria da Celesc com o IGK ocorre por meio do Programa de Responsabilidade Social da Companhia, utilizando mecanismos legais de incentivo ao esporte para o apoio ao projeto Campeões da Vida, voltado ao atendimento de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

1.1.12. Prêmio O Setor Elétrico 2025

A Celesc D foi destaque na 22ª edição do Prêmio O Setor Elétrico, ao vencer duas das cinco categorias da premiação, que reconhece iniciativas inovadoras responsáveis por impulsionar a transformação do setor elétrico no país.

Na categoria Instalações Elétricas, foi premiado o projeto de eficiência energética desenvolvido no âmbito do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, que modernizou sistemas de iluminação, refrigeração e aquecimento solar em quatro hospitais filantrópicos de Santa Catarina. Já na categoria Pesquisa & Desenvolvimento, venceu o projeto "Estúdio Virtual da Operação do Sistema Elétrico de Potência de Média e Baixa Tensão", do Programa de PDI ANEEL/Celesc, que utiliza ambiente imersivo para capacitação de equipes, com milhares de combinações de treinamento e foco em segurança, eficiência e redução de emissões de carbono. Na mesma noite, o presidente da Celesc, Tarcísio Estefano Rosa, também foi homenageado como uma das quatro personalidades de destaque do setor elétrico nacional.

1.1.13. Rodeio de Eletricistas

A disputa ocorreu em maio, durante o maior evento de distribuição de energia elétrica da América Latina, o Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (SENDI), em Belo Horizonte. A Celesc D garantiu o segundo lugar na categoria internacional e o quarto lugar geral na competição nacional, levando, no total, cinco medalhas: duas de ouro, duas de prata e uma de bronze.

1.1.14. Prêmio Líderes da Energia 2025

A Celesc recebeu, em maio, o prêmio Líderes da Energia, promovido pelo Grupo Mídia, responsável pelo Full Energy, portal de informação sobre o setor elétrico. A Companhia foi agraciada na categoria PD&I, que premia empresas que se destacam nos campos da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação.

1.2. Destaques do Ano

1.2.1. 70 anos de história, inovação e conexão com a sociedade

Em 2025, ano em que completou 70 anos de atuação, a Celesc promoveu uma série de ações comemorativas que celebraram sua trajetória e reforçaram o compromisso permanente com inovação, segurança e desenvolvimento. As comemorações incluíram uma campanha institucional que, além de divulgar serviços e investimentos, destacou o orgulho pelas sete décadas da Companhia, além de sessão especial no Parlamento catarinense e uma homenagem no Energy Show 2025, reconhecendo a relevância da Celesc para o setor elétrico e para o desenvolvimento de Santa Catarina.

As celebrações também alcançaram a sociedade por meio do 1º Prêmio Celesc de Jornalismo, iniciativa inédita entre empresas de energia no Brasil. Criado para valorizar reportagens sobre a Celesc, o sistema elétrico e temas como inovação, sustentabilidade e energia limpa, o prêmio integrou oficialmente as comemorações dos 70 anos e recebeu 70 inscrições de todas as regiões do estado, ampliando o diálogo da Companhia com a imprensa e com a população.

No âmbito interno e cultural, a Celesc promoveu entre os empregados a gincana Energia em Ação, que resgatou a história e a cultura organizacional por meio de atividades lúdicas e educativas, e celebrou a data durante a 35ª edição dos Jogos da FAEC, que reuniu mais de mil atletas de todo o estado. As comemorações culminaram no Festival das Luzes, realizado em dezembro, em Florianópolis, com programação cultural gratuita e pioneira na América Latina, que uniu arte, tecnologia e participação do público, valorizando a cultura local e fortalecendo a conexão da Celesc com empregados, familiares e a comunidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.2.2. Expansão do corredor elétrico catarinense

O Corredor Elétrico Catarinense foi consolidado e passou a contar com 38 eletropostos em operação, em 28 municípios. Sua expansão, planejada até o fim de 2026, é para que atenda 100 cidades, com distância de até 50 quilômetros entre os pontos de recarga, estimulando a mobilidade elétrica e o turismo sustentável.

1.2.3. Rede trifásica

Em 2025, a expansão da rede trifásica no meio rural ganhou ritmo acelerado na Celesc D. Dos 1.000 quilômetros previstos até 2026, mais de 790 já foram entregues, beneficiando mais de 80 mil unidades consumidoras. A iniciativa tem impacto direto na produtividade do campo, garantindo mais estabilidade no fornecimento de energia e maior competitividade ao agronegócio catarinense.

1.2.4. Excelência operacional e qualidade do serviço

Os investimentos contínuos em modernização da rede e dos processos operacionais refletiram diretamente nos indicadores de desempenho da Celesc D. Em 2025, a Celesc registrou o melhor Tempo Médio de Atendimento Emergencial (TMAE) entre as distribuidoras de grande porte do Brasil, segundo dados da ANEEL, reafirmando sua eficiência técnica, agilidade operacional e capacidade de resposta às ocorrências do sistema elétrico.

1.2.5. Inovação tecnológica e modernização da infraestrutura

A Celesc D consolidou-se como uma das pioneiras no país ao equipar sua frota de atendimento emergencial com internet via satélite Starlink, assegurando comunicação estável mesmo em áreas remotas e sob condições climáticas adversas. Paralelamente, foram instalados 520 religadores automáticos, 12 reguladores de tensão e seis bancos de capacitores, ampliando a confiabilidade da rede e reduzindo o tempo de interrupção no fornecimento de energia.

1.2.6. Atendimento aos clientes

O ano de 2025 foi dedicado ao aprimoramento das ferramentas e à incorporação de novas tecnologias voltadas aos consumidores da Celesc D, como a possibilidade de pagamentos por cartão de crédito. A funcionalidade será ampliada no primeiro trimestre de 2026 para a Agência Web e o Aplicativo Celesc, que também passarão a contar com a modalidade de Pix Automático.

1.2.7. Impacto Socioambiental

A Celesc reafirmou em 2025 o compromisso com a responsabilidade social, destinando R\$15,4 milhões a ações socioambientais que beneficiaram mais de 456 mil catarinenses, incluindo investimentos próprios e incentivos fiscais para projetos culturais e esportivos. As iniciativas abrangeram voluntariado, educação, cultura, esporte e inclusão, com destaque para o Programa Celesc Voluntária, o Celesc nas Escolas, o projeto Cores da Esperança e o Programa Jovem Aprendiz, que ampliaram oportunidades e promoveram melhoria da qualidade de vida das comunidades. A atuação da Companhia permaneceu integrada à estratégia corporativa, reforçando seu papel na promoção da sustentabilidade, da cidadania e do desenvolvimento social em Santa Catarina.

1.2.8. Novos sistemas

Outro grande avanço vem sendo dado com os preparativos para a implantação dos sistemas *Workforce Management (WFM)* e *Advanced Distribution Management System (ADMS)*, que foram adquiridos pela Celesc D, em dezembro de 2023, e iniciam a implantação em 2026. Os *softwares* prometem minimizar custos operacionais, otimizar o atendimento aos clientes, auxiliar no dimensionamento das equipes, melhorar a cibersegurança, além de proporcionar um restabelecimento mais eficiente dos serviços de distribuição e suporte na tomada de decisões estratégicas.

1.2.9. Aquisição de Projeto de PCH

A Celesc G anunciou, em 1º de dezembro, a aquisição do Projeto da PCH Canoas, localizado entre os municípios de Curitiba e São José do Cerrito (SC). O projeto tem potência instalada de 30MW e será

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

construído em cascata com a PCH Pery, de sua propriedade. O Projeto Canoas foi vendido à Celesc G pela multinacional norueguesa Statkraft Energias Renováveis, e já conta com a Licença Ambiental Prévia (LAP), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA/SC), e com o Documento de Registro e Seleção (DRS-PCH), concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O próximo passo é consolidar o Projeto Básico e realizar os estudos necessários para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI).

1.2.10. Êxito no Leilão de Energia Nova A-5

A Celesc G foi uma das vencedoras do Leilão de Energia Nova "A-5" de 2025, realizado em 22 de agosto, com a comercialização de 1,70 MW médios de energia proveniente do projeto de ampliação da Usina Caveiras.

O preço médio do leilão foi de R\$392,84 por MWh, com deságio de 3,16% em relação ao preço-teto de R\$411 por MWh, e bem acima das expectativas do mercado. A energia da Usina Caveiras foi vendida a R\$402,77 por MWh, sendo um dos melhores lances do certame, garantindo assim um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com vigência de 20 anos e início de suprimento em janeiro de 2030.

1.2.11. Novas usinas fotovoltaicas

A Celesc G inaugurou duas novas usinas fotovoltaicas em 2025: a UFV Videira e a UFV Modelo I. Juntas, as unidades têm capacidade de geração de 3,5 MW de energia. O investimento foi de aproximadamente R\$18,0 milhões.

1.2.12. Contrato com a Secretaria de Educação para economia nas faturas de energia elétrica

A Celesc G e o Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED), oficializaram, em 28 de agosto, um contrato que prevê o uso de energia gerada por sete usinas fotovoltaicas para abastecer mais de mil escolas públicas catarinenses, com uma diminuição estimada de 10% nas despesas anuais com energia elétrica da SED.

1.2.13. Portas Abertas da Usina Piraí, em Joinville

A Celesc G promoveu, em agosto, mais uma edição do tradicional Portas Abertas da Usina Piraí, em Joinville. O evento, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal, voltou a acontecer após três anos e superou todas as expectativas, reunindo cerca de 7 mil visitantes ao longo do dia.

A iniciativa reafirmou o compromisso em valorizar a história, fortalecer a cultura e estreitar o vínculo com a comunidade. Além de conhecer a primeira hidrelétrica de Santa Catarina, em operação desde 1909, os visitantes puderam participar de atividades culturais, visitar exposições históricas, prestigiar a feira de artesanato, entre outras atividades.

2. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA – ASG

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de suas operações, de seus processos e serviços prestados à sociedade.

Em 27 de outubro de 2025, a Agência de classificação de risco Fitch Ratings ("Fitch") afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo "AA(bra)" para a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

2.1. Governança Corporativa

A Celesc aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3 em 26 de junho de 2002, e segue as melhores práticas para garantir transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As disposições do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto da Companhia.

2.1.1. Estrutura de Governança

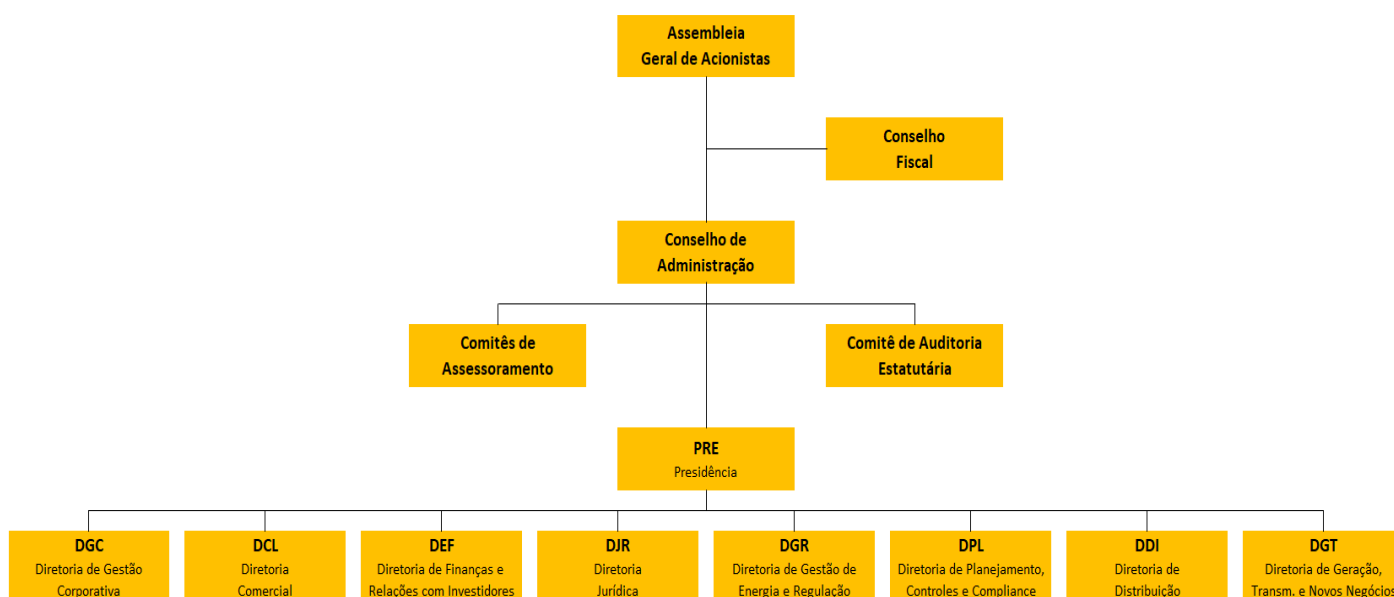
De acordo com o Estatuto da Companhia, ela será administrada e fiscalizada pelos seguintes órgãos estatutários: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e Comitê de Elegibilidade.

Os Conselheiros de Administração e os Diretores são investidos em seus cargos, mediante assinatura no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação, do Termo de Posse, Termo de Adesão à Política de Negociação de Ações e Divulgação de Informações, Termo de Compromisso referente à Política Anticorrupção da Companhia e assinatura prévia do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Os Diretores assinam, ainda, a adesão ao Contrato de Gestão.

Os administradores devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos nos termos da Lei nº 13.303/2016 e legislação aplicável.

A estrutura e a composição da Administração, CAE e Conselho Fiscal das subsidiárias integrais serão constituídas, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes eleitos para a Diretoria, Conselhos e Comitês da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de governança era composta da seguinte forma:



- **Assembleia Geral dos Acionistas**

Órgão soberano, convocado, instalado e com atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, em vigor. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

- **Conselho de Administração**

Competem ao Conselho de Administração, além das atribuições que a lei lhe reserva privativamente, a fixação da orientação geral e o controle dos negócios da Companhia, suas subsidiárias, participadas e consórcios de que fizer parte. O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa e tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio, bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Regimento do Conselho de Administração regula o seu funcionamento, em observância à composição e às competências fixadas nos Estatutos Sociais da Companhia, às Boas Práticas de Governança Corporativa e normas legais vigentes. O Conselho de Administração se reúne mensalmente, de forma ordinária e conforme calendário corporativo, ou extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

O Conselho de Administração é um órgão colegiado, com funções deliberativas, na forma do seu Estatuto, sendo composto de 11 membros, dos quais 6 representantes do acionista majoritário, 3 dos acionistas minoritários, 1 dos acionistas preferencialistas e 1 representante (eleito) pelos empregados.

Os membros do Conselho são eleitos por Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 2 anos, permitidas até 3 reconduções consecutivas, sendo que no mínimo, 25% dos conselheiros deverão ser independentes, tal como definido na Lei Federal nº 13.303/2016.

A Companhia assegura uma das vagas à participação de representante dos empregados, escolhido por voto direto em processo eletivo interno.

A seguir, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2025:

Conselho de Administração	
Representante Acionista Majoritário	Glauco José Côrte* (Presidente)
Representante Acionista Majoritário	Marco Aurélio Quadros* (Vice-Presidente)
Representante Acionista Majoritário	César Souza Júnior*
Representante Acionista Majoritário	Romeu Donizete Rufino*
Representante Acionista Majoritário	Silvia Regina da Silva Marafon
Representante Acionista Majoritário	Ivécio Pedro Felisbino Filho
Representante Acionistas Minoritários	Carlos Emanuel Baptista Andrade*
Representante Acionistas Minoritários	Michel Nunes Itkes*
Representante Acionistas Minoritários	Fábio William Loreti*
Representante Acionistas Preferencialistas	José Valério Medeiros Júnior*
Representante dos Empregados	Paulo Guilherme de Simas Horn

* Conselheiros Independentes.

Encontram-se disponíveis demais informações sobre o regimento, atribuições, currículos de seus membros e atas das reuniões em nosso *site*: <https://ri.celesc.com.br/>.

• Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão independente e estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, ao qual este se reporta diretamente, nas suas funções de supervisão de auditoria interna e externa e de fiscalização, além do monitoramento das atividades da área de controles internos, das demonstrações financeiras e da avaliação do sistema de gerenciamento de riscos.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 dos Acionistas Preferencialistas e 1 dos Acionistas Minoritários Ordinários, com prazo de mandato unificado de 2 anos, sendo permitidas 3 reconduções consecutivas.

Tendo exercido mandato no CAE por qualquer período, os membros dele desligados somente poderão integrá-lo novamente depois de decorridos, no mínimo, 3 anos do final do respectivo mandato.

O funcionamento do CAE será de forma permanente, possuindo autonomia operacional e dotação orçamentária anual, nos limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Dentre os requisitos obrigatórios, ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da legislação e demais normas regulamentares aplicáveis.

Anualmente, o Comitê de Auditoria elabora seu relatório contendo a descrição de suas atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

financeiras. O referido relatório é divulgado junto as demonstrações financeiras e mantido na sede social à disposição dos órgãos reguladores pelo prazo de 5 anos.

A seguir, a formação do CAE em 31 de dezembro de 2025:

Comitê de Auditoria Estatutário	
Representante Acionista Majoritário	Glauco José Côrte* (Coordenação)
Representante Acionista Majoritário	Sigiane Krzeminski Nunes*
Representante Acionista Majoritário	Fabício Santos Debortoli*
Representante Acionistas Minoritários	Sérgio Tadeu Nabas*
Representante Acionistas Preferencialistas	Marcos Aurélio Pamplona da Silva*

* Independentes

O canal de comunicação com o CAE é por meio do *e-mail*: comitedeauditoria@celesc.com.br, em matérias relacionadas ao escopo de sua finalidade, conforme determina o parágrafo 2º do inciso VIII, art. 24 da Lei 13.303/16.

Encontram-se disponíveis demais informações sobre o regimento, currículos de seus membros e as atas das reuniões em nosso *site*: <https://ri.celesc.com.br/>.

• Diretoria Executiva

Em 31 de dezembro de 2025, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria Comercial, Diretoria Jurídica, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria de Geração, Transmissão e Novos Negócios, Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance e Diretoria de Gestão de Energia e Regulação, sendo os Diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Diretoria Executiva	
Diretor Presidente	Tarcísio Estefano Rosa
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Julio Cesar Pungan
Diretor de Distribuição	Cláudio Varella do Nascimento
Diretor Comercial	Vitor Lopes Guimarães
Diretor Jurídico	Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Gestão Corporativa	Moisés Diersmann
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Elói Hoffelder
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance	Lino Henrique Pedroni Junior
Diretora de Gestão de Energia e Regulação	Pilar Sabino da Silva

À Diretoria Executiva compete a gestão estratégica dos negócios da Companhia, incluindo, nesta menção, todos os controles sobre a gestão operacional das subsidiárias, participadas ou consórcios de que a Companhia fizer parte, observados, para tanto, o Plano Diretor da Companhia e os Contratos de Gestão e Resultados.

A Diretoria Executiva elabora e submete à apreciação, discussão e aprovação, pelo Conselho de Administração, em até 30 dias antes do término do exercício social, o Plano Diretor da Companhia relativo aos 5 exercícios subsequentes, prevendo o plano de negócios, planejamento estratégico e o orçamento global da Companhia de longo prazo.

As reuniões da Diretoria Executiva acontecem semanalmente e as deliberações adotadas são registradas em atas e lavradas em livro próprio, sendo consideradas válidas para a Companhia quando adotadas por maioria dos presentes.

O mandato da Diretoria é de 2 anos, admitidas no máximo 3 reconduções consecutivas. A Companhia é representada, em conjunto, pelo Diretor Presidente e por outro Diretor, ou por dois Diretores, para a execução dos atos constantes em seu Estatuto.

Em 19 de janeiro de 2026, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a atualização do Estatuto da Companhia, alterando a estrutura administrativa, com ajustes nas nomenclaturas e redistribuição de atribuições das Diretorias.

As mudanças passam a vigorar a partir de 1º de fevereiro e têm como objetivo o aperfeiçoamento da organização interna e o fortalecimento da governança corporativa da Celesc, buscando maior clareza de papéis, eficiência e alinhamento estratégico.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As principais mudanças definidas, são:

A Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance passa a se chamar Diretoria de Planejamento (DP). As atividades relacionadas a controles internos, gestão estratégica de riscos e programas de compliance e privacidade foram redistribuídas para outras Diretorias, de forma a promover maior integração desses temas à gestão corporativa.

A Diretoria de Finanças e Relações com Investidores passa a se denominar Diretoria Financeira (DF), incorporando também as atividades relacionadas a novos negócios e projetos de investimento.

Já a Diretoria de Gestão Corporativa passa a ser Diretoria Administrativa (DA), absorvendo as atividades de comercialização de energia no mercado livre.

A Diretoria Comercial (DC) mantém sua denominação, porém as atividades de geração distribuída e gestão de serviços foram realocadas para outras áreas.

A Diretoria de Distribuição passa a se chamar Diretoria de Engenharia e Obras (DE), concentrando as funções de planejamento, engenharia e execução de obras do sistema elétrico e de telecomunicações, além de incorporar as atividades de geração distribuída.

As atividades de operação, manutenção e serviços do sistema elétrico de distribuição passam a integrar a Diretoria de Operação e Serviços (DO), que substitui a Diretoria de Geração, Transmissão e Novos Negócios. Essa Diretoria mantém a independência operacional das subsidiárias da Celesc e passa a unificar a gestão dos serviços provenientes das diretorias Comercial e de Engenharia e Obras. As atribuições relacionadas a novos negócios, projetos de investimento e comercialização de energia foram redistribuídas para outras pastas.

A Diretoria de Regulação (DR) substitui a Diretoria de Gestão de Energia e Regulação, passando também a absorver atividades de controles internos.

A Diretoria Jurídica (DJ) mantém sua denominação, mas amplia seu escopo ao incorporar atribuições relacionadas à gestão estratégica de riscos, bem como aos programas de compliance e privacidade.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Financeiro	Julio Cesar Pungan
Diretor de Engenharia e Obras	Cláudio Varella do Nascimento
Diretor Comercial	Vitor Lopes Guimarães
Diretor Jurídico	Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Administrativo	Moisés Diersmann
Diretor de Operações e Serviços	Elói Hoffelder
Diretor de Planejamento	Lino Henrique Pedroni Junior
Diretora de Regulação	Pilar Sabino da Silva

Os currículos dos Diretores encontram-se em nosso *site*: <https://ri.celesc.com.br/>.

- **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal tem como competências as expressas na Lei das Sociedades por Ações, dentre as quais, estão: fiscalizar os atos dos administradores; examinar e emitir pareceres sobre a exatidão das demonstrações financeiras; convocar as assembleias gerais para deliberação dos acionistas; emitir relatórios e pareceres sobre as contas da administração, que serão apresentados aos acionistas nas assembleias gerais.

O Conselho Fiscal é formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos por até 2 mandatos consecutivos.

No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2025:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conselho Fiscal

Representante do Acionista Majoritário	Cláudio Rocha (Presidente) Suplente: Daniela Alves Carvalho Schmidt
Representante do Acionista Majoritário	Fabiano de Souza Suplente: Ilana Luiza Ferreira Marujo
Representante do Acionista Majoritário	Danieli Blanger Pinheiro Porporatti Suplente: Deyse Cristina Locatelli Haviaras
Representante dos Acionistas Minoritários	Cléber dos Santos Lima Suplente: Leandro Carron Rigamontte
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Thiago Costa Jacinto Suplente: Angela Gonçalves da Silva

Os currículos dos Conselheiros encontram-se em nosso *site*: <https://ri.celesc.com.br/>.

• Comitês de Elegibilidade

O Comitê de Elegibilidade é um órgão auxiliar do Conselho de Administração ao qual este se reporta diretamente, nas suas funções de análise e verificação dos requisitos de elegibilidade dos membros dos órgãos da administração da Companhia e das participadas, quando aplicável.

O Comitê de Elegibilidade é composto por 5 membros efetivos, dos quais 3 são conselheiros de administração e 2 são empregados da Companhia. O mandato é de 2 anos, sendo permitidas 2 reconduções consecutivas.

Comitê de Elegibilidade

Conselheiro Representante Acionista Majoritário	César Souza Júnior (Coordenação)
Conselheiro Representante Acionistas Preferencialistas	José Valério Medeiros Júnior
Conselheiro Representante dos Empregados	Paulo Guilherme de Simas Horn
Representante dos Empregados	Ana Beatriz Apolinário Cordioli
Representante dos Empregados	Roselle Berthier

• Demais Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

A Companhia possui Comitês de Assessoramento que debatem os assuntos a eles relacionados e assessoram o Conselho de Administração, fazendo o reporte e auxiliando na tomada de decisão.

Além do Comitê de Elegibilidade, a Companhia possui ainda o Comitê Estratégico, Regulatório e de Sustentabilidade; Comitê de Finanças e Comercialização; Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Ética.

2.1.2. Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

As premissas estratégicas do Grupo Celesc fazem parte de seu Plano Diretor, um plano amplo e de longo prazo, denominado atualmente de Celesc 2026-2035.

O Plano Diretor foi reformulado em 2019, com fundamento no programa estratégico então denominado Celesc 2030, a partir de análises abrangentes de cenários prospectivos, das expectativas dos *stakeholders* e das diretrizes legais aplicáveis à gestão estratégica. A iniciativa teve como finalidade estabelecer uma orientação clara e consistente para a Companhia, assegurando sua sustentabilidade no longo prazo e a evolução contínua da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Desde então, o Plano vem sendo revisado anualmente por meio de um processo estruturado e participativo, que envolve as principais partes interessadas. Nesse ciclo de atualização, são avaliadas as demandas e expectativas de cada público — acionistas, empregados, clientes, regulador, fornecedores e sociedade — além das variáveis do ambiente interno e do contexto externo, garantindo alinhamento estratégico, capacidade de adaptação e geração de valor sustentável.

O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, a Identidade Corporativa, Objetivos Estratégicos e as metas até 2029, com horizonte estratégico até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico que também contempla o detalhamento da estratégia em Projetos Estratégicos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Identidade Corporativa foi atualizada, em sua última revisão, realizada no ano de 2025, no que tange a sua missão e valores, mantendo-se inalterados seu propósito e visão, estando assim alinhada com os fundamentos estratégicos propostos e continuando a representar com fidedignidade a razão de existir da Companhia, o que ela deve fazer, onde quer chegar e no que ela acredita, conforme se apresenta abaixo:



Visão
Qual a nossa **ambição**?

"Ser uma empresa de energia eficiente reconhecida por seu nível de qualidade e geração de valor"



Missão
O que devemos fazer?

"Oferecer soluções em energia com excelência, promovendo desenvolvimento sustentável"



Propósito
Por que **existimos**?

"Cumprir sua função pública de prover energia para o desenvolvimento, e qualidade de vida"

Fonte: Plano Diretor Estratégico Celesc 2026-2035

Valores



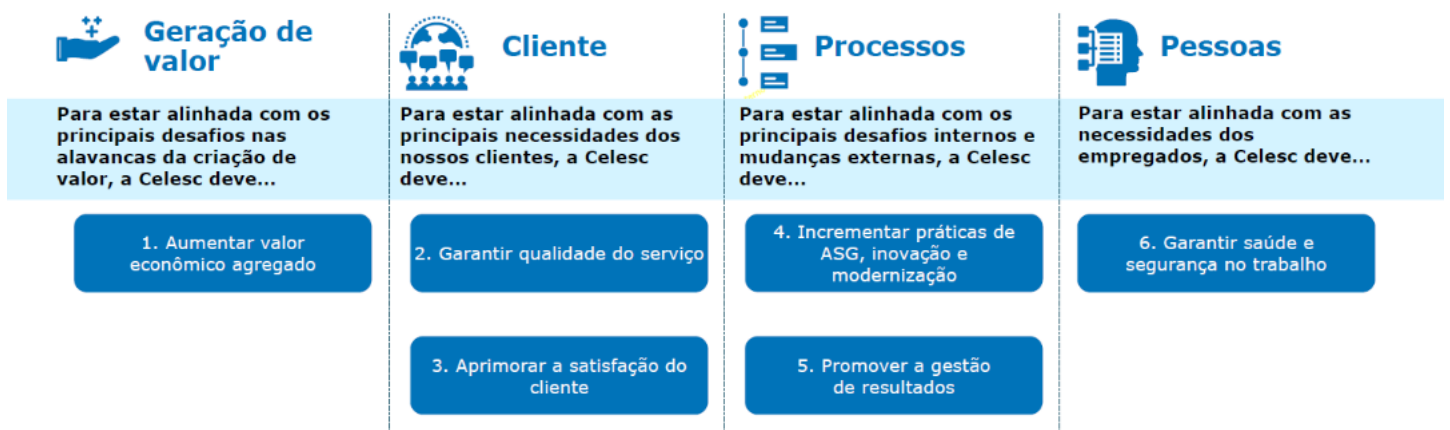
Em que **acreditamos** e **como** devemos nos **comportar**?

- **Saúde e Segurança...** é dever de todos o respeito à vida, o cuidado com a saúde física e mental, prevenção de acidentes e promoção de boas práticas de segurança
- **Ética...** na conduta com pessoas e processos
- **Responsabilidade...** com a sociedade, com os empregados, com o meio ambiente e com os acionistas
- **Eficiência...** refletida na geração de valor aos acionistas e na qualidade do serviço prestado aos clientes
- **Inovação...** na criação de soluções que promovam melhorias contínuas e geração de valor para as partes interessadas

Essas diretrizes visam alinhar as diversas áreas e processos da Companhia, promovendo a colaboração e garantindo que cada setor, dentro de sua competência, contribua de forma estratégica para o cumprimento dos objetivos corporativos e para a realização da visão de futuro da organização.

O Mapa Estratégico do Planejamento 2026–2035 estabelece os objetivos estratégicos orientados à geração de resultados que a Companhia pretende alcançar, servindo como referência para a definição dos principais indicadores e das metas físicas, financeiras e de sustentabilidade.

Na revisão realizada em 2025, o Mapa foi reestruturado para refletir as prioridades e diretrizes estratégicas da Companhia, alinhando-se às suas ambições de longo prazo, conforme apresentado a seguir.



Fonte: Plano Diretor Estratégico Celesc 2026-2035

Em relação ao direcionamento da Companhia, a distribuição deve ser seu foco estratégico, tendo outros negócios – como comercialização varejista, comercialização atacadista, geração, compartilhamento, eletropostos – em foco oportunístico.

Importante salientar ainda que, com base no Plano Diretor da Companhia, foram desenvolvidos, para o ano de 2026, 16 projetos estratégicos — iniciativas concebidas para contribuir diretamente com o alcance dos objetivos organizacionais, priorizando a geração de valor sustentável, o fortalecimento da competitividade e a promoção de inovação.

Por sua vez, no ano de 2025, foram conduzidos 14 projetos estratégicos, relacionados a: gestão do MSO; gestão de provisões; revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS); otimização de processos; redução de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

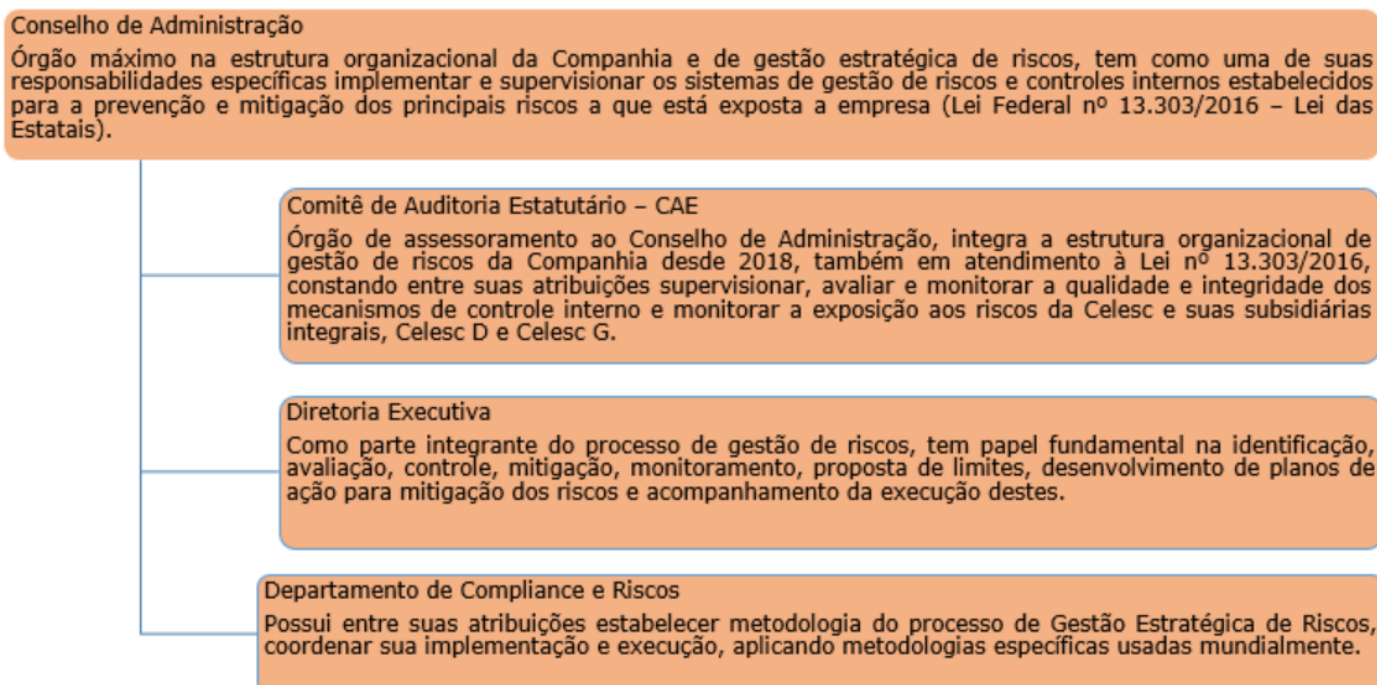
perdas; gestão da BRR; gestão do serviço; estabilização do Conecte; aceleração da varejista; revisão do WACC; práticas ASG; promoção da inovação; saúde e segurança do trabalho e cultura de resultados.

2.1.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha conforme o modelo das Três Linhas do Global Institute of Internal Auditors (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no seu *site* <https://ri.celesc.com.br/>, que orienta a Administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos.

A estrutura de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

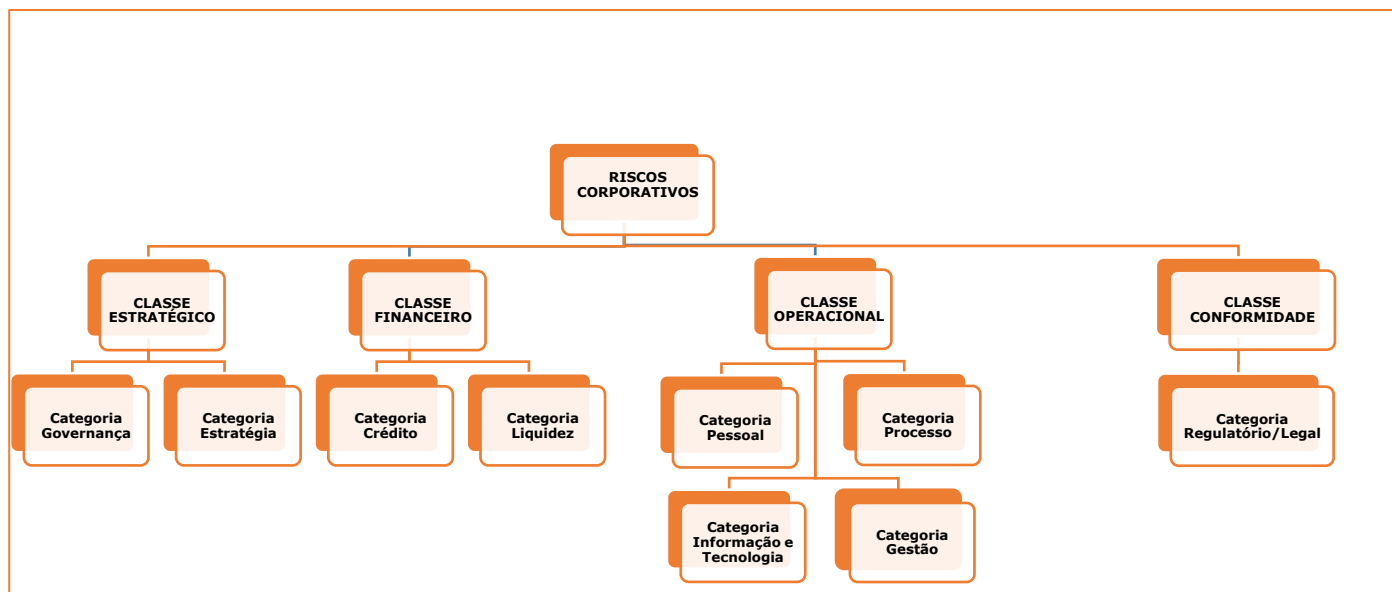


Entre as principais ações realizadas em 2025, destacam-se: a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos, a revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes, além dos testes de efetividade desses controles internos. Todos esses trabalhos são devidamente reportados à Diretoria Executiva e ao CAE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RISCOS CORPORATIVOS

A estrutura e os conceitos básicos dos Riscos Corporativos são:



CLASSE ESTRATÉGICO:

Categoria Governança:

- **Imagem**
Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

Categoria Estratégia:

- **Inovação e Transformação Digital**
Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos, como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.
- **Abertura de Mercado e Adequação Regulatória**
Risco de não adequação tempestiva do Grupo Celesc às novas exigências legais e regulatórias, bem como oportunidades de negócio, no que diz respeito, em especial, à Abertura de Mercado, podendo impedir o crescimento sustentável da Companhia no médio e longo prazo, acarretando impactos relevantes no modelo de negócio do Grupo Celesc, envolvendo receita, sustentabilidade econômico-financeira, operações e participação de mercado.
- **Mudanças Climáticas**
Risco de comprometimento das operações e/ou perdas financeiras devido a eventos climáticos extremos, assim como danos à imagem, perda valor de mercado e restrições de acesso a capitais de terceiros.

CLASSE FINANCEIRO:

Categoria Crédito:

- **Capital de Terceiros**
Risco de impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros ou câmbio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Categoria Liquidez:

- **Fluxo de Caixa**

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

- **Atuarial**

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (CELOS), por definição de premissa ou hipótese atuarial equivocada, gestão inadequada ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

CLASSE OPERACIONAL:

Categoria Gestão:

- **Investimentos**

Risco de perdas financeiras e operacionais, devido a fragilidades em requisitos, análises e mapeamentos dos investimentos e da eficiência na execução dos projetos.

- **Geração Distribuída**

Risco de comprometimento das operações da Rede de Distribuição devido ao grande aumento de conexões de Geração de Distribuída na rede, afetando a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes/consumidores, podendo acarretar custos substanciais e investimento sem o devido reconhecimento regulatório/tarifário adequado, afetando a imagem e a sustentabilidade técnica e econômico-financeira da distribuidora.

Categoria Pessoal:

- **Saúde e Segurança**

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

- **Gestão e Desenvolvimento de Pessoas**

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos empregados ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo, tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

Categoria Processo:

- **Resguardo de Ativos**

Risco de comprometimento da(s) operação(ões) da companhia decorrentes da falta de mecanismos de proteção contra invasões em subestações, usinas e almoxarifado central.

- **Contratação de Energia da Distribuidora**

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido à contratação fora dos limites regulatórios.

- **Perdas**

Risco de redução de receita em virtude da ultrapassagem das perdas técnicas e/ou não técnicas acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

Categoria Informação e Tecnologia:

- **Cibernético e Infraestrutura de TI**

Risco de perdas ou danos decorrentes de indisponibilidade ou acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à interrupção de sistemas críticos e/ou falhas na segurança da informação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CLASSE CONFORMIDADE:

Categoria Regulatório/Legal:

- **Socioambiental**

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais, expondo a companhia a atuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

- **Regulação do Setor Elétrico**

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da desconformidade regulatória nas operações da companhia, perda de valor em virtude de alterações na legislação que estejam desalinhadas com interesses estratégicos da Companhia e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

- **Fraude**

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

- **Provisões**

Risco de perdas econômicas ou financeiras provocadas pelo provisionamento de ações administrativas ou judiciais, por falta de ações preventivas para evitar a ocorrência de novas ações ou por deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

- **Privacidade**

Risco de ocorrência de penalidades por descumprimento de preceitos legais relativos à segurança e privacidade de dados de clientes, empregados, fornecedores e demais agentes que se relacionem com a Companhia, devido a fragilidades em políticas e/ou processos, sejam administrativos ou tecnológicos, que visem à proteção de dados armazenados pela Companhia.

CONTROLES INTERNOS

Os Controles Internos têm o objetivo de assegurar a confiabilidade das informações financeiras. A gestão dos controles é integrada às atividades das áreas de negócio, com supervisão da Alta Administração e do Conselho de Administração, refletindo o compromisso da Companhia com transparência, integridade e boas práticas de governança corporativa.

As práticas adotadas pela Celesc são alinhadas ao framework COSO, referência internacional amplamente utilizada no mercado. Esse alinhamento orienta a companhia na adoção de um ambiente de controle sólido, na avaliação sistemática de riscos, na implementação de atividades de controle consistentes, na comunicação eficaz de responsabilidades e na realização de monitoramento contínuo.

Entre as atividades que compõem o sistema de controles internos da Celesc, destaca-se a execução de Testes de Efetividade, cujo objetivo é validar se os controles implementados estão funcionando de maneira adequada e precisa. Esses testes permitem comprovar que os controles, especialmente aqueles relacionados aos processos que impactam as Demonstrações Financeiras, mitigam de fato os riscos identificados. A avaliação é realizada a partir de critérios técnicos de amostragem, utilizando seleção aleatória dentro de universos definidos, e considera como controle efetivo aquele que opera corretamente em todas as execuções previstas e de acordo com a forma determinada.

Além da importância operacional, a realização dos Testes de Efetividade atende a exigências legais e normativas aplicáveis à Celesc. A Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, aprovada pelo Conselho de Administração, prevê formalmente a execução desses testes como parte integrante do sistema de controle interno da companhia.

A legislação também reforça essa obrigação. A Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) estabelece supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário no que diz respeito às atividades das áreas de controle interno e monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controle e das informações divulgadas. Em âmbito estadual, o Decreto nº 1.484/2028 e a Instrução Normativa Conjunta SEF/SC nº 5/2018, determinam que todos os controles identificados devem ser submetidos a testes de efetividade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Celesc conduz essas avaliações de forma contínua e estruturada, reportando os resultados à Diretoria e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, e promovendo ações de melhoria sempre que necessário. Esse processo reforça a cultura de controle da empresa e contribui para o aprimoramento constante da governança corporativa e das práticas de gestão de riscos.

2.1.4. Programa de Compliance e Regras de Conduta

A Celesc conta com uma estrutura de governança baseada nas melhores práticas para realizar a coordenação, gestão e tomada de decisão quanto aos temas de Compliance. O seu Programa de Integridade e Compliance é estruturado em 6 pilares, disponíveis para conhecimento no nosso *site* <https://www.celesc.com.br/compliance-na-celesc-pilares>.

Pilares do Programa de Compliance



- **Ações Desenvolvidas em 2025**

Para o **Pilar Tom da Liderança**, o Programa contou com atuação ativa da Alta Administração na disseminação da cultura ética: a Diretoria Executiva manifestou-se por meio de ações diretas de engajamento, com destaque para a divulgação do Treinamento de Compliance 2025. Por meio de comunicações institucionais direcionadas ao público interno, a liderança reforçou a integridade como pilar fundamental da Celesc, incentivando a adesão obrigatória às capacitações e vinculando-as aos indicadores de desempenho (ASG). Essa abordagem assegura que o compromisso com a ética e as práticas anticorrupção seja vivenciado de forma prática e contínua em todos os níveis da Companhia.

No **Pilar Diretrizes**, a Celesc manteve seu compromisso de atualização contínua das normativas que guiam as ações dos empregados e profissionais que atuam em nome da Companhia. Ao longo de 2025, as Políticas e demais normas internas vinculadas ao Programa de Compliance foram revisadas conforme atualização da legislação e melhores práticas de governança corporativa. A companhia intensificou sua atuação no período por meio de consulta à instância de Compliance, mecanismo de orientação interna para lideranças e empregados na solução de dúvidas relacionadas a questões éticas.

No **Pilar de Comunicação e Treinamento**, a Administração e os empregados receberam comunicados, ao longo do ano de 2025, sobre os seguintes temas: ética no relacionamento com clientes; prevenção aos atos de fraude e corrupção; assédio moral e assédio sexual no ambiente de trabalho. Cabe destaque para as seguintes comunicações de final de ano: lembrete para o Dia Internacional do Combate à Corrupção e as diretrizes da Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades.

No que tange ao Treinamento, a Companhia promoveu mais uma vez, com grande adesão, o treinamento anual sobre o Código de Conduta Ética da Celesc aos seus empregados e Alta Administração. Também foi desenvolvido treinamento de Conduta Ética para Fornecedores e Terceirizados, com abordagem específica para esse público. Por fim, foram realizados cursos direcionados aos membros do Comitê de Ética da Companhia, bem como cursos e palestras para ambientação de novos empregados e atendentes comerciais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dando sequência, no **Pilar Monitoramento**, além da gestão de riscos de integridade, o Programa de Integridade e Compliance estabelece a realização de Análise de Integridade de agentes econômicos que atuam na cadeia de suprimentos da Companhia (*Due Diligence*). O Programa também auxilia o Comitê de Elegibilidade na realização de *background check* de postulantes a cargos na Administração do Grupo. A Celesc também adota mecanismos para garantir a conformidade das normas internas em relação a legislação e boas práticas de governança. Outra ação consiste no apoio às áreas de negócio na identificação de transações com partes relacionadas e adoção de medidas de controle na realização desses negócios.

No **Pilar Investigação**, a área que coordena o Programa de Integridade e Compliance conta com uma cadeia permanente no Comitê de Ética da Celesc, atuando como suporte, conforme definido no regimento interno desse órgão colegiado.

Por fim, no **Pilar Medidas Corretivas**, o Programa é constantemente submetido a avaliações independentes conforme objetivos traçados no Plano Diretor da Companhia, possibilitando a melhoria contínua dos processos.

2.1.5. Políticas Internas

A Companhia gerencia e controla suas Políticas Internas aprovadas pelo Conselho de Administração. São elas:

Política de Compliance – Busca fortalecer e consolidar um sistema de integridade, reafirmando o alinhamento da sua gestão com a probidade profissional e o interesse público. O objetivo desta Política é estabelecer diretrizes e responsabilidades que devem nortear a atuação das instâncias envolvidas na condução do Programa de Integridade e Compliance da Celesc, em observância à legislação aplicável, às boas práticas de mercado e às normativas internas da Companhia.

Política de Porta-Vozes – Assegura o relacionamento transparente e profissional entre a Celesc e a imprensa; promove qualidade, coerência e agilidade às informações de interesse dos veículos de comunicação, entendidas aqui como de interesse público; estimula o atendimento proativo à imprensa de forma oportuna; e garante que sejam preservadas as informações de acesso restrito, por força de sigilo.

Política de Distribuição de Dividendos – Estabelece as práticas de destinação do lucro líquido da Companhia e suas subsidiárias integrais, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

Política de Transações com Partes Relacionadas – Estabelece regras de modo a assegurar a competitividade, conformidade, transparência, equidade, comutatividade, integridade, responsabilização (*accountability*) e sustentabilidade, alinhando os interesses às melhores práticas de governança corporativa.

Política de Responsabilidade Socioambiental – Preza pela melhoria contínua de nossas atividades empresariais, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Política de Comunicação – Descreve as premissas a serem praticadas por todas as Diretorias, assistências, gerências e profissionais das áreas de Comunicação. Descreve os objetivos, valores, diretrizes, públicos e processos da comunicação.

Política Anticorrupção – Tem o objetivo de registrar e comunicar a todos envolvidos direta ou indiretamente com a Celesc que a Empresa atua de maneira legal, ética, transparente e profissional, além de se constituir em ferramenta de prevenção e orientação.

Política de Divulgação de Informações e de Negociações de Ações – Tem como finalidade estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações, assim como a política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos – Definir objetivos, conceitos, princípios, diretrizes e responsabilidades, com a finalidade de estruturar um sistema de gestão de riscos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e controles internos, de forma a fortalecer a governança e contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos da organização, aplicável aos Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade.

Política de Relacionamento com Fornecedores – Tem por objetivos repassar aos parceiros comerciais as regras de conduta adotadas pela Celesc, recomendando que seus fornecedores estendam estes critérios para as empresas por eles contratadas, buscando assim a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Política de Segurança e Saúde do Trabalho – Sua elaboração está fundamentada no compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de segurança às estratégias empresariais.

Política de Indicação – Estabelece diretrizes para a indicação de membros de órgãos estatutários da Companhia, de suas subsidiárias integrais e de suas participações societárias.

Política de Diversidade e Inclusão – Define as diretrizes e critérios de diversidade e inclusão para os processos relativos à gestão de pessoas na Celesc, garantindo que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades profissionais e sejam avaliadas pelos novos comportamentos da cultura de Diversidade e Inclusão. Essa Política inclui o compromisso com programas e ações afirmativas de diversidade e inclusão focados em ampliar a diversidade de pessoas nos cargos de gestão e liderança da Celesc. A relação entre os(as) empregado(a) deve se estabelecer com base no respeito mútuo, sem reforçar estereótipos e preconceitos, de modo que nenhum tipo de discriminação seja tolerado.

Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Estabelece diretrizes claras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a fim de garantir que as demonstrações contábeis da Companhia reflitam adequadamente suas obrigações presentes e contingências, considerando sua natureza, oportunidade e valor, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com os princípios contábeis aplicáveis.

Essas Políticas estão disponíveis para consulta, na sua íntegra, em nosso *site* <https://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/>.

2.2. Dimensão Ambiental

Celesc mantém rigorosa observância aos requisitos legais aplicáveis à conformidade ambiental de seus empreendimentos, adotando procedimentos formais para obtenção, manutenção e renovação das licenças ambientais necessárias às suas atividades.

Esse compromisso abrange todas as subestações, independentemente do nível de tensão, bem como as linhas de distribuição com tensão igual ou superior a 69 kV, em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente no estado de Santa Catarina.

No planejamento de novos empreendimentos, a Companhia adota diretrizes ambientais destinadas à minimização de impactos socioambientais. A definição de traçados e a locação de estruturas priorizam alternativas que evitem a supressão de fragmentos florestais nativos, a interferência em Unidades de Conservação e a sobreposição a áreas legalmente protegidas, incluindo Territórios Quilombolas e Terras Indígenas.

Após a definição dos traçados e da localização das subestações, são realizados estudos ambientais específicos, contemplando diagnóstico detalhado dos meios físico, biótico e socioeconômico das áreas de implantação. Esses estudos identificam e avaliam os impactos potenciais nas fases de projeto, construção e operação. Com base nos resultados obtidos, são elaborados e implementados planos e programas ambientais voltados à mitigação, compensação e monitoramento dos impactos identificados, em consonância com as condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

No exercício de 2025, todas as obras conduzidas pela Companhia tiveram seus respectivos planos e programas ambientais devidamente implementados, sendo as atividades acompanhadas por equipe especializada de supervisão ambiental contratada, com fiscalização *in loco*. Esse monitoramento contínuo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

assegura o cumprimento das exigências legais e regulatórias, a aderência aos indicadores de desempenho ambiental e o atendimento às condicionantes dos processos de licenciamento.

Além das ações diretamente relacionadas ao licenciamento ambiental de subestações e linhas de distribuição acima de 69 kV, a Companhia executou programas, planos e projetos destinados à prevenção e mitigação de impactos decorrentes de suas demais atividades operacionais e administrativas. Destacam-se as iniciativas relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos, tanto administrativos quanto aqueles oriundos da operação e manutenção do Sistema Elétrico de Potência (SEP), incluindo a realização de análises do teor de Bifenilas Policloradas (PCB) em sucatas e equipamentos inservíveis contendo óleo mineral (ou que operavam à base de óleo mineral), bem como a adequada destinação final de resíduos contaminados.

A Companhia também atuou como respondente em relatórios e questionários de sustentabilidade, incluindo aqueles promovidos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), pela ABRADDEE e pela ANEEL, além de iniciativas vinculadas a processos de captação de recursos por meio de debêntures.

No mesmo período, foram emitidas orientações técnicas e pareceres ambientais com vistas à qualificação de fornecedores em processos licitatórios, conforme demanda das áreas internas, bem como realizadas ações de educação e conscientização ambiental direcionadas aos empregados, com apoio da comunicação interna.

No contexto das mudanças climáticas, a Companhia elaborou seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), promovendo a divulgação das informações no Registro Público de Emissões e na plataforma do Carbon Disclosure Project (CDP), iniciativa internacional que consolida dados ambientais de empresas em âmbito global.

2.2.1. Ações Ambientais

A Companhia, no que se refere à conformidade ambiental de seus empreendimentos, segue rigorosamente os procedimentos para obtenção, manutenção e renovação das licenças ambientais necessárias, qualificação técnica de fornecedores nos processos de licitação, elaboração do inventário de gases de efeito estufa (GEE) e divulgação das informações no Registro Público de Emissões, além do relato na plataforma do Carbon Disclosure Project (CDP).

- **Celesc Distribuição**

a) Plano de Consumo Consciente – PCC

Estruturado em três programas específicos: Programa de Consumo Sustentável de Água, Programa de Uso Sustentável de Recursos Naturais e Programa de Valorização de Resíduos Administrativos, o PCC estabelece indicadores e metas para a gestão de recursos naturais visando o uso racional de água, eliminação do uso interno de copos descartáveis, redução de impressões e gestão de resíduos sólidos administrativos.

O Plano de Consumo Consciente está alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aos ODS 13,14 e 15.

Com base no acompanhamento das Metas dos indicadores do PCC ao longo de 2025, foi observado que o indicador compra de copos apresentou ótimo desempenho na maioria das dezesseis Agências Regionais, demonstrando o comprometimento dos empregados com essa temática.

Quanto ao número de impressões, é necessário realizar uma análise criteriosa em cada setor, visando otimizar e reduzir o uso, uma vez que, na maioria das Agências Regionais, houve aumento no número de cópias.

Em relação ao consumo de água, também é preciso atenção especial, principalmente quanto à pronta resolução de vazamentos, registrados ao longo do ano em diversas Agências Regionais e lojas de atendimento. Embora, algumas vezes, a perda de água esteja oculta, dificultando a percepção, o monitoramento das faturas de água e o aumento repentino no volume consumido sem que haja motivos aparentes devem ser considerados como um alerta importante.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerando a importância de dar continuidade à implementação da cultura do Consumo Consciente nas atividades de rotina, os gerentes das Agências Regionais e suas equipes foram convidados a definir as novas metas para 2026.

O Programa de Valorização de Resíduos Administrativos, que integra o PCC, contempla o atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme a Lei nº 12.030/2010. Para este, os indicadores definidos foram a "Ampliação do Gerenciamento de Resíduos nas Agências Regionais" e "Quantidade de Rejeitos Gerados/dia (kg/dia)" no prédio da Administração Central em Florianópolis.

Para o primeiro indicador, a meta foi alcançada com a aplicação de treinamento. Além disso, foram instaladas novas lixeiras seletivas e fornecidas balanças para a quantificação dos resíduos por tipo. A adesão das Agências Regionais ao processo do gerenciamento tem sido crescente, demonstrando interesse por parte dos responsáveis em contribuir com o atendimento à legislação ambiental, com a prevenção da poluição e o aproveitamento de resíduos como matéria prima em processos de reciclagem.

Para o indicador "Quantidade de Rejeitos Gerados/dia (kg/dia)", a meta de redução para 2025 foi mantida a mesma de 2024: 28,02 kg/dia. Esse indicador mede a qualidade da segregação realizada pelos empregados nas lixeiras seletivas, ou seja, quanto menor o resultado, melhor o desempenho. Em 2025, os resultados demonstraram desempenho além do esperado, em decorrência dos esclarecimentos prestados aos empregados por meio da Comunicação Interna, bem como do treinamento no Celesc Capacita sobre gerenciamento de resíduos administrativos, com o objetivo de orientar e motivar a correta segregação dos resíduos nas respectivas lixeiras seletivas.

Indicador "Quantidade de rejeitos AC" (kg/dia)	
Ponto inicial	31,20
Meta	28,02
Desempenho 2025	46,83

b) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2025, a Celesc D destinou cerca de 8.270,86 toneladas de resíduos gerados nas áreas de almoxarifados, originados nos processos de operação e manutenção do sistema elétrico de potência. Desse total, 97%, compostos por sucatas de cabos metálicos, postes/cruzetas de concreto e de madeira, equipamentos elétricos, óleo mineral isolante, dentre outros, foram enviados para processo de reciclagem e reuso (postes de madeira), via editais de alienação.

Os resultados do gerenciamento de resíduos administrativos demonstraram que passaram pelo processo de pesagem cerca de 72 toneladas. Desse montante, 18 toneladas de resíduos orgânicos gerados nas copas, lanchonete e restaurante localizados na Administração Central e na Agência Regional de Chapecó, foram encaminhados para processos de compostagem. Foram enviadas 19,4 toneladas de recicláveis secos (papel, papelão, plástico, metal e vidro), para cooperativas de materiais recicláveis. Para aterros sanitários foram enviadas 34,5 toneladas de rejeitos. Também foram contabilizados 695,2 litros de óleo de cozinha gerados pelo restaurante e lanchonete, enviados para reciclagem, e 77 kg de pilhas e pequenas baterias geradas no prédio da Administração Central, enviadas para destinação final ambientalmente adequada.

Destaca-se ainda o programa de descarte de documentos com temporalidade vencida, que propiciou a fragmentação de 36,7 toneladas de papel e envio para destinação final ambientalmente adequada por meio da reciclagem. A Cooperativa de Catadores de Baixa Renda Cooperitapema, vencedora de Chamada Pública realizada no ano anterior, foi beneficiada com toda a renda obtida com a venda do material para reciclagem.

C) Inventário e Eliminação de Bifenila Policlorada (PCB)

Em 2025, foi dada continuidade ao Plano de Gerenciamento de PCB, com a realização de coletas de amostras em equipamentos inservíveis (sucatas) e execução de análises cromatográficas censitárias para determinação do teor de PCB. Também foram mantidas as ações de controle de qualidade do óleo nas oficinas reformadoras de transformadores de distribuição. Nos dois processos, os equipamentos e materiais nos quais foi identificada contaminação por PCB, em concentrações iguais ou superiores a 50 mg/kg, tiveram sua destinação final realizada por meio de empresa terceirizada, devidamente licenciada para realização da descontaminação química.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaca-se que todos os equipamentos recuperados são reabastecidos exclusivamente com óleo mineral novo, comprovadamente isento de PCB, e submetidos a análises individuais antes de sua devolução à rede da Celesc D, para reintegração ao Sistema Elétrico de Potência (SEP). O óleo mineral usado, previamente drenado dos equipamentos em processo de recuperação, é analisado em lotes e recebe destinação ambientalmente adequada: os lotes não contaminados são encaminhados para refino, enquanto os contaminados são tratados por empresas licenciadas. Em 2025, foram destinadas 29,8 toneladas de óleo usado contaminado por PCB provenientes das oficinas e 266 toneladas de óleo não contaminado, as quais retornaram à cadeia produtiva.

A tabela a seguir demonstra a massa total, resultante do controle em sucatas e nas reformadoras, de resíduos contaminados com PCB que foram destinados adequadamente ao longo dos últimos 5 anos.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Toneladas de contaminados com PCB	215,51	325,25	199,81	280,12	355,74

d) Mudanças Climáticas

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) utilizando a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Esse processo envolve o mapeamento e a quantificação das fontes de emissões de carbono das atividades da Celesc e suas subsidiárias, Celesc D e Celesc G, permitindo um diagnóstico detalhado dos processos internos. Os inventários abrangem os três escopos de emissões diretas e indiretas e são verificados por um Organismo de Verificação (OVV) acreditado pelo Inmetro, recebendo o Selo Ouro do Programa GHG Protocol. Os dados dos inventários estão disponíveis no Registro Público de Emissões (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/>).

O Escopo 1 refere-se às emissões diretas de GEE, ou seja, àquelas que estão sob o controle da empresa, incluindo: a combustão de veículos da frota, o uso de gás SF6 nas subestações, GLP em fogões e empilhadeiras, gases de refrigeração e gás carbônico de extintores. Destaca-se que a utilização de combustíveis fósseis na frota é a principal fonte de emissões da Companhia, que planeja desenvolver ações para reduzir ou compensar essas emissões no futuro.

As emissões de GEE geradas em função das atividades da Celesc D referentes ao ano de 2025 serão ainda calculadas e compiladas no respectivo inventário a ser elaborado e concluído no final do primeiro trimestre de 2026, em consonância com o cronograma do GHG Protocol.

No que cabe às emissões reportadas no ciclo anterior, a saber, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu mais de 5.988,023 toneladas de CO₂ equivalente no Escopo 1, 96.504,806 toneladas no Escopo 2, que contempla a compra de energia e as perdas técnicas, e 783,590 toneladas no Escopo 3.

Para promover o engajamento e a conscientização sobre mudanças climáticas entre fornecedores e empregados, a Supervisão de Gestão Ambiental realiza a coleta de dados para quantificar as emissões indiretas do escopo 3, incluindo informações de parte da cadeia de fornecedores e o deslocamento casa-trabalho dos empregados. Dentre os fornecedores de materiais e serviços, a contabilização abrange as emissões pelo transporte de novos equipamentos, como postes, transformadores de distribuição e religadores, além do consumo de combustível relacionado à execução de serviços terceirizados das equipes de cortes e novas ligações de energia elétrica. Os dados sobre o deslocamento de empregados entre casa e trabalho são obtidos por meio de um formulário *online* divulgado via intranet da Companhia.

Em relação às questões de adaptação e resiliência do sistema elétrico às mudanças climáticas, desde 2024, a Celesc D reconhece a relevância do tema ao incluí-lo como um fator a ser avaliado no processo de gestão de riscos estratégicos da Companhia. Isso reflete uma preocupação com os riscos e impactos que eventos climáticos extremos podem ter sobre as operações e a qualidade do fornecimento, além dos custos potenciais e/ou perdas financeiras associados à reconstrução do sistema colapsado por eventos extremos, ressarcimento a consumidores por eventual dano elétrico dentre outros. Anualmente, a Celesc D tem direcionado investimentos para tornar o sistema mais automatizado e recursivo, bem como, tem reforçado ações de podas preventivas e instalação de redes protegidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e) Mitigação de impactos ambientais na fase de operação dos empreendimentos

A Celesc D demonstra um forte compromisso com a responsabilidade socioambiental, alinhando suas ações à Política de Responsabilidade Socioambiental do Grupo.

Em 2025, a Companhia enfrentou desafios relacionados a ocorrência de nove incidentes que resultaram em vazamento de óleo mineral, devido a abalroamentos e/ou furtos e/ou falhas em equipamentos, dos quais seis ocorreram em subestações.

A resposta da Celesc D a esses incidentes foi rápida e eficaz, com o acionamento do contrato para atendimentos de emergência ambientais. A agilidade nas intervenções foi crucial para mitigar os impactos negativos associados a vazamentos, propiciando a recomposição dos ambientes impactados e contribuindo para a proteção de recursos naturais na área de abrangência do SEP.

f) Proteção da biodiversidade

O Programa de Proteção de Aves na Rede (PPAR), desenvolvido pela Celesc D, tem por objetivo promover a convivência harmoniosa entre o sistema de distribuição de energia elétrica e a nidificação do joão-de-barro (*Furnarius rufus*), uma das espécies mais representativas da fauna brasileira.

O Programa é executado anualmente e contempla a identificação e a retirada de ninhos inativos localizados em pontos que apresentem risco à segurança das aves ou à continuidade do fornecimento de energia. Após a remoção, são instalados dispositivos afastadores nas estruturas da rede de distribuição, com a finalidade de inibir a reconstrução de ninhos em locais considerados críticos, prevenindo a ocorrência de acidentes e interrupções no sistema elétrico.

Em atendimento às condicionantes da Autorização Ambiental (AuA nº 3296/2020), emitida pelo IMA/SC, as atividades são realizadas no período de maio a agosto, fora da época reprodutiva da espécie, reduzindo o risco de interferência em ovos, ninhos ou indivíduos jovens e adultos.

No exercício de 2025, foram retirados 1.963 ninhos classificados como em situação de risco e instalados 6.080 dispositivos afastadores nas redes de distribuição, reforçando o compromisso da Companhia com a segurança operacional e a proteção da fauna.

- **Celesc Geração**

a) Mudanças Climáticas

Anualmente, a Companhia elabora o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, aplicando a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Os inventários da Celesc e são completos, abrangendo os 3 escopos de emissões diretas e indiretas, além de serem verificados por Organismos de Verificação – OVV, acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, recebendo, dessa forma, o Selo Ouro do Programa GHG Protocol. Todos os inventários de emissões da Celesc e de suas subsidiárias podem ser consultados no Registro Público de Emissões (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/>).

Como forma de engajamento e conscientização de fornecedores e de empregados próprios, acerca da temática de mudanças do clima, a Celesc aperfeiçoou a coleta de dados para subsidiar a quantificação das emissões indiretas do escopo 3 inserindo a cadeia de fornecimento: dados de transporte de equipamentos novos como postes, transformadores de distribuição e religadores (categoria *upstream*), prestação de serviços em cortes e novas ligações de energia elétrica (categoria *downstream*), e deslocamento casa-trabalho dos empregados (questionário voluntário divulgado entre os empregados).

O inventário de emissões relativo a 2025 encontra-se em elaboração.

Finalmente, a Celesc continua realizando o reporte anual no questionário de mudanças climáticas da plataforma do Carbon Disclosure Project – CDP, sendo mantido em 2025 o *score* C (pontuação crescente de D até A), que indica que a Companhia está num patamar de conscientização. Esse resultado representa uma evolução no reporte, por meio de uma abordagem mais aprofundada, detalhada e articulada com documentos estratégicos, de planejamento e as práticas da Companhia, especialmente, nas ações de adaptação, visando aumentar a resiliência do sistema elétrico aos eventos climáticos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

adversos. Cabe ressaltar que, de acordo com os critérios do CDP, o avanço para os *scores* B e A dependerá da implementação de ações nas categorias gestão de emissões diretas (redução/compensação no escopo 1, referente a contribuições geradas pelo uso de combustível fóssil pela frota), mapeamento de riscos e oportunidades climáticas e inserção do tema mudanças climáticas na área de governança corporativa.

b) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2025, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 27,31 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e de luz mista, sucatas ferrosas, sólidos contaminados, lodos de fossas sépticas e outros recicláveis (madeiras, papéis e plásticos).

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro, refino e tratamento de efluentes. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

c) Ação de Limpeza na Usina Salto para recolhimento de resíduos

Em 100 dias de campanha de recolhimento de resíduos, a Celesc G recolheu mais de 140 kg de plástico - o equivalente a cerca de 3.857 garrafas PET de 2 litros. O resultado é fruto de 28 intervenções com limpeza das grades de entrada do canal e das turbinas da Usina, onde se acumulam detritos trazidos pelo rio Itajaí-Açu. O trabalho impediu que esse volume de resíduos continuasse seu curso pelo rio, evitando um impacto ambiental significativo.

O material recolhido foi encaminhado para reciclagem, com registro no IMA/SC e Certificado de Destinação Final, que garantem a rastreabilidade e o tratamento adequado.

d) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Desde 2019, a Celesc G e o IMA/SC mantêm Protocolo de Intenções com o objetivo de instituir a Unidade de Conservação (UC) denominada Estação Ecológica do Bracinho.

A área proposta para a UC compreende a bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, localizadas nos municípios de Schroeder e Joinville, respectivamente. Para viabilizar a implementação da Unidade, foi constituída equipe técnica composta por representantes de ambas as instituições, responsável pela coordenação e pelo acompanhamento das etapas técnicas e administrativas necessárias à sua efetivação.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de definição das diretrizes de manejo da área, considerando os usos prioritários e os objetivos de conservação estabelecidos para a categoria de Estação Ecológica. A UC abrange área aproximada de 4.780 hectares, contribuindo para a preservação de parcela significativa da Floresta Pluvial Atlântica inserida na região da Serra do Mar, reforçando o compromisso institucional com a conservação da biodiversidade e a proteção dos recursos naturais.

e) Monitoramento Hidrológico

A Celesc G mantém em operação 23 estações telemétricas de monitoramento hidrológico, distribuídas em cinco regiões hidrográficas no estado de Santa Catarina. Essas estações também fornecem suporte de redundância ao Centro de Operação de Geração (COG), inclusive em situações de eventos hidrológicos críticos.

Em 2025, a Celesc G prosseguiu com a execução das condicionantes de licenciamento ambiental do parque gerador da Companhia por meio do desenvolvimento de 120 programas ambientais, distribuídos em distintos temas, tais como destinação de efluentes líquidos e resíduos sólidos, monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, levantamento e conservação da fauna terrestre, ictiofauna e macroinvertebrados aquáticos, macrófitas aquáticas, controle de sedimentos, recuperação de áreas degradadas, manutenção das vazões ecológicas, educação ambiental e comunicação social. Esses programas abrangeram as 13 usinas de geração próprias em operação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

f) Simulados de Emergência de Rompimento de Barragem

Em maio, a Celesc G participou do 1º Simulado Geral de Gestão de Desastres, organizado pela Defesa Civil de Santa Catarina. O exercício foi simulado na Usina Celso Ramos, na região Oeste do estado. Foram realizadas palestras focadas em segurança e gestão de riscos e uma simulação de acionamento de sirenes para evacuação dos locais atingidos em caso de uma eventual emergência na barragem da usina.

Ao final do ano, outros simulados foram realizados nas Usinas Cedros e Palmeiras, em Rio dos Cedros, na Usina Salto Weissbach, em Blumenau, e na Usina Caveiras, em Lages.

Os exercícios integram o Plano de Ação de Emergência (PAE) das barragens da Celesc G e reforçam o seu compromisso com a segurança das comunidades que vivem próximas aos seus empreendimentos.

g) Conservação da Flora

Com o objetivo de subsidiar a proteção das espécies da fauna ameaçadas de extinção registradas no entorno da Usina Celso Ramos, a Celesc G mantém plano de ações prioritárias voltado à conservação da biodiversidade local.

Esse plano contempla medidas direcionadas à manutenção dos *habitats*, ao monitoramento das espécies identificadas e à adoção de práticas que contribuam para a mitigação de impactos decorrentes das atividades operacionais, assegurando a preservação e a sustentabilidade desses ambientes.

h) Recuperação de Ambientes Aquáticos

No exercício de 2025, a Celesc G deu continuidade às tratativas de anuência junto ao órgão ambiental competente, com vistas à recuperação dos ambientes aquáticos inseridos nos reservatórios das Usinas Bracinho, Palmeiras, Celso Ramos, Ivo Silveira e Garcia.

As atividades desenvolvidas compreendem o levantamento e o monitoramento da fauna e da flora aquáticas associadas, bem como a remoção do excesso de sedimentos, com o objetivo de promover a melhoria do substrato de fundo, o aumento da complexidade dos *habitats*, a qualificação dos remansos, a estabilização dos barrancos e o incremento da cobertura vegetal das margens, contribuindo para a recuperação e a manutenção da qualidade ambiental desses ecossistemas.

i) Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho)

No exercício de 2025, após auditoria conduzida pela ABS Quality Evaluations, a Celesc G obteve a manutenção dos certificados de conformidade de seu Sistema de Gestão Integrada (SGI), que abrange os Sistemas de Gestão da Qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015), Ambiental (ABNT NBR ISO 14001:2015) e de Segurança e Saúde do Trabalho (ISO 45001:2018).

A certificação contempla a Usina Hidrelétrica Garcia, localizada no município de Angelina, bem como o Centro de Operação da Geração (COG), situado na Administração Central, em Florianópolis.

A manutenção dessas certificações evidencia o compromisso da Companhia com a melhoria contínua de seus processos, a proteção do meio ambiente, a promoção da saúde e segurança ocupacional e a sustentabilidade de suas operações. Adicionalmente, a certificação do Sistema de Gestão Ambiental reforça a credibilidade institucional e contribui para o fortalecimento da imagem corporativa, ao demonstrar a adoção de práticas alinhadas às melhores referências normativas e à crescente relevância do tema ambiental no contexto empresarial.

2.3. Dimensão Social

2.3.1. Compromisso com a Sociedade

O compromisso social da Companhia encontra-se formalmente incorporado ao seu Planejamento Estratégico, à sua Política de Responsabilidade Social, aos Programas de Eficiência Energética (PEE), aos Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) e à sua Declaração de Mudanças Climáticas,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

instrumentos por meio dos quais são estabelecidas diretrizes e ações voltadas à promoção da sustentabilidade em toda a cadeia de valor.

Dentre os compromissos assumidos, destacam-se a promoção do uso eficiente da energia elétrica, o incentivo à diversificação da matriz energética com ampliação da participação de fontes renováveis, bem como a redução das emissões de gases de efeito estufa e de resíduos poluentes, reforçando a atuação responsável da Companhia sob as dimensões ambiental, social e econômica.

Programa de Eficiência Energética (PEE)

Em 2025, a Celesc D investiu R\$34,4 milhões em projetos do Programa de Eficiência Energética, com destaque para projetos que beneficiam famílias em condições de vulnerabilidade social, projetos responsáveis pela modernização e eficiência da iluminação pública de municípios catarinenses e projetos que beneficiaram a indústria catarinense.

Os projetos "Energia do Bem 6" e "SC + Eficiente" beneficiaram famílias em situação de vulnerabilidade social por meio da troca de lâmpadas, chuveiros, geladeiras e padrões de entrada de energia, somando um investimento de R\$17,9 milhões em 2025.

No setor de iluminação pública, a Celesc investiu R\$8,4 milhões, promovendo eficiência energética nos municípios de Água Doce, Balneário Barra do Sul, Bom Retiro, Canoinhas, Celso Ramos, Chapecó, Lages, Sangão, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul, Tangará e Zortéa.

A indústria catarinense foi beneficiada com um investimento de R\$5,4 milhões, promovendo economia de energia por meio da troca de motores, sistemas de controle e outros equipamentos.

Outros R\$2,4 milhões foram investidos em projetos que beneficiaram prédios públicos, hospitais e instituições de ensino e na gestão do programa.

Destacamos ainda a participação da Celesc na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética de 2025, com um investimento de R\$250 mil.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

Em sua busca por inovações para enfrentar os desafios tecnológicos e de mercado no segmento de energia elétrica, o Programa PDI da Celesc D tem direcionado seus investimentos de maneira predominante para sua principal ênfase: a distribuição de energia elétrica. O desempenho dessa área é resultado de uma política voltada para o desenvolvimento de projetos que visam agregar valor aos negócios corporativos, concentrando-se na otimização operacional e na promoção desses projetos dentro da cadeia de inovação do setor elétrico.

Em 2025, a Companhia investiu R\$18,9 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, no âmbito do Programa de PDI da ANEEL, com projetos voltados ao uso de realidade virtual para capacitação, drones para inspeção da rede, automação e incorporação de novas tecnologias operacionais.

Portfólio e Investimentos Prioritários

O portfólio de projetos da Celesc contempla iniciativas distribuídas em eixos estratégicos, com destaque para projetos que avançam do protótipo para a pré-comercialização e para a implantação piloto em rede, reduzindo o tempo entre pesquisa e captura de valor. Entre os projetos priorizados constam soluções de microrredes com hidrogênio verde, armazenamento de energia transportável, mobilidade elétrica, robotização de inspeção/manutenção e infraestruturas resilientes, além de aplicações de IA em planejamento e operação.

Destques por Eixo de Inovação

a) Transição Energética e Armazenamento

GEMAI-H2V — Gestão Energética de Microrredes Autônomas com Hidrogênio Verde: desenvolvimento e implementação de microrrede isolada, integrando planta fotovoltaica e sistema de armazenamento por hidrogênio verde, com gestão inteligente de energia. O projeto impulsiona a descarbonização, a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

autonomia operacional e cria base de conhecimento para arquiteturas híbridas em localidades remotas ou críticas.

Sistema de Armazenamento Transportável Multifunção: solução com baterias de primeira e segunda vida integrada a semirreboque, apta a suportar desligamentos programados, picos sazonais de demanda e controle de reativos, elevando a confiabilidade e promovendo uso sustentável do ciclo de vida das baterias.

Operacionalização do Modelo de Negócios de Eletropostos — fase Lote Pioneiro: evolução do projeto de eletropostos Celesc com foco em implante comercial, monetização e expansão com estações ultrarrápidas, integrando a rede e atraindo parceiros para acelerar a mobilidade sustentável no Estado.

Converte II — Conversão de Veículos Comerciais Leves para Elétricos: inserção de veículos elétricos na frota pública via conversão, incluindo unidades da frota Celesc e um modelo híbrido, para redução de emissões e custos operacionais no ciclo de vida.

b) Infraestrutura Verde e Resiliente

Chave Fusível para Orla Marinha: projeto para alta resistência à corrosão em ambientes críticos, aumentando confiabilidade e vida útil, com menor geração de resíduos por substituições recorrentes.

Proteção Mecânica para Redes Aéreas: aperfeiçoamento de dispositivo de proteção para postes e prensa-cabos, evitando que cabos rompidos atinjam o solo.

Organização e Autenticação de Cabeamentos de Telecom: sistema inteligente (dispositivo + software) para identificar, autenticar e organizar cabeamentos em postes, com controle de acesso e melhor ordenamento do espaço compartilhado.

Melhores Práticas para Distribuição diante de Eventos Climáticos Extremos: estudo aplicado com tecnologias de monitoramento climático e IA, propondo indicadores de resiliência, ações preventivas e recomendações regulatórias para resposta a eventos extremos.

c) Automação, Robótica e Inteligência Artificial

Inspeção Robotizada de Linhas de Distribuição: desenvolvimento de robô e software para detectar falhas térmicas, habilitando manutenção preditiva e reduzindo DEC/FEC em áreas críticas.

Drone-robôs para Manutenção em Cabos de Alta Tensão: consolidação de módulos robóticos acoplados a drones para automatizar rotinas como lavagem, remoção de detritos e instalação de amortecedores/esferas, com foco em segurança, padronização e produtividade.

Plataforma de IA para Poda/Roçada em Faixas de Servidão: uso de sensoriamento remoto e algoritmos de IA para verificação e validação dos serviços, trazendo rastreabilidade e melhor planejamento da vegetação.

d) Segurança Operacional e Capacitação

Smart EPI Multisensorial (IoT): equipamento de monitoramento on-line das atividades de eletricitistas, integrado às plataformas de gestão de serviços de campo, para reforço de compliance de segurança e coleta de evidências.

Estúdio de Realidade Virtual (O&M em Redes Aéreas): consolidação de sistema de RV para treinamento imersivo e expansão de novas funcionalidades, com entrega de unidades voltadas à capacitação operacional com menor risco e custo.

O conjunto de iniciativas acima promove: (i) qualidade e continuidade do fornecimento (redução de DEC/FEC) por meio de manutenção preditiva, inspeção robotizada e soluções de armazenamento; (ii) segurança e eficiência operacional com EPI inteligente, RV para treinamento e automação de tarefas de risco; (iii) descarbonização por microrredes H₂V, eletrificação veicular e redes mais eficientes; (iv) novas receitas via serviços de recarga e soluções energéticas/analíticas; e (v) resiliência com materiais e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

arranjos de rede mais robustos, planejamento vegetal com IA e protocolos de resposta a eventos extremos.

Também, em 2025, a Celesc Geração investiu R\$764,0 mil como empresa cooperada no projeto relacionado ao Hidrogênio Verde intitulado "Gestão Energética de Microrredes Autônomas Baseadas em Sistemas de Produção e Armazenamento de Hidrogênio Verde".

A Celesc G, por sua vez, investiu R\$1,2 milhão em um projeto relacionado ao Hidrogênio Verde intitulado "Gestão Energética de Microrredes Autônomas Baseadas em Sistemas de Produção e Armazenamento de Hidrogênio Verde", desenvolvido em parceria com o Parque Tecnológico Itaipu-PTI. Nesse projeto, a Celesc D investiu, também, R\$2,3 milhões.

Socioambiental

A Celesc se pauta pela integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, incorporando essa concepção no momento do planejamento e execução de planos e programas socioambientais, visando eliminar ou mitigar os possíveis impactos de seus empreendimentos e suas atividades.

Ao completar 70 anos de história, a Celesc reafirmou em 2025 seu compromisso com a responsabilidade social. Integradas à estratégia corporativa, as ações socioambientais da empresa beneficiaram, de forma direta e indireta, mais de 322 mil catarinenses em todas as regiões do estado, fortalecendo comunidades, promovendo cidadania e cuidando das pessoas para além do fornecimento de energia elétrica. Dos R\$15,4 milhões investidos, R\$4,1 milhões foram de investimentos próprios em programas da Companhia e R\$11,3 milhões em incentivos fiscais para 49 projetos culturais e esportivos.

O destaque do investimento próprio foi o Programa Jovem Aprendiz que beneficiou 170 jovens não privilegiados, com investimento anual de R\$3,9 milhões, ampliando oportunidades e contribuindo para a construção de trajetórias futuras.

Os resultados alcançados foram além dos números, abrangendo impactos relacionados à redução das desigualdades sociais, à conservação do meio ambiente e ao aprimoramento das condições de vida e de renda da população catarinense.

Um dos pilares dessa atuação é o engajamento voluntário dos empregados. Em 2025, mais de 1.600 voluntários participaram de 437 ações por meio do Programa Celesc Voluntária, envolvendo iniciativas sociais, ambientais e culturais. O espírito solidário também marcou o Natal Solidário, que beneficiou mais de 3 mil crianças em situação de vulnerabilidade com brinquedos e *kits* escolares, além de campanhas que arrecadaram 35 toneladas de alimentos pelo Programa Celesc Solidária.

Na área da educação, o Programa Celesc nas Escolas contou com a participação de 569 empregados voluntários, que orientaram 13.302 estudantes em 175 escolas sobre o uso seguro e eficiente da energia, com foco na prevenção de acidentes e na formação de cidadãos conscientes.

Outro destaque foi o projeto Cores da Esperança, que transformou 12 ambientes hospitalares com murais artísticos, tornando o atendimento infanto-juvenil mais acolhedor. Pesquisa realizada com metodologia quantitativa e qualitativa apontou, de forma científica, que projeto gerou benefícios significativos para a humanização do ambiente hospitalar infantil, ao tornar as salas de espera mais acolhedoras e lúdicas, contribuindo para a redução da ansiedade e para a melhora do humor das crianças. Os resultados também indicaram impactos positivos para acompanhantes e profissionais de saúde, ao promover um ambiente mais tranquilo, favorecer o cuidado e fortalecer a identidade pediátrica dos hospitais.

Em 2025, a atuação em responsabilidade social permaneceu integrada à estratégia corporativa da Celesc, evidenciando o compromisso institucional com os princípios de sustentabilidade, impacto social positivo e fortalecimento das comunidades atendidas em Santa Catarina.

2.3.2. Compromisso com os Empregados

A Celesc reconhece que seus empregados são um ativo estratégico essencial para a continuidade, a segurança e a qualidade do fornecimento de energia elétrica à população catarinense. Promover a segurança, agir de forma ética e responsável e valorizar as pessoas estão entre os principais valores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

corporativos do Grupo, orientando as políticas e práticas de Gestão de Pessoas e contribuindo diretamente para a geração de valor sustentável no longo prazo.

Ao final do exercício de 2025, a Companhia contava com um quadro de 3.886 empregados próprios efetivos distribuídos entre atividades administrativas, técnicas e operacionais, com destaque para as equipes de campo, compostas por 1.165 eletricitistas, responsáveis pela operação, manutenção e expansão do sistema elétrico. A gestão do capital humano é conduzida de forma integrada à estratégia corporativa, às diretrizes de governança e às práticas ESG, considerando as especificidades e os riscos inerentes ao setor elétrico.

Engajamento, Clima Organizacional e Comunicação Interna

A Celesc busca manter um ambiente de trabalho que favoreça o engajamento, o senso de pertencimento e o comprometimento com resultados. O clima organizacional é acompanhado de forma contínua por meio da Pesquisa de Clima por Pulsos, que avalia aspectos como liderança, *feedback*, reconhecimento, saúde e bem-estar, alinhamento com a Companhia, desenvolvimento profissional, justiça, carreira, inovação e relacionamento interpessoal.

Os resultados da pesquisa orientam ações de gestão e desenvolvimento das lideranças, sendo monitorados por indicadores como índice de engajamento, participação dos empregados nas pesquisas e evolução dos fatores avaliados. Em 2025, permanece destacando-se o elevado nível de alinhamento observado entre os empregados, refletindo o orgulho de pertencer à Companhia e a confiança em sua atuação.

A comunicação interna é fortalecida por diversos canais, como a Intranet (CELNET), o Portal do Empregado e o Portal da Gestão, que ampliam o acesso à informação, às diretrizes corporativas, às políticas internas e às ferramentas de apoio à liderança, contribuindo para a transparência e o alinhamento organizacional.

Desenvolvimento, Capacitação e Formação Técnica

A valorização do potencial dos empregados se materializa por meio de uma política estruturada de capacitação e desenvolvimento, voltada à sustentabilidade dos processos de negócio e à excelência operacional. A Companhia investe na formação técnica, comportamental e gerencial, priorizando soluções de desenvolvimento alinhadas às necessidades estratégicas e operacionais do setor elétrico.

A formação de novos eletricitistas, que compõem parcela significativa da força de trabalho operacional, é realizada de forma planejada e estruturada, com forte participação de instrutores internos, reforçando a transferência de conhecimento técnico e a preservação do saber organizacional. Os investimentos em capacitação são acompanhados por indicadores como horas médias de treinamento por empregado, percentual de participação em programas de formação e cobertura das funções críticas.

Além disso, foi inaugurado o novo Centro de Treinamento, localizado na sede da Companhia, com espaços modernos e equipados, preparados para a promoção do desenvolvimento com qualidade.

Nesse sentido, a Celesc também vem inovando, investindo na formação de seus empregados com o uso de tecnologia de ponta, com a utilização de laboratório de Realidade Virtual no Centro de Treinamento e outros cinco distribuídos nas Agências Regionais.

Seleção, Plano de Sucessão, Desenvolvimento de Lideranças e Diversidade

O fortalecimento das lideranças é considerado fundamental para a segurança, o desempenho operacional e o engajamento das equipes. A Companhia mantém programas estruturados de desenvolvimento gerencial, como o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) e o Jeito de Liderar Celesc, atualmente disponibilizado em formato digital, ampliando seu alcance e impacto.

Destacam-se práticas como o processo de seleção de gestores e a atuação da área de *Business Partner*, consultoria interna de gestão de pessoas focada em desenvolver as lideranças para alinhar as estratégias da Companhia, as atividades e promover ações de qualidade de vida no trabalho. A atuação das consultoras internas conta com reuniões 1:1 com líderes, além de planejamento das atividades e da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

proposição e desenvolvimento de eventos para melhoria do desempenho, produtividade e melhoria do clima organizacional.

Outro programa que merece destaque é o Assessment Celesc que permite a identificar os perfis mais adequados para todos os níveis gerenciais da Companhia, promovendo maior assertividade na realização do desenvolvimento, além de proporcionar insumos importantes para aplicação do Plano de Sucessão Gerencial.

Em linha com o compromisso com a diversidade, a equidade e a inclusão, foram implementadas iniciativas específicas, como o Programa de Desenvolvimento Gerencial Feminino, que visa ampliar a participação e o desenvolvimento de mulheres em posições de liderança. A evolução dessas iniciativas é acompanhada por indicadores quantitativos, como participação feminina em cargos de liderança e adesão aos programas de desenvolvimento.

Gestão Participativa e Relações Trabalhistas

A participação dos empregados na gestão da Companhia é assegurada por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, além da atuação em comissões, grupos de trabalho e comitês multidisciplinares. As Comissões de Gestão e Resultados acompanham os Acordos de Desempenho das áreas, fortalecendo a gestão por resultados e a corresponsabilidade.

As relações trabalhistas são conduzidas de forma ética, transparente e baseada no diálogo com as entidades representativas, em estrita conformidade com a legislação vigente e os acordos coletivos. O respeito às pessoas e à integridade é reforçado pelo Código de Conduta Ética, pela Política de Consequência e pela Política Anticorrupção, com treinamentos obrigatórios e monitoramento contínuo.

Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. Pensando nisso, as licenças especiais como a extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã e outras vantagens como, por exemplo, auxílio-creche e babá, auxílio-pós-graduação, auxílio-estudante, vale-alimentação, participação nos lucros e resultados, adiantamento da primeira parcela do 13º salário, acompanhamento nutricional e flexibilidade de horário de trabalho. Há também concessão de plano de previdência privada, plano de saúde médico e odontológico.

Inovação e Transformação Digital

A Celesc estimula a cultura da inovação como vetor de eficiência, segurança e modernização dos processos. As Comissões de Inovação atuam de forma descentralizada, incentivando a participação dos empregados em iniciativas de melhoria contínua, automação e uso de novas tecnologias, incluindo ferramentas de inteligência artificial.

Os resultados dessas iniciativas são acompanhados por indicadores como número de empregados capacitados, projetos implementados, melhorias automatizadas e ideias inovadoras aplicadas nas áreas operacionais, comerciais e administrativas.

Indicadores de Capital Humano e Sustentabilidade

O compromisso com os empregados é acompanhado por um conjunto de indicadores de capital humano, que incluem, entre outros: efetivo total, taxa de rotatividade, absenteísmo, horas de treinamento, indicadores de saúde e segurança, engajamento, diversidade e participação em programas de desenvolvimento. Esses indicadores subsidiam a tomada de decisão, o aprimoramento das práticas de gestão de pessoas e a integração com os compromissos ESG da Companhia.

Ao investir continuamente no desenvolvimento, na segurança e no bem-estar de seus empregados, a Celesc reforça sua convicção de que pessoas qualificadas, engajadas e seguras são fundamentais para a perenidade do negócio, para a excelência operacional do setor elétrico e para a geração de valor à sociedade.

2.3.3. Força de Trabalho, Saúde e Segurança

A Celesc possui como estratégia empresarial o compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer um ambiente seguro e saudável

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

para o trabalhador e fortalecer a integração da Cultura de Segurança, Saúde e Bem-Estar, compromisso presente no Plano Diretor Celesc (2025-2035).

Política de Segurança e Saúde do Trabalho

A Política de Segurança e Saúde da Celesc normatiza que a prática da segurança e saúde no trabalho será considerada inerente a quaisquer serviços executados, em que todo o trabalho deverá ser resguardado pelas indispensáveis medidas de prevenção, tendo em vista a eliminação ou controle dos riscos e destacando que “nem a urgência, nem a importância, nem a alegada indisponibilidade de meios ou recursos, nem quaisquer outras razões podem ser invocadas para justificar a falta de segurança.”

A Política de Segurança e Saúde abrange também as empresas contratadas, ressaltando a necessidade do cumprimento dos requisitos contratuais e legais de saúde e segurança estabelecidos em seus contratos, cabendo a estas assegurar o amplo acesso aos seus serviços para efeito do pleno exercício da fiscalização especializada.

Programa Celesc Segura

O Programa Celesc Segura abrange um conjunto de ações voltadas à prevenção de acidentes e doenças, sendo coordenado por uma comissão que tem como objetivo planejar, implantar e acompanhar o andamento das ações, se destacando dentre estas o Diagnóstico de Segurança, composto pela aplicação de avaliações de segurança visando verificar o atendimento a critérios pré-definidos, e o Plano de Segurança, que utiliza o que foi levantado no Diagnóstico para o planejamento de novas medidas que irão compor o Plano de Trabalho Anual (PTA).

Como resultado do Plano de Trabalho Anual, em 2025 destacam-se a realização de mais de 10.200 Observações Comportamentais de Segurança (OC), com foco em equipes que atuam no Sistema Elétrico de Potência – SEP, além da realização de mais de 6.200 Diálogos de Segurança – DDS com mais de 52 mil registros de presença, inserindo o tema segurança do trabalho na rotina dos empregados. Somadas a outras ações desenvolvidas no ano, chegamos a mais de 18 mil ações registradas junto ao Departamento de Segurança, Saúde e Bem-Estar.

Projeto de Transformação Cultural em Segurança do Trabalho

O Projeto de Transformação Cultural é fundamentado em cinco pilares principais, provenientes das melhores práticas de mercado: Governança, Liderança Eficaz, Ferramentas de Prevenção, Administração de Riscos Críticos e Gestão de Contratadas.

No ano de 2025, o projeto se concentrou em uma força-tarefa implantada em oito Agências Regionais, com apoio em campo de consultores especializados e de profissionais de segurança da Celesc D, as ações contemplaram acompanhamento mensal de observações comportamentais pelos gerentes de todos os níveis nestas Agências, de forma a criar uma rotina de identificação de desvios, correções e conscientização dos trabalhadores com o objetivo de implantar a cultura de prevenção de forma efetiva.

Os comitês de segurança em Diretorias Técnicas e Agências Regionais seguiram em funcionamento, tendo como objetivo o envolvimento das altas lideranças da Companhia frente à prevenção, por meio de discussão de temas relevantes e deliberação de ações. Ao longo do ano foram mais de 1.200 registros de presença nos 19 comitês ativos da Celesc e mais de 400 líderes treinados.

Programas de Saúde e Bem-Estar

Alinhada aos seus valores, a Celesc desenvolve uma série de programas e ações com foco na promoção, prevenção e assistência em saúde, caracterização dos condicionantes de saúde e do perfil epidemiológico, bem como no trabalho interdisciplinar. Em 2025, foram mantidas e fortalecidas iniciativas como o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO), o Programa de Prevenção e Tratamento das Dependências Químicas (ReAja), o Programa Nutricional (Nutricelesc), o Programa Vivendo e Valorizando a Aposentadoria (VIVA), a Ginástica Laboral, o Programa de Incentivo à Prática Esportiva — que disponibiliza apoio financeiro e liberação do registro de frequência para participação de empregados em eventos esportivos de competição —, a campanha anual de vacinação contra a gripe ofertada a empregados, jovens aprendizes e estagiários e as campanhas dos meses coloridos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No ano de 2025, merece destaque a contratação do serviço de plataforma de bem-estar corporativo, que oferece acesso unificado a diversos serviços de saúde e *fitness* disponibilizado a todos os empregados, ampliando o acesso a ações voltadas ao bem-estar, à prática de atividades físicas e à promoção da saúde. Observou-se também elevada adesão ao Programa de Incentivo à Prática Esportiva, com 236 empregados solicitando o benefício de reembolso de provas esportivas ao longo do ano, evidenciando o engajamento dos trabalhadores em práticas de autocuidado e hábitos de vida saudáveis.

Além dos programas e ações específicas, a Celesc segue oferecendo atendimentos sociais e psicológicos aos empregados, por meio de escuta qualificada, acolhimento, orientações e encaminhamentos. A demanda por atendimento relaciona-se a diversas motivações, tais como desadaptação ao trabalho, dificuldades de relacionamento interpessoal, demandas de caráter social e familiar, problemas de saúde física e mental, bem como solicitações de orientações ou de benefícios, reforçando o compromisso institucional com a saúde integral e o bem-estar dos trabalhadores.

No mesmo sentido, destaca-se a participação de assistente social e psicóloga no treinamento dos novos atendentes comerciais, ação realizada pelo segundo ano consecutivo, indicando sua consolidação como prática institucional. A atuação multiprofissional nesses momentos formativos contribui para a sensibilização quanto às relações de trabalho, ao cuidado com a saúde mental e ao fortalecimento de estratégias de prevenção, desde o ingresso dos empregados na empresa.

Por fim, 2025 marca importante conquista para a área da saúde, com a contratação de seis novas assistentes sociais para atuação nas Agências Regionais, fortalecendo de forma significativa a presença técnica e o alcance das ações de saúde na empresa. A recomposição do quadro profissional possibilita maior capilaridade no atendimento, qualificação das intervenções nas Agências Regionais, evidenciando o compromisso da Celesc com a promoção do bem-estar, a valorização dos seus empregados e a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e seguro.

Ações Específicas de Segurança, Saúde e Bem-Estar

Além dos Programas já citados anteriormente, a Celesc promove anualmente uma série de ações voltadas para promoção da Segurança, Saúde e Bem-Estar no trabalho, dentre elas a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) Integrada, eventos e campanhas de Saúde e Segurança do Trabalho, Seminário de Segurança no Trabalho, Regras que Salvam Vidas, Promoção dos Círculos de Operação Segura de Linha Viva e Linha Morta: processos que indicam o passo a passo do Trabalho Seguro no SEP – Sistema Elétrico de Potência – nos serviços energizados e desenergizados. A ferramenta busca proporcionar ao empregado a realização do trabalho de forma segura e padronizada.

Considerando os aspectos legais ligados ao atendimento das Normas Regulamentadoras (NRs), as temáticas de Saúde e Segurança do Trabalho permeiam todos os setores, pessoas e processos organizacionais da Companhia. Citam-se como exemplo as atividades específicas de segurança (inspeções, formulação e monitoramento de indicadores de segurança, análise de acidentes e desvios de segurança, gestão das CIPAs, emissão de laudos, especificação de Equipamentos de Proteção, atendimento à legislação e treinamentos), de saúde (exames ocupacionais, atendimento, gestão de afastamentos) e bem-estar (programas e atendimento psicossocial).

Nesse contexto, várias medidas de controle tentam mitigar esses riscos por meio de diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Treinamentos realizados com equipes próprias e terceirizadas;
- Desenvolvimento de adequadas técnicas de trabalho;
- Procedimentos de segurança específicos e dedicados;
- Normativas internas que disciplinam processos e procedimentos;
- Análise e seleção de EPIs e EPCs destinados aos colaboradores;
- Exigências contratuais junto aos seus prestadores de serviços;
- Monitoramento de indicadores de segurança junto à força de trabalho;
- Análise crítica de eventos, tratamento e validação de ações pelos comitês de segurança;
- Fiscalização permanente das equipes em campo;
- Promoção de ações de conscientização da força de trabalho para o tema Segurança.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Somada a essas atividades está a atuação frente às empresas contratadas, sobre as quais a Companhia possui responsabilidade solidária e tem como principal ferramenta, além da análise e controle dos documentos legais, o acompanhamento por meio de inspeções de segurança.

No ano de 2025, entre os treinamentos desenvolvidos, destacam-se as reciclagens bienais da NR-10 e da NR-35 Distribuição, que capacitaram aproximadamente 2.050 e 1.600 empregados, respectivamente. Também foram realizadas reciclagens da NR-33, da NR-35 específica para atuação em subestações, torres de telecomunicações e para a Celesc Geração; além de capacitações voltadas à operação de guindastes, operação de motosserra, reciclagem de toda a equipe técnica de Linha Viva, Curso de Eletricista de Distribuição (CED), direção segura e econômica de caminhonetes 4x4, entre outros treinamentos relevantes.

Cabe destacar, ainda, os treinamentos preparatórios para o Rodeio Nacional 2025, a retomada da capacitação "Técnicos e Engenheiros para Operação e Manutenção no SEP, em Situações Especiais", bem como a realização da primeira turma de Integração com Encarregados e Líderes das Empresas Contratadas da Celesc D. Essa iniciativa inédita teve como foco principal a correta e segura execução dos procedimentos operacionais, fortalecendo a cultura de segurança e a padronização dos processos.

Outro ponto de destaque foi a realização do treinamento obrigatório "Equilibradamente", direcionado a todos os empregados, com foco na promoção da saúde mental, reforçando o cuidado com o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

2.3.4. Política de Equidade de Gênero

Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, incluído pela Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, a Companhia apresenta, a seguir, informações relativas à sua política de equidade de gênero e aos indicadores relacionados à participação feminina em seu quadro funcional e em cargos de administração, bem como dados de remuneração segregados por sexo para funções equivalentes.

As informações estão organizadas por níveis hierárquicos e contemplam, ainda, a evolução comparativa dos indicadores em relação ao exercício social anterior, conforme requerido pela legislação aplicável.

I – Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025):

Nível	Qtd total	2024				2025			
		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
		Qtd	Proporção	Qtd	Proporção	Qtd	Proporção	Qtd	Proporção
Diretores	9	8	89%	1	11%	8	89%	1	11%
Gerencial	469	337	72%	132	28%	343	72%	135	28%
Administrativo	1405	675	48%	730	52%	725	48%	782	52%
Operacional	1213	1205	99%	8	1%	1205	99%	8	1%
Técnico	679	651	96%	28	4%	661	96%	27	4%

II – Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025):

	Qtd total	2024				2025			
		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
		Qtd	Proporção	Qtd	Proporção	Qtd	Proporção	Qtd	Proporção
Diretoria	9	8	89%	1	11%	8	89%	1	11%
Conselho de Administração	11	10	91%	1	9%	10	91%	1	9%

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025):

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Remuneração Mensal (R\$)	2024			2025		
	Masculino	Feminino	Proporção Fem/Masc	Masculino	Feminino	Proporção Fem/Masc
Cargos Gerenciais	20.433,96	15.811,74	77%	23.409,97	17.103,52	73%
Cargos Administrativos	14.141,45	7.570,98	54%	14.421,59	8.075,93	56%
Cargos Operacionais	8.346,62	8.677,32	104%	9.162,33	9.752,13	106%
Cargos Técnicos	12.314,81	12.634,56	103%	13.507,50	14.093,83	104%


 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.3.5. Balanço Social Consolidado

1 - BASE DE CÁLCULO	2025			2024		
	Valor (mil reais)			Valor (R\$ mil)		
- Receita Líquida (RL)	11.900.276			10.658.858		
- Resultado Operacional (RO)	1.413.978			1.219.791		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.222.001			896.286		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	87.312	7,15	0,73	82.156	9,17	0,77
- Encargos Sociais Compulsórios	203.701	16,67	1,71	182.900	20,41	1,72
- Previdência Privada	38.993	3,19	0,33	34.467	3,85	0,32
- Saúde	116.058	9,50	0,98	112.018	12,50	1,05
- Segurança e saúde no trabalho	1.227	0,10	0,01	1.914	0,21	0,02
- Educação	791	0,06	0,01	746	0,08	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	4.162	0,34	0,03	3.868	0,43	0,04
- Creches ou Auxílio-creche	3.327	0,27	0,03	4.388	0,49	0,04
- Participação nos Lucros ou Resultados	50.973	4,17	0,43	41.862	4,67	0,39
- Outros	10.227	0,84	0,09	10.620	1,18	0,10
Total - Indicadores Sociais Internos	516.771	42,29	4,34	474.940	52,99	4,46
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	4.226	0,30	0,04	3.006	0,25	0,03
- Cultura	9.537	0,67	0,08	4.313	0,35	0,04
- Saúde e Saneamento	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Esporte	899	0,06	0,01	1.230	0,10	0,01
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Outros	900	0,06	0,01	1.230	0,10	0,01
Total das Contribuições p/ a Sociedade	15.562	1,10	0,13	9.779	0,80	0,09
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	6.469.936	457,57	54,37	2.946.524	241,56	27,64
Total - Indicadores Sociais Externos	6.485.498	458,67	54,50	2.956.303	242,36	27,74
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	26.818	1,90	0,23	91.491	7,50	0,86
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	34.182	2,42	0,29	32.021	2,63	0,30
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	61.000	4,31	0,51	123.512	10,13	1,16
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75 % (x) cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados(as) ao final do período		3.886			3.766	
- Nº de admissões durante o período		224			102	
- Nº de empregados(as) terceirizados		3.860			3.803	
- Nº de estagiários(as)		219			199	
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos		1.508			1.204	
- Nº de mulheres que trabalham na empresa		952			898	
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		26,50			29,46	
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa		87			89	
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)		2,19			2,06	
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais		170			117	
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2025			Metas 2026		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos + Cipa	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos + Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[] não se envolverá	[] seguirá as normas da OIT	[x] incentivará e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos	[] não serão considerados	[] serão sugeridos	[x] serão exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[] apoia	[x] organiza e incentiva	[] não se envolverá	[] apoiará	[x] organizará e incentivará
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	2025			2024		
- Número total de acidentes de trabalho	36			35		
- Número total de acidentes de trabalho	101			116		
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	256.528	328	3.813	276.591	243	5.108
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	92%	21%	2%	39%	55%	3%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 9.369.650			Em 2024: 7.793.546		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69,06% governo	10,47% colaboradores		70,03% governo	11,39% colaboradores	
	12,69% terceiros	3,03% acionistas	4,75% retido	9,49% terceiros	2,97% acionistas	6,22% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 83.8789.892/0001-55 UF: SC	Coordenação: Regiane Marlene dias - Fone: (48) 3231-5521 E-mail: regianemd@celesc.com.br					
Setor Econômico: Holding de Capital Aberto	Contadora: Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151 E-mail: rogeriarm@celesc.com.br CRC/ SC - 024.797/O-0					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Distribuição

O sistema elétrico sob responsabilidade da Celesc D possui aproximadamente 182 subestações, 351 transformadores de potência, mais de 225 mil transformadores de distribuição, 158 mil km de redes de média tensão e 5,8 mil km de redes de alta tensão. Em 2025, a demanda máxima registrada no sistema foi de 6.344,56 MW.

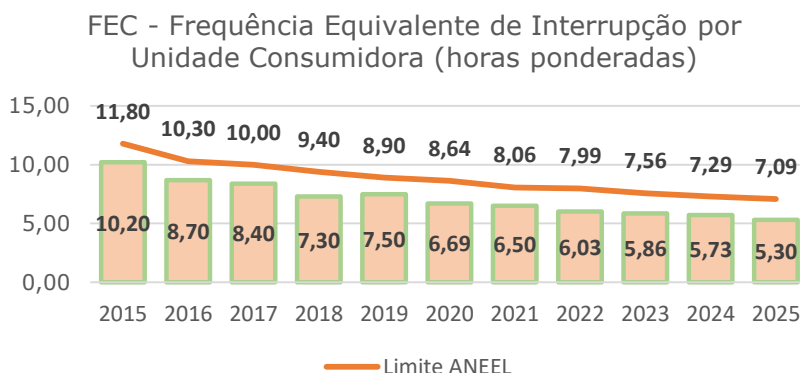
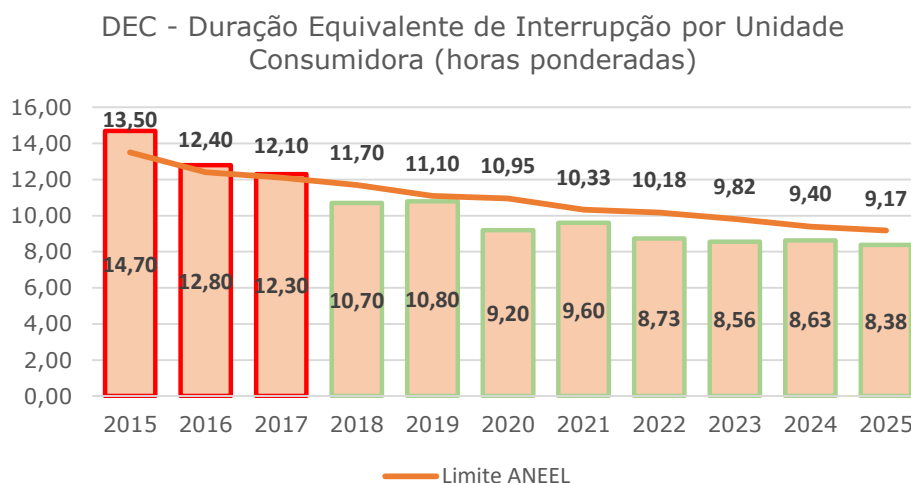
3.1.2. Indicadores de Resiliência da Rede

3.1.2.1. DEC e FEC

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D foi de 8,38 horas no ano de 2025, o que equivale a 91,38% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No ano, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 5,30 interrupções, o que representou 74,75% do limite regulatório estabelecido.

Em relação aos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno, ou seja, da própria distribuidora (DECi), e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno (FECi) estes são representados pelos mesmos valores e metas do DEC e FEC.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos indicadores de eficiência da Celesc D dos últimos dez anos:



3.1.3. Distribuição de Energia Elétrica

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão da Celesc D atingiu 29.834 GWh em 2025, considerando o suprimento de energia e excluindo o consumo próprio, um crescimento de 1,23% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). O desempenho foi impactado principalmente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pelas classes residencial e comercial, com crescimento no comparativo anual de 3,85% e 6,06%, respectivamente.

O número de unidades consumidoras atendidas pela Companhia foi de 3.577.790 em dezembro de 2025, incluindo as unidades de suprimento de energia, representando aumento de 3,25% em relação ao mês de dezembro do ano anterior. A contínua migração de consumidores para o mercado livre levou ao consumo registrado de 15.579 GWh no mercado cativo, montante que representou um decréscimo de 4% em relação ao ano anterior. O quadro a seguir apresenta maior detalhamento:

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)		
	dez/25	dez/24	Δ	2025	2024	Δ
Mercado Cativo	3.573.306	3.461.920	3,22%	14.970	15.331	-2,35%
Residencial	2.851.745	2.745.937	3,85%	7.984	7.788	2,51%
Industrial	139.653	140.885	-0,87%	1.601	1.909	-16,13%
Comercial	343.005	323.887	5,90%	3.088	3.265	-5,41%
Rural	203.806	218.737	-6,83%	925	968	-4,46%
Demais Classes	35.097	32.474	8,08%	1.372	1.401	-2,07%
Poder Público	28.457	26.923	5,70%	501	508	-1,46%
Iluminação Pública	1.945	1.303	49,27%	593	578	2,64%
Serviço Público	4.695	4.248	10,52%	278	315	-11,78%
Consumidores Livres	4.392	3.190	37,68%	12.736	11.741	8,47%
Industrial	2.149	1.630	31,84%	10.416	9.669	7,72%
Comercial	2.080	1.466	41,88%	2.069	1.866	10,85%
Rural	31	20	55,00%	62	55	13,33%
Serviço Público	132	74	78,38%	189	151	25,67%
Mercado Total*	3.577.698	3.465.110	3,25%	27.706	29.471	2,34%
Residencial	2.851.745	2.745.937	3,85%	7.984	7.788	2,52%
Industrial	141.802	142.515	-0,50%	12.017	11.578	3,79%
Comercial	345.085	325.353	6,06%	5.157	5.131	0,51%
Rural	203.837	218.757	-6,82%	987	1.023	-3,52%
Demais Classes	35.229	32.548	8,24%	1.561	1.552	0,58%
Consumo Próprio	479	333	43,84%	15	16	-2,94%
Suprimento de Energia (cativo)	10	10	0,00%	609	899	-32,26%
Suprimento de Energia (livre)	82	56	46,43%	1.519	1.500	1,27%

*Excluindo consumo próprio e suprimento de energia.

3.1.4. Perdas na Distribuição

As perdas de energia correspondem às perdas totais, englobando as perdas técnicas, que são o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia compreendido entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nessa parcela de perdas não técnicas, são considerados, portanto: os furtos de energia, defeitos em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, dentre outros.

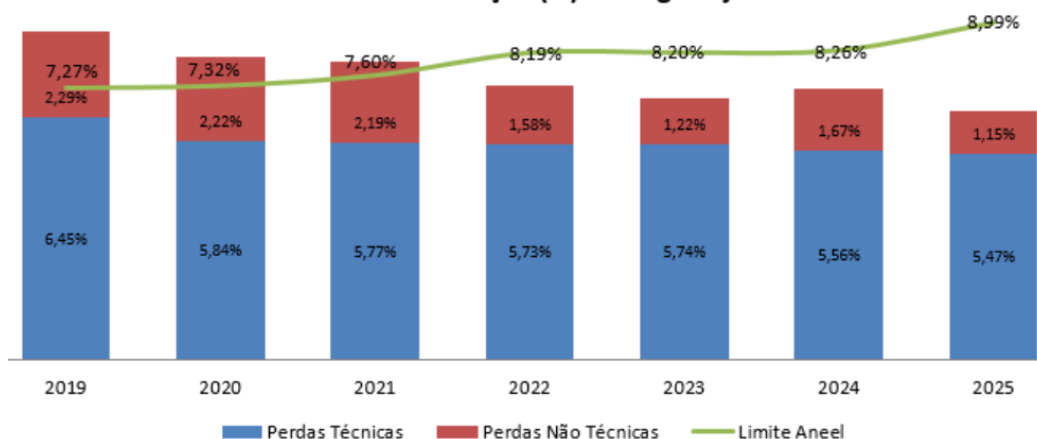
O acompanhamento das perdas de energia é realizado por meio do índice percentual que calcula a razão entre as perdas faturadas e a energia injetada (medida) no acumulado de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentam-se a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária nos últimos anos.

Ao final do ano de 2025, o Índice Consolidado de Perdas Regulatórias sobre a Energia Injetada foi de 8,99%. Já as Perdas Totais efetivas da Companhia registraram percentual de 6,62%, sendo 5,47% de Perdas Técnicas e 1,15% de Perdas Não Técnicas, abaixo, portanto, do limite regulatório.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Celesc D.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perdas na Distribuição (%) - Energia Injetada



3.1.5. Balanço Energético em GWh

A tabela a seguir demonstra a evolução da energia requerida, perdas na distribuição (Perdas Técnicas e Não Técnicas), perdas na rede básica e as perdas totais em GWh nos últimos cinco anos:

Energia Requerida - GWh	2021	2022	2023	2024	2025
Mercado Atendido	26.886	27.183	27.952	29.471	29.833
Venda de Energia	16.488	15.925	15.989	16.230	15.579
- Fornecimento	14.438	14.484	14.837	15.331	14.970
- Suprimento p/ agentes de distribuição	2.050	1.441	1.152	899	609
Consumidores Livres/Dist./Ger.	10.398	11.258	11.963	13.241	14.255
Perdas na Rede Básica	406	381	348	319	365
Perdas na Distribuição	2.336	2.162	2.119	2.313	2.126
Perdas Técnicas	1.694	1.695	1.749	1.778	1.757
Perdas não Técnicas - PNT	642	467	370	535	368
PNT / Energia Requerida %	2,39%	1,72%	1,32%	1,81%	1,23%
Perdas Totais - PT	2.742	2.543	2.467	2.632	2.491
PT / Energia Requerida %	10,20%	9,36%	8,83%	8,93%	8,35%
Total	29.628	29.726	30.419	32.103	32.324

3.1.6. Mercado de Energia Elétrica

Em 2025, a carga requerida na área de concessão da Celesc D foi 0,5% maior que a registrada no ano anterior. A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga dos mercados cativo e livre, dos autoprodutores e produtores independentes conectados à rede da concessionária, além das perdas do sistema elétrico. O quadro a seguir mostra o desempenho, da carga líquida, na área de concessão da Celesc D, comparado ao da região Sul e ao do País.

Descrição	2025	2024	Δ
Carga Brasil (GWh)*	646.154	650.031	-0,6%
Carga Sul (GWh)**	110.139	110.229	0,1%
Carga Celesc D (GWh)**	32.106	31.960	0,5%

* Carga líquida

**Carga líquida

**Energia Injetada no Sistema de Distribuição da Concessionária

3.1.7. Atendimento ao Cliente

Em 2025, a Celesc Distribuição consolidou avanços significativos na transformação digital voltada à melhoria da experiência do cliente, especialmente após a implantação do novo sistema comercial.

Ao longo do ano, os canais digitais da empresa — Aplicativo, Agência Web e WhatsApp — registraram mais de 2 milhões de acessos mensais, resultando em mais de 27 milhões de solicitações de serviços, como emissão de segunda via de fatura, pedidos de conexão nova e troca de titularidade, consulta de histórico de consumo, registro de falta de energia, entre outros. Esses números demonstram que os canais digitais têm proporcionado mais segurança, agilidade, conforto e eficiência no atendimento aos consumidores da distribuidora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outro importante avanço foi a implantação de totens de autoatendimento em locais externos às lojas. Ao todo, 19 totens foram instalados em órgãos públicos do estado de Santa Catarina, distribuídos em 13 municípios, ampliando o acesso a serviços essenciais, como emissão de segunda via de fatura, pedido de religação, consulta de data de corte e leitura, emissão de recibo de quitação e pagamento via cartão ou Pix. Em 2025, esses equipamentos registraram uma média mensal superior a 400 atendimentos.

Também merece destaque a instalação de 15 postos de atendimento por vídeo em 7 lojas da Celesc. A iniciativa promoveu melhor organização dos atendimentos presenciais e reduziu o tempo médio de atendimento, resultando na elevação dos índices de satisfação (NSAP). Por meio do vídeo atendimento, os consumidores passaram a ser atendidos por profissionais remotos, alocados em lojas com menor fluxo ou no Call Center, com oferta de serviços essenciais como troca de titularidade, solicitação de desligamento, cadastro de baixa renda, solicitação de troca de padrão e pedidos de religação por corte. Em 2025, desde a implantação dos equipamentos, houve uma média de 936 atendimentos por mês.

Em cumprimento ao compromisso de aprimorar continuamente a qualidade do atendimento ao público, em 2025, foram contratados 65 novos Atendentes Comerciais, distribuídos pelas 16 Agências Regionais. Esses profissionais passaram por 328 horas de treinamentos teóricos e práticos, ampliando seus conhecimentos sobre os serviços oferecidos aos consumidores catarinenses.

No atendimento aos clientes do Grupo A, também houve resultados expressivos. Em 2025, foram realizadas 1.300 migrações de instalações para o Mercado Livre de Energia. Adicionalmente, com foco no aperfeiçoamento do atendimento prestado nas Agências Regionais, foram promovidos treinamentos ao longo do ano envolvendo mais de 43 atendentes comerciais do Grupo A e 77 atendentes do Poder Público.

3.1.8. Gestão da Inadimplência

O indicador de inadimplência mede a proporção da receita faturada que não foi efetivamente recebida em determinado período. Seu cálculo considera a razão entre o valor total de inadimplência apurado e a Receita Operacional Bruta acumulada proveniente do fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização da rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

Em dezembro de 2025, a inadimplência de curto prazo — até 90 dias, período no qual se concentram a maior parte das ações de cobrança — apresentou redução de 3,75 pontos percentuais em relação ao ano anterior, passando de 15,16% para 11,41%. Por sua vez, a inadimplência acima de 90 dias registrou leve aumento de 0,07 ponto percentual, variando de 1,35% para 1,42%.

No consolidado, a inadimplência total, quando comparada ao ano anterior, apresentou redução de 0,11 ponto percentual, passando de 2,11% para 2,00% da Receita Faturada Bruta.

O cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

Indicador de Inadimplência até 90 dias: compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

Indicador de Inadimplência acima de 90 dias: compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

Indicador de Inadimplência Total: compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

As tabelas a seguir demonstram a evolução da inadimplência da Celesc D:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 4T25/4T24
	4T24		1T25		2T25		3T25		4T25		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	268.851	7,67%	374.386	9,14%	332.744	9,20%	266.708	7,65%	267.154	6,74%	-0,93 p.p
Industrial	55.467	1,58%	57.805	1,41%	54.210	1,50%	45.302	1,30%	44.341	1,12%	-0,46 p.p
Comercial	93.584	2,67%	121.728	2,97%	113.731	3,14%	82.248	2,36%	79.742	2,01%	-0,66 p.p
Rural	27.842	0,79%	39.129	0,95%	29.425	0,81%	23.542	0,68%	26.112	0,66%	-0,14 p.p
Poder Público	23.840	0,68%	14.315	0,35%	10.283	0,28%	5.774	0,17%	8.144	0,21%	-0,47 p.p
Iluminação Pública	9.155	0,26%	6.607	0,16%	2.184	0,06%	286	0,01%	308	0,01%	-0,25 p.p
Serviço Público	21.415	0,61%	2.864	0,07%	8.835	0,24%	2.127	0,06%	455	0,01%	-0,60 p.p
Suprimentos	2.867	0,08%	615	0,02%	261	0,01%	1.449	0,04%	669	0,02%	-0,06 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	13.786	0,39%	22.283	0,54%	33.314	0,92%	14.430	0,41%	16.070	0,41%	0,01 p.p
Diversos Créditos	10.984	0,31%	3.841	0,09%	5.929	0,16%	3.171	0,09%	2.490	0,06%	-0,25 p.p
Serviço Taxado	147	0,00%	172	0,00%	132	0,00%	315	0,01%	700	0,02%	0,01 p.p
Participação Financeira	3.644	0,10%	4.401	0,11%	9.765	0,27%	4.647	0,13%	6.166	0,16%	0,05 p.p
Total	531.583	15,16%	648.146	15,82	600.813	16,61%	449.999	12,91%	452.351	11,41%	-3,75 p.p
RFB Acumulada do 1º ao 3º mês em R\$/Mil	3.505.522		4.097.758		3.617.261		3.486.037		3.964.163		

Classes	Inadimplência acima de 90 dias										Variação 4T25/4T24
	4T24		1T25		2T25		3T25		4T25		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	394.759	0,65%	431.231	0,71%	541.153	0,87%	509.925	0,80%	493.283	0,77%	0,12 p.p
Industrial	105.149	0,17%	120.090	0,20%	138.992	0,22%	115.573	0,18%	112.438	0,18%	0,00 p.p
Comercial	189.433	0,31%	203.120	0,33%	248.773	0,40%	213.120	0,34%	205.917	0,32%	0,01 p.p
Rural	25.641	0,04%	31.921	0,05%	46.611	0,07%	35.093	0,06%	31.958	0,05%	0,01 p.p
Poder Público	23.654	0,04%	35.788	0,06%	20.805	0,03%	9.207	0,01%	4.195	0,01%	-0,03 p.p
Iluminação Pública	8.681	0,01%	11.638	0,02%	4.627	0,01%	613	0,00%	223	0,00%	-0,01 p.p
Serviço Público	11.465	0,02%	15.002	0,02%	7.787	0,01%	7.641	0,01%	1.785	0,00%	-0,02 p.p
Suprimentos	1.185	0,00%	1.157	0,00%	0	0,00%	1.061	0,00%	1.940	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	9.542	0,02%	10.933	0,02%	18.414	0,03%	9.820	0,02%	11.067	0,02%	0,00 p.p
Diversos Créditos	33.255	0,06%	35.286	0,06%	31.940	0,05%	28.678	0,05%	27.661	0,04%	-0,01 p.p
Serviço Taxado	4.418	0,01%	4.307	0,01%	4.349	0,01%	4.198	0,01%	4.052	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	8.784	0,01%	11.843	0,02%	15.283	0,02%	14.786	0,02%	15.706	0,02%	0,01 p.p
Total	815.967	1,35%	912.316	1,50%	1.078.734	1,73%	949.715	1,50%	910.225	1,42%	0,07 p.p
RFB Acumulada do 4º mês ao 6º mês em R\$/Mil	60.320.677		60.673.882		62.370.135		63.525.985		64.009.710		

Classes	Inadimplência Total										Variação 4T25/4T24
	4T24		1T25		2T25		3T25		4T25		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	663.610	1,04%	805.617	1,24%	873.897	1,32%	776.633	1,16%	760.437	1,12%	0,08 p.p
Industrial	160.616	0,25%	177.895	0,27%	193.202	0,29%	160.875	0,24%	156.779	0,23%	-0,02 p.p
Comercial	283.016	0,44%	324.848	0,50%	362.504	0,55%	295.368	0,44%	285.660	0,42%	-0,02 p.p
Rural	53.483	0,08%	71.050	0,11%	76.036	0,12%	58.635	0,09%	58.070	0,09%	0,00 p.p
Poder Público	47.495	0,07%	50.103	0,08%	31.088	0,05%	14.981	0,02%	12.338	0,02%	-0,06 p.p
Iluminação Pública	17.837	0,03%	18.245	0,03%	6.811	0,01%	899	0,00%	531	0,00%	-0,03 p.p
Serviço Público	32.881	0,05%	17.866	0,03%	16.622	0,03%	9.768	0,01%	2.240	0,00%	-0,05 p.p
Suprimentos	4.052	0,01%	1.772	0,00%	261	0,00%	2.510	0,00%	2.608	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	23.328	0,04%	33.216	0,05%	51.728	0,08%	24.250	0,04%	27.137	0,04%	0,00 p.p
Diversos Créditos	44.239	0,07%	39.127	0,06%	37.870	0,06%	31.849	0,05%	30.151	0,04%	-0,02 p.p
Serviço Taxado	4.565	0,01%	4.479	0,01%	4.481	0,01%	4.513	0,01%	4.752	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	12.428	0,02%	16.244	0,03%	25.048	0,04%	19.433	0,03%	21.872	0,03%	0,01 p.p
Total	1.347.550	2,11%	1.560.462	2,41%	1.679.547	2,55%	1.399.714	2,09%	1.362.576	2,00%	-0,11 p.p
RFB Acumulada do 1º mês ao 6º mês em R\$/Mil	63.826.199		64.771.640		65.987.396		67.012.022		67.973.873		

3.1.9. Ligação de Consumidores

O saldo líquido (abertura e fechamento) de abertura de UCs foi de 112.662 no ano de 2025, totalizando 3.577.698 consumidores atendidos pela Celesc D, excluindo suprimento (revenda) e consumo próprio, número 3,2% superior ao ano anterior.

A tabela a seguir demonstra a evolução do número de unidades consumidoras nos últimos cinco anos:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Consumidores	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	2.543.070	2.616.084	2.680.287	2.745.937	2.851.745
Industrial	126.818	133.658	138.024	142.515	141.802
Comercial	299.127	309.699	318.275	325.353	345.085
Rural	230.672	227.350	222.877	218.757	203.837
Poderes Públicos	24.221	24.943	27.101	26.923	28.589
Iluminação Pública	961	1090	1245	1.303	1945
Serviço Público	3.942	4.129	4.308	4.322	4.695
Total	3.228.811	3.316.953	3.392.117	3.465.110	3.577.698
Variação	3,0%	2,7%	2,3%	2,2%	3,2%

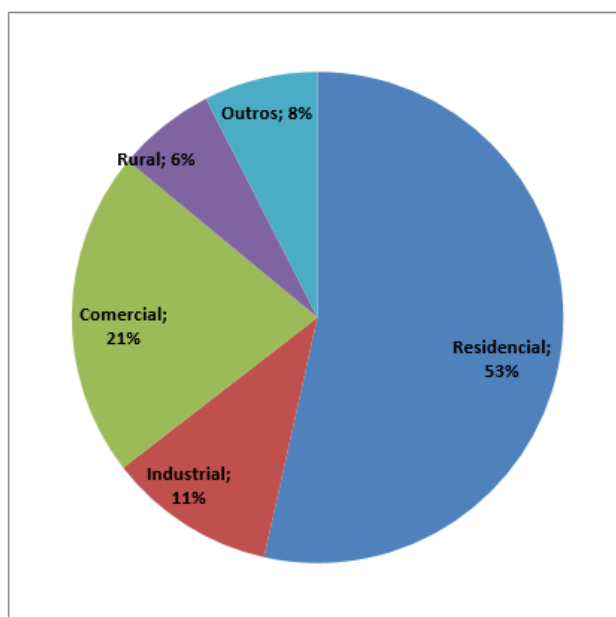
3.1.10. Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica na Celesc D, referente a consumidores cativos no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$10,2 bilhões, conforme a tabela a seguir:

Classe de Consumo	2025	2024	Δ%
Residencial	5.438.105	4.863.393	11,82%
Industrial	1.121.126	1.212.729	-7,55%
Comercial	2.183.542	2.100.870	3,94%
Rural	660.424	620.413	6,45%
Outros	763.342	710.322	7,46%
Total Cativos	10.166.538	9.507.728	6,9%

O gráfico a seguir demonstra a participação das classes de consumo de consumidores cativo em relação à receita líquida do ICMS:

Receita Líquida por Classe de Consumidores - 2025



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

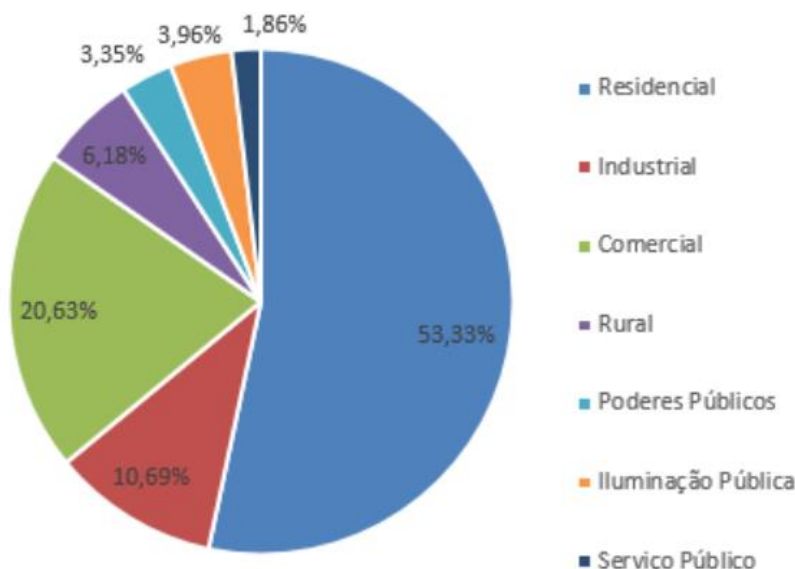
3.1.11. Desempenho do Mercado em GWh da Área de Concessão

A tabela a seguir demonstra o crescimento da energia faturada em GWh nos últimos cinco anos:

Mercado Atendido – GWh	2021	2022	2023	2024	2025
Energia Faturada	16.488	15.925	15.989	16.230	15.579
Fornecimento	14.438	14.484	14.837	15.331	14.970
Residencial	6.483	6.724	7.098	7.788	7.984
Industrial	2.334	2.154	2.081	1.909	1.601
Comercial	3.122	3.216	3.282	3.266	3.088
Rural	1.121	1.037	1.000	969	925
Poderes Públicos	379	431	474	508	501
Iluminação Pública	615	586	589	578	593
Serviço Público	384	336	312	313	278
Suprimento p/ agentes de distribuição	2.050	1.441	1.152	899	609
Uso da Rede de Distribuição	10.401	11.258	11.963	13.241	14.255
Consumidores Livres/Dist./Ger.	10.401	11.258	11.963	13.241	14.255
Total	26.886	27.182	27.952	29.471	29.833
Variação	7,0%	1,1%	2,8%	2,2%	1,2%

*Não considera Consumo Próprio

O gráfico a seguir apresenta a energia faturada por classe de consumo em GWh em 2025.



3.1.12. Celesc D em Números

Atendimento	2025	2024	Variação (%)
Número de consumidores	3.578.269	3.465.509	3,25%
Número de empregados	3.886	3.766	3,19%
Número de consumidores por empregado	921	920	0,07%
Número de localidades atendidas	285	285	0,00%
Atendimento	Variação (%)		
Número de agências	16	16	0,00%
Número de postos de atendimento	258	258	0,00%
Mercado	Variação (%)		
Área de concessão (Km ²)	82.747,68	82.747,68	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	6.174,31	5.655,43	9,17%
Distribuição direta (GWh)	29.900,61	30.863,55	-3,12%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.799,61	2.836,29	-1,29%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	2025	2024	Variação (%)
Residencial	801,97	735,14	9,09%
Industrial	851,39	760,94	11,89%
Comercial	868,16	778,36	11,54%
Rural	848,33	754,89	12,38%
Poder Público	651,50	600,53	8,49%
Outros	809,98	736,68	9,95%
Indicadores DEC e FEC	Variação (%)		
DEC (horas)	8,38	8,63	-2,90%
FEC (número de interrupções)	5,30	5,73	-7,50%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	1.577,32	1.447,84	8,94%
Informações Operacionais	Variação (%)		
Número de subestações	188	184	2,17%
Linhas de Distribuição (Km)	5.809,62	5.747,68	1,08%
Indicadores de performance	Variação (%)		
Salário Médio dos Funcionários:	R\$ 6.072,17	R\$ 5.788,55	4,90%
Energia Gerada / Comprada em MW por Funcionário	4.650,03	5.008,23	-7,15%
Energia Gerada / Comprada em MW por Consumidor	5,05	5,44	-7,22%

3.1.13. Prorrogação da Concessão

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Crítérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR.
- Conforme Nota Técnica ANEEL nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022, as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DECI ¹	FECi ¹	DECI	FECi	
2021	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR ² } <1/1,11*SELIC	10,33	8,06	9,6	6,5	Atendido
		DEC ³	FEC ³	DEC	FEC	
2022	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	10,18	7,99	8,73	6,03	Atendido
2023	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido
2025	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,17	7,09	8,38	5,30	Atendido

¹ DECI – Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora: e FECi – Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² QRR – Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

³ DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

3.2. Geração

3.2.1. Cenário Hidrológico

Em 2025, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva. No somatório dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, a Celesc G fechou o ano de 2025, com disponibilidade em 94,21%, valor superior a 92,96% de 2024.

Apesar da alta disponibilidade das unidades geradoras, o resultado da geração hidrelétrica do ano foi inferior ao ano anterior, ano recorde da Companhia, por conta da falta de afluência nos reservatórios e piora nas condições hidrológicas no estado de Santa Catarina, os índices apontam que seus geradores ficaram parados por falta de água por mais tempo do que no ano de 2024 (23,7% frente a 10,36%).

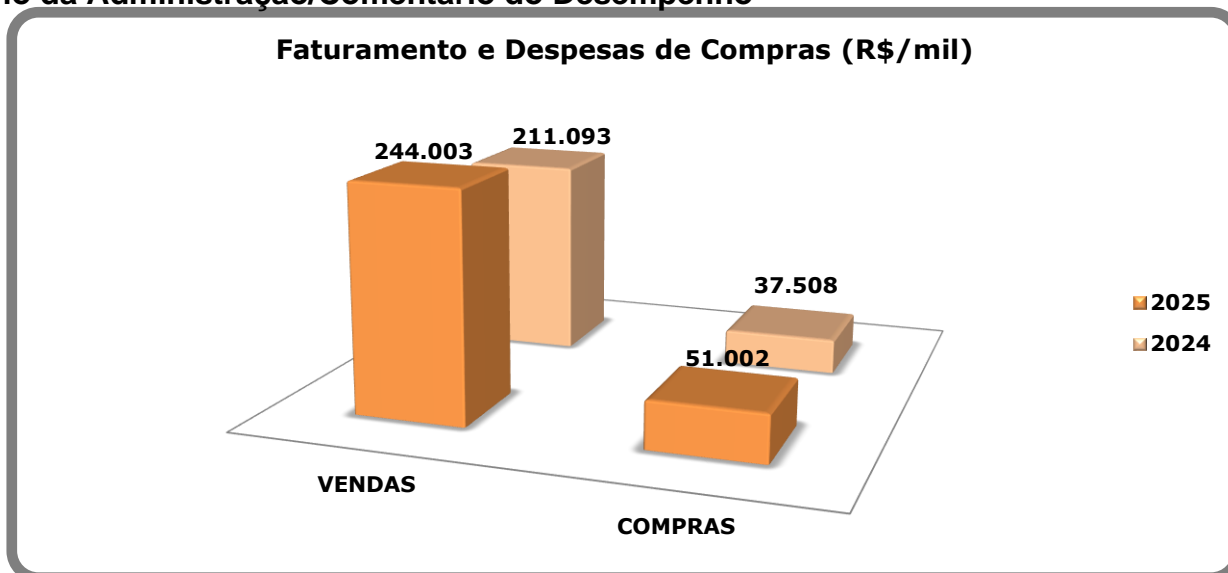
Desempenho Operacional	2025	2024	Variação
Indisponibilidade Manutenção:	5,79%	7,04%	-18%
Indisponibilidade Investimento:	1,22%	1,77%	-31%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,36%	0,61%	-41%
Indisponibilidade Hídrica:	23,7%	10,36%	129%

3.2.2. Comercialização de Energia

Em 2025, a Celesc G registrou faturamento global de R\$244,0 milhões, montante 15,6% superior ao ano de 2024, que registrou R\$211,1 milhões de faturamento.

Foram gastos R\$51,0 milhões na compra de energia elétrica adquirida de terceiros, aumento de 36,0% em relação a 2024, com R\$37,5 milhões. Tal aumento pode ser creditado ao maior preço médio de energia adquirida, que passou de R\$123,05/MWh para R\$156,24/MWh.

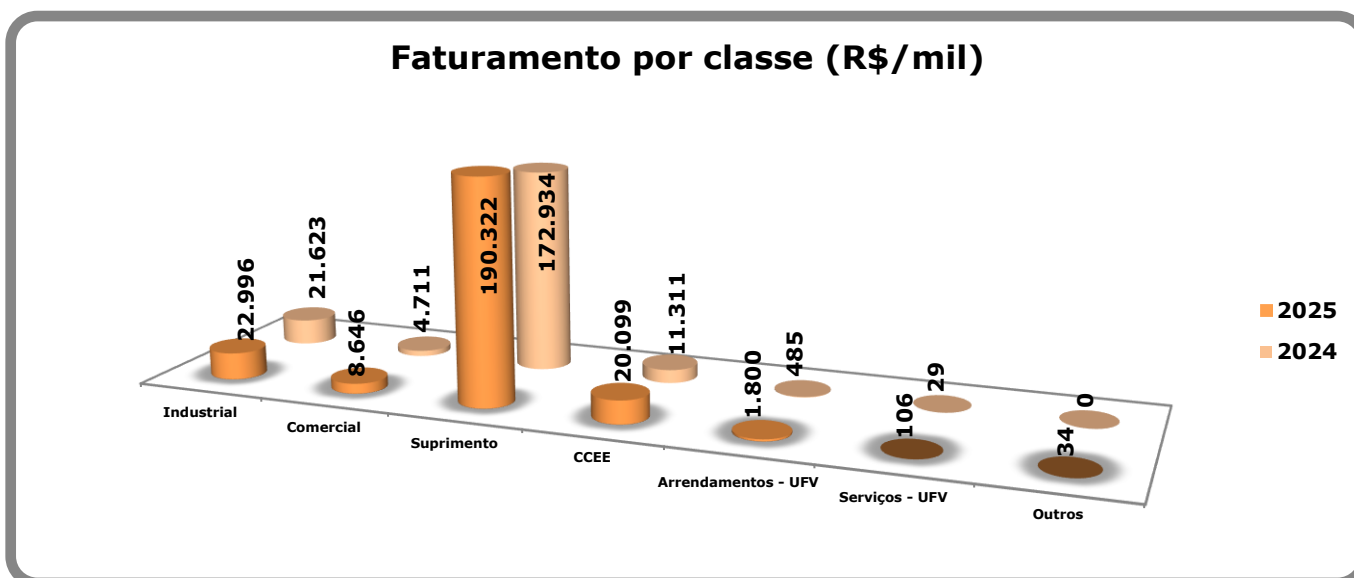
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em 28.806 MWh em 2025 contra 2.330 MWh em 2024.

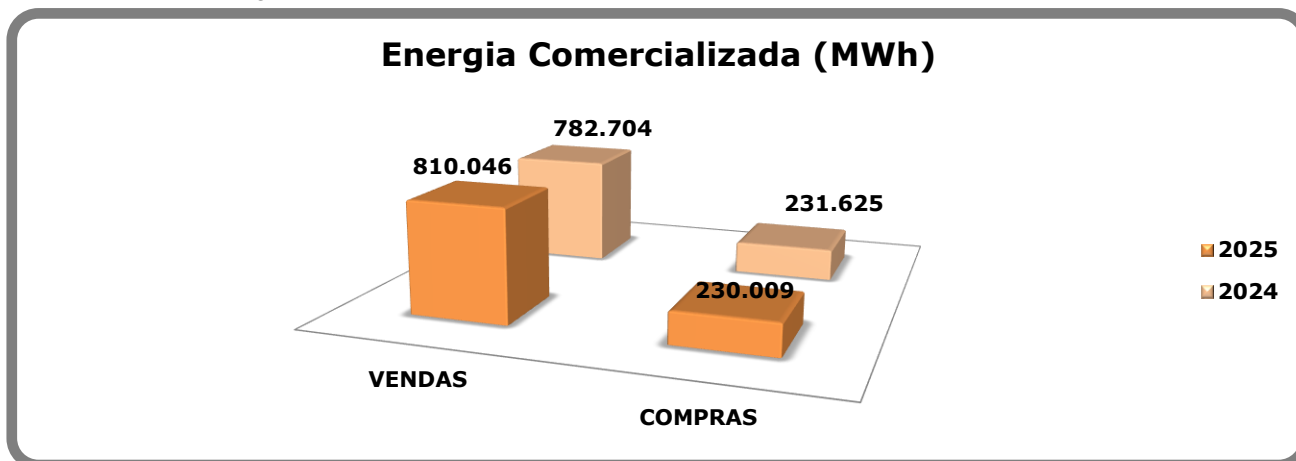
O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$20,1 milhões contra R\$11,3 milhões em 2024.

O Faturamento por classes em 2025 e 2024 apresentou o seguinte desempenho:



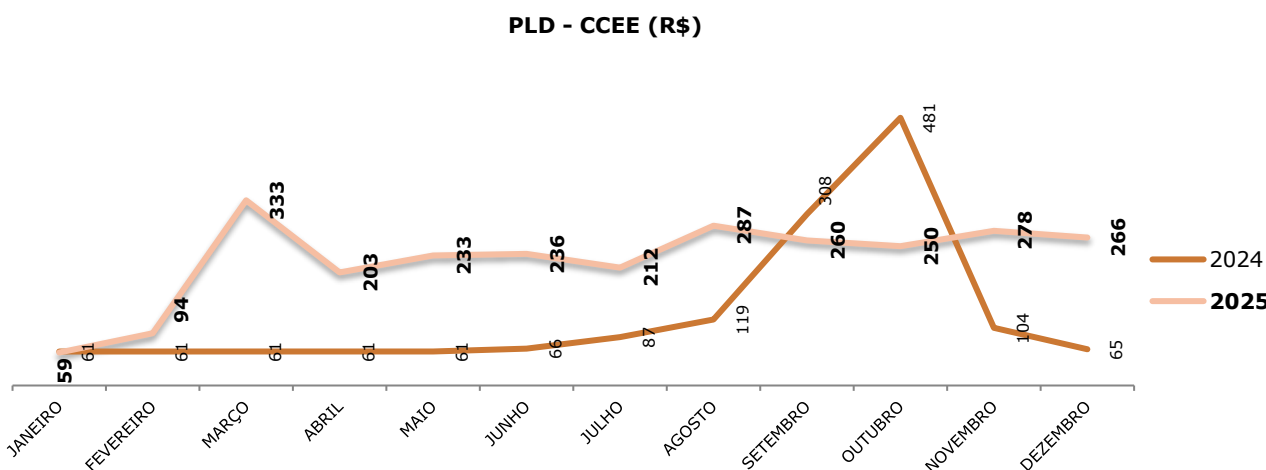
A energia elétrica comercializada em 2025 atingiu o montante de 810.046 MWh, superior em 3,49%, quando comparado ao montante de 782.704 MWh comercializado em 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), preço utilizado para a liquidação do Mercado de Curto Prazo na CCEE, apresentou média anual de R\$226,83/MWh, valor mais alto do que o verificado em 2024, de R\$128,18/MWh.

Em 2025, o PLD manteve-se em patamares acima de R\$200/MWh na maioria dos meses, ficando abaixo apenas em janeiro e fevereiro, ao contrário de 2024, ano em que o PLD ficou acima de R\$120/MWh apenas em setembro e outubro.



A Celesc G, desde a sua constituição, realiza a comercialização da energia elétrica proveniente de seu parque gerador próprio e de participações societárias em empreendimentos de geração.

Em 2024, em consonância com as diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano Diretor e com o objetivo de diversificar os negócios do Grupo, ampliando as fontes de receita, a Companhia aprovou o Plano de Negócios de Comercialização de Energia, que prevê a expansão de sua atuação nesse segmento.

Nesse contexto, a Companhia obteve, em 2024, a habilitação como Agente Comercializador Varejista de Energia junto à CCEE. A partir de 2025, encontra-se em andamento a implantação do referido plano de negócios, incluindo a estruturação operacional e organizacional necessária para atuação nesse novo segmento de mercado.

3.2.2.1 Certificação Internacional de Energia Renovável

A Celesc G habilitou suas sete maiores usinas a emitirem Certificados de Energia Renovável com a chancela I-REC – títulos que comprovam a origem e a produção de energia limpa e renovável – por um período de cinco anos, de janeiro de 2023 até dezembro de 2027.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os certificados permitem também que os clientes rastreiem o seu consumo de energia nos Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), possibilitando a compensação das suas emissões de CO₂ de escopo 2 (provenientes da energia elétrica adquirida para uso próprio).

A inclusão desses certificados no portfólio de soluções em energia fortalece a posição da Celesc no mercado como agente catalisador da sustentabilidade. Ao adquirir I-RECs, empresas e consumidores têm a garantia de que estão apoiando a geração de energia por meio de fontes renováveis.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	Consolidado		
	31.12.2025	31.12.2024	Varição
Receita Operacional Bruta – ROB	18.763.640	16.407.239	14,4%
Receita Operacional Líquida – ROL	11.900.276	10.658.858	11,6%
Resultado Operacional	1.413.978	1.219.791	15,9%
EBITDA	1.796.662	1.567.207	14,6%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	15,10%	14,70%	0,40 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	6,13%	6,72%	-0,59 p.p.
Resultado Financeiro	(457.061)	(287.364)	59,1%
Ativo Total	13.831.939	13.037.758	6,1%
Imobilizado	218.574	210.394	3,9%
Patrimônio Líquido	3.968.465	3.671.279	8,1%
Lucro Líquido	729.495	715.802	1,9%

4.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no exercício de 2025, foi de R\$18,8 bilhões, sendo 14,4% superior em relação ao exercício de 2024, que foi de R\$16,4 bilhões.

Um dos fatores principais que contribuiu para o desempenho positivo foi o reajuste tarifário anual (RTA), da Celesc D, homologado em 22 de agosto de 2025, com nova tarifa vigente a partir dessa data até agosto de 2026, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,53%.

Na Celesc D, a ROB também apresentou aumento de 14,4%. Tal variação foi impulsionada por acréscimo de 8,9% na receita proveniente do fornecimento de energia elétrica; crescimento de 11,3% na receita relativa à disponibilidade de uso da rede elétrica proveniente de 7,7% no aumento do mercado de consumidores livres na sua área de concessão; elevação expressiva de 174,4% na receita de Energia de Curto Prazo, que passou de R\$232,2 milhões em 2024 para R\$637,1 milhões no exercício de 2025, reflexo do aumento significativo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no período e da nova tarifa. A receita com ativos em construção também apresentou crescimento de 18,0%, porém, esse montante é neutralizado no resultado pelos correspondentes custos de construção registrados nos custos operacionais. A Companhia mantém o plano de investimentos em expansão do sistema elétrico, aprovado em seu orçamento de capital. Ainda nesse grupo, há a constituição de ativos financeiros setoriais para o próximo ciclo tarifário, reflexo do aumento dos custos de energia que não estão totalmente cobertos no RTA de 2025. Tem-se também, as demais receitas operacionais, derivadas do aumento de 9,7% da atualização do ativo financeiro indenizável. O ativo financeiro (no ativo) cresceu em torno de 30,5%, considerando o fechamento de obras/bifurcação/atualização financeira no exercício de 2025.

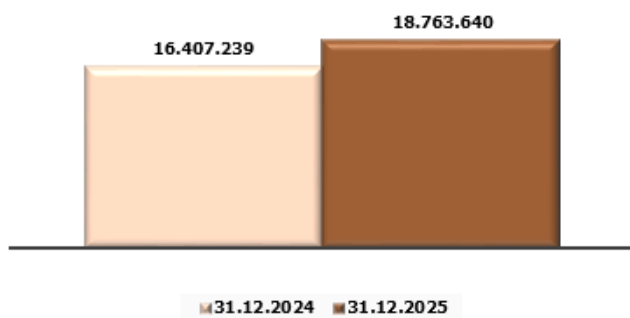
A Receita Operacional Líquida (ROL) da Celesc D acompanhou a variação da ROB, apresentando crescimento de 11,6%, ao passar de R\$10,5 bilhões em 2024 para R\$11,7 bilhões no exercício de 2025.

Na Celesc G, a ROB registrou aumento de 15,6%, influenciada principalmente pelo crescimento de 20,2% na receita de fornecimento de energia e de 18,9% na receita de suprimento de energia. Também foi observada elevação de 77,7% na receita de curto prazo, que passou de R\$11,3 milhões para R\$20,1 milhões (aumento absoluto de R\$8,8 milhões), com o excedente de 28.806 MWh de energia elétrica vendido no mercado de curto prazo (1236,3% superior a 2024).

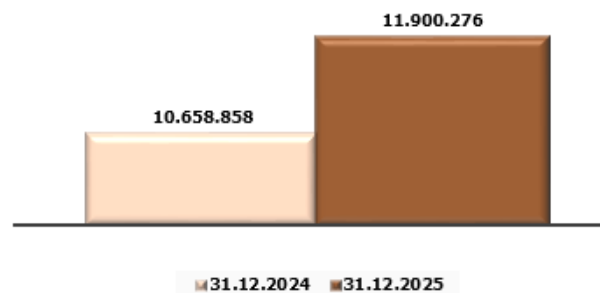
A ROL da Celesc G cresceu 15,9%, passando de R\$189,4 milhões em 2024 para R\$219,5 milhões no exercício de 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

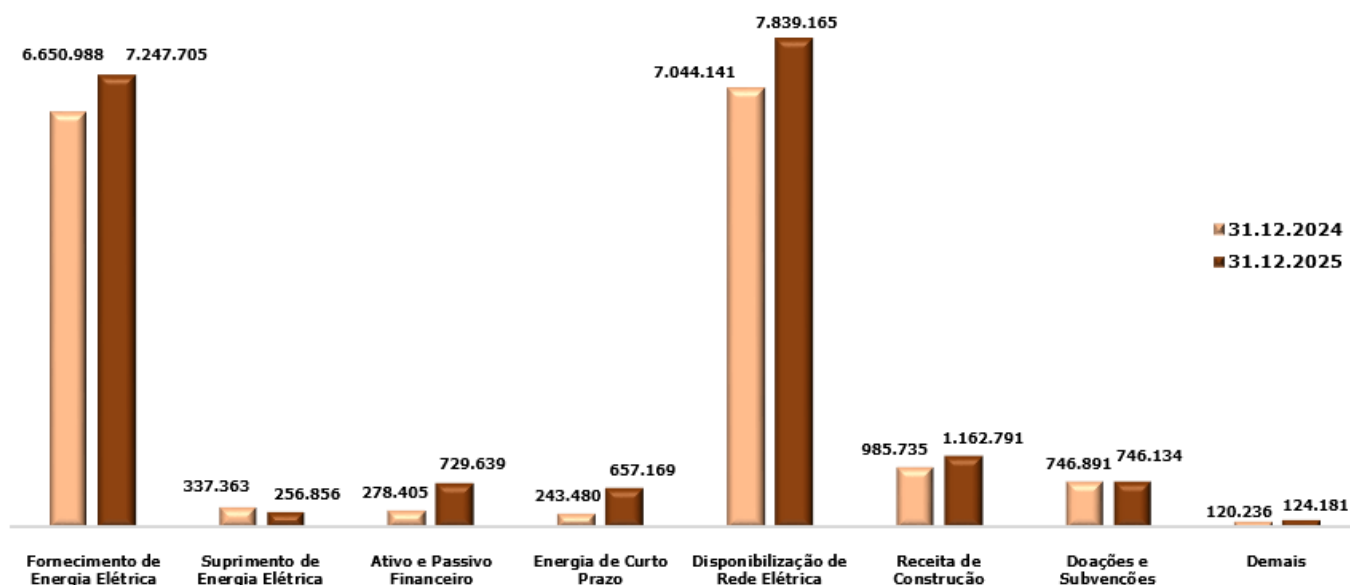
Receita Operacional Bruta



Receita Operacional Líquida



Composição da Receita Bruta



4.2. Deduções da Receita

O aumento de 19,4% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento dos tributos vinculados à ROB (aumento proporcional de 12,8% no recolhimento de ICMS e 15,7% de PIS/COFINS), na Celesc D. Observou-se ainda, o aumento de R\$579,9 milhões nos encargos setoriais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os encargos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE) são calculados com a alíquota de 0,5%, cada um, sobre a ROL.

Houve, ainda, no exercício a contabilização de R\$54,0 milhões de encargos sobre bandeiras tarifárias. Vale ressaltar que os encargos de bandeira tarifária não são um custo para a distribuidora de energia, mas sim uma forma de repassar ao consumidor os custos variáveis na geração de eletricidade. A distribuidora atua como intermediária nesse processo, coletando o valor adicional na conta de luz e o repassando para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB), que é administrada pela CCEE sob a fiscalização da ANEEL.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3. Custos e Despesas

4.3.1. Custos

Os custos e despesas operacionais consolidados totalizaram R\$10,5 bilhões em 2025, representando um aumento de 11,1% em relação ao exercício de 2024 (R\$9,4 bilhões). O aumento foi refletido, principalmente pelo aumento nos custos com energia elétrica e com construção de ativos.

Os custos com energia elétrica registraram alta de 11,8%, influenciados majoritariamente pela elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) durante o exercício.

Na Celesc D, a energia elétrica comprada para revenda apresentou aumento de 17,8%, impulsionada pela maior exposição ao mercado de curto prazo e pela variação significativa do PLD no período. Em 2025, o PLD se manteve, a partir de março, em patamares acima de R\$200/MWh, enquanto que em 2024 o PLD ficou acima de R\$120/MWh apenas em setembro e outubro. Outro fator, foi o reconhecimento do custo de energia proveniente dos saldos retroativos, no montante de R\$56,7 milhões, dos créditos de energia oriundos de unidades consumidoras com MMGD, a expirar e os expirados em 2025.

Na Celesc G, os custos com energia elétrica aumentaram 36,4%, reflexo de dois principais fatores: o crescimento de 37,5% no custo da energia convencional comprada para revenda e aumento de 32,7% na energia adquirida na CCEE, em decorrência da mesma variação do PLD mencionada acima.

Os custos de operação consolidados apresentaram elevação de 12,3% no exercício analisado.

Na Celesc D, os custos de operação aumentaram 12,3%, com destaque para o custo de construção, que cresceu 18,0%, passando de 985,7 milhões em 2024 para R\$1,2 bilhão em 2025. Desconsiderando essa rubrica – que tem efeito neutro no resultado contábil por ter sua contrapartida registrada na receita de construção, os demais custos de operação tiveram crescimento de 6,3% no exercício, refletindo a manutenção dos níveis de eficiência operacional da Companhia. Além disso, houve aumento na despesa de indenização de equipamentos elétricos aos consumidores, passando de R\$10,3 milhões para R\$13,5 milhões, com variação de 30,4%.

Na Celesc G, os custos de operação apresentaram acréscimo de R\$3,6 milhões, representando aumento de 17,6% em relação ao exercício de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, do aumento de R\$2,4 milhões na rubrica serviços de terceiros, relacionado à conclusão de ordens de manutenção, reforma e conservação de unidades administrativas e operacionais, cujos custos não foram integralmente unitizados e, portanto, foram lançados como custos operacionais no resultado do período.

4.3.2. Despesas Operacionais, Outras Receitas e Despesas, Equivalência Patrimonial

As despesas operacionais consolidadas, incluindo outras receitas/despesas operacionais e o resultado da equivalência patrimonial, totalizaram R\$578,0 milhões no exercício de 2025, frente aos R\$586,1 milhões registrados no exercício de 2024, representando uma redução de 1,4%.

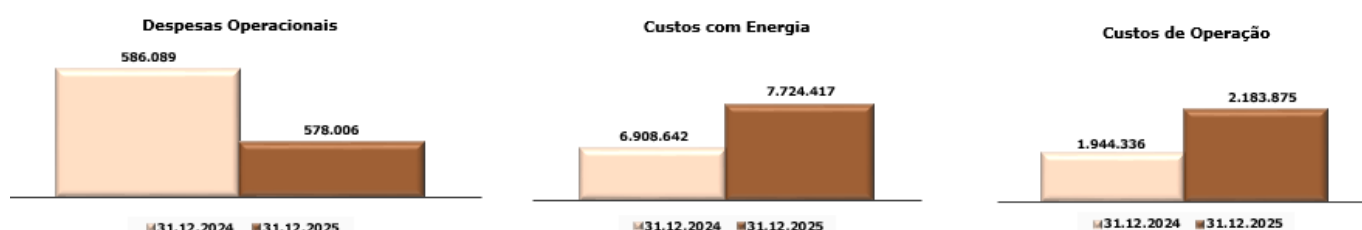
Na Celesc D, a redução foi de aproximadamente R\$27,6 milhões (4,6%), influenciado principalmente, pelo grupo Despesas com Vendas, que registrou uma reversão expressiva na PECLD (provisão líquida). Essa rubrica recuou expressivos 38,4% (registrou provisão líquida de R\$74,7 milhões em 2025, frente aos R\$194,77 milhões evidenciados em 2024). Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou uma força-tarefa nas Agências Regionais para regularizar a inadimplência, facilitando o acesso dos consumidores aos planos de parcelamentos de faturas. Outros fatores foram a atualização da matriz de PECLD e a estabilização do sistema comercial implantado em maio de 2024, corrigindo suas inconsistências e aperfeiçoando os processos.

Por outro lado, as Despesas Gerais e Administrativas da Celesc D cresceram 13,1%, com aumento de R\$76,1 milhões nessa rubrica, crescimento justificado, principalmente, pelo aumento nos serviços de terceiros em aproximadamente 16,8%. Há também o aumento de R\$25,5 milhões (78,0%) na despesa de amortização, em razão da entrada em operação de investimentos no software comercial da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na rubrica de Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais da Celesc D, observou-se retração de 5,2% no exercício de 2025, em comparação com 2024. A receita de compartilhamento de infraestrutura, decorrente do aluguel de postes, apresentou incremento de 3,4%, totalizando R\$ 9,8 milhões no período. Entretanto, o resultado da rubrica foi impactado negativamente pelo reconhecimento de R\$ 30,1 milhões em provisões judiciais líquidas, representando aumento de 162,1% em relação ao exercício anterior, substancialmente em razão de menores reversões registradas em 2025.

Na Celesc G, observou-se aumento expressivo de 196,9% nas despesas operacionais, refletindo, principalmente, a queda do resultado positivo da equivalência patrimonial (R\$ 7,7 milhões, que equivale a 58,3%). Essa queda aconteceu em virtude das alienações das participações na EDP Aliança Transmissão e na Companhia Energética Rio das Flores – CRF. Além disso, houve aumento expressivo na perda por *Impairment* do Imobilizado, que gerou um aumento líquido de R\$13,9 milhões (545,5%) na rubrica Provisões, quando comparados os exercícios de 2025 e 2024. Os ativos das Usinas Celso Ramos e Maruim geraram as perdas mais expressivas por serem imobilizados recentes e terem seus fluxos de caixa descontados ainda não suficientes para cobrirem os custos. Outro fator é o plano de CAPEX para as usinas do parque gerador próprio para os próximos exercícios.



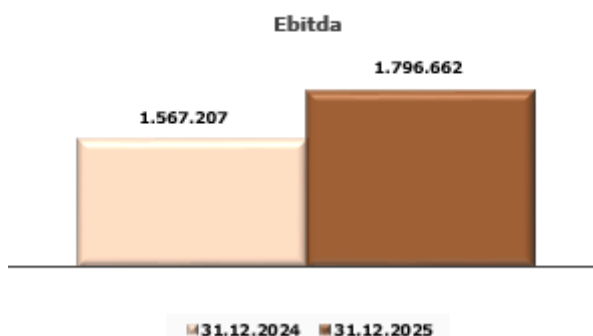
4.4. EBITDA

A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não sendo excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Líquido	729.495	715.802
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	227.422	216.625
Resultado Financeiro	457.061	287.364
Depreciação e Amortização	382.684	347.416
EBITDA	1.796.662	1.567.207

O EBITDA, no exercício de 2025 atingiu o valor de R\$1,80 bilhão, aproximadamente 14,6% superior ao mesmo período de 2024, que foi de R\$1,57 bilhão.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$457,1 milhões no exercício de 2025, representando aumento de 59,1% em relação ao resultado negativo de R\$287,4 milhões apurado no exercício de 2024. A variação decorre, principalmente, do aumento das despesas financeiras, influenciado pela maior exposição do Grupo a encargos sobre endividamentos e pela manutenção de patamares elevados das taxas de juros ao longo do exercício.

No exercício de 2025, a Celesc D registrou resultado financeiro negativo de R\$465,1 milhões, em comparação ao resultado também negativo de R\$287,3 milhões apurado no exercício de 2024. A variação representa um acréscimo de R\$177,8 milhões no resultado deficitário, equivalente a 61,9% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho decorre, preponderantemente, da elevação de 42,5% nos encargos de dívidas e nos juros incidentes sobre debêntures, que totalizaram R\$607,5 milhões em 2025, ante R\$426,3 milhões registrados no mesmo período do exercício anterior. Tal comportamento reflete, sobretudo, o aumento do saldo médio de endividamento ao longo do período, aliado à variação das taxas de juros aplicáveis aos financiamentos contratados, fatores que contribuíram para a elevação das despesas financeiras da Companhia.

Ainda na Celesc D, destaca-se o reconhecimento, no segundo trimestre de 2025, de R\$53,4 milhões em despesas financeiras decorrentes de decisão administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme Despacho nº 2.203, de 22 de julho de 2025. A deliberação ocorreu após o encerramento da Consulta Pública nº 05/2021 e validou o entendimento da Agência quanto à metodologia de atualização dos valores a serem devolvidos aos consumidores, referentes aos créditos tributários de PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS.

A Companhia, nos processos tarifários de 2022 e 2023, sustentava que os valores já devolvidos aos consumidores haviam sido atualizados conforme a legislação tributária vigente e em linha com a Lei nº 14.385/2022. No entanto, a ANEEL concluiu que, por se tratar de passivo tarifário, a atualização deveria ocorrer com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia utilizada pela Receita Federal. Em razão dessa decisão, a diferença de atualização financeira foi reconhecida como despesa no resultado do semestre.

A partir do segundo trimestre de 2025, a Celesc D intensificou as ações voltadas à regularização de faturas em atraso junto aos consumidores, aplicando acréscimos financeiros sobre os débitos e ampliando a oferta de parcelamentos. Como resultado, houve incremento de 41,9% nas receitas financeiras associadas, correspondendo a acréscimo de R\$47,2 milhões em comparação exercício de 2024. Esse resultado demonstra a efetividade das medidas de recuperação de crédito adotadas e a consequente melhora na eficiência da gestão da inadimplência.

Na Celesc G, o resultado financeiro líquido apresentou crescimento de 57,5% (R\$3,5 milhões) em relação ao exercício de 2024, refletindo a combinação do aumento das receitas financeiras e da elevação das despesas financeiras nos exercícios analisados.

As receitas financeiras registraram expansão de R\$8,7 milhões no exercício de 2025, impulsionadas, principalmente, pelo maior rendimento das aplicações financeiras, em um cenário de rentabilidade média mais elevada, e pela atualização monetária do contrato de mútuo mantido com a Celesc D, que contribuiu com R\$10,3 milhões. Importa destacar que, para fins de consolidação das demonstrações financeiras, essa receita é eliminada por se tratar de operação intragrupo.

Por outro lado, as despesas financeiras apresentaram aumento de R\$5,2 milhões no exercício, influenciadas, sobretudo, pela elevação dos encargos sobre dívidas, acompanhando a variação das taxas de juros incidentes sobre os financiamentos contratados. Como resultado, o desempenho financeiro líquido manteve trajetória positiva.

4.6. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



4.7. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do Desempenho Econômico-Financeiro:

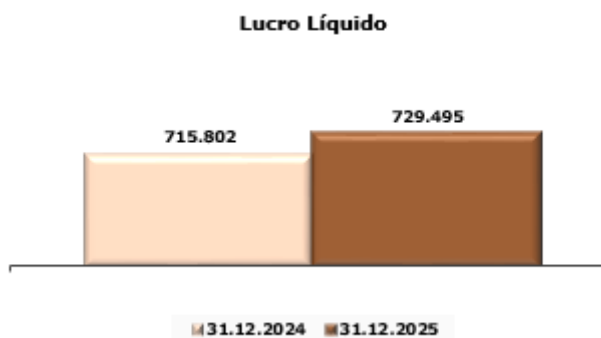
Índices	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Liquidez Geral	0,84	0,81
Liquidez Corrente	1,30	1,28
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	19,10%	21,68%
Endividamento Geral	71,31%	71,84%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$895,7 milhões, com um índice de 1,30.

4.8. Lucro Líquido

A Celesc registrou um Lucro Líquido de R\$729,5 milhões em 2025, representando um aumento de 1,9% se comparado ao mesmo período de 2024, cujo valor foi de R\$715,8 milhões.

Esse crescimento se deve principalmente, na Celesc D, ao aumento de 1,2% no consumo de energia e ao reajuste tarifário de agosto de 2025. Há ainda, a melhoria na performance da Parcela B, resultando em um aumento de 5,9% no resultado operacional em comparação com 2024. Além disso, houveram reversões significativas de provisões para perdas estimadas de créditos.



4.9. Investimentos

Descrição	Consolidado				Análise Horizontal
	31.12.2025		31.12.2024		
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	1.457.028	98,01%	1.230.450	97,29%	18,41%
Recursos Próprios	1.162.791	-	985.735	-	-
Participação Financeira do Consumidor	294.237	-	244.715	-	-
Geração de Energia Elétrica	29.556	1,99%	34.244	2,71%	-13,69%
Parque Gerador Próprio	29.556	-	34.244	-	-
Total	1.486.584	100%	1.264.694	100%	17,54%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.9.1. Celesc D

4.9.1.1. Expansão do Sistema

Nesse ano, foram realizadas ampliações, melhorias e finalização de obras, de portes variados, em aproximadamente 14 subestações (SEs), sendo três subestações novas concluídas, quatro subestações com ampliação de capacidade, e melhorias de médio porte do tipo instalação de reatores e entradas de linhas em outras subestações.

Entre os destaques no ano está a conclusão da construção das novas subestações (SE) em Florianópolis (SE Florianópolis Monte Verde), São José (SE São José do Sertão do Maruim) e Palmeira (SE Palmeira Chlorum). Além disso, também foram ampliadas as SEs em Joinville (SE Joinville Perini), Lages (Lages Vidal Ramos), Schroeder (SE Schroeder) e Maravilha (SE Maravilha), todas com impacto significativo no aumento da energia disponível para as suas respectivas áreas de atuação e, especialmente, na maior confiabilidade do sistema elétrico para o melhor atendimento aos consumidores.

Em 2025, foram substituídos mais de 200 quilômetros de redes rurais monofásicas para trifásicas e instalados mais de 331 quilômetros de rede compacta. Foram realizadas 88 obras estruturantes em alimentadores e realizadas mais de 12,3 mil obras para ampliação e melhorias nas redes de distribuição. Foram instalados 328 novos religadores monofásicos e 232 religadores trifásicos para automação da rede, bem como 27 reguladores de tensão e 12 bancos capacitores visando a melhoria da tensão e redução de perdas no sistema elétrico. Também com foco preventivo, foram contabilizados recursos da ordem de R\$23,0 milhões nas ações de poda e roçada da vegetação próxima à rede elétrica.

Foram concluídas cinco linhas de distribuição da Celesc D em 138.000 e 69.000 Volts. São elas:

- LD 138 kV SECCIONAMENTO (LAGES-VIDAL RAMOS-OTACÍLIO COSTA)-Chlorum/Palmeira;
- LD 138 KV SECCIONAMENTO (PARANAGUAMIRIM-CISER)- Joinville;
- LD 138 kV SECCIONAMENTO (PALHOÇA RB-CAPOEIRAS/FLORIANÓPOLIS)-São José do Sertão do Maruim/São José;
- LD 138 kV SECCIONAMENTO (RATONES RB-TRINDADE)-Monte Verde/Florianópolis; e
- LD 69 kV SECCIONAMENTO (JOINVILLE SC-SÃO FRANCISCO DO SUL)-Gamboa/São Francisco do Sul.

4.9.1.2. Investimentos no sistema elétrico

Do total investido, o maior volume de R\$1.457,0 milhão foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$1.162,8 milhão foi realizado com recursos próprios (sendo R\$1.082,6 milhão em materiais e serviços, R\$80,1 milhões em mão de obra própria) e R\$294,2 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 7 de dezembro de 2021.

No acumulado do período até 31 de dezembro de 2025, os investimentos realizados pela Celesc D totalizaram R\$1.319,1 milhão, destinados à expansão, modernização e manutenção da infraestrutura elétrica e à melhoria dos processos administrativos e operacionais da Companhia.

Do montante total investido, R\$827,7 milhões foram aplicados diretamente na rede de distribuição, com foco na ampliação, melhoria e manutenção.

Os investimentos visam aprimorar a eficiência operacional, aumentar a qualidade do fornecimento de energia elétrica e fortalecer a infraestrutura necessária para atender à crescente demanda do sistema elétrico, sendo que ainda foram aplicados em alta tensão:

- R\$223,9 milhões em linhas de distribuição;
- R\$120,6 milhões em subestações.

Além disso, foram realizados R\$101,7 milhões no sistema de medição, dos quais R\$32,4 milhões referem-se à aquisição de medidores inteligentes.

Na atividade de administração, os investimentos somaram R\$137,9 milhões, sendo os principais aportes destinados à área de tecnologia da informação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- R\$76,9 milhões investidos em Tecnologia da Informação. Desse valor, destacam-se R\$32,8 milhões aplicados na implantação dos sistemas ADMS (Advanced Distribution Management System) e WFM (Workforce Management), voltados ao aprimoramento do Centro de Operação;
- R\$11,1 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos;
- R\$47,5 milhões aplicados na compra de novos veículos.

Os valores remanescentes foram destinados à melhoria das edificações administrativas e à aquisição de mobiliários.

4.9.2. Celesc G

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no exercício de 2025, pela Celesc G:

- R\$14,8 milhões foram investidos em Estudos e Projetos PCH Canoas;
- R\$4,7 milhões foram gastos com gerador fotovoltaico – *kit* 1mw e montagens elétricas da UFV VIII;
- R\$3,7 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico – *kit* 1mw e montagens elétricas da UFV IX;
- R\$1,9 milhão foram gastos com mobilização e canteiro de obras da Usina Garcia;
- R\$658 mil foram gastos no novo telhado da casa de força, dragagem e limpeza da represa da Usina Bracinho;
- R\$634 mil foram gastos com montagens elétricas da UFV Capivari de Baixo;
- R\$338 mil foram aplicados em cabo óptico dielétrico para a UFV IV – Oeste;
- R\$340 mil foram alocados na Dragagem e limpeza da represa e congêneres e projeto executivo civil da Usina Palmeiras;
- R\$338 mil foram gastos com cabo óptico dielétrico para a UFV IV – Oeste; e
- R\$227 mil foram gastos em serviço de unitização e imobilização de ativos, mão de obra, manutenção corretiva da Usina Maruim.

4.9.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Entrada em Operação Comercial da CGH Maruim

A usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico e cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Em 2023, foram iniciadas as obras de reativação da usina, com capacidade instalada de 1 MW e garantia física de 0,65 MWm, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas. A entrada em operação em testes ocorreu em agosto de 2024 e a entrada em operação comercial ocorreu em junho de 2025, por meio do Despacho ANEEL nº 1.873, de 18 de junho de 2025.

O investimento, financiado pelo BNDES, é da ordem de R\$9,0 milhões e a energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com tarifa atual de R\$309,00/MWh pelo prazo de 20 anos.

b) Ampliação da CGH Caveiras

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina Francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto já possui o Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo – DRS-PCH o nº 1.102/2022, bem como a LAI – Licença Ambiental de Instalação, obtida junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA.

A energia decorrente do projeto de ampliação foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2025/A-5, com tarifa atual de R\$402,77/MWh pelo prazo de 20 anos. O restante da energia do empreendimento será destinado ao ambiente de comercialização livre.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O cronograma de obras é de aproximadamente 18 meses e os trâmites licitatórios para contratação dos serviços já foram iniciados. A emissão da outorga e o início das obras estão previstos para o primeiro semestre de 2026.

c) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Atualmente, o projeto está na fase final de aprovação, aguardando somente a emissão da Outorga pelo MME.

A obra está estimada em 30 meses com um investimento na ordem de R\$240,0 milhões. Desse montante, cerca de 80% dos recursos já possuem financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

d) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal

A Usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros, possui potência instalada de 8,4 MW e está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de ampliação da geração por meio da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente e possibilidade de aproveitamento energético na barragem do Pinhal, integrante do complexo da usina. Contudo, à época, o projeto não avançou em razão das incertezas relacionadas ao término das concessões.

Em 2023, foram contratadas a revisão dos estudos hidrológicos e as análises hidroenergéticas, que indicaram a viabilidade da construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400 kW, sendo uma unidade geradora do tipo Kaplan, bem como a instalação de nova unidade geradora de 10,2 MW na casa de força da Usina Cedros.

Em 2025, foi iniciada a consolidação do Projeto Básico do empreendimento, com previsão de conclusão em 2026, etapa que subsidiará as avaliações e aprovações necessárias para a implantação da ampliação.

e) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros, com potência instalada de 24,6 MW e em operação desde 1963, possui no seu complexo a barragem do Rio Bonito, responsável pela regularização das vazões do rio.

Estudos iniciados em 2010 avaliaram a ampliação do complexo por meio da motorização das vazões da barragem, porém os resultados não se mostraram viáveis à época. Em 2023, os estudos hidrológicos e hidroenergéticos foram revisados e, em 2024 ocorreu a consolidação do projeto básico.

Em 2025, os estudos realizados e o detalhamento do projeto, incluindo estudo de motorização e arranjo geral do empreendimento, resultaram em uma configuração com potência instalada de 0,50 MW para o empreendimento.

As próximas etapas dizem respeito às tratativas ambientais e regulatórias visando a viabilização da construção da ampliação da Usina.

4.9.2.2. Novos Negócios

a) Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

O Plano de Negócio em Geração Distribuída (GD) prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Até dezembro de 2025, entraram em operação 14 MW de potência instalada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Entrada em Operação
UFV Lages I	Lages/SC	1,00	Fev.2023
UFV Campos Novos I	Campos Novos/SC	1,00	Set.2023
UFV São José do Cedro I	São José do Cedro/SC	2,50	Dez.2023
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	Jun.2024
UFV Modelo I	Modelo/SC	2,50	Set.2024
UFV Videira I	Videira/SC	1,00	Out.2024
UFV Capivari I	Capivari de Baixo/SC	3,00	Mai.2025
UFV Modelo II	Modelo/SC	1,00	Out.2025
UFV Modelo III	Modelo/SC	1,00	Out.2025
Total		14,00	

Todos os projetos têm como prioridade o enquadramento na janela regulatória prevista pela Lei nº 14.300/22, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras do sistema de compensação de energia (um crédito de energia para cada kWh injetado na rede) até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

Todas as usinas do Plano de Negócios se encontram em operação e geram energia limpa e renovável para os seus clientes, com destaque para o contrato firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, que prevê o uso de energia gerada por sete usinas fotovoltaicas para abastecer mais de 1.000 escolas públicas catarinenses, com uma diminuição estimada de 10% nas despesas anuais com energia elétrica da Secretaria de Estado da Educação.

b) Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido pela Celesc D no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina.

O projeto, que começou em 2015, teve como principal resultado a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do território de Santa Catarina com estações de recarga de veículos elétricos, e já registrou 77 mil recargas realizadas, 1,1 milhão de kWh fornecidos e 900 toneladas de CO₂ evitadas.

Além disso, culminou com a criação de uma estratégia para gestão da demanda das estações de recarga, incorporando o uso de energia renovável, e um modelo de negócio para oferecer serviços de recarga de veículos elétricos.

O corredor elétrico implantado nas primeiras fases do projeto conta com 38 estações distribuídas em 28 municípios.

A Celesc G conta com um projeto de expansão da rede de eletropostos, iniciado em 2024, cujo objetivo é disponibilizar estações de recarga em 100 diferentes municípios catarinenses, não somente ao longo dos principais eixos viários do estado de Santa Catarina, mas também em áreas de interesse turístico.

O investimento será em torno de R\$4,5 milhões. A inserção de eletropostos no estado de Santa Catarina reforça o compromisso da Companhia com a transição energética, destacando-a como protagonista na promoção de soluções ecológicas. Além de atender à crescente demanda por infraestrutura de recarga de veículos elétricos, a Companhia promove uma iniciativa de marca como referência em tecnologia de ponta, fortalecendo sua experiência junto a consumidores, investidores e parceiros locais.

c) Aquisição do Projeto de Geração Hídrica PCH Canoas

A Celesc adquiriu o Projeto da PCH Canoas, que prevê a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) entre os municípios de Curitibaanos e São José do Cerrito, no Planalto Catarinense. Este será o maior investimento da história da Empresa em geração de energia, que deverá ser da ordem de R\$300,0 milhões. As obras estão previstas para ocorrer entre 2028 e 2030.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A nova usina terá 30 MW de potência instalada e será construída em cascata com a PCH Pery, também operada pela Celesc G, o que permitirá um trabalho coordenado entre os ativos, otimizando a geração, os custos de manutenção e fortalecendo a segurança operacional.

O Projeto Canoas foi vendido à Celesc G pela multinacional norueguesa Statkraft Energias Renováveis. Atualmente, o empreendimento já conta com a Licença Ambiental Prévia (LAP), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), e com o Documento de Registro e Seleção (DRS-PCH), concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 2026, será feita a consolidação do Projeto Básico e serão realizados os estudos necessários para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI).

4.9.3. Alienação de Participações

4.9.3.1. EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G detinha participação de 10% na EDP Transmissão Aliança SC S.A., empreendimento desenvolvido em parceria com a EDP Energias do Brasil.

Em dezembro de 2024, a EDP anunciou a venda de sua participação de 90% ao Skyline Fundo de Investimento em Participações, ocasião em que a Celesc G exerceu o direito de venda conjunta (*tag along*), conforme comunicado ao mercado em fevereiro de 2025.

A operação foi concluída em 30 de abril de 2025, com a transferência das ações para a Edge Empreendimentos e Participações S.A., veículo integralmente detido pelo referido fundo, e o correspondente ingresso dos recursos no caixa da Companhia.

4.9.3.2. Companhia Energética Rio das Flores S.A. – Rio das Flores

A Celesc G detinha participação de 26,07% na Companhia Energética Rio das Flores S.A., responsável pelas usinas Prata (3,0 MW) e Belmonte (3,6 MW), bem como pela subsidiária integral Companhia Energética Bandeirante, que opera a usina Bandeirante (3,0 MW).

Em abril de 2025, a Casaforte Energia S.A. apresentou proposta para aquisição da totalidade das ações detidas pela Celesc G e demais acionistas. A alienação foi aprovada pelo Conselho de Administração em junho de 2025, pelo critério *locked-box*, com data-base de 31 de dezembro de 2024.

A operação foi concluída em 26 de setembro de 2025, com o recebimento de R\$16,8 milhões e a transferência das ações à compradora.

4.10. Ambiente Econômico

A Celesc acompanhou de forma contínua as mudanças no cenário econômico ao longo de 2025, monitorando atentamente os principais indicadores macroeconômicos — como Produto Interno Bruto (PIB), inflação, câmbio e taxa de juros — e avaliando seus impactos sobre o mercado de energia elétrica. O comportamento do câmbio segue exercendo influência direta sobre o custo da energia adquirida de Itaipu, enquanto o desempenho do PIB está associado à dinâmica dos investimentos e à expansão da demanda por energia. As taxas de juros afetam o custo do capital destinado a financiamentos e projetos de investimento, ao passo que a inflação interfere nos custos de suprimentos e nas despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros (PMSO).

O ambiente econômico global em 2025 foi caracterizado por um crescimento moderado, com diferenças relevantes entre regiões e economias. As economias avançadas apresentaram desaceleração gradual, em especial em razão de políticas monetárias ainda restritivas no início do ano, adotadas para garantir a convergência da inflação às metas estabelecidas pelos bancos centrais. Ao longo do exercício, observou-se um processo de flexibilização monetária gradual em algumas economias, à medida que os índices inflacionários apresentaram trajetória de desaceleração.

Persistiram, contudo, fatores de incerteza no cenário internacional, como as tensões geopolíticas envolvendo o Leste Europeu, o Oriente Médio e disputas comerciais entre grandes blocos econômicos, que continuaram afetando o comércio internacional, os fluxos de capitais e os preços de *commodities*

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

energéticas. Além disso, o elevado nível de endividamento público em diversos países manteve pressão sobre as contas fiscais e limitou a capacidade de estímulos econômicos mais amplos.

Nesse contexto, a transição energética se manteve como um dos principais vetores de investimentos globais em 2025. Projetos relacionados a geração renovável, redes elétricas inteligentes, armazenamento de energia e eficiência energética ganharam destaque, especialmente na Europa, América do Norte e Ásia, reforçando o papel estratégico do setor elétrico na agenda de crescimento sustentável e segurança energética.

No Brasil, o desempenho econômico em 2025 foi marcado por um ritmo de crescimento mais moderado em comparação a 2024. As projeções para o crescimento do PIB em 2025 situam-se em torno de 2,26%, refletindo a normalização do crescimento após um período de expansão mais robusta no ano anterior. O desempenho da atividade econômica foi sustentado principalmente pelo setor de serviços, enquanto a indústria apresentou crescimento mais contido, influenciada por condições financeiras ainda restritivas durante parte do ano. O setor agropecuário manteve relevância, embora com resultados menos excepcionais do que os observados em 2024, em virtude de fatores climáticos e da acomodação dos preços internacionais de *commodities*.

O cenário macroeconômico brasileiro em 2025, foi influenciado pela condução da política monetária e fiscal. A inflação apresentou trajetória de desaceleração ao longo do ano, ainda que com episódios de volatilidade, especialmente relacionados aos preços de alimentos e energia. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2025 com variação acumulada de 4,26%, permanecendo dentro do intervalo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou queda acumulada de 1,05% em 2025, refletindo, principalmente, a redução nos preços de *commodities* no atacado e a apreciação do real ao longo do período, fatores que contribuíram para a descompressão dos custos de produção na economia.

A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano de 2025 em 15,0% ao ano, refletindo a manutenção de uma postura monetária restritiva pelo Comitê de Política Monetária (Copom) ao longo do exercício, diante da necessidade de assegurar a convergência da inflação à meta e de ancorar as expectativas inflacionárias em um ambiente de incertezas fiscais e pressões inflacionárias persistentes. O nível elevado da taxa de juros manteve o custo de capital em patamar elevado, impactando as decisões de investimento e a demanda por crédito, que permaneceu mais seletiva ao longo do ano, especialmente para projetos de longo prazo.

No âmbito fiscal, a sustentabilidade das contas públicas seguiu como um tema central ao longo de 2025. O governo manteve esforços voltados ao equilíbrio fiscal, com foco no cumprimento das regras fiscais vigentes e na busca por maior previsibilidade econômica. A evolução desse cenário permanece fundamental para a consolidação de um ambiente macroeconômico estável e favorável ao crescimento de longo prazo.

O setor agropecuário continuou desempenhando papel relevante na economia brasileira em 2025, ainda que em patamar mais normalizado em relação ao ano anterior. A produção de grãos manteve-se elevada, com destaque para soja e milho, e a cadeia de proteínas animais seguiu contribuindo de forma significativa para as exportações. A demanda externa, especialmente de países asiáticos e da União Europeia, continuou sustentando o desempenho do setor, apesar da maior volatilidade nos preços internacionais.

No contexto regional, a atividade econômica de Santa Catarina cresceu 4,9% entre janeiro e novembro de 2025, conforme dados divulgados pelo Banco Central. O desempenho positivo reflete o aquecimento da economia catarinense, que avançou mais do que o dobro da média nacional no período. O percentual, calculado pelo Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento de 4,9% coloca Santa Catarina como o estado que mais cresce no país. O mercado de trabalho permaneceu aquecido, com geração consistente de empregos formais, e a diversidade da base produtiva do Estado, aliada a investimentos em infraestrutura e logística, contribuiu para a resiliência econômica regional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.10.1. Desempenho no Mercado de Capitais

O Capital Social da Celesc, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$2,480 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias, correspondentes a 40,26% do total, com direito a voto, e 23.044.454 ações preferenciais, equivalentes a 59,74%, também nominativas, e sem direito a voto.

As ações preferenciais conferem prioridade no recebimento de dividendos, à base mínima de 25%, não cumulativos. O capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social, é de R\$2,600 bilhões.

A composição acionária, em número de ações, dos acionistas detentores de mais de 5% de qualquer espécie ou classe de ações, encontra-se apresentada na tabela a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31.12.2025					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração Futuro L.Par Fundo de Investimento	450.100	2,90	2.800.001	12,15	3.250.101	8,43
Axia Energia (Eletrobras)	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	800.452	5,16	5.945.168	25,80	6.745.620	17,49
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Ao final de 2025, os investidores estrangeiros representavam 0,55% do capital social total da Companhia, detendo o total de 210.483 ações, em sua ampla maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	210.483	0,55
Investidores Nacionais	38.361.108	99,45
Total	38.571.591	100,00

4.10.2. Desempenho no Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o 4º trimestre de 2025 com valorização de 10,18%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 13,22% no mesmo período.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 25,76%, enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 20,42%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 31 de dezembro de 2025 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %*	
	31.12.2025		4º TRI 2025	Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 125,50**		25,76%	72,42%
Celesc ON	R\$ 115,79**		20,42%	66,15%
IBOVESPA	161.125		10,18%	33,95%
IEE	123.056		13,22%	36,94%

*Variações percentuais com ajuste a proventos

**Valores em R\$ (reais)

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado acima, são: R\$125,50 (cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$115,79 (cento e quinze reais e setenta e nove centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

As ações do controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2025 estão representadas no quadro adiante:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador*	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765	24,54
Diretoria Executiva	0	0,00	22	0,00	22	0,00
Outros Acionistas	6.297.677	40,56	22.810.127	98,98	29.107.804	75,46
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00

* Governo do Estado de Santa Catarina, CELOS, INVESC e Gabinete de Planejamento e Coordenadoria Geral.

4.11. Relações com Investidores

Em 2025, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada.

Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de uma apresentação junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizada em 28 de novembro.

No *site* de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri), estão disponíveis para consulta todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM, B3 e ANEEL), bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade, as demonstrações financeiras societárias e regulatórias de suas subsidiárias, entre outras informações.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG), com vigência até 15 de junho de 2026.

Em 2025, a KPMG prestou serviço de auditoria, pelo montante de R\$999.364,69, relacionados às Demonstrações Financeiras Anuais do Grupo Celesc (incluindo revisões trimestrais) e às Demonstrações Contábeis Anuais e ao Relatório de Controle Patrimonial, ambos regulatórios. Adicionalmente, foram pagos R\$249.841,17 relacionados a outros serviços, tais como revisão do formulário de referência, revisão da Escrituração Contábil Digital – ECD e revisão da Escrituração Contábil Fiscal – ECF.

6. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 20 de março de 2026.

A Administração

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		456.222	400.340	3.848.163	3.898.270
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	77.708	96.878	418.813	1.019.482
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.723.359	2.238.333
IRPJ e CSLL a Recuperar	10.1	55.117	71.041	144.088	110.766
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	205.994	195.932
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	11	322.901	231.959	14.292	14.807
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	12.2	-	-	45.542	43.449
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	13.3	-	-	19.956	19.039
Outros	20	496	462	276.119	256.462
Não Circulante		3.808.554	3.537.770	9.982.868	9.139.488
Realizável a Longo Prazo		88.194	101.148	4.408.816	3.684.457
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	21.672	4.491
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	69.258	-
Tributos Diferidos	16	-	-	560.035	659.034
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	302.084	368.709
Depósitos Judiciais	28	87.986	100.940	392.626	439.879
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	13	-	-	1.237.107	948.715
Ativo Financeiro setorial	12	-	-	273.140	-
Ativo Financeiro -Bonificação de Outorga	12.2	-	-	339.113	329.418
Ativo Financeiro -Indenização Usina Pery	13.3	-	-	154.241	149.731
Ativo de Contrato	14	-	-	1.037.521	771.357
Outros	20	208	208	22.019	13.123
Investimentos	17	3.717.741	3.433.492	312.149	382.859
Imobilizado	18	189	197	218.574	210.394
Intangível	19	2.430	2.933	5.043.329	4.861.778
Total do Ativo		4.264.776	3.938.110	13.831.031	13.037.758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		287.428	236.887	2.952.505	3.049.785
Fornecedores	21	1.019	1.502	1.002.149	992.713
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	296.582	213.853
Debêntures	23	-	-	176.656	202.251
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	90.607	70.230
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	2.288	2.165	228.829	217.785
IRPJ e CSLL a Recolher	26	3.958	82	21.615	2.818
Demais Tributos a Recolher	26	14.990	18.852	330.696	274.579
Dividendos e JCP Declarados	32.3	261.382	212.754	261.382	212.754
Taxas Regulamentares	27	-	-	71.723	23.278
Passivo de Arrendamento	18	190	208	2.863	2.140
Benefícios a Empregados	29	-	-	153.963	167.661
Passivo Financeiro Setorial	12	-	-	80.584	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	58.483	46.811
Outros	31	3.601	1.324	176.373	234.313
Não Circulante		8.883	29.944	6.910.061	6.316.694
Tributos a Recolher	26	-	-	15.123	17.096
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	1.561.793	1.765.532
Debêntures	23	-	-	2.970.715	2.021.371
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	-	-	2.917	8.969
Tributos Diferidos	16	-	-	111.200	108.460
Taxas Regulamentares	27	-	-	81.516	78.661
Passivo de Arrendamento	18	-	-	10.250	3.838
Provisão para Contingências	28	8.883	29.944	307.482	456.497
Benefícios a Empregados	29	-	-	1.579.411	1.508.838
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	269.654	326.032
Passivo Financeiro Setorial	12	-	-	-	21.400
Patrimônio Líquido	32	3.968.465	3.671.279	3.968.465	3.671.279
Capital Social	32.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	32.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	32.2	2.548.038	2.273.648	2.548.038	2.273.648
Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.4	(1.231.656)	(1.159.975)	(1.231.656)	(1.159.975)
Reservas à disposição dos Acionistas	32.3	171.767	77.290	171.767	77.290
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.264.776	3.938.110	13.831.031	13.037.758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	33	-	-	11.900.276	10.658.858
Custos de Vendas /Serviços Prestados	33	-	-	(9.908.292)	(8.852.978)
Lucro Bruto		-	-	1.991.984	1.805.880
Despesas Operacionais		745.173	721.509	(578.006)	(586.089)
Despesas com Vendas		-	-	(123.555)	(120.983)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	(74.693)	(194.010)
Despesas Gerais e Administrativas	33	(33.590)	(34.819)	(719.526)	(640.273)
Outras Receitas	33	20.285	12.562	390.316	395.725
Outras Despesas	33	(4.219)	(2.819)	(100.639)	(92.113)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	762.697	746.585	50.091	65.565
Resultado Antes do Resultado Financeiro		745.173	721.509	1.413.978	1.219.791
Resultado Financeiro	33	(1.638)	(6.203)	(457.061)	(287.364)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		743.535	715.306	956.917	932.427
IRPJ e CSLL	16	(14.040)	496	(227.422)	(216.625)
Corrente		(14.219)	(422)	(89.223)	(169.150)
Diferido		179	918	(138.199)	(47.475)
Lucro Líquido do Exercício		729.495	715.802	729.495	715.802
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia					
Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	32.4				
Ações Ordinárias Nominativas		17,8465	17,5115	17,8465	17,5115
Ações Preferenciais Nominativas		19,6312	19,2627	19,6312	19,2627
Resultado Diluído por Ação	32.4				
Ações Ordinárias Nominativas		17,8465	17,5115	17,8465	17,5115
Ações Preferenciais Nominativas		19,6312	19,2627	19,6312	19,2627

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Líquido do Exercício	33	729.495	715.802	729.495	715.802
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		(71.124)	255.227	(71.124)	255.227
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos	32.6	(71.124)	255.227	(71.124)	255.227
Resultado Abrangente do Exercício		658.371	971.029	658.371	971.029

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Outras Reservas de Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
Controladora/Consolidado											
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.480.000	316	279.347	1.586.298	1.253	12.894	(1.290.280)	(137.261)	-	2.932.567
Transações de Capital com Acionistas											
Juros Sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(231.239)	(231.239)
Reversão de Dividendos e JSCP prescritos	32.3	-	-	-	175	-	-	-	-	-	175
Dividendos	32.3	-	-	-	-	(1.253)	-	-	-	-	(1.253)
Resultado Abrangente Total											
Lucro Líquido do Exercício	33	-	-	-	-	-	-	-	-	715.802	715.802
Realização do Custo Atribuído	32.5	-	-	-	-	-	(555)	-	-	555	-
Ajuste de Avaliação Benefícios a Empregados Líquido dos Impostos	29	-	-	-	-	-	-	255.227	-	-	255.227
Mutações Internas do PL											
Constituição de Reservas	32.3	-	-	35.789	372.039	-	-	-	-	(407.828)	-
Reservas à disposição dos Acionistas		-	-	-	-	77.290	-	-	-	(77.290)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.480.000	316	315.136	1.958.512	77.290	12.339	(1.035.053)	(137.261)	-	3.671.279
Transações de Capital com Acionistas											
Juros sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(284.088)	(284.088)
Dividendos	32.3	-	-	-	-	(77.290)	-	-	-	-	(77.290)
Reversão Dividendos e JCP Prescritos	32.3	-	-	-	193	-	-	-	-	-	193
Resultado Abrangente Total											
Lucro Líquido do Exercício	33	-	-	-	-	-	-	-	-	729.495	729.495
Realização do Custo Atribuído	32.6	-	-	-	-	-	(557)	-	-	557	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial, Líquido de Impostos	32.6	-	-	-	-	-	-	(71.124)	-	-	(71.124)
Mutações Internas do PL											
Constituição de Reservas	32.3	-	-	36.475	357.722	-	-	-	-	(394.197)	-
Reservas à disposição dos Acionistas		-	-	-	(120.000)	171.767	-	-	-	(51.767)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.480.000	316	351.611	2.196.427	171.767	11.782	(1.106.177)	(137.261)	-	3.968.465

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Líquido de Exercício		729.495	715.802	729.495	715.802
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa					
(Aplicado nas) Gerado Pelas atividades operacionais		(774.965)	(754.347)	1.330.036	1.210.300
Depreciação e Amortização	18	2.205	2.210	382.684	347.416
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	18/19	-	-	89.481	79.952
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, Líquida de impostos	17	(762.697)	(746.585)	(50.091)	(65.565)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(32.920)	(30.020)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	8.825	1.849
Juros e Variações Monetárias		(6.668)	(3.604)	694.032	503.397
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	28	(21.845)	(5.872)	(166.882)	(104.743)
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de Impairment	18.2	-	-	16.473	(1.742)
Despesas Atuariais	29	-	-	140.431	143.173
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	18	-	-	665	652
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	24	-	-	29.882	9.384
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	33.2	-	-	74.693	194.010
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	33.1	-	-	(84.649)	(84.040)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		14.040	(496)	227.422	216.625
Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamentos - Líquido		-	-	(10)	(48)
(Aumento) Redução nos Ativos		36.307	(4.928)	(763.980)	(325.363)
Contas a Receber	9	-	-	(571.541)	(453.043)
Tributos a Recuperar		15.924	(9.116)	25.849	63.221
Depósitos Judiciais		20.417	4.137	80.088	9.925
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	(264.464)	112.563
Outras Variações nos Ativos		(34)	51	(33.912)	(58.029)
Aumento (Redução) nos Passivos		(35.268)	(18.814)	(537.301)	(782.397)
Fornecedores		(483)	64	9.436	(96.379)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		123	345	4.992	(26.044)
Tributos a Recolher		(37.185)	(19.177)	61.596	8.951
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(270.657)	(447.544)
Taxas Regulamentares		-	-	40.915	(65.340)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	(134.323)	1.153
Benefícios a Empregados		-	-	(191.320)	(283.628)
Bônus Itaipu		-	-	(52.589)	52.456
Outras Variações no Passivo		2.277	(46)	(5.351)	73.978
Juros Pagos	23.9	(11)	(26)	(477.128)	(356.279)
IR e CSLL Pagos		(837)	(68)	(104.303)	(180.373)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades Operacionais		(45.279)	(62.381)	176.819	281.690
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado	18	-	-	(29.067)	(34.244)
Adições Ativo de Contrato	14	-	-	(1.162.791)	(985.735)
Adições Ativo Intangível	19	-	-	(489)	-
Integralização de Capital	17.2	(84.737)	-	-	-
Alienação de Investimentos	17.2	-	-	71.806	-
Dividendos e JCP Recebidos		399.651	314.190	48.042	64.925
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades de Investimento		314.914	314.190	(1.072.499)	(955.054)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	222.551	72.809
Ingresso de Debêntures	23	-	-	1.007.642	1.165.608
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	(356.354)	(67.966)
Pagamento de Derivativos	24	-	-	(70.498)	(1.401)
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(211.235)	(159.767)
Pagamento de JCP e Dividendos		(288.561)	(211.369)	(288.561)	(211.369)
Pagamento Passivo de Arrendamento	18	(244)	(233)	(8.534)	(11.264)
Caixa Líquido (utilizado nas) Atividades de Financiamento		(288.805)	(211.602)	295.011	786.650
(Redução) Aumento Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa		(19.170)	40.207	(600.669)	113.286
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	96.878	56.671	1.019.482	906.196
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	77.708	96.878	418.813	1.019.482
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		(19.170)	40.207	(600.669)	113.286

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas	33	23.665	22.403	19.090.042	16.675.384
Receita de Contrato com Clientes		-	-	17.546.815	15.421.505
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	1.189.463	1.019.979
Outras Receitas		23.665	22.403	428.457	427.910
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(74.693)	(194.010)
Insumos Adquiridos de Terceiros	33	(10.458)	(16.220)	(10.182.917)	(9.053.030)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(8.499.927)	(7.572.022)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(10.458)	(16.220)	(1.666.517)	(1.482.750)
Perdas/Recuperação de Ativos		-	-	(16.473)	1.742
Valor Adicionado Bruto		13.207	6.183	8.907.125	7.622.354
Depreciação, Amortização		(2.205)	(2.210)	(383.350)	(348.071)
Valor Adicionado Líquido Produzido		11.002	3.973	8.523.775	7.274.283
Valor Adicionado Recebido em Transferência		798.516	770.800	845.875	519.263
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial	17	762.697	746.585	50.091	65.565
Receitas Financeiras	33	35.251	17.775	794.561	446.845
Outras Receitas		568	6.440	1.223	6.853
Valor Adicionado Total a Distribuir		809.518	774.773	9.369.650	7.793.546
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	25	(21.966)	(20.660)	(980.899)	(887.738)
Remuneração Direta		(19.989)	(18.865)	(632.844)	(560.278)
Benefícios		(904)	(818)	(310.729)	(292.598)
FGTS		(1.073)	(977)	(37.326)	(34.862)
Impostos, Taxas e Contribuições	26	(57.072)	(33.170)	(6.469.936)	(5.450.550)
Federais		(55.522)	(31.819)	(4.012.736)	(3.272.346)
Estaduais		-	-	(2.450.993)	(2.172.166)
Municipais		(1.550)	(1.351)	(6.207)	(6.038)
Remuneração de Capital de Terceiros	33	(985)	(5.141)	(1.189.320)	(739.456)
Juros		(926)	(5.115)	(1.179.837)	(730.769)
Aluguéis		(59)	(26)	(9.483)	(8.687)
Remuneração de Capitais Próprios	32	(729.495)	(715.802)	(729.495)	(715.802)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(284.088)	(231.239)	(284.088)	(231.239)
Lucro Retido do Exercício		(445.407)	(484.563)	(445.407)	(484.563)
Valor Adicionado Distribuído		(809.518)	(774.773)	(9.369.650)	(7.793.546)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**2.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.578.269 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

Notas Explicativas

Parque Gerador da Celesc G

Em 31 de dezembro de 2025, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, todas em operação comercial. Também possui, em operação comercial, sete empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais três empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 139,01MW, sendo 130,27MW referentes ao parque próprio, destes 116,27MW de fonte hídrica e 14MW de fonte solar, e 8,74MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

A Celesc G conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota de suas centrais geradoras. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053***	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	09/11/2053***	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	06/01/2053***	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053***	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	09/11/2053***	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	03/06/2039***	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
Total			116,27	70,81	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

(***) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
UFV Capivari de Baixo/SC	Capivari de Baixo/SC	jun/2025	3,00
UFV Modelo II	Modelo/SC	out/2025	1,00
UFV Modelo III	Modelo/SC	out/2025	1,00
Total			14,00

Notas Explicativas

c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	02/10/2045*	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	28/04/2046*	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	18/07/2048**	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			22,18	12,46		8,74	4,89

(*) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

(**) A Resolução Homologatória nº 3.439/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão da usina listada.

d) Aquisição de Projeto de PCH

A Companhia adquiriu o projeto da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Canoas, a ser implantada entre os municípios de Curitibaanos e São José do Cerrito (SC), com potência instalada prevista de 30 MW e investimento estimado em aproximadamente R\$300,0 milhões. O empreendimento, adquirido da Statkraft Energias Renováveis, operará em cascata com a PCH Pery, também operada pela Companhia.

O projeto já possui Licença Ambiental Prévia (LAP), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), e Documento de Registro e Seleção (DRS-PCH), concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A consolidação do Projeto Básico e os estudos para obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI) estão previstos para 2026, com obras estimadas para o período de 2028 a 2030.

Alienação EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G possuía 10 % de participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, em parceria existente entre Celesc G e EDP Energias do Brasil, na sociedade EDP Transmissão Aliança SC.

Em 23 de dezembro de 2024, a EDP comunicou ao mercado que fechou contrato de venda da totalidade da sua participação de 90% nessa sociedade para o Skyline Fundo de Investimento em Participações. Em 14 de fevereiro de 2025, a Celesc realizou comunicado ao mercado informando que optou por exercer o direito de venda conjunta (*tag along*).

O investimento foi contabilizado no Grupo por meio da equivalência patrimonial, até o mês de janeiro de 2025 e o valor contábil era de R\$60,3 milhões.

Em 30 de abril de 2025, após o cumprimento de todas as condições precedentes e a entrada dos recursos no caixa da Celesc G, foi realizado o fechamento da operação de venda e a efetiva transferência das ações representativas do capital social da EDP Transmissão Aliança SC S.A., anteriormente detidas pela Celesc G, para Edge Empreendimentos e Participações S.A., sociedade detida integralmente pela Classe Única Multiestratégia – Responsabilidade Limitada do Skyline Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento gerido pela Actis e a entrada dos recursos no caixa da Celesc G.

Alienação da Companhia Energética Rio das Flores S.A.

A Celesc G possuía 26,07 % de participação acionária na Companhia Energética Rio das Flores S.A. – Rio das Flores, empresa geradora de energia elétrica, por meio das usinas Prata (3,0 MW) e Belmonte (3,6 MW). A empresa conta ainda com uma subsidiária integral, a Companhia Energética Bandeirante (CBN), voltada à geração de energia elétrica por meio da usina Bandeirante (3,0 MW). O investimento era contabilizado no Grupo, até junho de 2025, por meio da equivalência patrimonial.

Em 28 de abril de 2025, o acionista Casaforte Energia S.A, detentor de 29,06% do capital social da Rio das Flores, efetuou proposta de compra da totalidade das ações possuídas pela Celesc G e demais acionistas da companhia.

Notas Explicativas

Em 23 de junho de 2025, em reunião extraordinária, o Conselho de Administração da Celesc G aprovou a alienação da totalidade do investimento na Rio das Flores, comunicando, na mesma data, o fato ao mercado. O preço de aquisição foi determinado com data-base em 31 de dezembro de 2024 e ofertado na modalidade *locked-box*, com ajuste (redução) exclusivamente em razão da distribuição de lucros (dividendos e/ou juros sobre o capital próprio) ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2025 e a data de fechamento da transação, e em valores superiores aos dividendos mínimos obrigatórios já provisionados.

Em 26 de setembro de 2025, a operação foi finalizada, quando ocorreu a assinatura dos documentos, o recebimento do montante de R\$16,8 milhões no caixa da Celesc G e a transferência das ações à compradora.

2.3. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,50%

2.3. Assuntos Regulatórios e Tributários

2.3.1. Reforma Tributária

A reforma tributária é um dos temas mais debatidos no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um sistema tributário complexo, fragmentado e com forte incidência sobre o consumo. A Constituição criou tributos como o ICMS (estadual), o ISS (municipal), o IPI, o PIS e a COFINS (federais), cada um com regras próprias, gerando sobreposição de competências, guerra fiscal entre estados e elevada litigiosidade.

Desde os anos 1990, diversas propostas de reforma foram apresentadas, como as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 175/1995, 41/2003, 233/2008, 45/2019 e 110/2019, mas nenhuma obteve consenso político suficiente para aprovação. A PEC 45/2019, no entanto, ganhou destaque por propor a substituição de cinco tributos por um modelo de IVA dual, inspirado em práticas internacionais.

Após décadas de debates, a Emenda Constitucional nº 132/2023 foi promulgada em dezembro de 2023, representando a primeira reforma ampla do sistema tributário sob a égide da Constituição de 1988. Essa emenda instituiu dois novos tributos sobre o consumo:

- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados, municípios e o Distrito Federal;
- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União.

Além disso, foi criado o Imposto Seletivo (IS), com função extrafiscal, destinado a desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Notas Explicativas

A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu princípios como simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação federativa e defesa do meio ambiente. Também estabeleceu regras de transição entre 2026 e 2033, com a extinção progressiva de tributos antigos e a implementação gradual dos novos.

Em janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar Federal nº 214/2025, que regulamenta os novos tributos e detalha:

- a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS;
- a não cumulatividade plena, permitindo créditos ao longo da cadeia produtiva;
- o *cashback* tributário, com devolução de parte dos tributos para famílias de baixa renda;
- a alíquota do IBS e da CBS, a ser definida pelo Senado Federal, com mecanismos de controle para evitar aumento da carga tributária;
- regimes diferenciados e isenções, como alíquota zero para produtos da cesta básica e redução para medicamentos e serviços essenciais.

A reforma também extingue incentivos fiscais estaduais até o ano de 2032 e redefine a tributação no destino, transferindo, no setor elétrico, a arrecadação para o local onde a energia é consumida.

Em síntese, a reforma tributária sobre o consumo representa uma transformação histórica, com potencial para simplificar o sistema, reduzir distorções e promover maior justiça fiscal. No entanto, sua efetividade dependerá da implementação técnica, da cooperação entre os entes federativos e da capacidade de adaptação dos setores econômicos.

Impactos da Reforma na Estrutura Corporativa e Operacional da Celesc

Em 2025, foi criada a Unidade de Coordenação da Reforma Tributária (UCP/RFTB) e instituído um plano de trabalho inicial, desdobrado nas fases de planejamento, execução e monitoramento.

Planejamento

- Mapeamento dos impactos da Reforma Tributária na Celesc;
- Definição de ponto focal de discussão (*key user*) em cada uma das áreas impactadas;
- Definição das adequações sistêmicas e de processos;
- Desdobramento das adequações sistêmicas e de processos em tarefas;
- Definição de prazos.

Execução e Monitoramento

- Orientação aos *key users* das áreas quanto às adequações sistêmicas necessárias;
- Gestão e reporte dos prazos gerais e das tarefas, de acordo com os impactos para a apuração tributária plena da CBS e do IBS;
- Realização de testes unitários e integrados;
- Realização de treinamentos.

Diante desse cenário, a Celesc iniciou o projeto de implementação com o objetivo preliminar de mapear e organizar, de forma estruturada, as macro iniciativas e ações necessárias para preparar a organização para a transição e a conformidade com o novo modelo tributário. Tratou-se de uma jornada multidisciplinar, que envolveu desde o entendimento das áreas de negócio e do portfólio de sistemas até a orientação de pessoas sobre os impactos da Reforma Tributária e a necessidade de adaptação das estratégias de negócio.

O relatório final, construído em conjunto com a consultoria da EY, consolidou essa jornada, reunindo a visão geral sobre os potenciais impactos esperados e as macro ações necessárias para viabilizar uma implementação segura, coerente e alinhada às melhores práticas de governança tributária.

O trabalho teve como objetivos os seguintes resultados:

- Realização de *workshop* para orientação de profissionais técnicos e não técnicos, com demonstração geral dos potenciais impactos da Reforma Tributária;
- Aplicação de pesquisa (questionário sistêmico) para coletar informações relevantes de cada área de negócio;
- Entrevistas com gestores e líderes de áreas para aprofundamento do entendimento macro de processos, tecnologias, rotinas e desafios;

Notas Explicativas

- Preparação dos planos de ação e suas prioridades, em consonância com o calendário estabelecido na legislação (Constituição Federal e Lei Complementar);
- Elaboração de cronograma com destaque do tempo estimado para execução das recomendações e definição de matriz de responsabilidades.

Desse trabalho resultaram 26 *gaps*, que desencadearam 97 planos de ação, a serem implementados e acompanhados nos próximos anos, inclusive durante o período de transição, com monitoramento constante diante da complexidade e magnitude dos processos da Celesc e de suas subsidiárias integrais. Os planos de ação estão distribuídos em diversas áreas, como tecnologia, contabilidade, finanças, jurídico, comercial e operações. A UCP/RFTB desempenhará papel estratégico na priorização, organização e apoio técnico aos planos, conforme critérios de impacto e esforço, apoiando a execução técnica e gerencial das ações, monitorando indicadores e cronogramas, além de garantir conformidade com os prazos legais.

A Administração permanece acompanhando atentamente a regulamentação complementar da Reforma Tributária sobre o Consumo e seus potenciais efeitos sobre o setor elétrico. Embora o novo modelo tributário represente uma transformação ampla do sistema vigente, os anos de 2025 e 2026 constituem período de transição e testes, não produzindo impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3.2. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2024

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374/2024 e Nota Técnica nº 126/2024 -STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2024 até 21 de agosto de 2025. O RTA de 2024 da Celesc D conduz a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 3,02%, sendo de 0,75%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,19%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025

Em 22 de agosto de 2025, entrou em vigor o Reajuste Tarifário Anual da Celesc D, homologado pela ANEEL, conforme a Resolução Homologatória nº 3.511/2025, decorrente do Processo nº 48500.003964/2025-61.

O referido reajuste resultou em um efeito médio de 13,53% nas tarifas aplicadas aos consumidores, sendo 15,80% em média para consumidores atendidos em alta tensão e 12,41% em média para consumidores conectados em baixa tensão.

A variação tarifária decorreu principalmente:

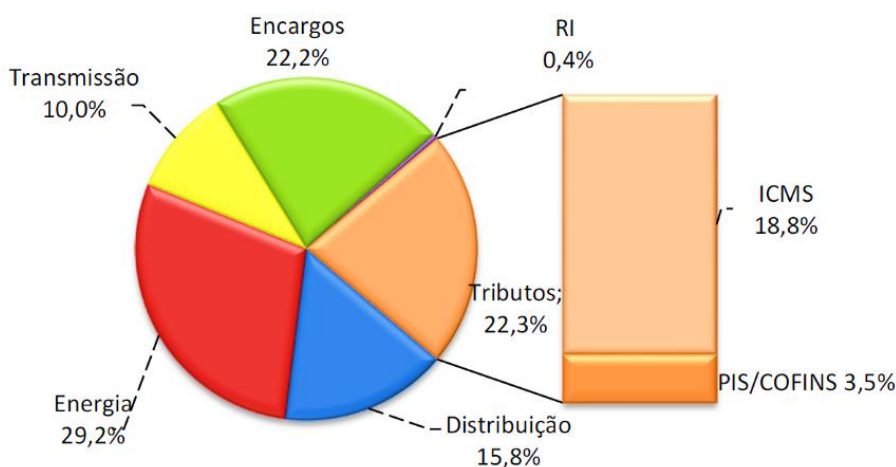
- Do aumento dos encargos setoriais da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e da criação de novos encargos (ERCAP);
- Do impacto da descotização de energia proveniente da Eletrobras sobre os contratos de compra de energia;
- Do reajuste dos custos de transmissão de energia elétrica;
- Da atualização da Parcela B, que reflete a inflação do período (IPCA) deduzida do Fator X regulatório.
- Em contrapartida, contribuíram para atenuar o reajuste:
- A quitação antecipada das contas setoriais denominadas Conta Covid e Conta Escassez Hídrica,
- A devolução de créditos tributários de PIS e COFINS, conforme disciplinado pela Lei nº 14.385/2022.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens dos reajustes tarifários de 2024 e 2025:

Notas Explicativas

Participação no Reajuste Tarifário 2025 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.511/2025)			Participação no Reajuste Tarifário 2024	
Parcela A	Encargos Setoriais	7,86%	-1,21%	
	Custos de Transmissão	0,72%	-2,72%	
	Compra de Energia	1,30%	0,78%	
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%	0,03%	
	Total Parcela A	9,97%	-3,12%	
Parcela B	Total Parcela B	1,04%	0,55%	
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE			11,01%	-2,57%
Componentes Financeiros do Processo Atual			0,41%	-1,07%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior			2,11%	6,66%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores			13,53%	3,02%

O gráfico a seguir demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual da Celesc D com tributos.



c) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela ANEEL, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica.

De janeiro a abril de 2025, devido às condições favoráveis de geração de energia, a bandeira tarifária foi verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia. Em maio houve o acionamento da bandeira tarifária amarela. Nos meses de junho e julho o acionamento foi da bandeira tarifária vermelha patamar 1, indicando que as condições de geração de energia ficaram mais difíceis, resultando em um pequeno acréscimo na tarifa. Em agosto e setembro, o acionamento da bandeira tarifária vermelha – patamar 2, apontou para o agravamento das condições hidrológicas desfavoráveis à geração de energia, elevando o custo da energia devido a fatores como a necessidade de acionar termelétricas para complementar o fornecimento. De outubro a novembro a bandeira tarifária passou a ser vermelha, mas no patamar 1, fechando o ano com bandeira amarela em dezembro.

Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D pela Agência reguladora de janeiro a dezembro de 2025, foram de R\$69,4 milhões.

d) Bônus de Itaipu 2024

A ANEEL, por meio do despacho STR/ANEEL nº 1.405, 3 de maio de 2024, informou que o saldo da Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu em 2023, foi positivo em R\$399,3 milhões e que o valor devolvido pelas distribuidoras, referente aos diferimentos de repasse tarifário com base nos saldos da Conta de Itaipu de 2020 e de 2021, perfaz R\$ 841,9 milhões.

Em novembro de 2024, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.420/2024, os valores a serem repassados pela ENBPar às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

Para a Celesc, foi homologado o valor de R\$51,9 milhões, sendo que em janeiro de 2025, os consumidores da área de concessão da Celesc D receberam este crédito tarifário, referente ao chamado Bônus de Itaipu, por meio de repasse nas faturas emitidas em janeiro, conforme regramento definido pela ANEEL.

e) Bônus de Itaipu 2025

Por meio do Ofício nº 272/2025/ENBPar, de 25 de abril de 2025, a ENBPar informou o resultado positivo da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu de 2024, apurado com base na nova redação do Decreto nº 11.027/2022, e solicitou a homologação do valor da reserva técnica financeira para 2025.

O Despacho nº 2.135, de 15 de julho de 2025, homologou o valor de R\$360,0 milhões a título de reserva técnica financeira, resultando no valor de R\$883,1 milhões a ser destinado ao bônus de Itaipu em 2025.

No dia 24 de julho de 2025, por determinação do Despacho nº 2.233, a ANEEL fixou os valores a serem repassados pela ENBPar às concessionárias e permissionárias de distribuição. À Celesc D, foram repassados R\$36,4 milhões, dos quais R\$36,3 milhões advém da aplicação da tarifa bônus de Itaipu definida pela ANEEL por meio do Ofício Circular nº 29/2025-STR/ANEEL; o restante advém de correção monetária não repassada aos consumidores, devendo ser restituído à ENBPar.

O crédito tarifário foi repassado aos consumidores da área de concessão da Celesc D no mês de agosto de 2025.

f) Medidas Provisórias nºs 1.300 e 1.304

No ano de 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nºs 1.300 e 1.304 que foram convertidas nas Leis nºs 15.235 e 15.269 tratando de diversos itens de modernização setorial, com reflexos transversais em todo o setor elétrico.

Entre as principais iniciativas da MP nº 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade da conta de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estratégicos como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de geração, conhecidos como *curtailment*. A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais.

Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) nº 2.987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP nº 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.

Quanto aos programas sociais de acesso à energia elétrica para a população de baixa renda a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE é um benefício oferecido para as famílias de baixa renda em que são concedidos descontos na tarifa aplicável a esses consumidores. Originalmente, o desconto variava conforme a faixa de consumo mensal (até 220 kWh). A Lei nº 15.235/2025 redefiniu a forma de aplicação desses descontos, determinando:

- i) um único critério para a aplicação do desconto: 100% para as famílias com consumo inferior à 80 kWh/mês; e
- ii) isenção, a partir de 1º.1.2026, das quotas da CDE para os consumidores com renda superior a meio e inferior a um salário-mínimo, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e com consumo mensal de até 120 kWh por mês.

Para a abertura do mercado livre, em 2025 foi publicada a Lei nº 15.269, que previu a abertura do mercado livre para o Grupo B – Baixa Tensão (inferior a 2,3 kV) em duas etapas:

- i) em até 24 meses de publicação da Lei para os consumidores comerciais e industriais; e
- ii) em até 36 meses de publicação da Lei para os demais consumidores.

A medida veio acompanhada de outras definições, dentre as quais destaca-se a criação do Supridor de Última Instância, figura responsável por atender os consumidores que se encontrem temporariamente sem fornecedor no mercado livre. Outra definição foi o compartilhamento dos efeitos financeiros da sobrecontratação ou da exposição involuntária das distribuidoras decorrentes da migração de

Notas Explicativas

consumidores ao mercado livre entre todos os consumidores regulados e livres, mediante encargo tarifário.

Quanto ao modelo de autoprodução por equiparação, a Lei nº 15.269/2025 definiu condições mais restritivas para a autoprodução por equiparação, estabelecendo, além da condicionante de carga mínima individual de 3 MW, que sempre esteve vigente, a obrigação de que o consumidor equiparado a autoprodutor possua uma carga mínima agregada de 30 MW. Ademais, caso seja estabelecido, na sociedade detentora da geração, valor econômico superior para as ações preferenciais em relação às ações ordinárias, cada grupo econômico de consumidores equiparados a autoprodutores deverá deter ao menos 30% do capital total da sociedade (proporcionalizado conforme o número de ações ordinárias). A Lei garantiu o direito adquirido para as equiparações existentes e aquelas que fossem registradas CCEE em até 3 meses de sua vigência.

Para a revisão dos subsídios tarifários, o principal subsídio concedido a fontes incentivadas é o desconto de, no mínimo, 50% nas TUSD e TUST para os geradores de fonte eólica, solar, entre outras, e para os consumidores que adquirem energia desses geradores. A Lei nº 15.269 trouxe duas medidas relacionadas a esses incentivos:

- i) a vedação dos subsídios a fontes incentivadas no consumo para os consumidores que exerceram a opção de adquirir energia no mercado livre após a publicação da Lei e para a parcela de aumento na demanda contratada dos consumidores que já tiverem exercido a opção anteriormente;
- ii) a limitação do valor rateado entre os consumidores relacionado a determinados subsídios da CDE, tais como fontes incentivadas e geração distribuída, considerando que a limitação será equivalente ao orçamento de 2025, atualizado anualmente pelo IPCA, para as rubricas impactadas. Caso o orçamento relacionado a qualquer uma dessas rubricas ultrapasse a limitação estabelecida, seus beneficiários terão uma redução proporcional do subsídio percebido, o que será operacionalizado através da cobrança de Encargo Complementar de Recursos sendo que outras rubricas, tais como universalização e tarifa social, não serão impactadas.

g) Geração Distribuída – Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) refere-se à energia ativa injetada na rede de distribuição por unidades consumidoras detentoras de microgeração ou minigeração distribuída (MMGD). Essa energia é cedida à distribuidora a título de empréstimo gratuito, gerando créditos de energia que poderão ser compensados futuramente com o consumo de energia elétrica ativa das respectivas unidades consumidoras participantes do sistema.

Nesse contexto, a obrigação da distribuidora está relacionada à disponibilização futura de energia equivalente àquela anteriormente injetada, nos termos da regulamentação setorial vigente estabelecida pela ANEEL.

A partir de 2024, com a abertura da Consulta Pública ANEEL nº 09/2024, foram avaliadas alternativas para o tratamento tarifário da energia injetada e não compensada. O processo resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025, onde ficou estabelecido que a energia injetada pelos consumidores com micro e minigeração distribuída (MMGD) e não compensada será deduzida da energia requerida junto à distribuidora, a partir dos processos tarifários de 2025, considerando como data de corte julho de 2024.

O tratamento definido não altera a relação comercial com os consumidores, mantendo a validade dos créditos por até 60 meses, os quais deverão ser compensados ou revertidos à modicidade tarifária, conforme a REN nº 1.000/2021 e a Lei nº 14.300/2022. A ANEEL deverá ainda regulamentar normas complementares sobre o tratamento contábil dos créditos anteriores à nova metodologia.

h) Base de Remuneração Regulatória - BRR

A remuneração das distribuidoras de energia elétrica ocorre por meio da Base de Remuneração Regulatória (BRR), definida pela ANEEL, nos processos de Revisão Tarifária Periódica - RTP. Nesses processos são reconhecidos os investimentos prudentes realizados pela concessionária na prestação do serviço de distribuição.

Notas Explicativas

No caso da Celesc D, o último ciclo de RTP ocorreu em 22 de agosto de 2021, ocasião em que foram considerados, para fins de composição da BRR, os investimentos realizados e contabilizados até fevereiro de 2021.

Assim, os investimentos realizados a partir de março de 2021 até fevereiro de 2026, serão objeto de avaliação regulatória e deverão ser incorporados à Base de Remuneração Regulatória no próximo processo de RTP, que ocorrerá em 22 de agosto de 2026.

Dessa forma, ao longo do exercício de 2025, parte relevante dos investimentos realizados pela Companhia irá ter reconhecimento tarifário no próximo ciclo revisional.

Uma vez reconhecidos pelo regulador, os ativos passam a compor a Base de Remuneração Regulatória e são remunerados por meio da aplicação da Taxa de Remuneração do Capital (*WACC – Weighted Average Cost of Capital*), bem como pela Quota de Reintegração Regulatória (QRR), correspondente à recuperação do capital investido ao longo da vida útil regulatória dos ativos.

Nesse contexto, a incorporação dos investimentos realizados no período entre os ciclos revisionais tende a ampliar significativamente a Base de Remuneração Regulatória da Celesc D no processo tarifário de 2026, refletindo a expansão e modernização da infraestrutura de distribuição e contribuindo para a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

2.3.3. Ambiente Regulatório da Celesc G

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 22 de julho de 2025, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.506, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2025/2026, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$10,5 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados ao final do período de sua concessão anterior.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual	Receita Mensal
	(R\$/mil) Ciclo 2025/2026	(R\$/mil) Ciclo 2025/2026
UHE Pery	30.016	2.501
UHE Garcia	14.244	1.187
UHE Bracinho	18.394	1.533
UHE Cedros	13.459	1.122
UHE Palmeiras	28.867	2.406
UHE Salto	9.524	794

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas Explicativas

A presente Demonstração Financeira foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 19 de março de 2026. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequente e está no Anexo "A" da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Na elaboração destas Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, a Administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis da Celesc e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As estimativas e os julgamentos contábeis se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 4.3 – Base de consolidação: determinação se possui controle e influência significativa sobre uma investida;
- NE 6 – Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros;
- NE 18 – Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 18.4 – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 19 – Ativo Intangível: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 28 – Contingências: definição do grau de risco.

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, além de serem reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 6 – Instrumentos financeiros: previsão de entradas e saídas no fluxo de caixa;
- NE 9.2 – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD: estimativa de valores que não serão recebidos e as principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- NE 12.1 – Ativos/Passivos Financeiros Setoriais: previsão de valores que serão inseridos nos processos de reajuste/revisão tarifária;
- NE 12.2 – Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga: previsão dos fluxos de caixa nos próximos ciclos pela Receita Anual de Geração – RAG;
- NE 13.1 – Ativo Financeiro Indenizável – Celesc D: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável ao final do contrato de concessão;
- NE 13.3 – Ativo Financeiro Indenizável – Celesc G: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos bens não totalmente depreciados no final dos contratos de concessão;
- NE 14 – Ativo de Contrato: alocação dos custos, obrigações de performance e previsão de fluxos de caixa;
- NE 16.2 – Realização de Ativos Fiscais Diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- NE 16.7 – Incerteza Sobre Tratamento de Tributos Sobre o Lucro: incerteza no tratamento fiscal e na determinação do lucro tributável;
- NE 18 – Imobilizado: taxa de depreciação e vida útil dos ativos;
- NEs 18.2 – *Impairment* de Ativos Não Financeiros: definição de premissas, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
- NE 18.4 – Prazo do arrendamento: definição das taxas de desconto e razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 19 – Ativo Intangível: projeção dos fluxos de caixa, previsão de vida útil e taxa de amortização;

Notas Explicativas

- NE 24 – Instrumentos financeiros derivativos: as premissas são baseadas nas condições da marcação a mercado, existentes na data do balanço, para calcular o valor justo;
- NE 28 – Provisões para Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões, considerando, ainda, as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e as jurisprudências;
- NE 29 - Benefícios a Empregados: definição das principais premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs 9 e 33.1 – Receita Não Faturada – Celesc D: estimativa de consumo e da tarifa das classes;
- NE 33.2 – Custos e Despesas Operacionais: previsão dos valores faturados pela CCEE.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- ativos ou passivos líquidos, de um plano de benefício definido, reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA).

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O Pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no Pronunciamento Técnico CPC 09, observou-se para fins de melhor divulgação a reclassificação dos juros capitalizados, nos valores correspondentes do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo que tal reclassificação teve efeito imaterial.

4.3. Base de Consolidação

a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

As controladas Celesc D e Celesc G são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo e as informações financeiras são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações da controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Controladora deixa de ter o controle. Qualquer participação retida na Companhia é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

b) Controladas

Controladas são todas entidades das quais o Grupo detém o controle ou quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

c) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

d) Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e, posteriormente, o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no resultado ou em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas. A distribuição de dividendos reduz o valor contábil do investimento.

4.4. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.5. Ativo de Contrato

Ativos de contrato correspondem aos ativos de infraestrutura em curso, relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia, sujeitos à obrigação de performance para atendimento das necessidades da concessão, contabilizado ao custo e acrescido de encargos financeiros dos empréstimos vinculados.

Parte dos investimentos efetuados pela concessionária é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. Quando esses ativos entram em operação, são bifurcados em Ativo Financeiro Indenizável e Intangível e remunerados pela tarifa.

É garantido à concessionária o direito de remuneração do Ativo Intangível pelos usuários do serviço público na inclusão dos valores na tarifa de energia.

A parte do investimento, reconhecida como Ativo Financeiro Indenizável, é a indenização prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

4.5.1. Obrigações Especiais no Ativo de Contrato

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados por terceiros, com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia, e são registradas nas Demonstrações Financeiras como redutoras dos ativos de contrato.

4.6. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, se houver.

A amortização é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens ou pelo prazo de concessão, optando-se pelo menor entre os dois, e reconhecida no resultado. O efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas

4.7. Instrumentos Financeiros

4.7.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

O Grupo classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ganhos e perdas não são reclassificados ao resultado no futuro. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

4.7.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.7.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (NE 12.1)

4.7.4. Instrumento Financeiro Derivativo

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ganhos ou perdas do instrumento de *hedge* são reconhecidos no resultado do período. Simultaneamente, as mudanças no valor justo do item protegido, atribuíveis ao risco coberto, também são ajustadas no resultado.

4.8. Ativo Financeiro Indenizável – Concessão

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando o Grupo possui direito incondicional de ser indenizado ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição energia, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente do Grupo, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por transferência do ativo de contrato (adições) e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

O ativo de contrato corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de distribuição ao longo da execução da obra. O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura considera os custos efetivamente incorridos na obra. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento na tarifa, a cada cinco anos, na Revisão Tarifária Periódica.

4.9. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Ativo Financeiro Setorial é composto pela Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA e itens financeiros, destinando-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, referentes à diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Caso os custos incorridos sejam superiores, o Poder Concedente homologa o direito incondicional de receber caixa do consumidor.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

Os ativos e passivos financeiros setoriais (Parcela A – CVA e demais itens financeiros) são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Os saldos das contas são atualizados com base na taxa de juros Selic até o reajuste tarifário subsequente, no resultado financeiro, sendo como receita quando for ativo financeiro setorial e despesa quando for passivo financeiro setorial. Quando ocorre o reajuste tarifário, os ativos/passivos financeiros setoriais passam a ser amortizados, de forma linear, pelos próximos 12 meses, em contrapartida, na Receita Bruta.

O passivo financeiro setorial é constituído quando os custos previstos pelo Poder Concedente e incluídos na tarifa no reajuste tarifário anual são efetivamente inferiores aos incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, gerando uma obrigação de devolução ao consumidor no próximo reajuste.

Quando os custos homologados nas tarifas são inferiores aos custos incorridos, a mensuração é positiva e há um crédito na receita decorrente de um direito a receber (débito no ativo financeiro setorial). Quando esses custos são superiores, registra-se uma obrigação contabilizada a débito na receita e o crédito no passivo financeiro setorial.

Os ativos e passivos financeiros constituídos têm impacto nulo no resultado. Financeiramente, considerando que quando há mais ativos para receber do que passivos a devolver, significa que houve um descasamento de caixa desde o último reajuste tarifário anual para esses itens na perspectiva tarifária.

4.10. Ativo Financeiro Bonificação de Outorga

Por se tratar de um contrato de concessão de serviço público de geração em regime de cotas, com a previsão de pagamento de bonificação de outorga nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, teve sua contabilização como ativo financeiro, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Mensalmente, o saldo é atualizado pela taxa de juros efetiva (TIR) e monetariamente pelo IPCA, lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.11. Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Usina Pery

O reconhecimento contábil dos investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão é considerando como Ativo Financeiro por possuir o direito incondicional, previsto em

Notas Explicativas

contrato, de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia – MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018 a 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração dos investimentos em bens reversíveis não amortizados, não depreciados e não indenizados, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

O saldo do ativo financeiro da indenização do Projeto Básico de ampliação da Usina Pery, aprovado pelo Despacho nº 2.018/2021, emitido pela ANEEL, é atualizado pelos juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR) e monetariamente pelo IPCA, sendo lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.12. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado, até o valor contábil do bem. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.13. Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, entre os dois o menor.

4.14. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro do exercício, são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas. O montante do imposto de renda e a contribuição social corrente a pagar ou a receber são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, por entidade contribuinte.

As despesas do imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo no momento da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.15. Imobilizado

São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Notas Explicativas

O custo de ativos construídos inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que seja capaz de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício. Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos no resultado.

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

4.16. Ativo de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

Correspondente ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial é pelo valor do custo, trazido a valor presente, em contrapartida ao passivo de arrendamentos e depreciado pelo método linear durante o prazo de arrendamento definido em contrato. Os ativos de arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável estão isentos da adoção do pronunciamento contábil.

O passivo de arrendamentos representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade. O reconhecimento inicial é calculado pelo valor presente e o encargo financeiro é reconhecido no resultado como despesa financeira. A taxa nominal é definida pelo Grupo.

4.17. Contrato de Concessão de Distribuição de Energia

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços prestados. Esse direito, de acordo com o ICPC 01 (R1), não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

No 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, há a cláusula contratual que determina que em caso de extinção da concessão, os bens e instalações serão revertidos ao poder concedente, considerando o montante de indenização devida à distribuidora de energia, considerando os seguintes procedimentos: realização de inventário dos bens reversíveis; valoração desses bens pelo valor novo de reposição – VNR; consideração da depreciação acumulada observadas as datas de incorporação do bem ao sistema elétrico, obtendo-se o valor líquido; e o abatimento das obrigações especiais – OE, do cálculo do valor a ser indenizado.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados por terceiros, com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia, e são registradas nas Demonstrações Financeiras como redutoras dos ativos intangíveis e financeiros (em serviço) e dos ativos de contrato (em curso), uma vez que a concessionária não apresenta o direito de ser remunerada por esses investimentos efetuados por terceiros que expandem a rede de distribuição.

4.18. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para o Grupo e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.19. Benefícios a Empregados e Aposentados

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes.

O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

4.20. Reconhecimento de Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, principalmente, pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada, energia de curto prazo e disponibilidade da rede. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

Os serviços prestados pelo Grupo atendem à satisfação da obrigação de desempenho, por serem rotineiros, possuem padrão de entrega e tem seu preço determinado em contratos de venda de energia, prestação de serviço e, ainda, regulado pela ANEEL.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos e abatimentos.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

4.20.1. Fornecimento – Faturado

Com base na tarifa vigente homologada pela ANEEL, ocorre a medição da entrega de energia elétrica ao consumidor, conforme o calendário de leitura, registrando o faturamento na medida em que as faturas são emitidas.

Notas Explicativas

4.20.2. Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Faturado

Com base na tarifa vigente homologada pela ANEEL, a receita de uso do fio é reconhecida pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus consumidores (livres e cativos).

4.20.3. Não Faturado

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes com base em um calendário de faturamento que não coincide com o mês civil. Dessa forma, uma parte da energia efetivamente distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário estimar esse valor.

Para cálculo, a estimativa considera a diferença entre a carga real total de energia distribuída no mês, deduzida do volume de energia faturada, descontados do índice de perda técnica e não técnica estimados. O resultado quantitativo da expressão totaliza a quantidade de energia não faturada que é multiplicado pelas tarifas vigentes por classe de consumo apurando dessa forma o total da provisão de Receita Não Faturada.

4.20.4. Ativos Financeiros Setoriais

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: Parcela A (custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos gerenciáveis). Os itens da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, são variações com compras de energia, encargos setoriais e outras, a serem incluídos nas tarifas futuras em função de reajustes tarifários. É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

4.20.5. Suprimento – Faturado

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço estabelecido pela ANEEL nos leilões de energia; e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; bem como dos ajustes e adicionais específicos. A receita considera a quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa estabelecida no contrato.

4.20.6. Energia de Curto Prazo

A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.20.7. Receita de Construção

A receita de construção aplicada pela Celesc D tem em sua contrapartida os custos relativos aos serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, esta atividade de construção é assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo.

Notas Explicativas

4.20.8. Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma, independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

4.21. Novos Requerimentos Atualmente em Vigor

O IASB e o CPC, no processo contínuo de revisão e aprimoramento das normas contábeis, têm emitido novos pronunciamentos e alterações às normas existentes. Nesse contexto, são apresentados a seguir os principais normativos emitidos ou revisados por esses órgãos que são aplicáveis ou potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IAS 21	CPC 02 (R2)	Moeda não conversível em outra moeda	01/01/2025
IAS 28	CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada e Controlada em Conjunto	01/01/2025
	ICPC 09 (R3)	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	01/01/2025
	OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	01/01/2025

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

4.22. Futuros Requerimentos

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo CPC no Brasil.

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS S1/IFRS S2	CBPS 01/CBPS 02	Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima.	01/01/2026
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	CPC 51	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de o Grupo incorrer em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes de instrumentos financeiros, de suas obrigações contratuais. Esse risco está relacionado, principalmente, às contas a receber de clientes e às aplicações em instrumentos financeiros, podendo impactar o planejamento econômico-financeiro estabelecido pela Administração.

Para mensuração das perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza uma matriz de provisão como expediente prático, elaborada com base na experiência histórica de inadimplência, nas condições atuais e em estimativas razoáveis e fundamentadas de cenários econômicos futuros, considerando também as condições de mercado.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado	
	NE	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	77.708	96.878	418.813	1.019.482
Contas a Receber de Clientes (b)	9.2	-	-	2.745.031	2.242.824
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (c)	12.2	-	-	384.655	372.867
Ativo Financeiro – Indenização Usina Pery (d)	13.3	-	-	174.197	168.770
Títulos e Valores Mobiliários (e)	20	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (f)	13	-	-	1.237.107	948.715
Ativo Financeiro Setorial (g)	-	-	-	273.140	-
Total		77.916	97.086	5.233.151	4.752.866

- a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem *Rating* AAA.
- b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração – RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.
- d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor atualizado do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017 vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração – RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.
- e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.
- f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.
- g) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que a ANEEL homologa à Celesc D o direito incondicional de receber caixa do consumidor os custos não gerenciáveis, referentes a diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Descrição	NE	31.12.2025	Consolidado
			31.12.2024
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(52.670)	(56.482)
Total		(52.670)	(56.482)

5.1.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, liquidados com caixa ou outros ativos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo assegurar que o Grupo disponha de recursos suficientes para honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos, em condições normais ou adversas, sem incorrer em perdas relevantes ou comprometer sua reputação.

Notas Explicativas

A administração do risco de liquidez é realizada por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, bem como da análise do perfil de vencimento dos passivos financeiros. Os investimentos do Grupo são financiados, principalmente, por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras, sendo elaboradas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, além da aprovação anual do orçamento operacional e de capital pela Administração.

Adicionalmente, o Grupo mantém controles sobre o fluxo de caixa e níveis mínimos de disponibilidade, buscando otimizar o custo de captação, reduzir riscos de refinanciamento e assegurar a liquidez necessária.

O risco de liquidez considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência e o excesso de despesas e/ou investimentos para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 31 de dezembro de 2025.

								Consolidado	
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total valor Futuro (i)	Total Valor Contábil	
Empréstimos CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	31.545	69.600	92.325	577.601	-	771.071	587.046	
Conta de desenvolvimento energético - CDE		27.778	-	-	-	-	27.778	27.778	
Empréstimo G - BNDES	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	-	618	1.690	13.034	12.117	27.459	21.847	
Debêntures D	CDI + 0,3% a 2,6% a.a.	57.945	-	82.544	1.433.746	675.502	2.249.737	1.663.397	
Debêntures D	IPCA + 6,53% a 6,95% a.a.	33.028	-	-	539.185	1.683.951	2.256.164	1.451.407	
Instrumento Financeiro Derivativos - Celesc D	CDI -0,16 a 0,29 a.a.	-	35.425	58.479	-	-	93.904	90.607	
Entidade de Previdência Privada		12.345	24.626	110.817	591.023	938.943	1.677.754	1.677.754	
Debêntures Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	(33)	6.800	31.934	-	38.701	32.567	
Fornecedores		684.494	317.314	341	-	-	1.002.149	1.002.149	
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	6.751	13.575	63.421	-	-	83.747	80.584	
BID	CDI + 0,70% a 1,88% a.a.	39.882	-	70.933	385.035	1.792.123	2.287.973	1.249.482	
Passivo de Arrendamento		561	1.071	1.231	8.521	1.729	13.113	13.113	
Total		894.329	462.196	488.581	3.580.079	5.104.365	10.529.550	7.897.731	

(i) Fontes: <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

5.1.3. Risco de Mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que variações em fatores de mercado, tais como taxas de juros, índices de inflação e taxas de câmbio, afetem o resultado do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo monitorar e controlar as exposições dentro de limites aceitáveis, buscando mitigar potenciais impactos adversos.

Os empréstimos contratados pela Celesc D, no mercado nacional e internacional, bem como as debêntures emitidas pela Celesc G, possuem cláusulas contratuais atreladas a indexadores de mercado. Adicionalmente, a Celesc D utiliza instrumentos derivativos para proteção contra a volatilidade das taxas de juros, adotando contabilidade de *hedge* quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais exposições do Grupo estão relacionadas às variações do CDI, IPCA e SELIC, bem como à oscilação de índices de inflação. O risco cambial associado às variações do dólar norte-americano, referente às compras de energia da Itaipu, é integralmente repassado à tarifa por meio do mecanismo de ativos e passivos setoriais.

Notas Explicativas

5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaboradas por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 13,71% e das taxas de inflação em 4,40% para os próximos 12 meses, num cenário considerado provável. Para um outro cenário, considerado possível, estimou essas variações em 15,52% e 7,03%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
CDI / Selic				13,71%	15,52%
	Aplicações Financeiras	8	255.663	290.714	295.342
	Empréstimos	23	(1.836.528)	(2.088.316)	(2.121.557)
	Debêntures	24	(1.663.397)	(1.891.449)	(1.921.556)
	Instrumento Financeiro Derivativos	25	(21.349)	(24.276)	(24.662)
	Ativo Financeiro Setorial	13.1	192.556	218.956	222.440
Total			(3.073.055)	(3.494.371)	(3.549.993)
IPCA				4,40%	7,03%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	1.234.686	1.289.012	1.321.484
	Debêntures	24	(1.483.974)	(1.549.269)	(1.588.297)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	384.655	401.580	411.696
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	174.197	181.862	186.443
	Empréstimos	23	(21.847)	(22.808)	(23.383)
Total			287.717	300.377	307.943

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica.

5.2. Gestão de Capital

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE	Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	608.893	670.585
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	1.249.482	1.308.800
Debêntures	24	3.147.371	2.223.622
Instrumento Financeiro Derivativos	25	21.349	70.230
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(418.813)	(1.019.482)
Dívida Líquida		4.608.282	3.253.755
Total do Patrimônio Líquido		3.968.465	3.671.279
Total do Capital		8.576.747	6.925.034
Índice de Alavancagem Financeira (%)		53,73%	46,99%

Notas Explicativas**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA****6.1. Estimativa do Valor Justo**

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2025:

Ativos Financeiros	NE	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
					Consolidado	
Valor justo por meio do resultado			1.306.365	1.306.365	948.715	948.715
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (b)	14	3	1.234.686	1.234.686	946.294	946.294
Ativo Indenizatório (concessão geração) (b)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)		2	69.258	69.258	-	-
Custo amortizado			4.047.159	4.047.159	3.853.413	3.853.413
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		418.813	418.813	1.019.482	1.019.482
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.745.031	2.745.031	2.242.824	2.242.824
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			51.323	51.323	49.470	49.470
Ativo Financeiro Setorial (e)			273.140	273.140	-	-
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		384.655	384.655	372.867	372.867
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		174.197	174.197	168.770	168.770
Valor justo por meio do resultado abrangente			208	208	208	208
Títulos e Valores Mobiliários (c)	21	1	208	208	208	208
Total			5.353.732	5.353.732	4.802.336	4.802.336

Passivos Financeiros	NE	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
					Consolidado	
Valor justo por meio do resultado			1.542.013	1.576.815	1.440.406	1.477.319
Debêntures (f)	24	2	1.451.406	1.486.208	1.370.176	1.407.089
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)	25	2	90.607	90.607	70.230	70.230
Custo amortizado			4.926.233	5.036.724	4.457.794	4.470.049
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		80.584	80.584	409.999	409.999
Fornecedores (e)	22		1.002.149	1.002.149	992.713	992.713
Empréstimos e financiamentos (f)	23	2	1.858.375	1.938.618	1.979.385	1.979.903
Debêntures (f)	24	2	1.695.965	1.726.213	853.446	865.183
Dividendos e JSCP (e)	11		261.382	261.382	212.754	212.754
Encargos Setoriais - CDE (e)	28		27.778	27.778	9.497	9.497
Total			6.468.246	6.613.539	5.898.200	5.947.368

Apuração dos Valores Justos:

- a) Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.

Notas Explicativas

- b) Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda à definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
- c) Títulos e Valores Mobiliários são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- d) O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.
- e) Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
- f) O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Grupo 1 - Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.203.637	889.689
Grupo 2 - Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	972.341	906.067
Grupo 3 - Clientes com atraso superior a 90 dias	1.068.440	929.791
Subtotal	3.244.418	2.725.547
PECLD com clientes (NE 9.2)	(499.387)	(482.723)
Total	2.745.031	2.242.824

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa em espécie, depósitos bancários e outros investimentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Recursos em Banco e em Caixa	19	6	63.302	85.970
Aplicações Financeiras	1.304	26.162	255.663	128.362
Fundos de Investimentos	76.385	70.710	99.848	805.150
Total	77.708	96.878	418.813	1.019.482

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda).

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa no período decorre, principalmente, da execução da política de investimentos da Companhia. Adicionalmente, contribuíram para essa variação o aumento das despesas financeiras, em decorrência do cenário macroeconômico de taxas de juros mais elevadas, bem como os maiores desembolsos relacionados aos encargos setoriais, em especial a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Notas Explicativas**9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES****9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2025
Consumidores (i)	1.002.057	426.463	849.799	2.278.319
Residencial	538.249	267.154	493.283	1.298.686
Industrial	95.601	44.531	112.438	252.570
Comércio	220.519	79.759	205.917	506.195
Rural	67.941	26.112	31.958	126.011
Poder Público	35.831	8.144	4.195	48.170
Iluminação Pública	26.600	308	223	27.131
Serviço Público	17.316	455	1.785	19.556
Suprimento a Outras Concessionárias	278.427	25.221	61.487	365.135
Concessionárias e Permissionárias	284.793	18.249	13.534	316.576
Transações no âmbito da CCEE (ii)	14.097	-	-	14.097
Outros Créditos (iii)	11.824	6.972	47.953	66.749
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(32.287)	-	-	(32.287)
Total	1.280.484	451.684	911.286	2.643.454
Receita Não Faturada	600.964	-	-	600.964
PECLD com Clientes	(10.250)	(10.642)	(478.495)	(499.387)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.871.198	441.042	432.791	2.745.031
Circulante				2.723.359
Não Circulante				21.672

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2024
Consumidores (i)	693.839	500.847	758.782	1.953.468
Residencial	369.762	268.851	394.759	1.033.372
Industrial	66.511	56.160	105.149	227.820
Comércio	140.068	93.584	189.433	423.085
Rural	46.522	27.842	25.641	100.005
Poder Público	37.100	23.840	23.654	84.594
Iluminação Pública	18.998	9.155	8.681	36.834
Serviço Público	14.878	21.415	11.465	47.758
Suprimento a Outras Concessionárias	202.530	20.812	18.924	242.266
Concessionárias e Permissionárias	222.565	16.808	10.812	250.185
Transações no âmbito da CCEE (ii)	211	-	-	211
Outros Créditos (iii)	10.425	4.004	8.112	22.541
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(30.671)	-	-	(30.671)
Total	896.369	521.659	777.706	2.195.734
Receita Não Faturada	529.813	-	-	529.813
PECLD com Clientes	(7.850)	(12.202)	(462.671)	(482.723)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.418.332	509.457	315.035	2.242.824
Circulante				2.238.333
Não Circulante				4.491

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) Os valores mais expressivos foram recebidos de processos judiciais nos quais a empresa obteve êxito e que serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados no ativo da empresa,

Notas Explicativas

assim que os processos forem identificados. Há, ainda, valores referentes ao serviço cobrável (taxado), à participação financeira do consumidor e ao parcelamento de fatura no cartão de crédito.

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas de crédito esperadas são determinadas aplicando uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A matriz de perdas estimadas, prevista no CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, consiste em uma metodologia simplificada utilizada para mensurar a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em ativos financeiros, especialmente contas a receber de clientes.

Esse método baseia-se na aplicação de percentuais de perda histórica sobre saldos de contas a receber, segmentados normalmente por faixas de vencimento (aging) ou características de risco semelhantes. Esses percentuais são ajustados, quando necessário, por informações prospectivas, como condições econômicas futuras que possam impactar a capacidade de pagamento dos clientes.

A composição do saldo da PECLD por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Residencial	271.393	228.167
Industrial	80.145	94.224
Comércio, Serviços e Outras	98.938	103.163
Rural	10.422	8.212
Poder Público	684	1.779
Iluminação Pública	79	3.931
Serviço Público	9	5.841
Concessionárias e Permissionárias	363	244
Consumidores Livres	6.662	5.830
Outros	30.692	31.332
Total Circulante	499.387	482.723

A seguir, a movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2023	351.519
Provisão Líquida Constituída no Exercício	187.686
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(56.482)
Saldo em 31.12.2024	482.723
Provisão Líquida Constituída no Exercício	69.334
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(52.670)
Saldo em 31.12.2025	499.387

No quarto trimestre de 2025, o índice de inadimplência apresentou retração em relação ao mesmo período do exercício anterior. Entretanto, o nível de inadimplência permanece elevado, refletindo, principalmente, os efeitos de um cenário macroeconômico adverso sobre a capacidade de pagamento dos consumidores, bem como o aumento dos valores faturados decorrente de reajustes tarifários.

Para o encerramento do exercício, a matriz foi atualizada com base nas condições observadas, permitindo estimar as perdas esperadas ao longo da vida do ativo e assegurando que as demonstrações contábeis reflitam, de forma tempestiva, o risco de não realização dos créditos.

Adicionalmente, a Companhia implementou uma força-tarefa nas Agências Regionais com o objetivo de regularizar a inadimplência, ampliando o acesso dos consumidores a planos de parcelamento de faturas. Contribuiu também para a melhora do cenário a estabilização do sistema comercial implantado em maio de 2024, com a correção de inconsistências e o aperfeiçoamento de processos.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo:

Notas Explicativas

Saldo de Recebíveis Aging / Meses	Concessionárias e Permissonárias (i)	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
		A vencer	284.796	538.249	95.601	220.536	67.941	35.831
Vencidos de 0 a 3 meses	18.246	267.154	44.531	79.742	26.112	8.144	308	455
Vencidos de 3 a 6 meses	3.964	58.437	7.563	19.346	5.770	643	62	70
Vencidos de 6 a 12 meses	3.411	115.313	16.004	41.219	8.772	945	82	972
Vencidos de 12 a 18 meses	2.622	84.942	13.284	27.726	5.496	1.115	44	521
Vencidos de 18 a 24 meses	2.405	61.324	12.352	28.570	3.556	1.321	30	207
Vencidos de 24 a 36 meses	345	64.216	17.821	29.499	3.784	24	1	5
Vencidos de 36 a 48 meses	132	56.205	11.023	27.602	2.820	2	-	9
Vencidos de 48 a 60 meses	406	47.125	24.363	26.103	1.578	97	-	1
Vencidos há + 60 meses	249	5.721	10.028	5.852	182	48	4	-
Total	316.576	1.298.686	252.570	506.195	126.011	48.170	27.131	19.556

(i) Empresas responsáveis pela distribuição de energia elétrica aos consumidores finais e consumidores livres.

Expectativa de Perda Aging / Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,49%	0,73%	0,29%	0,55%	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencidos 0 a 3 meses	2,39%	2,33%	2,49%	3,09%	0,88%	0,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 3 a 6 meses	20,55%	19,00%	33,39%	20,89%	6,88%	1,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 6 a 12 meses	35,57%	37,44%	43,71%	31,02%	16,26%	5,15%	0,00%	0,00%
Vencidos 12 a 18 meses	44,30%	47,46%	50,59%	36,60%	27,37%	8,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 18 a 24 meses	51,61%	55,03%	68,40%	40,72%	39,10%	31,54%	100,00%	0,00%
Vencidos 24 a 36 meses	58,31%	60,53%	71,94%	48,00%	50,32%	49,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 36 a 48 meses	70,15%	75,87%	86,59%	61,59%	65,69%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos 48 a 60 meses	81,80%	92,26%	88,31%	72,76%	86,20%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, além do IRRF incidente sobre o JCP creditado por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas, os valores são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, de aplicações financeiras, de retenções de tributos e de recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante o exercício de 2025.

10.1. IRPJ e CSLL a Recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL a compensar	55.117	71.041	144.088	110.766
Total	55.117	71.041	144.088	110.766
Circulante	55.117	71.041	144.088	110.766

10.2. Demais Tributos a Recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) - (NE 10.3)	-	-	381.203	483.691
ICMS	-	-	103.254	58.404
PIS/COFINS (i)	-	-	22.880	21.807
Outros	-	-	741	739
Total	-	-	508.078	564.641
Circulante	-	-	205.994	195.932
Não Circulante	-	-	302.084	368.709

Notas Explicativas

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS, que não aqueles decorrentes da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, são decorrentes de revisão nos processos de apuração desses tributos na Companhia, a partir do exercício de 2023.

10.3. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) – 2ª ação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	-	483.691
Atualização financeira	-	39.713
Baixa por utilização do crédito	-	(142.201)
Saldo em 31.12.2025	-	381.203
Circulante	-	142.201
Não Circulante	-	239.002

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado em 26 de maio de 2022 e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vencidos com o crédito habilitado.

Em 5 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

11. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER

Para os Juros sobre o Capital Próprio a receber, estes são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Descrição	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	-	1.397
Dividendos ECTE	2.436	4.378
Dividendos DFESA	2.127	54
JCP Celesc G	56.984	45.072
JCP Celesc D	251.625	175.302
JCP SCGÁS	2.447	1.400
JCP Casan	7.282	4.356
Total Circulante	322.901	231.959

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	-	1.397
Dividendos ECTE	2.436	4.378
Dividendos DFESA	2.127	54
JCP SCGÁS	2.447	1.400
JCP Casan	7.282	4.356
JCP EDP Transmissão Aliança	-	3.222
Total Circulante	14.292	14.807

12. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

12.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para essa parcela deve

Notas Explicativas

haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
CVA 2024 – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	-	85.797
CVA 2025 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	171.914	113.525
CVA 2026 – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	452.503	-
Total – CVA	624.417	199.322
Outros Itens – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	-	(447.331)
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(361.863)	(161.990)
Outros Itens – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	(69.998)	-
Total – Outros Itens – CVA	(431.861)	(609.321)
Total	192.556	(409.999)

Notas Explicativas

Consolidado										
Descrição	31.12.2024	Apropriação	Amortização	Remuneração	Transferências (i)	31.12.2025	Saldo em Amortização (ii)	Saldo em Constituição (iii)	Circulante	Não Circulante
Ativo Financeiro Setorial	521.681	682.244	(427.152)	76.806	-	853.579	234.285	619.294	454.478	399.101
Aquisição de Energia (iv)	106.317	187.858	(64.562)	24.430	-	254.043	112.304	141.739	162.700	91.343
Transporte Rede Básica (v)	143.409	120.202	(144.202)	15.902	-	135.311	52.184	83.127	81.740	53.571
Proinfa	-	44.640	(18.029)	4.622	-	31.233	30.363	870	30.672	561
Transporte de Energia- Itaipu	13.011	13.691	(15.323)	1.461	-	12.840	2.740	10.100	6.331	6.509
ESS (vii)	113.291	(21.995)	(65.235)	5.544	-	31.605	14.696	16.909	20.708	10.897
CDE (viii)	53.181	230.807	(63.575)	17.246	-	237.659	10.061	227.598	90.985	146.674
Neutralidade Parcela A (ix)	42.353	92.889	(1.548)	7.745	-	141.439	2.805	138.634	52.097	89.342
Sobrecontratação de Energia	25.039	13.164	(29.638)	(230)	-	8.335	8.335	-	8.335	-
Crédito de PIS/COFINS	23.519	-	(23.519)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.561	988	(1.521)	86	-	1.114	797	317	910	204
Passivo Financeiro Setorial	(931.680)	(408.979)	883.526	(54.832)	(149.058)	(661.023)	(424.234)	(236.789)	(535.062)	(125.961)
Aquisição de Energia (iv)	(65.890)	2.067	72.965	(9.142)	-	-	-	-	-	-
Custo Energia Itaipu (vi)	(91.067)	(73.166)	95.956	(9.997)	-	(78.274)	(50.434)	(27.840)	(60.333)	(17.941)
Proinfa	(7.605)	-	8.006	(401)	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia-Itaipu	(67)	53	-	14	-	-	-	-	-	-
CDE (viii)	(65.258)	68.466	-	(3.208)	-	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A (ix)	(133.673)	2.027	133.673	(2.027)	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	(73.846)	(57.404)	116.021	(1.590)	(132.477)	(149.296)	(129.323)	(19.973)	(136.424)	(12.872)
Bandeiras Tarifárias (x)	(19.779)	(21.552)	-	-	-	(41.331)	-	(41.331)	(41.331)	-
Risco Hidrológico (xi)	(412.359)	(317.824)	393.944	(20.994)	-	(357.233)	(225.179)	(132.054)	(272.132)	(85.101)
CDE Modicidade Eletrobrás	(45.567)	-	46.695	(4.101)	(10.539)	(13.512)	(12.148)	(1.364)	(12.633)	(879)
Outros	(16.569)	(11.646)	16.266	(3.386)	(6.042)	(21.377)	(7.150)	(14.227)	(12.209)	(9.168)
Saldos Ativos/(Passivos)	(409.999)	273.265	456.374	21.974	(149.058)	192.556	(189.949)	382.505	(80.584)	273.140

Consolidado										
Descrição	31.12.2023	Apropriação	Amortização	Remuneração	Transferências	31.12.2024	Saldo em Amortização (i)	Saldo em Constituição (ii)	Circulante	Não Circulante
Ativo Financeiro Setorial	569.899	185.436	(313.525)	33.159	46.712	521.681	277.061	244.620	364.037	157.644
Aquisição de Energia	229.668	(117.061)	(17.725)	1.219	10.216	106.317	-	106.317	37.802	68.515
Transporte Rede Básica	199.340	85.123	(156.841)	15.787	-	143.409	107.550	35.859	120.299	23.110
Transporte de Energia	24.167	5.919	(18.931)	1.856	-	13.011	13.011	-	13.011	-
ESS	52.214	102.007	(50.398)	9.468	-	113.291	53.680	59.611	74.875	38.416
CDE	3.374	77.484	(30.886)	3.209	-	53.181	53.181	-	53.181	-
Neutralidade Parcela A	18.115	22.665	-	1.573	-	42.353	-	42.353	15.059	27.294
Sobrecontratação de Energia	41.034	8.015	(23.974)	(36)	-	25.039	25.039	-	25.039	-
Crédito de PIS/COFINS	-	-	(12.977)	-	36.496	23.519	23.519	-	23.519	-
Outros	1.987	1.284	(1.793)	83	-	1.561	1.081	480	1.252	309
Passivo Financeiro Setorial	(1.379.224)	(892.269)	1.479.588	(63.455)	(76.320)	(931.680)	(638.595)	(293.085)	(752.636)	(179.044)
Aquisição de Energia	-	-	40.256	1.823	(107.969)	(65.890)	(65.890)	-	(65.890)	-
Custo Energia de Itaipu	(195.985)	(64.436)	196.375	(16.805)	(10.216)	(91.067)	(68.130)	(22.937)	(76.286)	(14.781)
Proinfa	(20.890)	(11.343)	26.561	(1.933)	-	(7.605)	(7.605)	-	(7.605)	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	12	-	(79)	-	(67)	-	(67)	(24)	(43)
CDE	(9.228)	(64.699)	9.781	(1.112)	-	(65.258)	-	(65.258)	(23.203)	(42.055)
Neutralidade Parcela A	(54.160)	(197.467)	127.910	(9.956)	-	(133.673)	(133.673)	-	(133.673)	-
Sobrecontratação de Energia	(56.241)	(100.147)	56.241	(7.822)	107.969	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	(589.070)	(58.885)	576.169	(2.060)	-	(73.846)	(44.671)	(29.175)	(52.130)	(21.716)
Bandeiras Tarifárias	(174)	(19.605)	-	-	-	(19.779)	-	(19.779)	(19.779)	-
Risco Hidrológico	(406.468)	(370.384)	381.639	(17.146)	-	(412.359)	(269.708)	(142.651)	(320.428)	(91.931)
CDE Modicidade Eletrobrás	(31.876)	-	51.360	(5.006)	(60.045)	(45.567)	(39.992)	(5.575)	(41.974)	(3.593)
Outros	(15.132)	(5.315)	13.296	(3.359)	(6.059)	(16.569)	(8.926)	(7.643)	(11.644)	(4.925)
Saldo Ativos/(Passivos)	(809.325)	(706.833)	1.166.063	(30.296)	(29.608)	(409.999)	(361.534)	(48.465)	(388.599)	(21.400)

Notas Explicativas

- (i) As transferências são decorrentes de outros ativos e passivos para a parcela A. Dentre elas, destaca-se a realizada na linha de devoluções tarifárias relativa à reversão de créditos de PIS e COFINS (conforme Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (ii) Saldo em amortização: corresponde à amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (iii) Saldo em constituição: corresponde à constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2026.
- (iv) Custos de Aquisição de Energia: o valor em constituição é decorrente da diferença entre os custos de energia realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL. Em dezembro/2025, a Celesc registrou um ativo em constituição de CVA energia por ter seu custo de energia superior ao homologado pela ANEEL na última Revisão Tarifária (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (v) Transporte Rede Básica: Essa conta sofre impacto do aumento das tarifas definidas pela ANEEL para a atividade de transmissão. Portanto, a constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.
- (vi) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. Reflete a variação do custo em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix no Reajuste Tarifário Anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (vii) Encargos de Serviços de Sistema (ESS): o valor em constituição é decorrente da diferença entre os custos realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL.
- (viii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): a cobertura tarifária referente ao encargo de CDE considerado no processo tarifário incorpora valores como quota anual de CDE Uso, CDE conta-COVID, CDE Conta-escassez, CDE – GD e CDE Eletrobrás. Verificou-se que, no ciclo 2024/2025, a cobertura tarifária de CDE concedida pela ANEEL foi inferior ao custo desse encargo para a Celesc, por isso o saldo ativo na coluna “em amortização”. Da mesma forma, no novo ciclo, a cobertura tarifária apresenta-se inferior ao custo realizado, o que justifica o saldo ativo da coluna “em constituição” para a CVA CDE.
- (ix) Neutralidade da Parcela A: a neutralidade é calculada considerando as diferenças mensais apuradas entre os valores faturados de cada item no Período de Referência e os respectivos valores contemplados no reposicionamento tarifário anterior. No Reajuste Tarifário Anual de 2025 (Nota Técnica 174/2025 – Resolução Homologatória 3.511/2025), verificou-se que o mercado faturado pela Celesc foi menor que o considerado como referência para a definição das tarifas do período, justificando a contabilização de um ativo realizada na coluna “Saldo em amortização”. A mesma situação é verificada para os valores contabilizados na coluna “Saldo em constituição”, em que a Celesc também apresenta um ativo por ter registrado até dezembro/2025 um mercado faturado menor do que o considerado como referência para o ciclo 2025/2026.
- (x) Bandeiras tarifárias: conforme o Submódulo 6.8 do PRORET, a receita decorrente da aplicação dos adicionais das Bandeiras Tarifárias e os repasses da Conta Bandeiras devem ser considerados na apuração da CVA ENERGIA, da CVA ESS/EER da concessionária e do cálculo do financeiro de exposição/sobrecontratação. Os valores apresentados nessa linha referem-se a valores faturados ainda não homologados pela CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras tarifárias). Após a homologação, esses valores são alocados aos respectivos itens de CVA.
- (xi) Risco Hidrológico – Antecipação: os valores em constituição referem-se à reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas. Já os valores em amortização se referem ao saldo do risco hidrológico concedido pela ANEEL no Reajuste Tarifário Anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).

Notas Explicativas

12.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão ANEEL nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto.

A bonificação foi reconhecida como ativo financeiro, sendo que a devolução desse montante está incluída na Receita Anual de Geração (RAG) das referidas usinas. O ressarcimento ocorrerá ao longo do prazo remanescente dos contratos de concessão, estimado em 30 anos, com atualização monetária pelo IPCA e incidência de juros mensais calculados com base na Taxa Interna de Retorno (TIR), conforme critérios estabelecidos pela ANEEL.

Descrição	Consolidado					Total
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	
Saldo em 31.12.2023	52.350	75.332	57.429	34.873	139.377	359.361
Circulante						41.569
Não Circulante						317.792
Atualização Monetária	2.378	3.424	2.614	1.578	6.363	16.357
Juros	6314	9.217	6.792	4.786	14.811	41.920
Amortização	(6.738)	(9.730)	(7.220)	(4.953)	(16.130)	(44.771)
Saldo em 31.12.2024	54.304	78.243	59.615	36.284	144.421	372.867
Circulante						43.449
Não Circulante						329.418
Atualização Monetária	2.198	3.170	2.417	1.465	5.871	15.121
Juros	6.563	9.593	7.065	4.991	15.376	43.588
Amortização	(7.062)	(10.198)	(7.566)	(5.190)	(16.905)	(46.921)
Saldo em 31.12.2025	56.003	80.808	61.531	37.550	148.763	384.655
Circulante						45.542
Não Circulante						339.113

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia	1.234.686	946.294
Em Serviço	1.234.686	946.294
Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia	176.618	171.191
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	174.197	168.770
Total	1.411.304	1.117.485
Circulante	19.956	19.039
Não Circulante	1.391.348	1.098.446

13.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2023	775.920
(+) Transferência de Ativo de Contrato	142.149
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	30.020
(-) Resgate	(1.795)
Saldo em 31.12.2024	946.294
(+) Transferência de Ativo de Contrato	264.297
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	32.920
(-) Resgate	(8.825)
Saldo em 31.12.2025	1.234.686
(i) IPCA	

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

13.2. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativos a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo atualizado é de R\$174,2 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão, que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2025/2026, R\$21,0 milhões se referem à indenização.

Descrição	Consolidado
	Usina Pery
Saldo em 31.12.2023	162.581
Atualização Monetária	7.416
Juros	18.347
Amortização	(19.574)
Saldo em 31.12.2024	168.770
Atualização Monetária	6.856
Juros	19.084
Amortização	(20.513)
Saldo em 31.12.2025	174.197
Circulante	19.956
Não Circulante	154.241

14. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando for concluída a construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos

Notas Explicativas

ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	Consolidado
Descrição	
Saldo em 31.12.2023	486.893
(-) Transferências para Ativo Intangível	(559.068)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(142.149)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	1.127.257
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	103.193
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(244.715)
(-) Baixa de Ativo de Contrato para Resultado	(54)
Saldo em 31.12.2024	771.357
(-) Transferências para Ativo Intangível	(632.331)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(264.296)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	1.346.493
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	110.535
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(294.237)
Saldo em 31.12.2025	1.037.521

Os investimentos realizados pela Celesc D foram direcionados à expansão, modernização e manutenção da infraestrutura do sistema elétrico, bem como ao aprimoramento dos processos administrativos e operacionais da Companhia. Tais investimentos têm por objetivo elevar a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, além de fortalecer a infraestrutura necessária para atender ao crescimento da demanda do sistema.

Nesse contexto, foram aplicados recursos em ativos relacionados à rede de alta tensão, linhas de distribuição, subestações, implantação de medidores inteligentes, tecnologia da informação, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como na renovação e ampliação da frota de veículos.

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R\$110,5 milhões de bens administrativos investidos em 2025, R\$76,9 milhões foram investimentos em *software*. A recuperação desses gastos se dará na Revisão Tarifária Periódica do 6º Ciclo, que acontecerá em 2026, por meio da Base de Anuidade Regulatória – BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória – BRR. A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- *Software* e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, além das movimentações que transitaram pelo resultado, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado				
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo		
	Contas a Receber	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber	Tributos a Recuperar	Tributos a Recolher	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
Dividendos e JCP	-	17.276	-	-	-	-	(17.276)	-
ICMS	-	-	-	-	55.679	180.471	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	25.926	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	488	-	-	-	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	4.356	-	-	4.356	-	-	-	-
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	-	-	-	-	(24)
Faturamento Energia	-	-	-	7	-	-	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto								
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(1.356)
Dividendos e JCP	54	-	-	54	-	-	-	-
SC Gás								
Dividendos e JCP	2.798	-	-	2.798	-	-	-	-
EDP								
Dividendos e JCP	-	-	-	3.222	-	-	-	-
ECTE								
Dividendos e JCP	4.378	-	-	4.378	-	-	-	-
Controladas								
Celesc G								
Dividendos e JCP	45.072	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Pessoal à Disposição	-	-	891	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	157	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	175.302	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	231.960	17.276	1.048	41.222	55.679	180.471	(17.276)	(1.380)
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
Dividendos e JCP	-	54.149	-	-	-	-	(54.149)	-
ICMS	-	-	-	-	97.774	241.812	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	10.001	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	141	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	24	-	-	-	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	7.282	-	-	7.282	-	-	-	-
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	-	-	-	-	(25)
Faturamento Energia	-	-	-	5	-	-	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto								
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(1.356)
Dividendos e JCP	2.127	-	-	2.127	-	-	-	-
SC Gás								
Dividendos e JCP	2.447	-	-	2.447	-	-	-	-
ECTE								
Dividendos e JCP	2.436	-	-	2.436	-	-	-	-
Controladas								
Celesc G								
Dividendos e JCP	56.984	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Pessoal à Disposição	-	-	2.781	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	156	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	251.625	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	322.901	54.149	2.937	24.458	101.933	241.812	(54.149)	(1.381)

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado				
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Receita de Vendas/ Serviços	Tributos	Custo Revenda Convencional	Despesas Operacionais	Receitas Financeiras
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
ICMS	-	-	-	-	(2.170.425)	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	114.176	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	417	-	-	-	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	-	-	5.124	-	-	-	-	5.124
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Planos Previdenciários e Assistenciais	(22)	-	-	-	-	-	(145.180)	-
Faturamento Energia	-	-	-	87	-	-	-	-
Coligada								
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(14.527)	-	-
Controlada								
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio Pessoal à Disposição	-	(1.985)	-	-	-	-	-	-
	(9.137)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	(9.159)	(1.985)	5.124	417	(2.170.425)	(14.527)	(145.180)	5.124
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
ICMS	-	-	-	-	(2.448.576)	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	119.475	-	-	-	-
Monitoramento de Barragem	-	-	-	29	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	1.540	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	-	212	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	-	-	8.567	-	-	-	-	8.567
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Planos Previdenciários e Assistenciais	(16)	-	-	-	-	-	(133.436)	-
Faturamento Energia	-	-	-	83	-	-	-	-
Coligada								
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(14.487)	-	-
Controlada								
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio Pessoal à Disposição	-	(1.883)	-	-	-	-	-	-
	(9.696)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	(9.712)	(1.883)	8.567	92	(2.448.576)	(14.487)	(133.414)	8.567

A Fundação Celesc de Seguridade Social (CELOS) possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia. A Celesc D é patrocinadora da Celos, fornecendo benefícios de contribuição previdenciária e plano de saúde, entre outros.

A Celesc D cobra da Companhia um percentual sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contratos de venda de energia de curto e longo prazos firmados com a Celesc G para fins de revenda. O contrato, inicialmente firmado entre as partes para o período de dez anos (2015-2025), foi prorrogado até 31 de agosto de 2033 para compra de 15,1862 MW médios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) por unidade.

A Companhia e suas controladas possuem transações com seu acionista majoritário, o Governo do Estado de Santa Catarina. As transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, à cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D, à obrigatoriedade de recolhimento do ICMS devido, do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres, além da transação de utilização de crédito de ICMS relacionada a obras do sistema elétrico necessário à expansão de indústrias catarinenses, a obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais ocorridas no âmbito de programa estadual, denominado Pacto Pelas Estradas, e a obras relacionadas ao incentivo às fontes renováveis de geração de energia elétrica e de eficiência energética, conforme previsto no programa Energia Boa, instituído por meio do Decreto Estadual/SC nº 674/2024.

Notas Explicativas

Existem, também, contratos firmados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc G, para a prestação de serviço de manutenção e operação da barragem de contenção de cheias no Município de José Boiteux (SC) e para usufruto de usinas fotovoltaicas de geração distribuída para compensação da energia elétrica consumida, este firmado com a Secretaria de Estado da Educação (SED).

15.1. Transações Tributárias

A Celesc D possui obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido e do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Além dos débitos e créditos usuais relacionadas ao ICMS, ordinariamente advindos do faturamento regular e créditos tributários vinculados ao ativo patrimonial, a Companhia possui as seguintes outras transações relacionadas a esse tributo:

i) Estornos de débitos de ICMS:

O estorno de débitos de ICMS por empresas fornecedoras de energia elétrica é regulamentado pelo Convênio CONFAZ ICMS nº 30/04. Em virtude da quantidade de Notas Fiscais de Energia Elétrica Eletrônica (NF3e) emitidas às 3,5 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica da área de concessão, a Celesc D, em processo de revisão de estornos de débitos de ICMS, apurou o montante de R\$21,7 milhões de crédito de ICMS a apropriar, dos quais R\$13,5 milhões necessitam da compilação das informações para posterior protocolo de pedido administrativo de restituição de ICMS na SEF-SC e R\$8,2 milhões estão em processo de análise pela SEF-SC para concessão do crédito tributário.

ii) Créditos Presumidos Relacionados à Execução de Obras:

O Convênio CONFAZ ICMS nº 85/04, a Lei nº 17.762/2019 e o RICMS-SC concedem à Celesc D o crédito presumido de ICMS relacionado à execução de obras previstos nos seguintes programas:

Programas	Compensações em 2025	Compensações em 2024
Celesc Rural	-	8.755
Pacto pelas estradas	10.553	6.636
Indústrias	57.852	32.013
Energia Boa	6	-
Totais	68.411	47.404

15.2. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Honorários	7.755	7.167	7.755	7.167
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.625	1.729	1.625	1.729
Encargos Sociais	2.650	4.753	2.650	4.753
Outros	1.365	1.322	1.365	1.322
Total	13.395	14.971	13.395	14.971

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G são constituídas, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia. Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

Notas Explicativas**16. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL****16.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos**

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo	-	-	560.035	659.034
Passivo	-	-	(111.200)	(108.460)
Tributo Diferido Líquido	-	-	448.835	550.574

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado Diferido Líquido	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Provisão p/ Contingências	102.407	146.346	-	-	102.407	146.346
Provisão p/ Perdas em Ativos	10.080	37.426	-	-	10.080	37.426
Provisão p/ Perdas em Contas a Receber ⁽ⁱ⁾	-	-	56.157	-	(56.157)	-
Benefício Pós-Emprego	592.538	573.620	-	-	592.538	573.620
Arrendamento	282	226	-	-	282	226
Custo Atribuído	-	-	6.070	6.356	(6.070)	(6.356)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	41.323	43.442	(41.323)	(43.442)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	50.916	53.527	(50.916)	(53.527)
Bonificação de Outorga	-	-	73.385	67.242	(73.385)	(67.242)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	28.489	25.497	(28.489)	(25.497)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	13.353	13.882	(13.353)	(13.882)
Operações Hedge	13.350	3.190	-	-	13.350	3.190
Outras Provisões	-	-	129	288	(129)	(288)
Total	718.657	760.808	269.822	210.234	448.835	550.574

(i) O tributo diferido referente à Provisão para Perdas em Contas a Receber refere-se as características do contas a receber da Celesc D quanto ao seu enquadramento de dedutibilidade fiscal conforme o RIR/2018 e os montantes registrados como Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, sendo observada uma dedutibilidade fiscal em montante superior à PECLD societária.

Na contabilidade societária, a Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída com base em metodologia que considera a expectativa de recuperação dos créditos, refletindo o risco efetivo de inadimplência apurado a partir de análises históricas, condições atuais e perspectivas econômicas.

Para fins fiscais, entretanto, a dedutibilidade das perdas observa regras específicas da legislação tributária, que estabelecem critérios próprios para o enquadramento dos créditos e para o reconhecimento das perdas como dedutíveis. Em razão das características da carteira de contas a receber da Companhia e do enquadramento da dedutibilidade fiscal, previsto na regulamentação fiscal (RIR/2018), verifica-se que o montante considerado dedutível para fins de apuração de tributos é superior ao valor registrado como PECLD na contabilidade societária.

Dessa forma, essa diferença entre a base fiscal e a base contábil resulta no reconhecimento de tributo diferido, refletindo o efeito temporário gerado pelo fato de que a dedutibilidade fiscal das perdas ocorre em montante maior do que a provisão reconhecida nas demonstrações financeiras societárias.

O art. 69 da Lei nº 12.973/2014 estabeleceu a necessidade de calcular o resultado tributável do direito do concessionário e realizar a tributação, em quotas fixas mensais durante o prazo restante da vigência do contrato. Decorrente desta imposição, a Companhia possui os seguintes tributos diferidos:

(ii) A base de cálculo diferida decorre da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, onde o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

Notas Explicativas

(iii) A base de cálculo diferida decorrente do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros, se refere ao Valor Novo de Reposição – VNR, que é o valor necessário para repor um bem reversível por outro com as mesmas funcionalidades e capacidade, considerando a tecnologia existente no momento da possível reposição.

16.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$77,8 milhões, devido à improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

16.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias, de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem, quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2025 são:

Ano	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
2025	-	34.472
2026	10.918	17.199
2027	15.176	15.122
2028	13.790	13.663
2029	34.441	27.527
2030+	644.332	652.825
Total	718.657	760.808

16.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Valores
Saldo em 31.12.2023	23.971
(-) Baixa do Custo Atribuído	(841)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	286
Saldo em 31.12.2024	23.416
(-) Baixa do Custo Atribuído	(843)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	287
Saldo em 31.12.2025	22.860

16.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	Valores	
Saldo em 31.12.2023	1.427.541	
(+) Adição dos Benefícios a empregados	(386.707)	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	131.480	
Saldo em 31.12.2024	1.172.314	
(+) Adição dos Benefícios a empregados	107.764	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(36.640)	
Saldo em 31.12.2025	1.243.438	

16.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	743.535	715.306	956.917	932.427
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(252.802)	(243.204)	(325.352)	(317.025)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	259.317	253.839	17.031	22.292
Benefício Fiscal	-	-	(1.484)	(1.649)
Incentivo Fiscal	-	-	5.230	7.883
Juros sobre Capital Próprio	(30.544)	(11.769)	92.900	75.092
Provisões Indedutíveis	6.494	273	6.494	272
Multas Indedutíveis	-	-	(30.823)	(7.070)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	6.105	192	6.105	192
Participação dos Administradores	(1.051)	(1.020)	(1.139)	(1.098)
Lei do Bem	-	-	5.084	518
Outras Adições (Exclusões)	(1.559)	2.185	(1.468)	3.968
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(14.040)	496	(227.422)	(216.625)
Corrente	(14.219)	(422)	(89.223)	(169.150)
Diferido	179	918	(138.199)	(47.475)
Alíquota Efetiva	1,89%	-0,07%	23,77%	23,23%

16.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Em 24 de setembro de 2018, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, a lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81, no valor de R\$306,8 milhões. O referido Auto de Infração está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, imputando à concessionária:

- Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de itens da Parcela A – CVA;
- Inobservância do prazo restante do contrato de Concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos (probabilidade maior que 50%) em decisões de tribunais superiores de última instância pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais–CARF, em julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições), de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados à CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Notas Explicativas

Em 20 de outubro de 2023, a Companhia propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo aguarda a realização de perícia contábil.

Por sua vez, em 7 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R\$282,78 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladas	3.451.262	3.167.330	-	-
Celesc D	2.668.203	2.336.421	-	-
Celesc G	783.059	830.909	-	-
Controladas em Conjunto	176.281	164.648	176.281	164.648
SCGÁS	176.281	164.648	176.281	164.648
Coligadas	90.198	101.514	135.868	218.211
ECTE	55.585	66.784	55.585	66.784
DFESA	34.613	34.730	34.613	34.730
SPEs	-	-	45.670	116.697
Total	3.717.741	3.433.492	312.149	382.859

17.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Controladora					
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
Saldo em 31.12.2024										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.527.841	7.921.476	2.965.847	6.147.049	2.336.421	10.478.617	591.104
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	193.745	847.572	70.707	139.701	830.909	189.436	103.149
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247
Saldo em 31.12.2025										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.607.408	8.835.481	3.030.649	6.744.037	2.668.203	11.692.266	614.199
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	124.397	903.429	87.626	157.141	783.059	219.498	103.927
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726
Saldo em 31.12.2024										
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340
DFESA	153.381	23,03%	23,030%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,500%	1.894	40.454	71	600	41.677	4.898	(1.236)
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,070%	32.120	49.215	28.090	1.696	51.549	15.636	11.738
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	3.290	28.386	2.288	-	29.388	13.343	2.867
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	1.326	53.347	1.795	12.708	40.170	5.885	586
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,000%	342.659	2.303.406	810.904	1.215.318	619.843	300.936	91.398
Saldo em 31.12.2025										
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371
DFESA	153.381	23,03%	23,030%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,500%	4.580	38.927	286	-	43.221	9.012	1.546
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	4.258	26.817	870	-	30.205	13.995	2.892
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	1.681	52.295	2.813	11.283	39.880	6.274	(290)

Notas Explicativas**17.2. Movimentação dos Investimentos**

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Investimentos	1.696.328	780.786	95.930	121.414	30.811	2.725.269
Direito de Concessão	-	-	-	29.731	-	29.731
Saldo em 31.12.2023	1.696.328	780.786	95.930	151.145	30.811	2.755.000
Dividendos e JCP Creditados	(206.238)	(53.026)	(46.657)	(14.495)	(1.435)	(321.851)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	591.104	103.149	17.511	29.467	5.354	746.585
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada (i)	255.227	-	-	-	-	255.227
Investimentos	2.336.421	830.909	66.784	136.386	34.730	3.405.230
Direito de Concessão	-	-	-	28.262	-	28.262
Saldo em 31.12.2024	2.336.421	830.909	66.784	164.648	34.730	3.433.492
Dividendos e JCP Creditados	(296.030)	(151.777)	(20.943)	(16.031)	(5.812)	(490.593)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	614.199	103.927	9.744	29.132	5.695	762.697
Aumento de Capital Social	84.737	-	-	-	-	84.737
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(71.124)	-	-	-	-	(71.124)
Saldo em 31.12.2025	2.668.203	783.059	55.585	176.281	34.613	3.717.741
Investimentos	2.668.203	783.059	55.585	149.487	34.613	3.690.947
Direito de Concessão	-	-	-	26.794	-	26.794

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs (ii)	Total
Investimentos	95.930	121.414	30.811	110.660	358.815
Direito de Concessão	-	29.731	-	-	29.731
Ágio	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2023	95.930	151.145	30.811	110.942	388.828
Dividendos e JCP Creditados	(46.657)	(14.495)	(1.435)	(7.478)	(70.065)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.511	29.467	5.354	13.233	65.565
Investimentos	66.784	136.386	34.730	116.415	354.315
Direito de Concessão	-	28.262	-	-	28.262
Ágio (ii)	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2024	66.784	164.648	34.730	116.697	382.859
Dividendos e JCP Creditados	(20.943)	(16.031)	(5.812)	(4.741)	(47.527)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.744	29.132	5.695	5.520	50.091
Outros Ajustes (iii)	-	-	-	(71.806)	(71.806)
Saldo em 31.12.2025	55.585	176.281	34.613	45.670	312.149
Investimentos	55.585	149.487	34.613	45.670	285.355
Direito de Concessão	-	26.794	-	-	26.794

(i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$26,8 milhões e, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$28,3 milhões. Ele será amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida até 2044.

(ii) Ágio

O ágio registrado se refere à aquisição da participação da Celesc G no investimento na Companhia Rio das Flores. Em decorrência da alienação desse investimento, o respectivo saldo de ágio foi integralmente baixado no exercício de 2025.

(iii) Outros Ajustes

O montante de R\$71,8 milhões se refere à venda da participação da Celesc G nos investimentos da EDP Aliança Transmissão, no valor de R\$60,3 milhões, e na Companhia Rio das Flores, no valor de R\$11,5 milhões.

Notas Explicativas

18. IMOBILIZADO

18.1. Composição do Saldo

Descrição				Controladora
	Máquinas e Equipamentos	Outros	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2023	4	-	432	436
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(46)	(1)	(714)	(761)
Saldo em 31.12.2023	4	-	432	436
Depreciação	(4)	-	(235)	(239)
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(50)	(1)	(949)	(1.000)
Saldo em 31.12.2024	-	-	197	197
Adições	-	-	226	226
Depreciação	-	-	(234)	(234)
Custo do Imobilizado	-	-	1.372	1.372
Depreciação Acumulada	-	-	(1.183)	(1.183)
Saldo em 31.12.2025	-	-	189	189
Taxa Média de Depreciação			40,00%	

No exercício de 2025, os principais investimentos foram realizados pela Celesc G em seu parque gerador próprio e concentraram-se em estudos, projetos e melhorias operacionais nas unidades geradoras.

Dentre as principais aplicações de recursos, destacam-se os investimentos em estudos e projetos da PCH Canoas; implantação de cabo óptico dielétrico; aquisição de geradores fotovoltaicos e execução de montagens elétricas nas usinas fotovoltaicas; mobilização e implantação do canteiro de obras da Usina Garcia; substituição do telhado da casa de força da Usina Bracinho; serviços de dragagem e limpeza da represa das Usinas Bracinho e Palmeiras; além da elaboração do projeto executivo civil da Usina Palmeiras.

Descrição							Consolidado	
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2023	7.429	8.401	31	17.565	964	142.804	16.055	193.249
Adições	-	-	-	-	-	34.244	637	34.881
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(30)	-	(378)	(408)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	30	-	-	30
Depreciação	-	(1.301)	(794)	(5.733)	(261)	-	(10.955)	(19.044)
(+/-) Transferências	279	10.414	8.688	53.397	1.264	(74.042)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação	-	-	-	-	-	-	(56)	(56)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(56)	(56)
Reversão de Perda por recuperabilidade	1.372	2.149	75	677	18	-	-	4.291
Perda por recuperabilidade	(69)	(627)	(351)	(1.485)	(17)	-	-	(2.549)
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394
Custo do Imobilizado	19.488	165.795	21.712	138.580	4.106	103.006	41.880	494.567
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.067)	(16)	-	-	(29.849)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(124.982)	(13.223)	(70.092)	(2.122)	-	(34.858)	(252.605)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.719)	(1.719)
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394
Adições	-	-	-	-	-	29.067	15.914	44.981
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	(85)	-	(2.153)	(235)	(2.473)
Baixas Depreciação	-	-	-	37	-	-	-	37
Depreciação	-	(1.070)	(353)	(6.853)	(356)	-	(8.658)	(17.290)
(+/-) Transferências	-	7.977	1.467	60.661	89	(70.775)	-	(581)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação	-	-	-	-	-	-	(41)	(41)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(41)	(41)
Perda por recuperabilidade	(516)	(3.901)	(1.155)	(10.879)	(22)	-	-	(16.473)
Baixa da Provisão para Perdas	-	-	-	20	-	-	-	20
Saldo em 31.12.2025	8.495	22.042	7.608	107.322	1.679	59.145	12.283	218.574
Custo do Imobilizado	19.488	173.772	23.179	199.106	4.194	59.145	57.559	536.443
Provisão p/ Perdas	(3.665)	(25.678)	(1.995)	(14.926)	(38)	-	-	(46.302)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(126.052)	(13.576)	(76.858)	(2.477)	-	(43.516)	(269.807)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.760)	(1.760)
Saldo em 31.12.2025	8.495	22.042	7.608	107.322	1.679	59.145	12.283	218.574
Taxa Média de Depreciação	-	3,57%	3,35%	4,97%	13,67%	-	46,53%	

Notas Explicativas

18.2. Recuperabilidade de Ativos (Impairment Test)

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados vinculados ao parque gerador por meio da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), avaliando individualmente cada usina como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). O valor recuperável é determinado com base nas projeções de fluxos de caixa futuros e posteriormente comparado com o respectivo valor contábil líquido do ativo.

Para as usinas que aderiram ao mecanismo de repactuação do risco hidrológico (GSF) e que registraram ativo intangível correspondente, o teste de recuperabilidade considera, de forma conjunta, os saldos do ativo imobilizado e do ativo intangível, uma vez que esses ativos compõem uma única Unidade Geradora de Caixa.

No exercício de 2025, a Celesc G realizou o teste de recuperabilidade de seu parque gerador próprio, tendo sido identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$16,5 milhões, registrada no resultado do exercício. O aumento na perda por *Impairment* do Imobilizado, quando comparados os exercícios de 2025 e 2024, é proveniente dos ativos das Usinas Celso Ramos e Maruim que geraram as perdas mais expressivas por serem imobilizados recentes e terem seus fluxos de caixa descontados ainda não suficientes para cobrirem os custos. Outro fator é o plano de CAPEX para as usinas do parque gerador próprio para os próximos exercícios.

Para a realização do teste, foram projetados os fluxos de caixa operacionais de cada UGC individualmente, contemplando estimativas de receitas, custos e despesas operacionais, investimentos destinados à manutenção e melhorias, bem como as variações de capital de giro associadas às operações de cada usina. As projeções foram elaboradas antes dos efeitos de impostos e de depreciação.

O valor contábil considerado na avaliação corresponde ao saldo registrado no ativo imobilizado líquido das respectivas usinas, com data-base de 31 de dezembro de 2025.

As projeções de fluxo de caixa foram elaboradas até o ano de 2054, correspondente ao prazo final da concessão da Usina Pery. Após esse período, apenas as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) permanecerão no parque gerador da Companhia, que não possuem prazo determinado para o término de suas operações.

Para a estimativa dos investimentos futuros, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital para o exercício de 2026 pelo Conselho de Administração, contemplando exclusivamente investimentos destinados a manutenção, melhorias operacionais e pessoal. Não foram considerados investimentos em participações societárias ou em expansão de usinas, uma vez que tais eventos não impactam os resultados do teste de recuperabilidade.

Adicionalmente, em razão das disposições previstas nos contratos de concessão, ao término da concessão da Usina Celso Ramos, é apurado o valor residual para fins de indenização dos ativos imobilizados ainda não depreciados. As demais usinas do parque gerador não possuem direito à indenização por investimentos em melhorias ao final das respectivas concessões, conforme previsto em contrato.

As seguintes premissas foram utilizadas no teste de recuperabilidade:

Notas Explicativas

Descrição	Premissa
Índice econômico para projeção	IPCA;
Período	2025 a 2054 (prazo final da Concessão da Usina Pery);
Receita operacional	Regime de cotas: Pery 100%; Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 70%; Contratos bilaterais e energia vendida no mercado de curto prazo relativo às sobras de energia: Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 30% (até o período de prorrogação de prazo de concessão); Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 100% (a partir da prorrogação de concessão); demais usinas 100%; Aluguel de Sistema Fotovoltaico e prestação de serviços de O&M: Campos Novos, Lages I, Lages II, São José do Cedro, Capivari e Videira.
Deduções da receita operacional	PIS/COFINS: Rateio pela Receita Operacional Bruta de cada usina; Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: o encargo é decorrente da geração de energia x tarifa x alíquota de CFURH (7,00%). A tarifa é reajustada em janeiro de cada ano pelo IPCA (Bracinho, Palmeiras e Pery); Taxa de Fiscalização Aneel: para as usinas Bracinho, Garcia, Palmeiras, Pery, Rio dos Cedros e Salto, o valor é definido pela ANEEL e reajustado em julho de cada ano pelo IPCA. Para a Usina Celso Ramos, o cálculo é decorrente da Potência Instalada x Alíquota de TFSEE (0,40%) x Tarifa. A tarifa é reajustada em janeiro de cada ano pelo IPCA; Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): o valor é decorrente de 1% da ROL (Bracinho, Caveiras, Garcia, Palmeiras, Pery, Rio dos Cedros e Salto);
Encargos de uso da rede elétrica	Refere-se a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. Cálculo específico por usina e aplicado a todas elas. O valor é decorrente da Potência Instalada x Tarifa x % de desconto se for fonte incentivada. A tarifa é reajustada pelo IPCA em agosto de cada ano.
Provisão e reversão	Rateio pela ROB de cada usina.
IRPJ/CSLL	Calculado pela aplicação de alíquota de 25% de Imposto de Renda -IRPJ e 9% de Contribuição Social - CSLL sobre o EBIT de cada usina.
Taxa de desconto	Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 10,01%.

Os valores de perda do valor recuperável dos ativos por UGC registrados no exercício de 2025, estão demonstrados a seguir. Não houve reversão de perdas anteriores.

Usinas	Imobilizado e Intangível	Depreciação e Amortização acumulada	Provisão Acumulada Perdas	Saldo Líquido	Fluxo de Caixa por Usina	Provisão/ Reversão a Constituir	Consolidado
							Saldo Contábil 31.12.2025
UHE Bracinho	51.672	(43.281)	-	8.391	91.167	-	8.391
UHE Cedros	49.228	(36.487)	-	12.741	70.976	-	12.741
UHE Garcia	19.948	(9.095)	-	10.853	67.181	-	10.853
UHE Palmeiras	81.347	(61.153)	-	20.194	140.540	-	20.194
UHE Pery	29.796	(7.457)	-	22.339	123.493	-	22.339
UHE Salto	16.510	(8.500)	-	8.010	39.554	-	8.010
PCH Celso Ramos	90.952	(19.951)	(15.552)	55.449	47.899	(7.550)	47.899
CGH Caveiras	33.363	(22.399)	(3.025)	7.939	6.036	(1.903)	6.036
CGH Ivo Silveira	13.395	(12.619)	-	776	3.678	-	776
CGH Pirai	5.454	(757)	(3.019)	1.678	(4.285)	(1.678)	-
CGH Rio do Peixe	5.035	(1.070)	(3.689)	276	(1.372)	(276)	-
CGH São Lourenço	8.111	(1.700)	(6.311)	100	(3.077)	(100)	-
CGH Maruim	10.059	(369)	(64)	9.626	4.660	(4.966)	4.660
UFV Campos Novos	4.901	(511)	-	4.390	5.587	-	4.390
UFV Lages I	4.862	(607)	-	4.255	4.513	-	4.255
UFV S. José Cedros	13.628	(1.119)	-	12.509	16.125	-	12.509
UFV Capivari	13.083	(686)	-	12.397	17.774	-	12.397
UFV Videira	4.880	(263)	-	4.617	6.151	-	4.617
UFV Lages II	4.771	(313)	-	4.458	6.026	-	4.458
Total	460.995	(228.337)	(31.660)	200.998	642.626	(16.473)	184.525

Usinas	Imobilizado e Intangível	Depreciação e Amortização acumulada	Provisão Acumulada Perdas	Saldo Líquido	Fluxo de Caixa por Usina	Provisão/ Reversão a Constituir	Consolidado
							Saldo Contábil 31.12.2024
UHE Bracinho	51.408	(42.897)	-	8.511	99.562	-	8.511
UHE Cedros	45.892	(35.271)	-	10.621	73.601	-	10.621
UHE Garcia	15.859	(8.790)	-	7.069	73.837	-	7.069
UHE Palmeiras	73.383	(60.619)	-	12.764	146.129	-	12.764
UHE Pery	25.549	(6.650)	-	18.899	137.916	-	18.899
UHE Salto	13.773	(8.298)	-	5.475	43.025	-	5.475
PCH Celso Ramos	83.912	(17.022)	(13.003)	53.887	51.338	(2.549)	51.338
CGH Caveiras	28.753	(21.662)	(7.091)	-	4.066	4.066	4.066
CGH Ivo Silveira	12.874	(12.649)	(225)	-	3.325	225	225
CGH Pirai	3.700	(681)	(3.019)	-	(4.744)	-	-
CGH Rio do Peixe	4.788	(1.080)	(3.708)	-	(1.704)	-	-
CGH São Lourenço	8.009	(1.698)	(6.311)	-	(3.110)	-	-
CGH Maruim	108	(44)	(64)	-	-	-	-
UFV Campos Novos	4.901	(284)	-	4.617	5.918	-	4.617
UFV Lages I	4.863	(393)	-	4.470	6.197	-	4.470
UFV S. José Cedros	13.290	(533)	-	12.757	19.065	-	12.757
Total	391.062	(218.571)	(33.421)	139.070	654.421	1.742	140.812

Notas Explicativas**18.3. Depreciação**

As taxas médias anuais de depreciação estimadas são as seguintes:

	Consolidado	
	Percentuais (%)	
Administração	31.12.2025	31.12.2024
Prédios e Construções	3,7	6,3
Máquinas e Equipamentos	7,2	8,9
Veículos	14,7	9,4
Móveis e Utensílios	6,8	7,3

	Consolidado	
	Percentuais (%)	
Operação	31.12.2025	31.12.2024
Prédios e Construções	3,4	8,4
Máquinas e Equipamentos	5	6,5
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3,6	5,9
Veículos	11	11,8
Móveis e Utensílios	4,2	4,7

No método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as revisões apresentam resultados que se aproximam daqueles estabelecidos pela ANEEL.

18.4. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo (Não Circulante) em 31.12.2023	432	16.055
(+) Adições	-	637
(-) Depreciação	(235)	(10.955)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(56)
(-) Baixa	-	(378)
Saldo (Não Circulante) em 31.12.2024	197	5.303
(+) Adições	226	15.914
(-) Depreciação	(234)	(8.658)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(41)
(-) Baixa	-	(235)
Saldo (Não Circulante) em 31.12.2025	189	12.283

PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	441	17.031
Circulante	233	10.836
Não Circulante	208	6.195
(+) Adições	-	637
(-) Baixas	-	(426)
(+) Juros Incorridos	26	943
(-) Pagamento Principal	(233)	(11.264)
(-) Juros Pagos	(26)	(943)
Saldo em 31.12.2024	208	5.978
Circulante	208	2.140
Não Circulante	-	3.838
(+) Adições	226	15.914
(-) Baixa	-	(245)
(+) Juros Incorridos	11	1.120
(-) Pagamento Principal	(244)	(8.534)
(-) Juros Pagos	(11)	(1.120)
Saldo em 31.12.2025	190	13.113
Circulante	190	2.863
Não Circulante	-	10.250

Notas Explicativas**18.4.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo**

Anos	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
2026	-	665
2027	4.325	698
2028	1.056	754
2029	1.122	766
2030	1.103	955
2031+	2.644	-
Total	10.250	3.838

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

19. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora	
	Direito de Concessão	
Saldo em 31.12.2023	3.435	
Amortizações	(502)	
Saldo em 31.12.2024	2.933	
Custo Total	14.248	
Amortização Acumulada	(11.315)	
Saldo em 31.12.2024	2.933	
Amortizações	(503)	
Saldo em 31.12.2025	2.430	
Custo Total	14.248	
Amortização Acumulada	(11.818)	
Saldo em 31.12.2025	2.430	
Taxa Média Amortização	1,77%	

Descrição	Consolidado					
	Ativo de Concessão Celesc D	Softwares Adquiridos (i)	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Direito de Concessão (iii)	Itens em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2023	4.662.285	316	42.383	3.435	1.742	4.710.161
Custo Total	7.619.686	7.445	45.879	14.248	1.742	7.689.000
Amortização Acumulada	(2.957.401)	(7.129)	(3.496)	(10.813)	-	(2.978.839)
Saldo em 31.12.2023	4.662.285	316	42.383	3.435	1.742	4.710.161
Baixas	(79.952)	-	-	-	-	(79.952)
Amortizações	(325.254)	(190)	(1.553)	(502)	-	(327.499)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 14)	559.068	-	-	-	-	559.068
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Custo Total	8.098.802	7.445	45.879	14.248	1.742	8.168.116
Amortização Acumulada	(3.282.655)	(7.319)	(5.049)	(11.315)	-	(3.306.338)
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Adições	-	-	-	-	489	489
Baixas	(86.569)	-	-	-	(731)	(87.300)
Amortizações	(362.269)	(224)	(1.554)	(503)	-	(364.550)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 14)	632.331	1.544	-	-	(963)	632.912
Saldo em 31.12.2025	4.999.640	1.446	39.276	2.430	537	5.043.329
Custo Total	8.644.564	8.989	45.879	14.248	537	8.714.217
Amortização Acumulada	(3.644.924)	(7.543)	(6.603)	(11.818)	-	(3.670.888)
Saldo em 31.12.2025	4.999.640	1.446	39.276	2.430	537	5.043.329
Taxa Média Amortização	4,9%	14,1%	3,4%	1,77%	0,00%	

Notas Explicativas

(i) A amortização do ativo intangível é reconhecida pelo método linear, considerando a vida útil definida nos contratos ou o prazo de concessão aplicável, adotando-se o menor entre esses prazos.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico *GSF*, foi calculada pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O direito de concessão gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

20. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ICMS ST (i)	-	-	51.663	56.420
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	51.323	49.470
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	48.452	46.679
Diferença Reembolso CDE (iii)	-	-	40.797	21.726
Adiantamento Proinfa (iv)	-	-	24.752	28.916
Estoques (v)	-	-	21.568	21.432
Adiantamentos Diversos (vi)	91	81	10.703	9.878
Alienação de Bens e Direitos (vii)	-	-	18.235	10.559
Conta Bandeiras	-	-	-	4.253
Programa Baixa Renda	-	-	10.681	7.372
Despesas Pagas Antecipadamente (viii)	400	381	5.237	5.299
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Pessoal a Disposição	-	-	716	748
Bens Destinados à Alienação (ix)	-	-	4.408	3.168
Títulos e Valores Mobiliários (x)	208	208	208	208
Outros Créditos (xi)	5	-	8.257	2.319
Total	704	670	298.138	269.585
Circulante	496	462	276.119	256.462
Não Circulante	208	208	22.019	13.123

(i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Diferença Reembolso CDE

Refere-se à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEEE. Os subsídios são aplicados aos clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.511/2025, que aprovou o reajuste tarifário anual a partir de 22 de agosto de 2025.

(iv) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(v) Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia com vida útil menor que um ano, quando aplicável, e de alto giro.

Notas Explicativas

(vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamento de salário (R\$638,1 mil), férias (R\$1,2 milhão) e vale-alimentação (R\$8,1 milhões).

(vii) Alienação de Bens e Direitos

Em junho de 2024, a Celesc D realizou a alienação de um terreno à Prefeitura de Criciúma, pelo valor total de R\$10,3 milhões, cujo recebimento foi pactuado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela taxa SELIC. No exercício de 2025, foram alienados quatro terrenos, sendo dois pertencentes à Agência Regional de Joinville, um à Agência Regional de Tubarão e um à Agência Regional de Criciúma, totalizando R\$7,8 milhões.

(viii) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$3,8 milhões.

(ix) Bens Destinados à Alienação

São ativos da Celesc D que não são mais utilizados na prestação do serviço e que, por decisão da Companhia e mediante autorização regulatória quando aplicável, serão vendidos, transferidos ou baixados do patrimônio.

(x) Títulos e Valores Mobiliários

São investimentos temporários, classificados no ativo não circulante e são mensurados a valor justo.

(xi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Energia Elétrica	-	-	503.468	507.567
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	218.072	206.964
Materiais e Serviços	1.019	1.502	173.856	205.560
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (i)	-	-	106.753	72.622
Total	1.019	1.502	1.002.149	992.713

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, nos quais o risco é alocado ao consumidor.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e BNDES e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

Notas Explicativas

Descrição		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024
Total Moeda Nacional		608.893	670.585
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	512.470	577.028
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	74.576	93.193
Empréstimos Eletrobras/ENBPar (ii)	5% a.a.	-	364
Empréstimo BNDES (iii)	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	21.847	-
Circulante		189.725	114.891
Não Circulante		419.168	555.694

Descrição		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024
Total Moeda Estrangeira		1.249.482	1.308.800
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.249.482	1.308.800
Circulante		106.857	98.962
Não Circulante		1.142.625	1.209.838

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de empréstimos bancários referem-se a captações realizadas pela Celesc D com o objetivo de reforço de caixa.

Em abril de 2019, a Companhia contratou, por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Safra, o montante de R\$335,0 milhões, remunerado à taxa de CDI + 0,80% a.a., com prazo inicial de 36 meses e carência de 18 meses para amortização do principal. A partir de dezembro de 2021, o contrato passou por sucessivos aditamentos que postergaram seu vencimento e alteraram o cronograma de amortização. O último aditamento, formalizado em novembro de 2024, estabeleceu o início das amortizações em junho de 2025, com parcelas semestrais e vencimento final em dezembro de 2029, mantendo-se a taxa de juros originalmente contratada, com pagamento mensal de encargos.

Adicionalmente, em fevereiro de 2022, a Companhia contratou nova CCB junto ao Banco Safra no valor de R\$550,0 milhões, remunerada à taxa de CDI + 1,65% a.a., com prazo inicial de 36 meses e carência de 18 meses para amortização do principal. O contrato também foi objeto de aditamentos que prorrogaram o cronograma originalmente pactuado. Em agosto de 2024, foi formalizada a extensão do vencimento final para fevereiro de 2029, com início das amortizações em agosto de 2025 e pagamentos semestrais do principal, mantendo-se inalterada a remuneração contratual.

Em 14 de outubro de 2025, a Companhia contratou, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma linha de crédito rotativo junto ao Banco Safra, com limite de até R\$200,0 milhões. A operação prevê remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,50% a.a., com exigibilidade mensal e vencimento final em 12 de janeiro de 2026. Do montante disponibilizado, foram utilizados R\$150,0 milhões, os quais foram integralmente amortizados em 1º de dezembro de 2025.

Em 16 de outubro de 2025, a Companhia contratou, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma segunda linha de crédito rotativo, desta vez junto ao Banco Bradesco, limitada ao valor de R\$120,0 milhões. A operação prevê remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,50% a.a., com exigibilidade mensal e vencimento final em 14 de abril de 2026. Do limite disponibilizado, foram utilizados R\$50,1 milhões, igualmente amortizados integralmente em 1º de dezembro de 2025.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras/ENBPar

Os recursos dessa contratação pela Celesc D foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. O último contrato possuía amortizações mensais e foi integralmente liquidado em sua data de vencimento, em 30 de maio de 2025.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

Notas Explicativas

iii) Financiamento BNDES – Celesc G

Em abril de 2024, a Celesc G firmou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas (UFV), Lages II, Capivari e Videira, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Hidrelétrica (CGH) Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

No dia 1º de julho de 2025, ocorreram as primeiras liberações de recursos do contrato de financiamento do valor de R\$214,4 milhões firmado entre a Celesc G e o BNDES. O montante liberado foi de R\$22,4 milhões, conforme quadro abaixo:

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim	Totais
Valor Contratado	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110	214.404
Valor Liberado	3.730	9.932	3.658	-	5.110	22.430
Saldo a Liberar	-	166	-	191.808	-	191.974
Periodicidade Pagamento Juros e Amortizações	Mensal	Mensal	Mensal		Mensal	
Início Pagamento Juros e Amortizações	15/08/2025	15/08/2025	15/08/2025		15/08/2025	

Os pagamentos de juros e de principal somaram, até 31 de dezembro de 2025, R\$715,9 mil e R\$911,0 mil, respectivamente.

Anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, como garantidora, a Companhia tem como compromisso contratual apresentar o indicador financeiro Dívida Líquida Consolidada/LAJIDA igual ou inferior a 3,0.

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID I

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D celebrou contrato de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), referente ao Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), no montante de US\$276,1 milhões. A operação possui prazo total de 300 meses, incluindo carência de até 66 meses, com amortizações semestrais pelo Sistema de Amortização Constante.

O empréstimo conta com garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Companhia. Os recursos foram convertidos para moeda nacional, não havendo incidência de variação cambial. A taxa de juros considera os custos do BID e pode sofrer variações em função de componente de *spread* definido periodicamente pela instituição.

A última liberação de recursos ocorreu em 30 de abril de 2024. As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), conforme previsto contratualmente.

22.1. Aprovação BID II

A Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou durante reunião realizada em 27 de março de 2025, o Programa de Modernização Energética para Resiliência Climática e Sustentabilidade em Santa Catarina.

Internamente denominado como BID II, o novo programa tem início previsto para 2026 e será executado ao longo de cinco anos. Ele prevê investimentos de mais de US\$305,0 milhões. Desse total, US\$243,0 milhões serão financiados pelo BID e US\$62,6 milhões correspondem à contrapartida da Celesc D. A Companhia está na fase de realização das Missões de Preparação do Programa e aprovação do perfil do Projeto juntamente com o BID.

22.2. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ano 2026	-	156.111	-	67.213	-	223.324
Ano 2027	158.308	156.111	67.213	67.213	225.521	223.324
Ano 2028+	260.860	243.472	1.075.412	1.075.412	1.336.272	1.318.884
Total	419.168	555.694	1.142.625	1.209.838	1.561.793	1.765.532

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	258.631	412.863	671.494
Encargos Provisionados	83.637	-	83.637
Transferências	(142.831)	142.831	-
Amortizações de Principal	(1.139)	-	(1.139)
Pagamentos de Encargos	(83.407)	-	(83.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	114.891	555.694	670.585
Ingressos	200.121	22.430	222.551
Atualização Monetária	67	196	263
Encargos Provisionados	98.987	-	98.987
Transferências	159.152	(159.152)	-
Pagamentos de Principal	(288.757)	-	(288.757)
Pagamentos de Encargos	(94.736)	-	(94.736)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	189.725	419.168	608.893

22.4. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID I

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	97.505	1.205.666	1.303.171
Ingressos	-	72.809	72.809
Atualização Monetária	5.074	455	5.529
Encargos Provisionados	152.537	-	152.537
Transferências	69.092	(69.092)	-
Pagamento de Encargos	(158.419)	-	(158.419)
Pagamento de Principal	(66.827)	-	(66.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	98.962	1.209.838	1.308.800
Atualização Monetária	1.668	-	1.668
Encargos Provisionados	186.796	-	186.796
Transferências	67.213	(67.213)	-
Pagamento de Encargos	(180.185)	-	(180.185)
Pagamento de Principal	(67.597)	-	(67.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	106.857	1.142.625	1.249.482

23. DEBÊNTURES

23.1. Debêntures 2021 – Celesc D

Debêntures 2021	Detalhes
Data de Emissão	15 de abril de 2021
Quantidade de Debêntures	550.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$550 milhões
Vencimento	29 de setembro de 2025
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc Holding)
Juros Remuneratórios	100% da variação das taxas DI Over + spread 2,6% ao ano
Pagamento de Juros	Mensal, todo dia 15
Amortização	43 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro de 2022
Pagamentos até 31.12.2025	R\$226,3 milhões (remuneração) e R\$550 milhões (principal)
Liquidação Antecipada Contratual	29 de setembro de 2025
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Notas Explicativas

23.2. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, totalizando R\$800,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

23.2.1. Primeira Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + <i>spread</i> 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 31.12.2025	R\$109,1 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

23.2.2. Segunda Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 31.12.2025	R\$54,1 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

23.3. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Celesc D emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série.

As emissões das 6ª e 7ª debêntures totalizaram R\$1,2 bilhão.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Notas Explicativas**23.3.1 Primeira Série (Institucional):**

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Pagamentos até 31.12.2025	R\$ 24,8 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

23.3.2 Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Pagamentos até 31.12.2025	R\$ 67,1 milhões de remuneração
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

23.4. Debêntures 2025 – Celesc D (Primeira emissão)

Em 30 de julho de 2025, a Celesc D emitiu a 8ª debêntures totalizando R\$510,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	30 de julho de 2025
Quantidade de Debêntures	510.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	6 anos (30 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,67% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2026
Amortização	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2029
Pagamentos até 31.12.2025	R\$ 0,00
<i>Covenants</i> Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

23.5. Debêntures 2025 – Celesc D (Segunda emissão)

Em 28 de novembro de 2025, a Celesc D emitiu a 9ª debêntures, totalizando R\$ 500,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Notas Explicativas

Segunda emissão Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	28 de novembro de 2025
Quantidade de Debêntures	500.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	1 ano e 3 Meses (28 de fevereiro de 2027)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,30% ao ano
Pagamento de Juros	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Amortização	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Pagamentos até 31.12.2025	R\$ 0,00
Covenants financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora $\leq 3,5$

23.6. Debêntures 2020 – Celesc G

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$37 milhões
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Tipo de Debênture	Simple, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 31.12.2025	R\$8,81 milhões (remuneração) e R\$15,89 milhões (principal)
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da empresa, como emissora, $\leq 3,5$

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

23.7. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2023	1.196.606	
Ingressos	1.165.608	
Encargos Provisionados	192.382	
Pagamentos Encargos	(113.510)	
Pagamentos do Principal	(159.767)	
Custos na Emissão de Debêntures	4.550	
Marcação a Mercado (VJR)	(62.247)	
Saldo em 31.12.2024	2.223.622	
Ingressos	1.007.642	
Encargos Provisionados	312.439	
Pagamentos Encargos	(201.087)	
Pagamentos do Principal	(211.235)	
Custos na Emissão de Debêntures	7.725	
Marcação a Mercado (VJR)	8.265	
Saldo em 31.12.2025	3.147.371	
Circulante	176.656	
Não Circulante	2.970.715	

23.8. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Ano 2025	-	6.595
Ano 2026	6.487	5.939
Ano 2027	6.043	5.675
Ano 2028+	28.383	27.369
Total	40.913	45.578

Notas Explicativas**23.9. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento**

Descrição	Controladora					
	31.12.2024	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2025
Dividendos e JCP a Pagar	212.754	(288.561)	(288.561)	-	337.189	261.382
Passivo de Arrendamento	208	(244)	(244)	(11)	237	190
Total	212.962	(288.805)	(288.805)	(11)	337.426	261.572

Descrição	Controladora					
	31.12.2023	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2024
Dividendos e JCP a Pagar	211.329	(211.369)	(211.369)	-	212.794	212.754
Passivo de Arrendamento	441	(233)	(233)	(26)	26	208
Total	211.770	(211.602)	(211.602)	(26)	212.820	212.962

Descrição	Consolidado							
	31.12.2024	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2025
Instrumentos Financeiros	70.230	-	(70.498)	(70.498)	-	21.617	69.258	90.607
Derivativos								
Empréstimos e Financiamentos	1.979.385	222.551	(356.354)	(133.803)	(274.921)	-	287.714	1.858.375
Debêntures	2.223.622	1.007.642	(211.235)	796.407	(201.087)	8.265	320.164	3.147.371
Dividendos/JCP	212.754	-	(288.561)	(288.561)	-	-	337.189	261.382
Passivo de Arrendamento	5.978	-	(8.534)	(8.534)	(1.120)	-	16.789	13.113
Total	4.491.969	1.230.193	(935.182)	295.011	(477.128)	29.882	1.031.114	5.370.848

Descrição	Consolidado							
	31.12.2023	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2024
Instrumentos Financeiros	-	-	(1.401)	(1.401)	-	71.631	-	70.230
Derivativos								
Empréstimos e Financiamentos	1.974.665	72.809	(67.966)	4.843	(241.826)	-	241.703	1.979.385
Debêntures	1.196.606	1.165.608	(159.767)	1.005.841	(113.510)	(62.247)	196.932	2.223.622
Dividendos/JCP	211.329	-	(211.369)	(211.369)	-	-	212.794	212.754
Passivo de Arrendamento	17.031	-	(11.264)	(11.264)	(943)	-	1.154	5.978
Total	3.399.631	1.238.417	(451.767)	786.650	(356.279)	9.384	652.583	4.491.969

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$285,7 milhões. Houve também R\$2,0 milhões relacionados à variação cambial do empréstimo do BID. As debêntures totalizaram R\$320,2 milhões, sendo R\$7,7 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas no exercício de 2025.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica contra a volatilidade das taxas de juros, sendo os contratos inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, mensurados ao valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o *swap*.

No âmbito da gestão de riscos financeiros, a Celesc D contratou operações de *swap* relacionadas à 6ª e à 7ª emissões de debêntures, com o objetivo de converter a exposição da dívida indexada ao IPCA para

Notas Explicativas

CDI. Essa estratégia visa mitigar o risco de descasamento entre os fluxos de caixa das obrigações financeiras e das aplicações da Companhia, majoritariamente atreladas ao CDI, além de reduzir a volatilidade associada ao IPCA.

Em 15 de outubro de 2024, foram formalizadas as operações de *swap*, sendo a da 6ª emissão contratada com o Banco Safra e a da 7ª emissão com a XP Investimentos. Embora tais instrumentos contribuam para maior previsibilidade dos fluxos de caixa, permanecem sujeitos a riscos de mercado decorrentes de variações nas condições macroeconômicas.

A efetividade das operações de *hedge* é avaliada prospectivamente com base na análise dos termos críticos do item protegido e do instrumento de *hedge*, visando assegurar adequada correlação entre as variações dos fluxos de caixa.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
XP	15.10.2024	17.07.2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safra	15.10.2024	18.11.2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
Total						1.448.424

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Descrição	Total
Saldo em 31.12.2023	-
Marcação a Mercado no Resultado	71.631
Amortização	(1.401)
Saldo em 31.12.2024	70.230
Marcação a Mercado no Resultado	21.616
Amortização	(70.497)
Saldo em 31.12.2025	21.349
Ativo Não Circulante	69.258
Passivo Circulante	(90.607)

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (*swap*) em 31 de dezembro de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo Ponta Ativa	Valor Justo Ponta Passiva	Resultado Financeiro
XP	1.061.068	1.086.660	(25.592)
Safra	425.140	420.897	4.243
Total	1.486.208	1.507.557	(21.349)

As operações de *swap* contratadas pela Companhia qualificam-se para a aplicação da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), sendo classificadas como hedge de valor justo para conversão de taxas de juros. Tais instrumentos são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A mensuração do valor justo dos *swaps* é realizada por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela ANBIMA na data-base de 31 de dezembro de 2025.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado do período, em conjunto com as variações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco objeto da proteção. Caso a relação de *hedge* deixe de atender aos critérios para aplicação da contabilidade de *hedge*, os ajustes no valor contábil do item protegido passam a ser amortizados no resultado ao longo do prazo remanescente da operação pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas**25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.851	1.804	157.050	135.152
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	9.393	27.362
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	13.023	11.345
Provisão Participação nos Lucros e Resultados – PLR	-	-	31.498	33.915
Folha de Pagamento Líquida	437	361	20.782	18.980
Total	2.288	2.165	231.746	226.754
Circulante	2.288	2.165	228.829	217.785
Não Circulante	-	-	2.917	8.969

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O Plano de Desligamento Incentivado (PDI) integra a estratégia da Companhia voltada à adequação da estrutura de custos, otimização de processos e melhoria de indicadores operacionais.

O regulamento do PDI foi aprovado em 22 de fevereiro de 2016, tendo sua primeira implementação em dezembro do mesmo ano. Nos anos subsequentes, foram realizadas novas edições do programa, mantendo-se critérios e regulamentos semelhantes, com ajustes pontuais nos requisitos de elegibilidade.

A edição mais recente do programa (PDI 2023) foi aprovada em setembro de 2023, com desligamentos iniciados em novembro do mesmo ano, totalizando 49 adesões.

O valor da indenização é calculado com base na remuneração do empregado e em benefícios associados, incluindo fatores relacionados ao tempo de serviço e demais componentes remuneratórios aplicáveis. A indenização prevista no PDI pode ser paga em parcela única, mediante adesão do empregado ao Plano de Contribuição Definida (CD) da Celos, ou de forma parcelada em até 60 meses. Em dezembro de cada ano, ocorre a atualização das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	6.476	18.393
Não Circulante	2.917	8.969
Total	9.393	27.362

26. TRIBUTOS

As composições dos tributos a pagar por ente federativo estão demonstradas a seguir:

26.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
IRRF S/ JCP	-	8.208	-	24.552
PIS e COFINS	14.814	10.480	76.837	54.756
Autorregularização Tributária Lei 14.740-23	-	-	19.473	25.526
Outros	62	48	3.960	3.853
Total a Pagar	14.876	18.736	100.270	108.687
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(404.083)	(505.499)
Total	14.876	18.736	(303.813)	(396.812)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL	3.958	82	21.615	2.818
Total a pagar	3.958	82	21.615	2.818
(-) IRPJ e CSLL a recuperar (NE 10.1)	(55.117)	(71.041)	(144.088)	(110.766)
Total	(51.159)	(70.959)	(122.473)	(107.948)

Notas Explicativas

26.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ICMS	-	-	241.836	180.497
Total a Recolher	-	-	241.836	180.497
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(103.254)	(58.404)
Total	-	-	138.582	122.093

26.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ISS	114	116	3.706	2.484
IPTU	-	-	7	7
Total a Recolher	114	116	3.713	2.491
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(741)	(738)
Total	114	116	2.972	1.753

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2024	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2025
Programa Eficiência Energética – PEE	63.968	52.783	8.040	(46.737)	78.054
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	27.086	53.928	2.345	(57.699)	25.660
Taxa de Fiscalização ANEEL	933	11.554	-	(11.483)	1.004
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE	9.497	2.828.326	-	(2.810.045)	27.778
Compensação financeira utiliz. rec. hid. – CFURH	455	1.633	-	(1.658)	430
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT	-	59.792	-	(39.479)	20.313
Total	101.939	3.008.016	10.385	(2.967.101)	153.239
Circulante	23.278	-	-	-	71.723
Não Circulante	78.661	-	-	-	81.516

27.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece a obrigatoriedade de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica aplicarem anualmente parte de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE). A Lei nº 14.514/2022 alterou a Lei nº 9.991/2000 para redefinir, de forma temporária, a destinação dos recursos que as empresas do setor elétrico devem aplicar em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE). A Lei nº 15.103/2025 alterou dispositivos da Lei nº 9.991/2000 para ajustar a destinação e os percentuais dos recursos obrigatórios aplicados pelas empresas do setor elétrico em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE).

A norma determinou que parte desses recursos fosse direcionada à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com o objetivo de reduzir impactos tarifários aos consumidores, além de estabelecer novos percentuais e prazos para aplicação dos investimentos obrigatórios pelas concessionárias e permissionárias do setor elétrico.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando os percentuais e prazos de aplicação de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE), conforme disposições da Lei nº 9.991/2000.

Com a atualização normativa, encerrou-se em 31 de dezembro de 2025 a destinação à CDE de parcela

Notas Explicativas

dos recursos desses programas. A partir de 1º de janeiro de 2026, os percentuais da ROL destinados a P&D e PEE passaram a ser fixos, substituindo as faixas anteriormente vigentes. No segmento de distribuição, os percentuais foram definidos em 0,20% para P&D e 0,40% para PEE. No segmento de geração, o percentual de P&D foi fixado em 0,40%.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui a Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, contemplando o reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2024					Controladora	
		Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	31.12.2025
Tributária	20.397	1.639	593	(21.657)	-	361	1.333
Trabalhistas	1.576	-	-	(597)	(1.109)	130	-
Cíveis	701	-	(1)	(17)	(696)	29	16
Regulatórias	7.270	-	-	-	-	264	7.534
Total	29.944	1.639	592	(22.271)	(1.805)	784	8.883

Descrição	31.12.2024					Consolidada	
		Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	31.12.2025
Tributária	48.935	1.719	738	(21.746)	(11.917)	2.122	19.851
Trabalhistas	69.732	936	16.100	(8.672)	(9.136)	2.172	71.132
Cíveis	201.228	18.200	87.618	(120.102)	(49.879)	2.967	140.032
Regulatórias	64.129	-	3.814	-	(5.164)	10.511	73.290
Ambientais	72.473	-	168	(68.923)	(636)	95	3.177
Total	456.497	20.855	108.438	(219.443)	(76.732)	17.867	307.482

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Companhia o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) requereu o levantamento do valor depositado. Em 17 de março de 2025, houve a conversão em renda desse depósito para a União, ocasionando a baixa da provisão no valor de R\$20,6 milhões e do depósito no valor de R\$21,2 milhões, sendo que o processo seguirá para baixa definitiva. Em dezembro de 2025, foi constituída provisão para honorários sucumbenciais relacionados a esse processo, no valor de R\$1,2 milhão.

ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D, o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$25,8 milhões. Além disso, há processos referentes a incorporação da gratificação de função no valor de R\$7,8 milhões; horas extras no valor de R\$7,4 milhões; acidente de trabalho no valor de R\$8,2 milhões.

Ainda na Celesc D, em abril de 2025, o processo judicial referente à reintegração de empregada teve seu grau de risco reclassificado de possível para provável. A ação decorre da rescisão contratual ocorrida em 2011 em razão de aposentadoria, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o

Notas Explicativas

Ministério Público do Trabalho. Posteriormente, o Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração da empregada, considerando que a aposentadoria ocorreu antes da vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019. O valor atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3,5 milhões.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Adicionalmente, a Celesc D possui outras demandas judiciais e administrativas para as quais foram constituídas provisões, destacando-se: perdas de produção de fumicultores (R\$7,9 milhões), ações de ressarcimento de seguradoras (R\$7,3 milhões), reclassificação tarifária (R\$3,3 milhões), revisão de contratos licitatórios para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (R\$20,7 milhões), processos relacionados à interrupção do fornecimento de energia ocorrida em 2003 (R\$17,9 milhões), honorários advocatícios pleiteados por escritório externo (R\$2,9 milhões), portarias do antigo DNAEE (R\$8,2 milhões), incidência de CDI-Over (R\$8,0 milhões), ressarcimento por servidão (R\$14,9 milhões) e ações relativas à cobrança indevida de valores no faturamento de consumidores (R\$10,0 milhões).

Até abril de 2025, havia provisionamento relevante existente no montante de R\$28,3 milhões em decorrência de ação movida por empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Em primeiro grau, o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir. No segundo grau, o acórdão excluiu os lucros cessantes. Portanto, em maio de 2025, houve a alteração dessa provisão para o valor de R\$3,6 milhões, cujo valor atualizado em dezembro de 2025 é R\$3,6 milhões.

Nos autos do Processo 5004271-20.2021.8.24.0023, relacionado ao faturamento de energia de contrato em ambiente regulado (CCER), movido por indústria de MDF e compensados contra a Celesc D. Diante do julgamento da apelação que deu provimento ao recurso da Companhia, reformando a sentença e reconhecendo a correção do valor cobrado pela Concessionária, afastando ainda a imposição de ônus sucumbencial, foi realizada, no mês de agosto de 2025, a reversão do valor de R\$6,0 milhões, com a alteração do prognóstico da perda para remota.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

Há ainda, a provisão regulatória referente à aplicação de multa (âmbito ANEEL) à Celesc D por não realizar obras necessárias para prestação de serviço adequado, além de não manter e operar de forma satisfatória instalações e equipamentos correspondentes. Em outubro de 2003, a Celesc D enfrentou uma interrupção no fornecimento de energia elétrica que afetou 135.432 consumidores por um período de 53 horas, devido a um incêndio em uma galeria sob uma ponte, que liga a ilha de Santa Catarina ao continente. Em decorrência desse evento, a ANEEL aplicou uma multa à Celesc D.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

O processo judicial ambiental mais relevante estava relacionado ao episódio do vazamento de 11.640 litros de óleo ao solo, quando foram furtados os registros de dois transformadores na subestação didática do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA) da Celesc D, em Florianópolis, em 2012.

Notas Explicativas

A Celesc D efetuou a indenização aos afetados nessa área embargada e recebeu duas notificações, sendo uma do órgão estadual do meio ambiente e outra do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A Companhia pagou a multa do órgão estadual e recorreu da sentença do IBAMA. Em 2023, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinou o pagamento da multa ambiental ao IBAMA.

Em dezembro de 2024, houve reversão de R\$66,3 milhões devido à adesão da Celesc D à Transação Extraordinária de dívidas ativas não tributárias prevista na Portaria Normativa AGU nº 150, de 3 de novembro de 2024. Desta forma, restou provisionado o valor de R\$68,7 milhões. O valor foi totalmente quitado em 31 de janeiro de 2025.

28.2. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Tributária	39.162	55.852	49.131	65.481
Trabalhistas	5.244	5.177	21.767	19.506
Cíveis	3.477	2.683	51.442	104.822
Regulatórias	40.103	37.228	269.107	248.735
Ambientais	-	-	1.179	1.335
Saldo	87.986	100.940	392.626	439.879

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	100.940	439.879
Constituição	826	102.843
Atualização Financeira	7.463	32.835
Baixas	(21.243)	(182.931)
Saldo em 31.12.2025	87.986	392.626

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante refere-se à Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, constituído como garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, alegando a inexigibilidade do débito em razão da existência de crédito passível de compensação. Os embargos foram julgados improcedentes e o recurso interposto aguarda julgamento pelo Tribunal.

Na Celesc D, destacam-se dois depósitos judiciais relacionados ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de leitura, impressão e entrega simultânea de faturas. Após levantamentos parciais, os saldos atualizados dos depósitos referentes aos Autos nº 5029579-87.2023.8.24.0023 e nº 5029535-68.2023.8.24.0023 totalizam R\$1,9 milhão (verbas sucumbenciais) e R\$8,5 milhões, respectivamente.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2025, foi realizado depósito judicial de R\$8,4 milhões referente ao cumprimento de sentença nº 5039800-61.2025.8.24.0023, posteriormente baixado no mês seguinte. Nos Autos nº 5035688-94.2025.8.24.0008, relacionados à demanda contratada de energia, houve aumento da provisão para R\$5,7 milhões, com o respectivo depósito judicial, sendo os valores liberados ao autor e o processo encerrado em novembro de 2025. Por fim, nos Autos nº 0035712-90.2010.8.24.0023, relativos à ação civil pública sobre aplicação do CDI-Over, houve extinção da execução em dezembro de 2025, com baixa da provisão de R\$3,4 milhões e liberação do depósito judicial de R\$18,0 milhões.

28.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Tributárias (i)	57.900	57.900	315.215	322.491
Trabalhistas (ii)	800	-	28.370	32.954
Cíveis (iii)	27.843	4.984	458.341	433.646
Regulatórias (iv)	-	-	351.363	278.192
Ambientais (v)	-	-	5.975	6.273
Total	86.543	62.884	1.159.264	1.073.556

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

A Controladora recebeu a Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União, que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia apresentou Embargos à Execução, com a apresentação de seguro-garantia judicial, e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$24,0 milhões. Após a realização de perícia contábil, o processo aguarda sentença.

Há, ainda, o registro de contingência tributária, na Celesc D, referente à Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, no valor de R\$28,0 milhões. O depósito judicial atualizado nesse processo é de R\$41,7 milhões, constituído como garantia do crédito tributário. Os embargos à execução, que visavam declarar a inexigibilidade do débito, foram julgados improcedentes. A Companhia apresentou recurso, que aguarda julgamento pelo Tribunal.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidentes, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R\$73,8 milhões, tem-se R\$10,0 milhões relacionados a forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$76,5 milhões de danos morais/materiais e ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$44,0 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

A Celesc D, por intermédio da ABRADDEE, é parte em Mandado de Segurança Coletivo visando afastar dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 888/2020, posteriormente consolidada na REN nº 1.000/2021, que limitam ou impedem a cobrança pelo serviço de arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

Notas Explicativas

Atualmente, encontra-se vigente decisão liminar que suspende os efeitos das referidas normas, permitindo a manutenção da cobrança acima do limite de 1% previsto. Caso a liminar seja cassada, poderá haver obrigação de limitar a cobrança e/ou restituir aos municípios valores recebidos acima do percentual autorizado, independentemente de parte desses valores ter sido revertida à modicidade tarifária. Com base na avaliação de assessores jurídicos, em março de 2025, a Administração classificou o risco de perda como possível.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, as obrigações atuariais dos planos de benefício a empregados são mensuradas com base em premissas atuariais e financeiras que refletem as melhores estimativas de mercado na data do encerramento das demonstrações financeiras.

Obrigações Registradas	31.12.2025	31.12.2024
Planos Previdenciários	385.504	477.933
Plano Transitório	99.981	173.985
Plano Misto	285.523	303.948
Planos Assistenciais	1.347.870	1.198.566
Plano Celos Saúde	1.292.218	1.143.185
Outros Benefícios	55.652	55.381
Total	1.733.374	1.676.499
Circulante	153.963	167.661
Não Circulante	1.579.411	1.508.838

A Celesc D é Patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

29.1. Plano Transitório

O Plano Transitório é um plano de benefícios previdenciários administrado pela Celos, patrocinado pela Celesc D, estruturado na modalidade “Benefício Definido”, havendo benefício de pós-emprego por parte da Celesc D para com os participantes assistidos (aposentados e pensionistas) do plano.

O Plano Transitório foi fechado a novos ingressos em 1º de janeiro de 1997, sendo vedada a inscrição de novos participantes a partir de então. Atualmente, não há mais participantes ativos no plano, apenas assistidos (aposentados e pensionistas).

Os resultados apurados para o Plano Transitório consideram um Passivo Adicional de responsabilidade do patrocinador, dada a existência de um requisito mínimo de custeio em vigor – dívida contratada pela Celesc D junto ao plano de benefícios. O requisito mínimo de custeio é decorrente da implementação do plano de equacionamento do exercício de 2017, com data-base em outubro de 2018, do plano de equacionamento do exercício de 2022, com data-base em outubro de 2023, e do plano de equacionamento do exercício de 2023, com data-base em dezembro de 2023, todos paritários entre a Patrocinadora e os participantes/assistidos.

O Passivo Adicional considera a responsabilidade da Celesc D em 31 de dezembro de 2025, refletindo o valor complementar para que o Passivo registrado pela Companhia contemple o valor presente das contribuições extraordinárias que serão pagas ao Plano Transitório. De maneira equivalente, em decorrência desses mesmos contratos de dívida, a parcela do compartilhamento de risco com os assistidos do plano (*risk sharing*) foi reconhecida na apuração das Obrigações Atuariais, reduzindo o custo final para a Celesc D.

Notas Explicativas

29.2. Plano Misto

O Plano Misto é um plano de benefícios previdenciários administrado pela Celos, patrocinado pela Celesc D, estruturado na modalidade "Contribuição Variável", havendo benefício de pós-emprego por parte da Celesc D para com os participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas) do plano.

Ele foi destinado a receber participantes ativos e assistidos que tiverem exercido a opção pela migração do Plano Transitório para esse plano. De acordo com o Regulamento vigente do plano, são oferecidos os seguintes benefícios aos participantes:

- Aposentadoria por Invalidez;
- Aposentadoria;
- Pensão por Morte;
- Abono;
- Benefícios Saldados de 1996, 1998 ou 2000 (com reversão em pensão).

Os resultados apurados para o Plano Misto consideram um Passivo Adicional de responsabilidade da Patrocinadora, dada a existência de um requisito mínimo de custeio em vigor – dívida contratada pela Celesc D junto ao plano de benefícios. O requisito mínimo de custeio é decorrente da implementação de planos de equacionamentos referentes aos exercícios de 2014, 2016 e 2022, todos paritários entre a Patrocinadora e participantes/assistidos.

29.3. Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece aos seus colaboradores, assistidos e dependentes, o Plano Celos Saúde. O referido plano é administrado pela Celos.

O Plano Celos Saúde é custeado em regime de preço pré-estabelecido, por meio de contribuições mensais da Patrocinadora, empregados e respectivos dependentes, e ainda por coparticipação de determinados procedimentos, conforme regulamento vigente.

A Celesc D contribui paritariamente para o plano de saúde durante o período de aposentadoria e pensão dos empregados admitidos até 30 de abril de 2013. Além da paridade das contribuições pagas pela Patrocinadora, há um acréscimo de sua contribuição ao plano, denominado "percentual de equalização", que varia por titular conforme o número e a idade dos dependentes que ele tinha no momento da reestruturação do plano. Aos empregados admitidos após essa data, é mantido o direito de permanecer no plano após aposentadoria, ficando ele responsável pelo custeio integral do seu plano de saúde e de seus dependentes.

29.4 Outros Benefícios

29.4.1. Pecúlio

O Plano de Pecúlio é um plano de benefícios previdenciários administrado pela Celos e patrocinado pela Celesc D, estruturado na modalidade "Benefício Definido", havendo benefício de pós-emprego por parte da empresa para com os participantes do plano referente ao pecúlio por morte e invalidez.

29.4.2. Outros

Auxílio Deficiência

O auxílio deficiência é um benefício pago diretamente pela Celesc D aos seus empregados e ex-empregados deficientes ou com dependentes deficientes. Para os benefícios já concedidos aos aposentados, a empresa paga vitaliciamente o benefício. Para os ativos, o benefício é pago somente durante o período de atividade.

O acordo coletivo da Celesc D prevê ainda que em caso de falecimento do titular com dependentes com deficiência física/mental, será mantido o pagamento de auxílio-deficiência aos responsáveis legais dos seus dependentes.

Notas Explicativas

Benefício Mínimo

O Benefício Mínimo é pago pela Celesc D a um grupo de aposentados e pensionistas, pois não há mais empregados com direito a esse benefício.

O valor do benefício é apurado com base no Piso Mínimo Mensal firmado entre Celesc D e seus empregados, conforme Acordo Coletivo, que é a diferença entre o Piso e o benefício pago pela Celos (Transitório e Misto).

Auxílio Funeral

A Celesc D reembolsa despesas com funeral em virtude de falecimento de empregado e de seu cônjuge, limitado ao valor máximo estipulado no acordo coletivo.

29.5. Informativos Atuariais

29.5.1. Perfis

	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Saúde	Plano Pecúlio	Plano Outros
Empregados/participantes ativos					
Quantidade	3.491	-	3.118	3.533	-
Idade média (em anos)	43,0	-	43,1	43,0	-
Tempo médio de empresa (em anos)	13,0	-	13,1	13,0	-
Folha mensal dos Salários de Participação (Reais Mil)	36.192	-	-	-	-
Salário médio mensal (Reais Mil)	10	-	-	-	-
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	-	-	18,2	-	-
Aposentados					
Quantidade	3.627	717	4.003	206	3.946
Idade média (em anos)	68,0	81,0	69,9	68,0	70,3
Folha mensal dos benefícios (Reais Mil)	19.458	5.426	-	-	51,3
Benefício médio mensal (Reais Mil)	5	8	-	-	1
Pensionistas					
Frequência de assistidos	534	962	-	380	-
Frequência de grupos familiares	510	928	-	380	-
idade média (em anos)	65,0	78,0	74,0	78,0	-
Folha mensal dos benefícios (Reais Mil)	1.972	2.690	-	259	-
Benefício médio mensal (Reais Mil)	4	3	-	1	-
Quantidade	-	-	1.349	-	-
Dependentes					
Quantidade	-	-	7.690	-	-
idade média (em anos)	-	-	41,3	-	-

Notas Explicativas

29.5.2. Premissas

	31.12.2025			
Premissas	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Saúde	Plano Pecúlio
Taxa real de desconto atuarial	7,28%	7,64%	7,15%	7,34%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,28%	7,64%	7,15%	7,34%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,63%	Não Utilizado	Não Utilizado	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	Não Utilizado	Não Utilizado	3,60%	Não Utilizado
Aging Factor	Não Utilizado	Não Utilizado	2,50%	Não Utilizado
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,31%	Não Utilizado	Não Utilizado	Não Utilizado
Inflação esperada	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto nominal	11,62%	12,00%	11,49%	11,69%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,62%	12,00%	11,49%	11,69%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,83%	4,05%	Não Utilizado	4,05%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,05%	7,80%	4,05%
Mortalidade geral	BR-EMSI-2015 por sexo	AT-2000 Male	BR-EMSBV-2015 por sexo	BR-EMSBV-2015 Segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female
Entrada em invalidez	Grupo Americana Desagravada em 20%	Não Utilizado	Grupo Americana Desagravada em 20%	Grupo Americana (Desagravada em 20%)
Taxa anual de rotatividade	Experiência Celos 2024	Não Utilizado	Exp. Celos 2024	Não Utilizado
Idade de entrada em aposentadoria	Não Utilizado	Não Utilizado	61 anos	Não Utilizado
Composição familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos (80% de casados e homem 3 anos mais velho do que mulher)	Família real	Família Efetiva	Não Utilizado

31.12.2025

Premissas	Plano Outros / Auxílio Deficiência	Plano Outros / Benefício Mínimo	Plano Outros / Auxílio Funeral
Taxa real de desconto atuarial	7,33%	7,38%	7,16%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,33%	7,38%	7,16%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	Não Utilizado
Inflação esperada	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto nominal	11,68%	11,73%	11,50%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,68%	11,73%	11,50%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não Aplicável	4,05%	Não Utilizado
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,05%	Não Utilizado
Mortalidade geral	Não Aplicável	BR-EMSBV-2015 segregada por sexo	BR-EMSBV-2015 segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female
Composição familiar	Não Aplicável	Família real	Família média

Notas Explicativas**31.12.2024**

Premissas	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Saúde	Plano Pecúlio
Taxa real de desconto atuarial	7,33%	7,66%	7,44%	7,35%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,33%	7,66%	7,44%	7,35%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,08%	Não Utilizado	Não Aplicável	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	Não Utilizado	Não Utilizado	3,50%	Não Utilizado
Aging Factor	Não Utilizado	Não Utilizado	2,50%	Não Utilizado
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,31%	Não Utilizado	Não Aplicável	Não Utilizado
Inflação esperada	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto nominal	12,65%	13,00%	12,77%	12,67%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,65%	13,00%	12,77%	12,67%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,19%	Não Utilizado	Não Aplicável	4,96%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	4,96%	8,63%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 por sexo desagravada em 5%	AT 2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 por sexo Desagravada em 5%	AT-2000 por sexo Desagravada em 5%
Mortalidade de inválidos	AT-71	Segregada por sexo	AT-71	AT-71
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	AT-71	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa anual de rotatividade	1,49%	Não Utilizado	1,49%	Não Utilizado
Idade de entrada em aposentadoria	Não Utilizado	Não Utilizado	61 anos	Não Utilizado
Composição familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos (80% de casados e homem 3 anos mais velho do que mulher)	Família real	Família Efetiva	Não Utilizado

31.12.2024

Premissas	Plano Outros / Auxílio Deficiência	Plano Outros / Benefício Mínimo	Plano Outros / Auxílio Funeral
Taxa real de desconto atuarial	7,34%	7,60%	7,44%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,34%	7,60%	7,44%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,31%	98,31%	Não Utilizado
Inflação esperada	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto nominal	12,66%	12,94%	12,77%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,66%	12,94%	12,77%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não Aplicável	4,96%	Não Utilizado
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	4,96%	Não Utilizado
Mortalidade geral	Não Aplicável	AT-2000 por sexo desagravada em 5%	AT-2000 por sexo Desagravada em 5%
Mortalidade de inválidos	AT-71	AT-71	AT-71
Composição familiar	Não Aplicável	Família real	Família média

Notas Explicativas**29.5.3. Valor Justo dos Ativos**

Descrição	31.12.2025		
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Pecúlio
Ativo Total	4.214.475	750.580	17.627
(-) Exigível Operacional	(22.947)	(2.837)	(10)
(-) Exigível Contingencial	(19.087)	(6.666)	-
(-) Fundos Previdenciais	(3.106)	-	(17.248)
(-) Fundos Administrativos	(98.365)	(10.246)	(369)
(-) Fundos de Investimentos	(32.264)	(4.726)	-
(=) Patrimônio de Cobertura do plano	4.038.706	726.105	-
(-) Saldos em Contribuição Definida	(1.374.669)	-	-
(-) Dívidas das patrocinadoras	(328.356)	(192.275)	-
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parcela BD)	(148.778)	(29.398)	-
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parcela Fundo Previdencial)	-	-	(87)
(+) Fundos para cobertura de riscos do plano	3.106	-	17.247
(=) Valor justo dos ativos do plano	2.190.009	504.432	17.160
Proporção das obrigações ref. empresa	99,2%	99,3%	94,7%
Valor justo dos ativos	2.171.983	500.726	16.253

Descrição	31.12.2025	
	Plano CELOS	Plano Saúde
Ativo Total	124.914	
(-) Passivo Circulante	(23.147)	
(-) Passivo Não Circulante	(8.132)	
(=) Patrimônio para Cobertura de Benefícios	93.635	
(=) Valor justo dos ativos do plano	93.635	
Proporção das obrigações ref. empresa	98,9%	
Valor justo dos ativos	92.583	

29.5.4 – Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.021.307)	(486.924)	(39.829)	(15.127)	-	(2.563.187)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	59.115	64.200	-	13.359	-	136.674
Passivo (Ativo) em 31.12.2024	303.948	173.985	1.143.185	-	55.381	1.676.499
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.171.983)	(500.726)	(92.583)	(16.253)	-	(2.781.545)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.432.592	541.193	1.384.801	1.642	55.652	4.415.880
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic. Fim do Exercício	24.914	59.514	-	14.611	-	99.039
Passivo (Ativo) em 31.12.2025	285.523	99.981	1.292.218	-	55.652	1.733.374

Notas Explicativas

29.9.5. Reconhecimento dos Custos no Período

	31.12.2025				
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Resultado do Exercício					
Custo do serviço corrente líquido	1.376		(56.315)	153	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	273.923	72.512	142.628	199	6.720
Rendimento esperado dos ativos do plano	(245.528)	(59.479)	(5.562)	(1.892)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	7.480	8.346	-	1.693	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	37.251	21.379	80.751	153	6.720
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(71.200)	(19.530)	(42.713)	409	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	103.484	(40.458)	203.416	(121)	(448)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(41.681)	(13.032)	-	(441)	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(9.397)	(73.020)	160.703	(153)	(448)

	31.12.2024				
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Resultado do Exercício					
Custo do serviço corrente líquido	1.717	-	(45.152)	167	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	235.997	64.936	126.570	167	5.687
Rendimento esperado dos ativos do plano	(192.505)	(42.122)	(4.283)	(1.313)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais				1.147	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	45.209	22.814	77.135	168	5.687
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	146.389	10.719	(10.494)	(70)	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(352.359)	(118.877)	(179.704)	(199)	(7.460)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	59.115	64.200	-	101	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(146.855)	(43.958)	(190.198)	(168)	(7.460)

Notas Explicativas**29.5.5. Reconciliação do Passivo/(Ativo) Líquido**

Para fins de registro contábil da Celesc, a movimentação do Passivo Atuarial ocorrida durante o exercício de 2025 foi a seguinte:

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo/(ativo) no fim do período anterior	303.948	173.985	1.143.185	-	55.381
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	37.251	21.379	80.751	152	6.720
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(9.397)	(73.020)	160.703	(152)	(448)
Contribuições do empregador	(46.279)	(22.363)	(92.421)	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	(6.001)
Passivo/(ativo) no fim do período	285.523	99.981	1.292.218	-	55.652

29.5.6. Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio
Saldo em 31.12.2023	2.077.203	442.352	42.450	14.057
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	38.795	19.946	51.597	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	106.331	89.146	80.497	-
Rendimentos Esperados dos Ativos	192.505	42.122	4.283	1.313
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(146.389)	(10.719)	10.494	70
Saldo em 31.12.2024	2.021.307	486.924	39.829	15.127
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(257.985)	(109.651)	(146.665)	(357)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	45.654	22.081	58.723	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	46.279	22.363	92.421	-
Rendimentos Esperados dos Ativos	245.528	59.479	5.562	1.892
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	71.200	19.530	42.713	(409)
Saldo em 31.12.2025	2.171.983	500.726	92.583	16.253

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo 31.12.2023	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.717	-	(45.152)	167	-
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	235.997	64.936	126.570	167	5.687
Benefícios Pagos no Período	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(5.723)
(Ganhos) / Perdas nas Obrigações Atuarias	(352.359)	(118.877)	(179.704)	(199)	(7.460)
Saldo 31.12.2024	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.376	-	(56.315)	153	-
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	45.654	22.081	58.723	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	273.923	72.512	142.628	199	6.720
Benefícios Pagos no Período	(257.985)	(109.651)	(146.665)	(357)	(6.001)
(Ganhos) / Perdas nas Obrigações Atuarias	103.484	(40.458)	203.416	(121)	(448)
Saldo 31.12.2025	2.432.592	541.193	1.384.801	1.642	55.652

Notas Explicativas**29.5.7. Fluxo de Caixa****31.12.2025**

Fluxo de Caixa	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Plano Outros
Fluxo de caixa no período					
Contribuições do empregador	46.279	22.363	92.421	-	-
Contribuições de participante	45.654	22.081	58.723	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	257.985	109.651	146.665	357	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	6.001
Fluxo de caixa estimado para o período seguinte					
Contribuições do empregador	33.233	22.159	92.364	-	-
Contribuições de participante	33.233	22.159	69.182	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	261.645	100.119	143.656	395	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	6.201

31.12.2024

Fluxo de Caixa	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Plano Outros
Fluxo de caixa no período					
Contribuições do empregador	106.331	89.146	80.497	-	-
Contribuições de participante	38.795	19.946	51.597	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	247.138	95.923	149.492	313	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	5.723
Fluxo de caixa estimado para o período seguinte					
Contribuições do empregador	42.113	19.662	82.567	-	-
Contribuições de participante	42.113	19.662	61.277	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	251.034	99.958	136.155	416	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	6.576

29.5.8. Projeção dos Custos do Plano para o Período Seguinte

Para cada exercício, os valores de despesas/(receitas) esperados são calculados pela projeção das variações das obrigações atuariais. Para o exercício de 2026, os valores a serem registrados são os seguintes:

31.12.2026

Projeção dos Custos para o Período Seguinte	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros
Resultado do Exercício projetado para o período seguinte					
Custo do serviço corrente líquido	1.194	-	(62.995)	119	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	269.874	60.395	151.079	169	6.144
Rendimento esperado dos ativos do plano	(241.457)	(56.831)	(11.637)	(1.877)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	2.896	7.141	-	1.708	-
Despesa/ (receita) a reconhecer até o fim do período seguinte	32.507	10.705	76.447	119	6.144

29.5.9. Análise de Sensibilidade

Conforme o item 145 da CPC 33 (R1), a empresa deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR		Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	+ 1 ano	- 1 ano
Misto	(101.158)	109.037	-	-	403	(370)	49.398	(51.062)
Transitório	(14.699)	15.512	-	-	-	-	16.897	(16.921)
Pecúlio	(60)	64	-	-	-	-	(75)	81
Auxílio-Deficiência	(129)	140	-	-	-	-	54	(53)
Auxílio-Funeral	(700)	767	-	-	-	-	(510)	522
Benefício Mínimo	(1.309)	1.400	-	-	-	-	1.040	(1.049)
Saúde	(83.344)	92.407	88.156	(80.153)	-	-	50.655	(50.167)

Notas Explicativas**29.5.10. Alocação de Investimentos**

Descrição	31.12.2025			
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio
Renda Fixa	85,77%	88,10%	92,14%	78,87%
Renda Variável	5,17%	6,14%	0,00%	6,77%
Investimentos sujeitos a Variação Cambial	-	-	7,85%	-
Estruturado	3,08%	3,72%	-	12,19%
Imobiliário	2,18%	0,37%	-	0,24%
Operações com Participantes	3,62%	1,29%	-	0,00%
Exterior	-	-	-	1,48%
Outros *	0,18%	0,38%	0,01%	0,45%

* Compreende contas a pagar/receber e Tesouraria.

Descrição	31.12.2024			
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio
Renda Fixa	81,40%	88,13%	91,11%	82,89%
Renda Variável	5,73%	4,32%	-	6,22%
Investimentos sujeitos a Variação Cambial	-	-	8,87%	-
Estruturado	5,11%	4,10%	-	8,61%
Imobiliário	3,12%	0,40%	-	0,28%
Operações com Participantes	3,06%	1,23%	-	-
Exterior	1,42%	1,63%	-	1,39%
Outros *	0,16%	0,19%	0,02%	0,61%

* Compreende contas a pagar/receber e Tesouraria.

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES**30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª Ação Judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS**

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve decisão judicial favorável, que garantiu o direito de recuperação de valores pagos a maior de PIS/COFINS, decorrentes da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo, referente ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014. Os valores foram registrados contabilmente como Ativo – Tributos a Recuperar e Passivo – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores, considerando que a devolução ocorreria via mecanismos tarifários a serem definidos pela ANEEL.

Em 2021, a Companhia realizou devoluções provisórias aos consumidores no montante de R\$795,0 milhões. No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, após a publicação da Lei nº 14.385/2022, foram repassados R\$806,3 milhões, resultando em redução de 8,32% na tarifa.

A metodologia de atualização utilizada pela ANEEL divergiu da regra tributária aplicada pela Companhia, que considerou a legislação vigente para atualização dos valores, chegando a R\$1.573,4 milhões. A diferença de R\$27,9 milhões foi registrada como Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no passivo circulante, considerando que a Companhia entendia os valores como indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022.

Em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.203, a ANEEL validou sua metodologia de atualização, determinando que os valores de PIS/COFINS a serem devolvidos aos consumidores deveriam ser corrigidos com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia da Receita Federal.

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª Ação Judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em relação à segunda ação judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação indicou crédito atualizado de R\$1,08 bilhão. A Celesc D iniciou os processos de compensação tributária dessa ação em fevereiro de 2023.

Conforme a Lei nº 14.385/2022, parte dos valores foi considerada para devolução aos consumidores no Reajuste Tarifário Anual (RTA) de agosto de 2023, resultando em repasse de R\$ 807,6 milhões e efeito redutor de 7,02% na tarifa. Houve divergência, novamente, na atualização financeira dos créditos entre a Companhia e a ANEEL, levando ao registro de R\$25,5 milhões em Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores.

Notas Explicativas

Com a publicação do Despacho nº 2.203/2025, que consolidou a metodologia de atualização da ANEEL, a Companhia reconheceu em junho de 2025 a diferença de atualização financeira das duas ações como despesa financeira, no montante de R\$53,4 milhões.

A Companhia seguirá avaliando os impactos da referida decisão, inclusive em relação às demais obrigações operacionais correlatas, com o suporte de seus assessores legais.

30.3. Decisão do STF na ADI 7324

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7324 (ADI 7324), na qual se discutia a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Essa lei atribui à ANEEL a competência para definir o procedimento de repasse, aos consumidores finais, dos valores pagos a mais pelas distribuidoras em virtude da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS/COFINS. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No Acórdão, o STF determinou a observância de prazo de 10 anos, contados a partir da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada; a possibilidade de dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos despendidos pelas concessionárias, com o objetivo de viabilizar a repetição do indébito; e que o recebimento em boa-fé de valores pagos a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Apesar da publicação do Acórdão, permanecem questões pendentes a serem dirimidas pelo STF, especialmente contradições relativas ao julgamento dos Ministros e à aplicação do prazo prescricional. Em razão disso, a ABRADÉE apresentou recurso de embargos de declaração, que poderá ainda suscitar decisões adicionais no âmbito da ADI 7324.

Diante do exposto, a Companhia entende que não existem elementos suficientes para alterar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Celesc D permanece acompanhando os desdobramentos da medida judicial.

31. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Cosip	-	-	66.304	34.837
Créditos a Compensar com Consumidor (i)	-	-	9.553	102.850
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	12.304	21.774
Partes Relacionadas/Celos	-	-	25	24
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	178	-
Contrato Convênios	-	-	14.248	11.479
Energia injetada GD (ii)	-	-	56.766	-
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	10.581	3.770
Bônus Itaipu	-	-	-	52.589
Diferença Subsídio CDE	-	-	-	1.991
Bônus Escassez Hídrica	-	-	824	1.149
Penalidade DIC/FIC	-	-	794	802
Acionistas	205	205	205	205
Cauções em Garantia	106	103	194	182
Obrigações com Empregados	50	-	102	42
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	139	124	139	124
Seguro a Pagar	-	-	-	783
Empregados à Disposição	2.781	891	-	-
Outros	320	1	4.156	1.712
Total Circulante	3.601	1.324	176.373	234.313

(i) A redução no saldo na Créditos a Compensar com Consumidor é decorrente do reprocessamento da arrecadação das faturas que apresentaram inconsistências pela transição para o novo sistema comercial em 2024.

(ii) Para fins de mensuração do passivo contábil associado aos créditos de energia oriundos de unidades consumidoras com Micro e Minigeração Distribuída (MMGD) injetados na rede da distribuidora, entendeu-se como mais adequado utilizar o preço médio de compra de energia (PMIX) vigente, conforme definido nos processos tarifários das distribuidoras e evidenciado na planilha Sparta. Para o exercício analisado, foi adotado o valor de R\$266,90 (duzentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) por MWh. Os

Notas Explicativas

valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída (GD) reconhecido em contrapartida em Outros Passivos – Energia Injetada GD.

Adicionalmente, no Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2025, foi considerado o tratamento regulatório decorrente da Consulta Pública nº 09/2024, que estabeleceu a utilização da energia injetada por MMGD como fator de redução da cobertura das despesas com energia. Para esse cálculo, foi considerada a energia injetada e ainda não compensada até a data-base de julho de 2024, totalizando 306.454 MWh. A partir de julho de 2024, os saldos de energia injetada no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) passaram a apresentar comportamento de compensação, sem incremento de novos créditos acumulados.

32. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

32.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

O resultado apurado no exercício de 2025 ocasionou a superação do limite legal das reservas de lucros estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/76. Em conformidade com a referida legislação, a Companhia submeterá à deliberação dos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para 30 de abril de 2026, a destinação do valor excedente registrado no Patrimônio Líquido.

32.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos para o exercício de 2025 estabelece um *payout* de 45,0%, acima do mínimo previsto na Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, que é de 30%. Para o exercício de 2024, o percentual foi de 42,5%.

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Líquido do Exercício	729.495	715.802
(-) Constituição de Reserva Legal (5%)	(36.475)	(35.789)
(=) Lucro Líquido Ajustado	693.020	680.013
Dividendos Propostos (Payout 42,5%)	-	289.006
Dividendos Propostos (Payout 45,0%)	311.859	-
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de IR)	260.092	211.716
Dividendos Adicionais à disposição da AGO	51.767	77.290

O valor do provento de 2025, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Exercício Social	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
2025	DIV	ON	1,266433548	51.767	335.855
		PN	1,393076902		
	JCP	ON	6,949984375	284.088	
		PN	7,644982812		
		IR		(23.996)	
	JCP líquido de IR		260.092		

*Expresso em R\$.

O valor do provento referente ao terceiro trimestre de 2024, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Exercício Social	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
2024	DIV	ON	1,890826819	77.290	308.529
		PN	2,079909501		
	JCP	ON	5,657077725	231.239	
		PN	6,222785498		
		IR		(19.523)	
	JCP líquido de IR		211.716		

*Expresso em R\$.

32.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:

- o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	277.106	271.904
Ações Preferenciais Nominativas – PN	452.389	443.898
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	729.495	715.802
Lucro por Ação Diluído		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	17,8465	17,5115
Ações Preferenciais Nominativas – PN	19,6312	19,2627

32.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 2025, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cujas aprovações estão demonstradas na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Valor Bruto	Consolidado
			Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	06.03.2025	60.128	55.048
2º Trimestre	18.06.2025	58.669	53.717
3º Trimestre	18.09.2025	74.836	68.514
4º Trimestre	11.12.2025	90.455	82.813
Total		284.088	260.092

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, sendo a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2026.

32.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,23 bilhão, em 31 de dezembro de 2025, e R\$1,16 bilhão, em 31 de dezembro de 2024, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Custo Atribuído – Celesc G (a)	11.782	12.339
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.106.177)	(1.035.053)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.231.656)	(1.159.975)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

33. RECEITAS E DESPESAS

33.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

33.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia a consumidores livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica – São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo – É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no qual são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para

Notas Explicativas

posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

- Receita de Construção – Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado, ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e/ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os montantes da receita contabilizada, no exercício de 2025, foram de R\$602,9 milhões como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), R\$51,6 milhões como Programa de Baixa Renda, R\$69,4 milhões como fornecimento de Bandeiras CCRBT, e R\$22,2 milhões, como diferença de reembolso CDE (efeito positivo). No exercício de 2024, esses montantes foram de R\$605,0 milhões, R\$41,4 milhões, R\$78,2 milhões e R\$22,3 milhões, respectivamente.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Bruta – ROB	18.763.640	16.407.239
Fornecimento de Energia Elétrica	7.179.541	6.692.977
Fornecimento não faturado	68.164	(41.989)
Suprimento de Energia Elétrica	257.571	336.059
Suprimento não faturado	(715)	1.304
Disponibilização da Rede Elétrica	7.839.165	7.044.141
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	32.920	30.020
Receita Financeira	84.649	84.040
Renda de Prestação de Serviços	140	660
Energia Elétrica de Curto Prazo	657.169	243.480
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	729.639	278.405
Outras Receitas Operacionais	4.672	5.031
Doações e Subvenções (i)	746.134	746.891
Receita de Construção	1.162.791	985.735
Arrendamentos e Aluguéis UFV	1.800	485
Deduções da Receita Operacional Bruta	(6.863.364)	(5.748.381)
ICMS	(2.448.576)	(2.170.426)
PIS	(251.880)	(217.652)
COFINS	(1.160.177)	(1.002.519)
ISS	(7)	(1)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.828.326)	(2.248.423)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(53.928)	(48.621)
Programa Eficiência Energética – PEE	(52.557)	(47.409)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(11.554)	(10.686)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(2.325)	(2.644)
Outros Encargos	(54.034)	-
Receita Operacional Líquida – ROL	11.900.276	10.658.858

33.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Descrição	Consolidado					
	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Residencial	2.851.745	2.745.937	7.983.774	7.788.282	3.715.736	3.252.098
Industrial	141.830	142.532	12.144.877	11.682.871	870.946	904.260
Comercial	345.100	325.359	5.200.568	5.159.804	1.673.398	1.522.219
Rural	203.837	218.757	986.933	1.022.862	453.517	457.108
Poder Público	28.589	26.923	500.593	508.015	232.715	218.555
Iluminação Pública	1.945	1.303	593.265	578.029	164.202	164.561
Serviço Público	4.695	4.248	467.399	465.898	137.191	132.187
Total do Fornecimento	3.577.741	3.465.059	27.877.409	27.205.761	7.247.705	6.650.988
Suprimento de Energia	190	159	2.737.264	3.048.718	256.856	337.363
Total	3.577.931	3.465.218	30.614.673	30.254.479	7.504.561	6.988.351

Notas Explicativas**33.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	Consolidado
						31.12.2025 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	5.721.856	-	-	-	-	5.721.856
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	2.002.561	-	-	-	-	2.002.561
Ganho Alientação Bens e Direitos Mantidos p/Venda Pessoal (c)	-	-	-	-	(12.930)	(12.930)
Pessoal (c)	457.437	341.865	35.273	-	1.958	836.533
Administradores	-	13.395	-	-	-	13.395
Despesa Atuarial	-	140.431	-	-	-	140.431
Entidade de Previdência Privada (c)	22.297	15.422	1.276	-	-	38.995
Material	38.522	9.068	-	-	14.586	62.176
Custo de Construção	1.162.791	-	-	-	-	1.162.791
Custos e Serviços de Terceiros	158.770	145.851	67.850	-	585	373.056
Depreciação e Amortização	321.571	59.041	101	-	1.971	382.684
Provisões Líquidas	-	-	-	74.693	43.843	118.536
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	549	549
Arrendamento e Aluguéis	1.331	7.094	890	-	(655)	8.660
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(299.562)	(299.562)
Taxa Arrecadação de Convênio(e)	-	-	-	-	(69.668)	(69.668)
Outras (Receitas)/Despesas	21.156	(12.641)	18.165	-	29.646	56.326
Total	9.908.292	719.526	123.555	74.693	(289.677)	10.536.389

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	Consolidado
						31.12.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	4.850.253	-	-	-	-	4.850.253
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	2.058.389	-	-	-	-	2.058.389
Pessoal (c)	415.267	303.177	27.683	-	1.772	747.899
Administradores	-	14.971	-	-	-	14.971
Despesa Atuarial	-	143.173	-	-	-	143.173
Entidade de Previdência Privada (c)	19.919	13.450	1.120	-	-	34.489
Material	36.545	9.454	-	-	18.132	64.131
Custo de Construção	985.735	-	-	-	-	985.735
Custos e Serviços de Terceiros	166.240	125.641	69.259	-	1.098	362.238
Depreciação e Amortização	311.934	33.411	100	-	1.971	347.416
Provisões Líquidas	-	-	-	194.010	13.960	207.970
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	253	253
Arrendamento e Aluguéis	1.417	6.295	835	-	(414)	8.133
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(289.768)	(289.768)
Taxa Arrecadação de Convênio(e)	-	-	-	-	(64.486)	(64.486)
Outras (Receitas)/Despesas	7.279	(9.299)	21.986	-	13.870	33.836
Total	8.852.978	640.273	120.983	194.010	(303.612)	9.504.632

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	3.416.676	3.234.309
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	486.852	105.332
Itaipu Binacional	912.360	861.237
Contratos Bilaterais	268.052	68.005
Cotas de Energia Nuclear	201.158	222.326
Cotas de Garantia Física	591.541	556.692
Energia Injetada GD	56.766	-
Proinfa	346.989	277.215
PIS/COFINS	(558.538)	(474.863)
Total	5.721.856	4.850.253

Notas Explicativas

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

Em razão do perfil da curva de carga da Celesc D e da sazonalização dos contratos de compra de energia, verificou-se maior exposição ao mercado de curto prazo, uma vez que o montante contratado para o período foi inferior ao consumo efetivamente realizado.

Nessas circunstâncias, a Companhia necessitou adquirir energia elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, cuja média de 2025 foi de R\$226,83/MWh, valor significativamente superior à média de R\$128,18/MWh registrada no mesmo período de 2024.

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Encargo de Uso do Sistema	1.705.347	1.722.784
Encargos dos Serviços do Sistema - ESS (i)	10.938	63.221
Encargos de Transporte de Itaipu (ii)	112.793	123.394
Encargo de Energia de Reserva - EER (iii)	377.601	358.787
PIS/COFINS	(204.118)	(209.797)
Total	2.002.561	2.058.389

(i) O ESS é um encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Sua gestão fica a cargo da CCEE.

(ii) É um custo regulado pela ANEEL que cobre as despesas de transporte da energia gerada na Usina Binacional de Itaipu até as subestações das distribuidoras no Sistema Interligado Nacional (SIN).

(iii) Custeio da contratação de energia extra (reserva) para garantir a segurança e confiabilidade do SIN, funcionando como um "seguro" contra crises hídricas e alto consumo, evitando racionamentos.

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal	10.975	10.239	836.533	747.899
Remunerações	10.363	9.730	383.891	347.664
Encargos Sociais	342	323	156.856	147.794
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	47.771	39.943
Benefícios Assistenciais	-	-	135.501	117.251
Provisões e Indenizações	113	53	112.259	94.995
Outros	157	133	255	252
Previdência Privada - CELOS	16	22	38.995	34.489
Total	10.991	10.261	875.528	782.388

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

e) Taxa Arrecadação de Convênio

A Celesc mantém convênios com entes públicos e privados para a arrecadação de valores de terceiros por meio das faturas de energia elétrica. Em contrapartida, recebe uma taxa de arrecadação destinada a remunerar os custos administrativos e operacionais do serviço prestado.

Notas Explicativas**33.3. Resultado Financeiro**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas Financeiras	(604)	(1.002)	739.598	410.698
Renda de Aplicações Financeiras	13.946	6.825	79.017	97.779
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	159.966	112.762
Variações Monetárias	-	-	3.702	8.404
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	86.518	67.337
Renda de Dividendos	9.134	6.440	9.134	6.440
Receita de Derivativos (NE 24)	-	-	125.895	-
Juros s/ Depósitos Judiciais	7.463	6.726	32.842	28.460
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	231.305	62.248
Atualização Trib. Recup. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	39.821	41.926
Outras Receitas Financeiras	5.275	4.224	26.928	27.927
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(35.380)	(24.591)	(35.380)	(24.591)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(1.042)	(626)	(20.150)	(17.994)
Despesas Financeiras	(1.034)	(5.201)	(1.196.659)	(698.062)
Encargos de Dívidas	-	-	(281.373)	(226.102)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	-	(7.839)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(15.976)	(7.668)
Variações Monetárias	-	-	(309.254)	(189.030)
Atualização Monetárias para Litígios	(784)	(3.094)	(17.867)	(43.773)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(10.386)	(9.725)
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	(239.570)	-
Despesa com Derivativos (NE 24)	-	-	(147.512)	(71.631)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(65.662)	(96.921)
Atualização Vlr a Devolver Consum. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	(89.618)	(30.942)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(9.955)	(7.674)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(11)	(26)	(1.120)	(943)
Outras Despesas Financeiras	(239)	(2.081)	(8.366)	(5.814)
Resultado Financeiro	(1.638)	(6.203)	(457.061)	(287.364)

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas. Os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela Avaliação de Desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 31 de dezembro de 2025, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A controladora Celesc, tem a estrutura de *Holding*, cujas atribuições atribuição são controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia – A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Notas Explicativas

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	Total
	Celesc D	Celesc G	Controladora		
Receita Operacional Líquida – ROL	11.692.266	219.498	-	(11.488)	11.900.276
Custo das Vendas	(9.526.940)	(71.269)	-	11.488 (i)	(9.586.721)
Depreciação e Amortização	(312.388)	(9.183)	-	-	(321.571)
Resultado Operacional Bruto	1.852.938	139.046	-	-	1.991.984
Despesas com Vendas	(196.131)	(2.117)	-	-	(198.248)
Despesas Gerais e Administrativas	(658.371)	(27.565)	(33.590)	-	(719.526)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	278.610	(4.999)	16.066	-	289.677
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	5.520	762.697	(718.126) (ii)	50.091
Resultado das Atividades	1.277.046	109.885	745.173	(718.126)	1.413.978
Receitas Financeiras	731.481	19.055	(604)	(10.334) (iii)	739.598
Despesas Financeiras	(1.196.607)	(9.352)	(1.034)	10.334 (iii)	(1.196.659)
Resultado Financeiro Líquido	(465.126)	9.703	(1.638)	-	(457.061)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	811.920	119.588	743.535	(718.126)	956.917
IRPJ e CSLL	(197.721)	(15.661)	(14.040)	-	(227.422)
Lucro Líquido do Exercício	614.199	103.927	729.495	(718.126)	729.495
Total dos Ativos	12.442.889	1.027.826	4.264.776		
Total dos Passivos	9.774.686	244.767	296.311		

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	Total
	Celesc D	Celesc G	Controladora		
Receita Operacional Líquida – ROL	10.478.617	189.436	-	(9.195)	10.658.858
Custo das Vendas	(8.497.182)	(53.057)	-	9.195 (i)	(8.541.044)
Depreciação e Amortização	(303.175)	(8.759)	-	-	(311.934)
Resultado Operacional Bruto	1.678.260	127.620	-	-	1.805.880
Despesas com Vendas	(315.132)	139	-	-	(314.993)
Despesas Gerais e Administrativas	(582.315)	(23.139)	(34.819)	-	(640.273)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	293.923	(54)	9.743	-	303.612
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	13.233	746.585	(694.253) (ii)	65.565
Resultado das Atividades	1.074.736	117.799	721.509	(694.253)	1.219.791
Receitas Financeiras	401.376	10.324	(1.002)	- (iii)	410.698
Despesas Financeiras	(688.698)	(4.163)	(5.201)	- (iii)	(698.062)
Resultado Financeiro, Líquido	(287.322)	6.161	(6.203)	-	(287.364)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	787.414	123.960	715.306	(694.253)	932.427
IRPJ e CSLL	(196.310)	(20.811)	496	-	(216.625)
Lucro Líquido do Exercício	591.104	103.149	715.802	(694.253)	715.802
Total dos Ativos	11.449.317	1.041.317	3.938.110		
Total dos Passivos	9.112.896	210.408	266.831		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

Notas Explicativas**35. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS****35.1. Celesc D****35.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	3.607.408	3.527.841
Caixa e Equivalentes de Caixa	309.869	816.882
Contas a Receber de Clientes	2.704.084	2.222.207
IRPJ e CSLL a Recuperar	105.855	36.723
Demais Tributos a Recuperar	205.220	194.251
Outros	282.380	257.778
Não Circulante	8.835.481	7.921.476
Realizável a Longo Prazo	3.823.747	3.100.223
Contas a Receber de Clientes	21.672	4.491
Tributos Diferidos	560.035	659.034
Tributos a Recuperar	301.537	367.663
Depósitos Judiciais	304.087	338.469
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.234.686	946.294
Ativo Financeiro Setorial	273.140	-
Ativo de Contrato	1.037.521	771.357
Instrumentos Financeiros Derivativos	69.258	-
Outros	21.811	12.915
Imobilizado	12.094	5.106
Intangível	4.999.640	4.816.147
Total do Ativo	12.442.889	11.449.317

35.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	3.030.649	2.965.847
Fornecedores	997.854	987.140
Empréstimos Moeda Nacional	187.463	114.891
Empréstimos Moeda Estrangeira	106.857	98.962
Debêntures	170.095	195.965
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	226.541	215.620
IRPJ e CSLL a Recolher	17.657	1.821
Demais Tributos a Recolher	325.947	245.890
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	251.625	175.302
Taxas Regulamentares	71.023	22.020
Mútuos	113.334	-
Passivo de Arrendamento	2.673	1.932
Benefícios a Empregados	153.963	167.661
Passivos Financeiro Setorial	80.584	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	58.483	46.811
Instrumentos Financeiros Derivativos	90.607	70.230
Outros	175.943	233.003
Não Circulante	6.744.037	6.147.049
Empréstimos Moeda Nacional	399.583	555.694
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.142.625	1.209.838
Debêntures	2.944.709	1.990.254
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.917	8.969
Taxas Regulamentares	81.217	78.569
Tributos a Recolher	15.123	17.096
Passivo de Arrendamento	10.250	3.838
Provisão para Contingências	298.548	426.521
Benefícios a Empregados	1.579.411	1.508.838
Passivo Financeiro Setorial	-	21.400
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	269.654	326.032
Patrimônio Líquido	2.668.203	2.336.421
Capital Social (i)	2.084.737	2.000.000
Reservas de Lucro	1.689.643	1.371.474
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.106.177)	(1.035.053)
Total do Passivo	12.442.889	11.449.317

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$67.902.300,00 (sessenta e sete milhões, novecentos e dois mil e trezentos reais), integralizado mediante aporte financeiro de sua acionista controladora,

Notas Explicativas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc. Em decorrência dessa deliberação, o capital social passou a ser de R\$2.067.902.300,00 (dois bilhões sessenta e sete milhões, novecentos e dois mil e trezentos reais).

Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2025, foi aprovado novo aumento de capital no montante de R\$ 16.834.700,00 (dezesseis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e setecentos reais), igualmente integralizado mediante aporte financeiro da controladora. Com isso, o capital social da Companhia passou a totalizar R\$ 2.084.737.000,00 (dois bilhões sessenta e sete milhões, novecentos e dois mil e trezentos reais).

Os referidos aumentos de capital não resultaram na emissão de novas ações, permanecendo inalterada a quantidade de 630.000.000 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. Em razão dessas deliberações, foi aprovada a correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

35.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	11.692.266	10.478.617
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	11.692.266	10.478.617
Custos de Vendas	(9.839.328)	(8.800.357)
Custo de Operação	(9.839.328)	(8.800.357)
Lucro Bruto	1.852.938	1.678.260
Despesas Operacionais	(575.892)	(603.524)
Despesas com Vendas	(121.438)	(120.437)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(74.693)	(194.695)
Despesas Gerais e Administrativas	(658.371)	(582.315)
Outras Receitas	357.065	378.848
Outras Despesas	(78.455)	(84.925)
Resultado antes do Resultado Financeiro	1.277.046	1.074.736
Resultado Financeiro	(465.126)	(287.322)
Receitas Financeiras	731.481	401.376
Despesas Financeiras	(1.196.607)	(688.698)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	811.920	787.414
IRPJ e CSLL	(197.721)	(196.310)
Corrente	(62.083)	(158.286)
Diferido	(135.638)	(38.024)
Lucro Líquido do Exercício	614.199	591.104

35.1.4. Receita Operacional

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Bruta – ROB	18.531.125	16.205.341
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	7.147.544	6.667.170
Fornecimento Não Faturado (a)	68.605	(42.443)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	157.350	253.878
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	729.639	278.405
Disponibilização da Rede Elétrica	7.844.400	7.047.854
Energia de Curto Prazo	637.070	232.169
Renda de Prestação de Serviços	-	631
Doações e Subvenções	746.134	746.891
Receita de Construção	1.162.791	985.735
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	32.920	30.020
Outras Receitas Operacionais	4.672	5.031
Deduções da Receita Operacional Bruta	(6.838.859)	(5.726.724)
ICMS	(2.448.576)	(2.170.426)
PIS	(248.266)	(214.567)
COFINS	(1.143.528)	(988.309)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.828.326)	(2.248.423)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(52.557)	(47.409)
Programa Eficiência Energética – PEE	(52.557)	(47.409)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(11.015)	(10.181)
Outros Encargos	(54.034)	-
Receita Operacional Líquida – ROL	11.692.266	10.478.617

a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Notas Explicativas

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Residencial	2.851.745	2.745.937	7.983.774	7.788.282	3.715.736	3.252.098
Industrial	141.802	142.515	12.016.420	11.578.065	848.036	882.710
Comercial	345.085	325.353	5.156.794	5.130.919	1.664.752	1.517.508
Rural	203.837	218.757	986.933	1.022.862	453.517	457.108
Poder Público	28.589	26.923	500.593	508.015	232.715	218.555
Iluminação Pública	1.945	1.303	593.265	578.029	164.202	164.561
Serviço Público	4.695	4.322	467.399	465.898	137.191	132.187
Total do Fornecimento	3.577.698	3.465.110	27.705.178	27.072.070	7.216.149	6.624.727
Suprimento de Energia	92	66	2.128.255	2.398.748	157.350	253.878
Total	3.577.790	3.465.176	29.833.433	29.470.818	7.373.499	6.878.605

35.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31.12.2025					
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	7.679.582	-	-	-	-	7.679.582
Pessoal	454.127	312.653	33.196	-	1.958	801.934
Despesa Atuarial	-	140.431	-	-	-	140.431
Entidade Previdência Privada	22.297	15.406	1.276	-	-	38.979
Material	37.852	8.891	-	-	13.993	60.736
Custo de Construção	1.162.791	-	-	-	-	1.162.791
Serviços de Terceiros	149.509	132.963	67.810	-	585	350.867
Depreciação e Amortização	312.388	58.204	101	-	-	370.693
Provisões Líquidas	-	-	-	74.693	48.599	123.292
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(46.003)	(46.003)
Compartilhamento Infraestrutura	-	-	-	-	(299.562)	(299.562)
Outros	20.782	(10.177)	19.055	-	1.820	31.480
Total	9.839.328	658.371	121.438	74.693	(278.610)	10.415.220

Descrição	31.12.2024					
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	6.876.543	-	-	-	-	6.876.543
Pessoal	412.184	277.026	27.683	-	1.772	718.665
Despesa Atuarial	-	143.173	-	-	-	143.173
Entidade Previdência Privada	19.919	13.428	1.120	-	-	34.467
Material	36.383	9.067	-	-	17.286	62.736
Custo de Construção	985.735	-	-	-	-	985.735
Custos e Serviços de Terceiros	159.404	113.824	68.843	-	1.098	343.169
Depreciação e Amortização	303.175	32.699	100	-	-	335.974
Provisões Líquidas	-	-	-	194.695	18.540	213.235
Taxas Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(42.083)	(42.083)
Compartilhamento Infraestrutura	-	-	-	-	(289.768)	(289.768)
Outros	7.014	(6.902)	22.691	-	(768)	22.035
Total	8.800.357	582.315	120.437	194.695	(293.923)	9.403.881

35.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2025 e término em fevereiro de 2029.

Encargos de dívidas: os encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No exercício de 2025, o CDI

Notas Explicativas

acumulado foi de 14,26%, sendo que no exercício de 2024 foi 10,82%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Marcação a Mercado (MTM): é o resultado positivo obtido quando o valor justo (preço de mercado) do ativo financeiro (item protegido por hedge) é maior em relação ao valor registrado contabilmente.

Receita com Derivativos: ocorre quando a variação do derivativo é positiva, ajustando o valor do item protegido por um ganho no resultado.

Despesas com Derivativos: quando o derivativo perde valor, o item protegido é ajustado para refletir essa desvalorização, o que resulta em uma perda reconhecida no resultado.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receitas Financeiras	731.481	401.376
Renda de Aplicações Financeiras	55.677	80.653
Variações Monetárias	3.678	8.404
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	86.518	67.337
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	159.942	112.734
Atualização Tributo Recuperar Exclusão ICMS PIS/COFINS	39.713	41.831
Juros Depósitos Judiciais	25.339	21.699
Receita com Derivativos	125.895	-
Marcação a Mercado (MTM)	231.305	62.248
Outras Receitas Financeiras	21.594	22.961
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(18.180)	(16.491)
Despesas Financeiras	(1.196.607)	(688.698)
Encargos de Dívidas	(279.440)	(226.102)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	-	(7.839)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(15.976)	(7.668)
Encargos de Mútuo	(12.267)	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	(10.347)	(9.526)
Custo na Emissão de Debêntures	(6.603)	(3.780)
Variações Monetária Debêntures	(309.221)	(188.622)
Outras Variações Monetárias	(33)	(404)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(65.662)	(96.921)
Juros de Arrendamentos	(1.109)	(917)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	(89.618)	(30.942)
Atualização Monetária Litígios	(17.083)	(40.678)
Despesas com Derivativos	(147.512)	(71.631)
Marcação a Mercado (MTM)	(239.570)	-
Outras Despesas Financeiras	(2.166)	(3.668)
Resultado Financeiro	(465.126)	(287.322)

Notas Explicativas**35.2. Celesc G****35.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	124.397	193.745
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.236	105.722
Contas a Receber de Clientes	19.818	16.522
IRPJ e CSLL a Recuperar	5.015	3.002
Demais Tributos a Recuperar	774	1.681
Despesas Antecipadas	1.059	1.043
Dividendos e JCP a Receber	-	3.222
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	45.542	43.449
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	19.956	19.039
Outros	997	65
Não Circulante	903.429	847.572
Realizável a Longo Prazo	610.209	483.086
Mútuo	113.334	-
Depósitos Judiciais	553	470
Demais Tributos a Recuperar	547	1.046
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	339.113	329.418
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	154.241	149.731
Investimentos	45.670	116.697
Imobilizado	206.291	205.091
Intangível	41.259	42.698
Total do Ativo	1.027.826	1.041.317

35.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	87.626	70.707
Fornecedores	3.975	4.624
Empréstimos	2.262	-
Debêntures	6.561	6.286
IRPJ e CSLL a Recolher	-	915
Demais Tributos a Recolher	11.658	9.837
Taxas Regulamentares	700	1.258
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	56.984	45.072
Outros	5.486	2.715
Não Circulante	157.141	139.701
Empréstimos e Financiamentos	19.585	-
Debêntures	26.006	31.117
Tributos Diferidos	111.200	108.460
Taxas Regulamentares	299	92
Provisões para Contingências	51	32
Patrimônio Líquido	783.059	830.909
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	321.277	368.570
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11.782	12.339
Total do Passivo	1.027.826	1.041.317

Notas Explicativas**35.2.3. Demonstração de Resultados**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	219.498	189.436
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	219.498	189.436
Custos de Vendas	(80.452)	(61.816)
Custo de Operação	(80.452)	(61.816)
Lucro Bruto	139.046	127.620
Despesas Operacionais	(29.161)	(9.821)
Com Vendas	(2.117)	(546)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	-	685
Gerais e Administrativa	(27.565)	(23.139)
Outras Receitas	12.966	4.315
Outras Despesas	(17.965)	(4.369)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	5.520	13.233
Resultado antes do Resultado Financeiro	109.885	117.799
Resultado Financeiro	9.703	6.161
Receitas Financeiras	19.055	10.324
Despesas Financeiras	(9.352)	(4.163)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	119.588	123.960
IRPJ e CSLL	(15.661)	(20.811)
Corrente	(12.921)	(10.442)
Diferido	(2.740)	(10.369)
Lucro Líquido do Exercício	103.927	103.149

35.2.4. Receita Operacional

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	244.003	211.093
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	23.437	21.169
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(441)	454
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	8.646	4.711
Suprimento de Energia Elétrica	106.388	87.590
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(715)	1.304
Energia Elétrica de Curto Prazo	20.099	11.311
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	43.588	41.920
Receita Financeira Atualização Monetária. Bonificação de Outorga	15.121	16.357
Receita Financeira Juros Usina Pery	19.084	18.347
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	6.856	7.416
Renda de Prestação de Serviços	140	29
Arrendamentos e Aluguéis UFV	1.800	485
Deduções da Receita Operacional	(24.505)	(21.657)
PIS	(3.614)	(3.085)
COFINS	(16.649)	(14.210)
Taxa Fiscalização	(539)	(505)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.371)	(1.212)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(2.325)	(2.644)
ISS	(7)	(1)
Receita Operacional Líquida – ROL	219.498	189.436

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Industrial	28	17	128.457	104.806	22.996	21.623
Comercial, Serviços e Outros	15	6	43.774	28.885	8.646	4.711
Suprimento de Energia	98	93	609.009	649.970	105.673	88.894
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	6.731	2.330	20.099	11.311
Total	141	116	787.971	785.991	157.414	126.539

Notas Explicativas

35.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31.12.2025					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	35.551	-	-	-	-	35.551
Energia Elétrica Comprada p/Revenda CP	15.451	-	-	-	-	15.451
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.235	-	-	-	-	5.235
Pessoal	3.310	18.237	2.077	-	-	23.624
Material	670	177	-	-	593	1.440
Custos e Serviços de Terceiros	9.347	6.895	40	-	-	16.282
Depreciação e Amortização	9.183	603	-	-	-	9.786
Seguros	1.574	-	-	-	-	1.574
Tributos	127	438	-	-	-	565
Aluguéis	-	71	-	-	-	71
Provisões Líquidas	-	-	-	4.019	16.493	20.512
Doações	-	-	-	-	529	529
Ganho Alienação Bens Mantidos p/ Venda	-	-	-	-	(12.930)	(12.930)
Outros	4	1.144	-	-	314	1.462
Total	80.452	27.565	2.117	4.019	4.999	119.152

Descrição	31.12.2024					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	25.864	-	-	-	-	25.864
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda CP	11.644	-	-	-	-	11.644
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.713	-	-	-	-	3.713
Pessoal	3.083	15.912	-	-	-	18.995
Material	162	387	-	-	846	1.395
Custos e Serviços de Terceiros	6.909	5.396	416	-	-	12.721
Depreciação e Amortização	8.759	473	-	-	-	9.232
Seguros	1.597	1	-	-	-	1.598
Tributos	77	194	130	-	-	401
Aluguéis	-	234	-	-	-	234
Provisões Líquidas	-	-	-	(685)	(1.736)	(2.421)
Doações	-	-	-	-	193	193
Outros	8	542	-	-	751	1.301
Total	61.816	23.139	546	(685)	54	84.870

35.2.6. Resultado Financeiro

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receitas Financeiras	19.055	10.324
Renda de Aplicação Financeira	9.394	10.301
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	24	28
Variações Monetárias	24	-
Juros Mútuo	10.334	-
Multa Contratual	108	95
Juros Depósitos Judiciais	40	35
Outras Receitas Financeiras	59	742
(-) PIS/COFINS s/Receita Financeira	(928)	(877)
Despesas Financeiras	(9.352)	(4.163)
Juros Debêntures	(3.218)	(3.760)
Juros Empréstimos	(1.068)	-
Atualização Monetária de Litígios	-	(1)
Variações Monetárias	-	(4)
IOF, Comissões e Taxas Empréstimos	(1.479)	-
Custos na Emissão de Debêntures	(134)	(134)
Atualização de P&D	(39)	(199)
Outras Despesas Financeiras	(3.414)	(65)
Resultado Financeiro	9.703	6.161

Notas Explicativas**36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS**

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado					
	2026	2027	2028	2029	2030	2030+
Compra de energia	4.722.756	4.709.394	4.706.060	4.696.169	4.695.921	4.623.422
Encargos de conexão e transporte de energia	1.893.040	1.957.541	2.023.901	2.095.011	2.167.657	30.481.361
Total	6.615.796	6.666.935	6.729.961	6.791.180	6.863.578	35.104.783

Descrição	Consolidado					
	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	4.305.114	4.300.219	4.291.463	4.288.145	4.278.270	4.182.402
Encargos de conexão e transporte de energia	1.864.062	1.929.914	1.995.670	2.063.322	2.135.816	32.329.886
Total	6.169.176	6.230.133	6.287.133	6.351.467	6.414.086	36.512.288

37. EVENTOS SUBSEQUENTES**37.1. Alteração da Estrutura Administrativa da Celesc e suas Subsidiárias**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2026, foram aprovadas alterações no Estatuto Social contemplando ajustes nas nomenclaturas e redistribuição de atribuições das Diretorias. As alterações aprovadas têm como objetivo principal o aperfeiçoamento da organização interna e o fortalecimento da governança corporativa da Companhia. De forma resumida, as principais alterações aprovadas são apresentadas a seguir:

Nomenclatura anterior	Nova nomenclatura	Alterações
Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance	Diretoria de Planejamento	As atividades de controles internos, gestão estratégica de riscos e programas de compliance e privacidade foram realocadas para outras Diretorias.
Diretoria de Finanças e Relações com Investidores	Diretoria Financeira	Incorpora as atividades relacionadas a novos negócios e projetos de investimento.
Diretoria de Gestão Corporativa	Diretoria Administrativa	Incorpora as atividades de comercialização de energia.
Diretoria Comercial	Diretoria Comercial	As atividades de geração distribuída e gestão de serviços foram realocadas para outras Diretorias.
Diretoria de Distribuição	Diretoria de Engenharia e Obras	Passa a concentrar as funções de planejamento, engenharia e execução de obras do sistema elétrico e de telecomunicações, incorporando as atividades de geração distribuída. As atividades de operação, manutenção e serviços do sistema elétrico de distribuição foram realocadas para a Diretoria de Operação e Serviços.
Diretoria de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Diretoria de Operação e Serviços	Passa a integrar a operação e manutenção da geração e da distribuição de energia sob uma mesma estrutura, mantendo-se a independência operacional das subsidiárias. Unifica ainda o processo de gestão de serviços, oriundos da Diretoria Comercial e Diretoria de Distribuição. As atividades relacionadas a novos negócios e projetos de investimento e à comercialização de energia foram realocadas para outras Diretorias.
Diretoria de Gestão de Energia e Regulação	Diretoria de Regulação	Incorpora as atividades de controles internos.
Diretoria Jurídica	Diretoria Jurídica	Incorpora as atribuições relacionadas à gestão estratégica de riscos, programas de compliance e privacidade.

37.2. Plano de Desligamento Incentivado (PDI)

Em 22 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a implementação de um novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), cujo objetivo é oferecer aos empregados elegíveis a possibilidade de desligamento voluntário, mediante a concessão de um pacote de benefícios. As principais premissas do Plano são as seguintes: o público-alvo do PDI é composto por empregados admitidos até 31 de dezembro de 1995 ou que possuam 30 anuênios ou mais, bem como por empregados no cargo de eletricista admitidos até 31 de dezembro de 2000 ou que possuam 25 anuênios ou mais, totalizando 340 empregados elegíveis. O período para manifestação de interesse pelos empregados elegíveis ocorreu

Notas Explicativas

de 23.01.2026 a 30.01.2026, com desligamento em 28.02.2026. As despesas com as saídas totalizaram o montante de R\$83,2 milhões reconhecidos em fevereiro de 2026.

37.3. Alienação da Rondinha Energética S.A

Em 22 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a alienação da participação acionária detida pela Celesc G na Companhia Rondinha Energética S.A., correspondente a 32,5% do capital social.

A decisão decorre de proposta apresentada pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - FIP Pirineus, sócio na referida Companhia e titular de 67,50% do respectivo capital social, para aquisição da totalidade da participação societária. A Rondinha Energética é uma sociedade anônima de capital fechado, com outorga concedida pela ANEEL, com prazo final em 3 de outubro de 2045, referente à PCH Rondinha, no município de Passos Maia/SC, Estado de Santa Catarina. A usina possui capacidade instalada de 9,60 MW e garantia física de 5,48 MW. Cabe ressaltar que a concretização do negócio depende do cumprimento de formalidades legais.

37.4. Eleição e Posse do Diretor Comercial

Em eleições realizadas nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2026, entre os empregados da Companhia, foi eleito para o cargo de Diretor Comercial o empregado Wagner Felipe Vogel, com 61,61% dos votos. O novo Diretor é engenheiro mecânico e estava como Gerente da Agência Regional de Joinville. Ele assumiu a Diretoria Comercial em 1º de março de 2026 com mandato até 31 de dezembro de 2027.

37.5. Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 27 de fevereiro de 2026, por meio do Despacho nº 675, a ANEEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, definindo para as distribuidoras o WACC (real, depois de impostos) de 8,10%, com aplicação a partir de 1º de março de 2026, enquanto que em 2025 era de aproximadamente 8,03%. Já para as geradoras esse índice foi de 8,00% para o mesmo período de aplicação, enquanto que em 2025 era de aproximadamente 7,89%.


 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso IV, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, encontra-se demonstrada, abaixo, a Proposta de Orçamento de Capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., para o ano de 2026. A versão original, aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de novembro de 2025, teve um suplemento, cuja aprovação ocorreu em 26 de fevereiro de 2026. A origem dos recursos está vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme prevê o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Programas	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Ativos Elétricos	1.014.810	-	-	1.014.810
Ativos Não-Elétricos	95.974	1.127	-	97.101
Usinas Próprias	-	12.616	-	12.616
Ampliação de Usinas	-	35.563	-	35.563
Novos Negócios	-	8.400	-	8.400
Apropriação da Mão de Obra	103.216	1.310	-	104.526
TOTAL	1.214.000	59.016	-	1.273.016

Origem	CelescD	CelescG	CelescH	Consolidado
Recursos de Terceiros	231.297	15.000	-	246.297
Recursos Próprios	982.703	44.016	-	1.026.719
TOTAL	1.214.000	59.016	-	1.273.016

Valores em R\$ Mil

CAPEX – Celesc Distribuição S.A.

A Companhia prevê em seu orçamento a alocação de R\$1,214 bilhão em distribuição de energia elétrica. Desse total, R\$853,0 milhões serão destinados a obras de ampliação e melhoria do sistema elétrico, R\$128,0 milhões serão utilizados pela área comercial, principalmente para a instalação e modernização de equipamentos de medição, e R\$33,8 milhões serão destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para a operação técnica. Além disso, a Companhia planeja investir R\$92,7 milhões na aquisição de hardware e software para a rede corporativa, R\$2,5 milhões em veículos e R\$800 mil em equipamentos, ferramentas, mobiliários diversos e outros.

Cabe destacar que parte dos investimentos realizados pela Companhia possui participação e/ou contrapartida do consumidor, conforme regras regulatórias. Além do montante total de R\$1,214 bilhão, estão previstos investimentos de R\$399,9 milhões com recursos provenientes do Convênio ICMS.

CAPEX – Celesc Geração S.A.

Do montante de R\$59,0 milhões aprovados para 2026, serão investidos R\$8,4 milhões em novos negócios, R\$48,2 milhões na ampliação e melhoria das usinas e R\$1,1 milhão em ativos não elétricos.

Desta forma, incluindo a apropriação de mão de obra, no valor de R\$104,5 milhões, o orçamento de investimento consolidado da Companhia para 2026 totaliza o valor de R\$1,273 bilhão.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Consoante com o posicionamento dos auditores da KPMG Auditores Independentes Ltda, aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 19 de março de 2026.

Glauco José Côrte
Presidente

Marco Aurélio Quadros
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade

Cesar Souza Junior

Fábio William Loreti

Ivécio Pedro Felisbino Filho

José Valério Medeiros Junior

Michel Nunes Itkes

Paulo Guilherme de Simas Horn

Romeu Donizete Rufino

Sílvia Regina da Silva Marafon

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis – Santa Catarina

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (“Companhia”) e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada – CELESC Distribuição S.A.
Veja a Nota 4.20.3, 9 e 33.1 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria

Parte das receitas de vendas de energia da controlada Celesc Distribuição S.A. são calculadas mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores mas ainda não faturada, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pela Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índices de perda estimada e a tarifas vigentes. Este tema foi considerado como um principal assunto de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do volume de energia fornecida e ainda não faturada, que pode impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada da controlada CELESC Distribuição S.A., realizamos:

- Avaliação do desenho dos controles internos relevantes relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento de energia não faturado;
 - Análise dos dados utilizados na determinação da estimativa de fornecimento de energia não faturado, especificamente, os dados da carga total de energia distribuída ao longo do período e da carga de energia efetivamente faturada, segregados por classe de consumidor, e líquidos dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar por meio de cálculo matemático a estimativa da parcela do volume de energia não faturada por classe de consumo;
 - Recálculo da receita de venda de energia fornecida e não faturada por meio da multiplicação do volume de energia não faturada por classe de consumo pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades;
 - Confronto dos valores reconhecidos de receita não faturada com base nas expectativas geradas das médias históricas dos valores de energia fornecida aos consumidores ainda não faturada a partir de nossos testes de auditoria;
 - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.
- No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Benefícios pós-emprego - passivo atuarial – CELESC Distribuição S.A.
Veja as Notas Explicativas 4.19 e 29 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria

A controlada Celesc Distribuição S.A. patrocina planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência e assistência médica. Os planos classificados como "benefício definido" e "contribuição variável" geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, taxa de crescimento salarial, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos.

Devido à relevância dos valores e do envolvimento de alto grau de julgamento pela Companhia na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e contribuição variável, consideramos o passivo atuarial como um principal assunto de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação aos benefícios pós-emprego - passivo atuarial da controlada CELESC Distribuição S.A., realizamos:

- Avaliação das políticas contábeis adotadas relevantes relativos à mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de contribuição variável;

- Com o auxílio de nossos especialistas atuariais:

o testamos, em base amostral, a consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial;

o avaliamos as principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, taxa de crescimento salarial, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários em comparação com a legislação e com as práticas de mercado;

o testamos a precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia; e,

o realizamos procedimentos para a confirmação da existência e mensuração do valor justo dos ativos dos planos.

- Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 20 de Março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes, opina que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 16 de março de 2026.

Cláudio Rocha
Presidente

Cleber dos Santos Lima

Danieli Blanger Pinheiro

Fabiano de Souza

Thiago Costa Jacinto

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE
Exercício Social 2025

Senhores Conselheiros de Administração
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. – Celesc D e Celesc Geração S.A. – Celesc G, regido pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, além da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484, de 7 de fevereiro de 2018 e o seu Regimento Interno (“Regimento”).

A Lei nº 13.303/2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê elabore Relatório Anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre a Administração, a Auditoria Independente e o CAE em relação às Demonstrações Financeiras.

Conforme previsto no artigo 14º do Regimento, compete ao Comitê, dentre outras matérias, elaborar relatório bimestral e anual contendo a descrição de suas atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê, registrando, se houver, as divergências significativas entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê em relação às Demonstrações Financeiras. O CAE esteve composto nos 5 primeiros meses de 2025 pelo Conselheiro de Administração e coordenador Sr. Glauco José Côrte, e pelos membros independentes, senhores: Fábio Fick, Fabrício Santos Debortoli, Marcos Aurélio Pamplona da Silva e Sérgio Tadeu Nabas.

No mês de maio o CAE teve uma alteração em sua composição, sendo encerrada a participação do Conselheiro Fábio Fick. Na ocasião foram reconhecidas as suas contribuições durante o período do seu mandato.

Na reunião do mês de junho a Sra. Sigiane Krzeminski Nunes recebeu as boas vindas e participou de sua primeira reunião como membro do CAE.

O Regimento, em sua versão atualizada, foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13.11.2025 e pode ser consultado na página de Relações com Investidores da Companhia em: <https://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/regimentos/>.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 31-C, §2º da Resolução CVM nº 23/2021.

2. Resumo das atividades em 2025

No período de janeiro a dezembro de 2025, o CAE realizou 12 (doze) reuniões ordinárias, envolvendo Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditores Internos e Auditores Independentes, conforme sumários das atas disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e atas completas disponíveis na sede da Companhia.

Nesse período foram examinadas e aprovadas as Demonstrações Financeiras Anuais, Individuais e Consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Companhia), Celesc Distribuição e Celesc Geração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como, aprovadas e encaminhadas ao Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia e Consolidado do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2025. O CAE acompanhou os trabalhos e as informações apresentadas pela KPMG Auditoria Independente Ltda., bem como os relatórios de auditoria que ressaltaram a integridade das respectivas Demonstrações Financeiras. O CAE recomendou a sua aprovação pelo Conselho de Administração e a recomendação de estudo para realocação das despesas operacionais da Companhia sob o ponto de vista de otimização tributária e regulatória.

Com relação ao Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes sobre os Controles Internos, realizado pela KPMG, a Administração elaborou planos de ação que foram apresentados ao CAE. Na oportunidade, foram feitas recomendações pelo CAE quanto ao acompanhamento dos planos de ação e procedimentos propostos, além do acompanhamento do processo referente à próxima Revisão Tarifária Periódica - RTP, objetivando que os investimentos realizados façam parte da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2026.

Durante as reuniões do ano de 2025, foram apresentados os Resultados Gerenciais da Companhia e de suas subsidiárias, demonstrando por meio de indicadores suas projeções e suas realizações mensais, bem como o acumulado do ano. O CAE também acompanhou periodicamente o Fluxo de Caixa da Companhia, com os principais destaques dos investimentos, operação de captação de recursos financeiros, processo de parcelamento das faturas em atraso, metas de cobrança e recuperação de receita, controle das despesas, principais indicadores, bem como os possíveis cenários econômico-financeiros do período e projeções para o próximo ano, que incluiu aspectos quanto aos Covenants, Planos de Investimentos e futura operação BID II.

O CAE manteve a avaliação dos Controles Internos conhecendo a contextualização, a mudança do ciclo de testes, o overview geral dos testes complementares, os resultados dos testes de efetividade e materialidade dos Controles Internos para o Reporte Financeiro. O CAE recomendou: (i) avaliar possível retomada do período de análise dos testes para o intervalo de agosto a julho (12 meses anteriores ao início dos testes), de maneira a permitir que eventual deficiência de controle identificada possa ainda ser corrigida nas

Demonstrações Financeiras do final do ano; (ii) destacar, junto às áreas envolvidas, a preocupação do CAE com os controles que deixaram de ser testados por evidências não apresentadas.

O CAE acompanhou os resultados das avaliações de Riscos Corporativos. Também acompanhou o monitoramento de probabilidade dos riscos mais críticos, bem como os Planos de Ação para monitoramento, acompanhamento e mitigação dos mesmos.

Recebeu, ainda, Reporte do Programa de Integridade e Compliance, no qual foram apresentados: tom da liderança, manifestação da Administração ao público interno e externo, Carta Compromisso da Alta Administração, diretrizes, comunicação, treinamentos, Curso Anual de Compliance, monitoramento – diagnóstico indicadores Ethos, relatório de diagnóstico E-prevenção (TCU), CGE-SC, análise de integridade, análise de conformidade de postulante, análise de conformidade das normas, transações entre partes relacionadas e ações do Comitê de Provisões.

Acompanhou os reportes do Comitê de Ética da Companhia, com os números de denúncias apuradas, classificação por áreas e assuntos, procedimentos, taxa de procedência, canal de denúncias e medidas adotadas. Tomou conhecimento sobre a recomposição do Comitê de Ética na reunião do mês de junho e da troca dos sistemas do canal de denúncias no mês de outubro.

O CAE acompanhou, mensalmente, os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI 2025), atividades junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), desenvolvimento do aplicativo da Auditoria, contratação de auditoria interna terceirizada – Taticca Auditores Independentes S.S., acompanhamento dos status dos planos de ação e atividades administrativas. Foram ainda apresentados ao longo de 2025, os Relatórios de Auditoria: Auditoria no Plano Celos Saúde, Processo de Iluminação Pública, Aspectos Ambientais da Distribuição, Alienação de Imóveis, Contratos de Clientes do Grupo A, Auditoria no Processo de Aquisições (compras), Planejamento e Gestão de Mercado, Gestão de Contratos, Sistemas de Gestão e Controle de Comercialização e Leilão da Câmara de Comercialização de Energia, Venda de Energia (Geração) e Convênios e Doações.

Dentro de suas atribuições, aprovou a revisão do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI 2025 e aprovou a proposta para o PAAI 2026, o qual definiu os processos ordinários que serão auditados no exercício de 2026 pelos auditores internos e pela contratada. Que, de forma geral, considerou a pontuação obtida com o cálculo dos indicadores de riscos/relevância da auditoria e a relação desses processos com os principais riscos estratégicos. Além disso, foram consideradas as percepções do CAE, e da Diretoria Executiva, bem como dos auditores internos na identificação e priorização dos processos críticos e relevantes a serem auditados.

Durante o ano, o CAE acompanhou os trabalhos relacionados ao novo sistema comercial implantado em 2024, referentes à visão geral, temas críticos, operação assistida, faturamento do grupo A e grupo B, inadimplência, relatórios regulatórios, impactos nas lojas de atendimento e call center, impactos nos canais de atendimento e na Ouvidoria ANNEL. Na reunião do mês de março, o CAE sugeriu à administração, que fosse elaborada estratégia de retomada dos cortes, considerando planejamento evolutivo, e que fosse considerada também a avaliação dos possíveis impactos operacionais e sistêmicos.

Outros assuntos foram pauta das reuniões do CAE como: Apresentação sobre o contrato de manutenção de barragens pela Celesc G; Alienação de créditos ICMS da Celesc D para a Celesc G; Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da Celesc D; Apresentação da CELOS dos resultados dos indicadores estabelecidos pela Resolução Normativa ANS 518/2023; Política de Recursos Humanos; Análise dos prováveis impactos da implantação da IFRS 18 no âmbito da Companhia; Acompanhamento da implantação do Projeto da Reforma Tributária e Apresentação dos trabalhos da Corregedoria da Companhia.

Os assuntos tratados podem ser conhecidos nos sumários das atas do CAE, disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e nas atas completas disponíveis na sede da Companhia.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Na condição de membros do CAE da Celesc e suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procedemos à análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, com base na documentação apresentada e encaminhada, assim como considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, somos de opinião de que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, com as respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando, portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do CAE não são vinculantes, cabendo aos Acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis/SC, 17 de março de 2026.

Glauco José Côte
Coordenador

Fabício Santos Debortoli

Marcos Aurélio Pamplona da Silva

Sérgio Tadeu Nabas

Sigiane Krzeminski Nunes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Florianópolis, 10 de março de 2026.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Engenharia e Obras

Eloi Hoffelder
Diretor de Operação e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Florianópolis, 20 de março de 2026.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Engenharia e Obras

Eloi Hoffelder
Diretor de Operação e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0